

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**DESPORTO ESCOLAR QUE REALIDADE ?
CONTRIBUTO PARA A CARACTERIZAÇÃO DESTE
SUBSISTEMA DE ENSINO NA REGIÃO DE TOMAR**

Mestrado em EDUCAÇÃO

JOÃO VARÃO MAURÍCIO MARREIROS

1998

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**DESPORTO ESCOLAR QUE REALIDADE ?
CONTRIBUTO PARA A CARACTERIZAÇÃO DESTE
SUBSISTEMA DE ENSINO NA REGIÃO DE TOMAR**

**Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre em Educação
na Área de Administração Escolar**



95959

Orientador: Professor Doutor LUÍS MARQUES BARBOSA

JOÃO VARÃO MAURÍCIO MARREIROS

1998

AGRADECIMENTOS

O conteúdo desta Dissertação, encontra-se enriquecido tanto nas análises que compõem o texto principal, como nos seus anexos, através do contributo dado por muitas pessoas a quem endereçamos, o nosso mais sincero e reconhecido agradecimento.

Assim, em primeiro lugar, desejamos deixar expresso os devidos agradecimentos:

Ao Professor Doutor Vítor Trindade, responsável do Curso, e docente da disciplina de *Investigação e Desenvolvimento de Projectos da Educação* pela forma como nos foram transmitidos os diversos fundamentos da investigação em educação; ao Professor Doutor Luís Marques Barbosa, responsável pelos Seminários *Investigação-Acção como Meio de Formação Permanente de Professores e Análise das Instituições e dos Autores*, permitindo não só utilizar a actividade de caracterização de processos formativos, mas também, e em simultâneo, enquadrar essa mesma pesquisa nas actividades de mudança organizacional das instituições educativas. Ao mesmo tempo foi-nos permitido ver melhor quais os factores institucionais, sociólogos e culturais, que interferem nas relações que os agentes educativos mantêm dentro e ao redor da Escola.

Também para este Professor orientador científico desta Dissertação, pela paciência, amizade, total disponibilidade e pela maneira simples com que nos foram dados os elementos para se investigar, agradecemos o empenho e a supervisão detalhada e rigorosa, o espírito crítico e convincente que nos impediu de persistir em muitos caminhos errados, mesmo se, apesar de tudo, caímos em alguns.

Agradecimentos também aos Professores Doutores, Rúben Cabral, pelos ensinamentos pragmáticos dos diversos funcionamentos de gestão e liderança na concepção e organização político-administrativa do sistema educativo quer na *Administração Escolar* quer ainda na *Motivação e Gestão de Recursos Humanos*; Joaquim Coelho Rosa, que nos fez recuar no tempo, 2 500 anos, para nos situarmos nos pensamentos de Platão e Aristóteles na *Filosofia da Educação* desde o processo de ensino ao processo de aprendizagem; Jorge Adelino Costa, por nos ter falado dos vários conceitos e análise descritiva das organizações das escolas na *Sociologia das Organizações Educativas*; José Maria Fernandes de Almeida, por nos ter proporcionado um passeio ao interior de um computador, assim como a cronologia histórica deste na gestão das organizações baseada no *Sistema de Informação e Informática*; Manuel Branco que nos colocou perante o

desenvolvimento económico e social a nível mundial nas *Políticas de Desenvolvimento*; António Neto, pelas noções gerais sobre diversos testes utilizados na *Análise de Dados em Educação*; Carlos Zorrinho e os seus Mestres Assistentes, João Assunção, Palmira Lacerda, Maria do Rosário Carvalho, coordenados por Paulo Silva, que nos transmitiram as noções de contabilidade geral e analítica na *Introdução às Técnicas de Gestão*.

Todos, leccionaram as respectivas disciplinas da parte curricular, mostrando-se sempre disponíveis com as suas sugestões, os seus ensinamentos, e incentivos.

A todas as pessoas que nos facultaram os dados referentes à Escola onde efectuámos a investigação, nomeadamente os nossos alunos que colaboraram na realização desta investigação, e a todos os outros que ao longo da nossa carreira docente, nos apoiaram com as suas perguntas, a fazer a reflexão acerca da docência e investigação.

Naturalmente, tudo o que de menos positivo surgir nas páginas que se seguem é da nossa exclusiva responsabilidade. Contudo, devemos sublinhar o nosso reconhecimento por diversos apoios prestados, quer pelo Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora, quer pela Escola Superior de Educação João de Deus,¹ pela formação complementar da parte curricular do Mestrado, que nos foi particularmente útil na definição da metodologia deste trabalho.

A todos que de alguma forma contribuíram para a elaboração desta Dissertação, o nosso reconhecimento, pois sem eles, não teria sido possível levar a bom termo este trabalho.

Finalmente, os últimos são os primeiros, pelo carinho, pelo constante apoio e pelo sentimento da mais profunda gratidão com que sempre nos rodearam, desde o início, até às fases mais delicadas da conclusão deste trabalho, não serão olvidados, considerando eternamente grato à Maria Clara, a minha companheira de hoje e de sempre, bem como aos meus filhos, Nuno Miguel e Ana Sofia, que nos deram apoio para efectuar este trabalho, mesmo quando deveríamos estar com eles e nos refugiávamos para pesquisar e escrever, fugindo deste modo ao convívio familiar. Também para eles o nosso muito obrigado pelo apoio, incentivo, compreensão e ternura que tiveram para connosco nas longas horas de preparação desta investigação.

¹ Protocolo estabelecido entre a Universidade de Évora e a Escola Superior de Educação João de Deus, em 29 de Fevereiro de 1996 (Guia da Universidade de Évora - 1996).

ÍNDICE

	Pág.
Agradecimentos	III
Índice	V
Índice de quadros	X
Índice de gráficos	XIII
Abreviaturas e siglas utilizadas	XIV
INTRODUÇÃO	1

CAPÍTULO I REVISÃO DA LITERATURA

1. Revisão das fontes mais relevantes	6
---	---

CAPÍTULO II ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL, JURÍDICO E HISTÓRICO DO DESPORTO ESCOLAR

2. Enquadramento constitucional, jurídico e histórico do Desporto Escolar	40
2.1. O aparecimento do Desporto Escolar	40
2.2. A importância da Educação Física no desenvolvimento do Desporto Escolar	46
2.3. Desporto Escolar como subsistema	50
2.3.1. Finalidades do Desporto Escolar	52
2.3.2. Objectivos do Desporto Escolar	53
2.3.3. Estratégias de implementação do Desporto Escolar	55
Estrutura Funcional do Desporto Escolar - Gabinete Coordenador	57
Estrutura Funcional do Desporto Escolar - Coordenação Regional e Centro de Área Educativa	58
Centro da Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo - Sector de Educação Física e Desporto Escolar - Estrutura Central ...	59
Centro da Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo - Apoio Específico	60
Controlo do Desporto Escolar	61
2.3.4. Actividades Externas do Desporto Escolar no ano lectivo de 1996/97	62
2.3.5. Actividades Externas do Desporto Escolar no ano lectivo de 1997/98	63

2.3.6. Actividades mais importantes do Desporto Escolar	65
2.3.6.1. Programa de desenvolvimento de Educação Física e Desporto Escolar para o 1º Ciclo do Ensino Básico (PRODEFDE)	65
2.3.6.2. Programa do Desporto Escolar para os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário	66
2.3.6.3. Programa Complementar e Projectos Especiais	66
2.3.6.4. Actividades de Férias	66

CAPÍTULO III METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

3. Metodologia da investigação	71
3.1. Aspectos metodológicos	71
3.2. Estudo de caso	73
3.3. Delimitação da questão de partida	74
3.4. Definição do objectivo geral	75
3.5. Definição dos objectivos específicos	76
3.6. Situação de partida no ano lectivo de 1996/97	76
3.6.1. Caracterização da população a estudar na situação de partida	78
3.6.2. Construção da amostra	80
3.6.3. Organização das fases de intervenção (1996/97)	80
3.6.4. Organização de recursos humanos	81
3.6.5. Planificação do trabalho de campo	81
3.6.6. Aplicação de materiais e selecção dos instrumentos utilizados na investigação	81
3.7. Aprofundamento da investigação no ano lectivo de 1997/98	82
3.7.1. Caracterização da população a estudar no aprofundamento da investigação	82
3.7.2. Construção da amostra	85
3.7.3. Organização das fases de intervenção (1997/98)	86
3.7.4. Organização de recursos humanos	86
3.7.5. Planificação do trabalho de campo	87
3.7.6. Aplicação de recursos materiais e selecção dos instrumentos utilizados na investigação	88
3.8. Caracterização do meio	89
3.8.1. Caracterização numa Escola Secundária em Tomar	91
3.8.2. Da sua criação até aos nossos dias	92
3.9. Caracterização da Área Educativa Escolar (C.A.E.L.M.T.)	96
3.10. Recursos materiais numa Escola Secundária em Tomar	97
3.11. Recursos humanos existentes em 1996/97	99
Os alunos	99
Os professores	99
O pessoal não docente	102
Os professores de Educação Física	103

Os professores com Desporto Escolar	103
3.12. As infra-estruturas desportivas de Tomar	104
3.12.1. As camarárias	105
Estádio Municipal	105
Pavilhão Municipal	106
Campo de Ténis	106
Piscina Vasco Jacob	106
Tanque coberto	106
Rio Nabão	106
Mata Nacional dos Sete Montes	107
3.12.2. As particulares	107
Hotel dos Templários	107
Campo de Futebol João Salvador	107
Sociedade Filarmónica Gualdim Pais	107
Nabância - Cooperativa de Habitação Económica de Tomar CRL	108
Ginapse - Clube de Condição Física, Ld ^a	108
Academia Super Forma - Health Club	108
3.12.3. Estruturas educativas civis	108
Jardins de Infância	108
Particulares	108
Públicos	109
Escolas Básicas do 1º Ciclo	109
Particulares	109
Públicas	109
Escola Básica do 2º e 3º Ciclos, Gualdim Pais	110
Escola Básica do 2º e 3º Ciclos, Stª Iria	110
Escola Secundária Santa Maria do Olival	110
Escola Secundária de Jácome Ratton	111
Escola Secundária D. Nuno Álvares Pereira	111
Instituto Politécnico de Tomar	111
Centro de Formação Profissional - Instituto do Emprego e Formação Profissional	112
3.12.4. Estruturas educativas militares	112
Quartel da Guarda Nacional Republicana	112
Casa de reclusão	112
Quartel do Regimento de Infantaria nº 15 de Tomar	112
3.13. O Desporto Escolar nas escolas de Tomar	115
Escolas Secundárias	115
Escolas do Ensino Básico	116
No Ensino Superior	119
No Ensino Especial	120
Outras	120
3.14. Recursos humanos existentes em 1997/98	120
Os alunos	121
Os professores	121
O pessoal não docente	123
Os professores de Educação Física	123

Os professores com Desporto Escolar	124
3.15. Outros recursos	125
3.15.1. As turmas com períodos de manhãs ou tardes livres no aprofundamento da investigação	125
3.15.2. O Desporto Escolar no Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo	131

CAPÍTULO IV ANÁLISE DOS DADOS

4. Análise dos dados	139
4.1. Da situação de partida em 1996/97	139
4.1.1. A partir dos dados recolhidos com o questionário de Educação Física - Totais das cinco turmas - 12º ano - 1996/97	140
4.1.2. A partir dos dados recolhidos com o questionário do Desporto Escolar - Totais das cinco turmas - 12º ano - 1996/97.....	142
4.1.3. A partir dos dados recolhidos com o questionário de Levantamento de Dados de Estrutura - Resultados de 1996/97.....	146
4.2. Do aprofundamento da investigação em 1997/98	150
4.2.1. A partir dos dados recolhidos no questionário síntese de Educação Física (Resultados - 10º ano - 1997/98)	152
4.2.2. A partir dos dados recolhidos no questionário síntese de Desporto Escolar (Resultados - 10º ano - 1997/98)	153
4.2.3. A partir dos dados recolhidos no questionário de Levantamento dos Dados de Estrutura (Resultados - 10º ano - 1997/98)	154
4.2.4. A partir dos dados recolhidos no questionário síntese de Educação Física (Resultados - 11º ano - 1997/98)	156
4.2.5. A partir dos dados recolhidos no questionário síntese do Desporto Escolar (Resultados - 11º ano - 1997/98)	157
4.2.6. A partir dos dados recolhidos no questionário de Levantamento dos Dados de Estrutura (Resultados - 11º ano - 1997/98)	158
4.2.7. A partir dos dados recolhidos no questionário síntese de Educação Física (Resultados - 12º ano - 1997/98)	160
4.2.8. A partir dos dados recolhidos no questionário síntese de Desporto Escolar (Resultados - 12º ano - 1997/98)	161
4.2.9. A partir dos dados recolhidos no questionário de Levantamento dos Dados de Estrutura (Resultados - 12º ano - 1997/98)	162
4.2.10. Síntese global dos questionários de Educação Física (12º ano - 1996/97 e 1997/98)	168
4.2.11. Síntese global dos questionários de Desporto Escolar (12º ano - 1996/97 e 1997/98)	169
4.2.12. Síntese global dos questionários de Levantamento de Dados de Estrutura (12º ano - 1996/97 - 1997/98)	170
4.3. Análise das respostas ao questionário dos professores com Desporto Escolar e Coordenadores do Desporto Escolar	172

CAPÍTULO V CONCLUSÕES

5. Conclusões	177
5.1. Limitações de estudo	179
5.2. Pistas de estudo e análise	180
5.3. Sugestões	181
BIBLIOGRAFIA	185
Autores	185
Jornais utilizados	197
Legislação específica	198
ANEXOS	204
Índice de Anexos	205

Índice de Quadros

CAPÍTULO II

Quadro nº 1 - Dados relativos às actividades externas	62
Quadro nº 2 - Grupos / Equipas (1996/97)	63
Quadro nº 3 - Actividades Externas (1996/97)	63
Quadro nº 4 - Dados relativos às Actividades Externas	64
Quadro nº 5 - Grupos / Equipas (1997/98)	64
Quadro nº 6 - Actividades Externas (1997/98)	65
Quadro nº 7 - Enquadramento institucional e evolução da legislação	67

CAPÍTULO III

Quadro nº 8 - População do 12º ano (1996/97)	79
Quadro nº 9 - Amostra das cinco turmas	79
Quadro nº 10 - Cronograma de calendarização	81
Quadro nº 11 - População do 10º ano (1997/98)	83
Quadro nº 12 - População do 11º ano (1997/98)	83
Quadro nº 13 - População do 12º ano (1997/98)	84
Quadro nº 14 - Total do universo de alunos (1997/98)	84
Quadro nº 15 - Amostra dos alunos do Secundário	85
Quadro nº 16 - Distribuição da amostra por sexo	85
Quadro nº 17 - Cronograma da calendarização	86
Quadro nº 18 - População escolar do C.A.E.L.M.T.	96
Quadro nº 19 - Distribuição dos alunos pelas turmas diurnas	99
Quadro nº 20 - Distribuição dos professores por grupos de disciplinas (1996/97)	100
Quadro nº 21 - Distribuição dos professores por sexo	101
Quadro nº 22 - Pessoal administrativo	102
Quadro nº 23 - Serviço de Acção Social Escolar (S.A.S.E.)	102
Quadro nº 24 - Pessoal não docente	102
Quadro nº 25 - Distribuição dos professores de Educação Física por categoria e sexo	103
Quadro nº 26 - Professores com o Desporto Escolar (Dinâmica Interna)	103
Quadro nº 27 - Horário do Desporto Escolar (1996/97)	104
Quadro nº 28 - Tomar no contexto de instalações desportivas no distrito e no país	114
Quadro nº 29 - Número de alunos participantes no Desporto Escolar nas escolas de Tomar	117
Quadro nº 30 - As modalidades que se praticaram nas escolas de Tomar e o número de grupos por escalões etários	118
Quadro nº 31 - Modalidades que não se praticaram nas escolas de Tomar	119
Quadro nº 32 - Distribuição dos alunos pelas turmas diurnas	121
Quadro nº 33 - Distribuição dos professores por grupos de disciplinas (1997/98)	121
Quadro nº 34 - Distribuição dos professores por sexo	122
Quadro nº 35 - Pessoal administrativo	123
Quadro nº 36 - Serviço de Acção Social Escolar (S.A.S.E.)	123
Quadro nº 37 - Pessoal não docente	123
Quadro nº 38 - Distribuição dos professores de Educação Física por categoria e sexo (1997/98)	124

Quadro nº 39 - Professores com Desporto Escolar no quadro competitivo e Dinâmica Interna (1997/98)	124
Quadro nº 40 - Horário do Desporto Escolar (1997/98)	125
Quadro nº 41 - Turmas dos 10º anos com períodos livres	125
Quadro nº 42 - Turmas dos 11º anos com períodos livres	126
Quadro nº 43 - Turmas dos 12º anos com períodos livres	126
Quadro nº 44 - Total dos períodos livres (anos de escolaridade)	126
Quadro nº 45 - Total das turmas com períodos livres do 10º, 11º e 12º anos	128
Quadro nº 46 - As turmas sem dia livre	129
Quadro nº 47 - Participantes na disciplina do Corta-Mato	129
Quadro nº 48 - Escolas do Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo	132
Quadro nº 49 - Grupo 1 - Equipas por escalão e por sexo	133
Quadro nº 50 - Grupo 2 - Equipas por escalão e por sexo	134
Quadro nº 51 - Grupo 3 - Equipas por escalão e por sexo	135
Quadro nº 52 - Total Grupos/Equipas e sua distribuição pelos três grupos	135
Quadro nº 53 - Números de alunos nas escolas de Tomar	136
Quadro nº 54 - Número de alunos do C.A.E.L.M.T.	136
Quadro nº 55 - Número total de alunos no Continente	137

CAPÍTULO IV

Quadro nº 56 - Comparação da participação dos alunos no Desporto Escolar nos três graus de ensino	145
Quadro nº 57 - Caracterização da Turma B cuja média de idades era de 17,4 anos	146
Quadro nº 58 - Caracterização da Turma C cuja média de idades era de 17,5 anos	146
Quadro nº 59 - Caracterização da Turma D cuja média de idades era de 18,7 anos	147
Quadro nº 60 - Caracterização da Turma E cuja média de idades era de 17,4 anos	147
Quadro nº 61 - Caracterização da Turma F cuja média de idades era de 18,6 anos	147
Quadro nº 62 - Caracterização do total das cinco turmas cuja média de idades era de 17,9 anos	148
Quadro nº 63 - As idades dos alunos e as medidas de tendência central e dispersão	148
Quadro nº 64 - Local de residência dos alunos nas freguesias do concelho de Tomar ...	149
Quadro nº 65 - Alunos que moravam nos concelhos limítrofes de Tomar	149
Quadro nº 66 - As tendências que os alunos tinham para não participarem no Desporto Escolar	149
Quadro nº 67 - A atribuição de argumentos por parte dos alunos quando não participavam no Desporto Escolar	150
Quadro nº 68 - Alunos do 10º ano cuja média de idades era de 16,1 anos	154
Quadro nº 69 - Local de residência dos alunos nas freguesias do concelho de Tomar (10º ano)	154
Quadro nº 70 - Alunos que moravam nos concelhos limítrofes de Tomar (10º ano)	155
Quadro nº 71 - As tendências que os alunos tinham para não participarem no Desporto Escolar (10º ano)	155
Quadro nº 72 - A atribuição de argumentos por parte dos alunos quando não participavam no Desporto Escolar (10º ano)	155
Quadro nº 73 - Alunos do 11º ano cuja média de idades era de 16,3 anos	158
Quadro nº 74 - Local de residência dos alunos nas freguesias do concelho de Tomar (11º ano)	158
Quadro nº 75 - Alunos que moravam nos concelhos limítrofes de Tomar (11º ano)	159

Quadro nº 76 - As tendências que os alunos tinham para não participarem no Desporto Escolar (11º ano)	159
Quadro nº 77 - A atribuição de argumentos por parte dos alunos quando não participavam no Desporto Escolar (11º ano)	159
Quadro nº 78 - Alunos do 12º ano cuja média de idades era de 17,3 anos	162
Quadro nº 79 - Local de residência dos alunos nas freguesias do concelho de Tomar (12º ano)	163
Quadro nº 80 - Alunos que moravam nos concelhos limítrofes de Tomar (12º ano)	163
Quadro nº 81 - As tendências que os alunos tinham para não participarem no Desporto Escolar (12º ano)	163
Quadro nº 82 - A atribuição de argumentos por parte dos alunos quando não participavam no Desporto Escolar (12º ano)	164
Quadro nº 83 - Percentagem da participação dos alunos no Desporto Escolar nas duas fases de investigação	167
Quadro nº 84 - Comparação da participação dos alunos no Desporto Escolar nos três graus de ensino	167
Quadro nº 85 - Alunos do 12º ano cuja média de idades era 17,7 anos (Situação de Partida - Aprofundamento da Investigação)	170
Quadro nº 86 - Local de residência dos alunos nas freguesias do concelho de Tomar (Situação de Partida - Aprofundamento da Investigação)	171
Quadro nº 87 - Alunos que moravam nos concelhos limítrofes de Tomar (Situação de Partida - Aprofundamento da Investigação)	171
Quadro nº 88 - A atribuição de argumentos por parte dos alunos quando não participavam no Desporto Escolar (Situação de Partida - Aprofundamento da Investigação)	172

Índice de Gráficos

CAPÍTULO IV

Gráfico nº 1 - A participação durante os 12 anos de escolaridade na disciplina de Educação Física	141
Gráfico nº 2 - A participação durante os 12 anos de escolaridade na actividade do Desporto Escolar	142
Gráfico nº 3 - A participação no Desporto Escolar dos alunos no 1º Ciclo	143
Gráfico nº 4 - A participação no Desporto Escolar dos alunos no 2º Ciclo	143
Gráfico nº 5 - A participação no Desporto Escolar dos alunos no 3º Ciclo	144
Gráfico nº 6 - A participação no Desporto Escolar dos alunos no Secundário	144
Gráfico nº 7 - A participação no Desporto Escolar dos alunos da educação escolar nos ensinos Básico e Secundário	145
Gráfico nº 8 - A participação durante 10 anos de escolaridade na actividade curricular de Educação Física	152
Gráfico nº 9 - A participação durante 10 anos de escolaridade no complemento curricular do Desporto Escolar	153
Gráfico nº 10 - A participação durante 11 anos de escolaridade na actividade curricular de Educação Física	156
Gráfico nº 11 - A participação durante 11 anos de escolaridade no complemento curricular do Desporto Escolar	157
Gráfico nº 12 - A participação durante 12 anos de escolaridade na actividade curricular de Educação Física	160
Gráfico nº 13 - A participação durante 12 anos de escolaridade no complemento curricular do Desporto Escolar	161
Gráfico nº 14 - A participação no Desporto Escolar dos alunos do 1º Ciclo	164
Gráfico nº 15 - A participação no Desporto Escolar dos alunos do 2º Ciclo	165
Gráfico nº 16 - A participação no Desporto Escolar dos alunos do 3º Ciclo	165
Gráfico nº 17 - A participação no Desporto Escolar dos alunos do Secundário	166
Gráfico nº 18 - A participação no Desporto Escolar dos alunos da educação escolar nos Ensinos Básico e Secundário	166
Gráfico nº 19 - A participação na disciplina de Educação Física dos 12º anos nos anos lectivos de 1996/97 e 1997/98	168
Gráfico nº 20 - A participação dos 12º anos no complemento curricular do Desporto Escolar nos anos lectivos de 1996/97 e 1997/98	169

Abreviaturas e siglas utilizadas

- A.E.V.** - Acção Escolar Vanguarda
C.A.E. - Centro de Área Educativa
C.A.E.'s - Centros de Área Educativa
C.A.E.L.M.T. - Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo
C.F.P. - Centro de Formação Profissional
C.I.R.E. - Centro Infantil de Recuperação de Tomar
C.N.E.D. - Comissão Nacional para o Espírito Desportivo
D.E. - Desporto Escolar
D.E.B. - Departamento da Educação Básica
D.E.S. - Departamento de Ensino Secundário
D.G.E.B.S. - Direcção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário
D.G.D. - Direcção-Geral dos Desportos
D.R.E.'s - Direcções-Regionais de Educação
ENDO - Encontro Nacional de Desporto
E.S.J.R. - Escola Secundária de Jácome Ratton
E.F. - Educação Física
G.A.D.E. - Gabinete de Apoio ao Desporto Escolar
G.C.D.E. - Gabinete Coordenador do Desporto Escolar
G.D.E. - Grupo Desportivo Escolar
G.D.E.'s - Grupos Desportivos Escolares
G.T.D.E.F.D.E. - Grupo de Trabalho do Desenvolvimento da Educação Física e do Desporto Escolar
I.E.F.P. - Instituto de Emprego e Formação Profissional
INATEL - Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores
I.N.E.F. - Instituto Nacional de Educação Física
I.N.D. - Instituto Nacional do Desporto
INDESP - Instituto do Desporto
I.P.S.S. - Instituto Particular de Solidariedade Social
I.S.E.F. - Instituto Superior de Educação Física
L.B.S.E. - Lei de Bases do Sistema de Ensino
MODI - Movimento do Desporto Infantil
M.P. - Mocidade Portuguesa
NACABETO - Núcleo Aventura da Casa do Benfica em Tomar
N.O.E.F.D.E. - Normas Orientadoras para a Educação Física e Desporto Escolar
O.N.M.P. - Organização Nacional da Mocidade Portuguesa
PRODEFDE - Programa de Desenvolvimento de Educação Física e Desporto Escolar
R.I.I.D. - Rede Integrada de Infra-Estruturas Desportivas
S.A.S.E. - Serviços de Acção Social Escolar
S.C.E.F.D.E. - Serviços de Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar
UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

“Para que 100 se entreguem à cultura física, é preciso que 50 façam desporto; para que 50 façam desporto, é preciso que 20 se especializem; para que 20 se especializem, é preciso que 5 sejam capazes de proezas extraordinárias.”

Coubertin, P. de (1919)

INTRODUÇÃO

Como professor do Quadro de Nomeação Definitiva da disciplina de Educação Física numa escola de Tomar,² entendemos efectuar este trabalho para a Dissertação a apresentar com vista a obter o grau de Mestre em Educação na *Área da Administração Escolar*,³ numa tentativa de contribuir para a análise de um problema com dimensão social, que nos preocupa nos nossos dias. Educar sempre foi e continua a ser hoje uma tarefa eminentemente social, tal como descreve DELORS (1996), tentando conseguir na situação particular do Desporto Escolar, que os alunos participem nesta actividade complementar.

A experiência vivida e acumulada ao longo da carreira de professor de Educação Física, reflecte o estado actual das nossas concepções e preocupações nesta área. Para tal, nesta aprendizagem de investigação, desejamos encarar a mesma com a humildade de partir do ponto de nada sabermos sobre o que propomos investigar, atendendo que, segundo BELL (1997), é investigando que todos nós aprendemos a fazê-lo. Anteriormente, já STOER (1986), mencionou que na investigação antropológica, a distância em relação ao objecto de análise, pode realmente ajudar o investigador a evitar a imposição dos seus próprios valores.

Para MIALARET (1987), num dado momento da história, a ciência é constituída pelo conjunto dos resultados e das investigações empreendidas, pelo conjunto dos problemas que se põem para os quais os investigadores tentam encontrar uma solução. A ciência de uma época é constituída por uma aquisição e pelas aberturas para o futuro. As ciências da educação não têm um longo passado atrás de si mas estão cheias de promessas para o futuro. Num mundo em rápida evolução o seu domínio de acção será talvez um dos mais férteis para pôr à prova as outras teorias das ciências humanas.

Ora, todas as ciências do homem (WALLON, 1979), têm por objectivo a descoberta de relações exactas e, assim, tendem para ele.

² Neste trabalho é mencionada a Escola Secundária de Jácome Ratton, bem como outras Escolas de Tomar, atendendo ao desenvolvimento do estudo efectuado. Em todas elas, pedimos autorização para o facto. Recebemos da parte dos membros dos conselhos directivos em exercício manifestação de agrado e interesse sobre a posterior divulgação do trabalho.

³ Segundo o glossário do "Sistema de Ensino em Portugal" (1981) da Fundação Calouste Gulbenkian, *Administração Escolar* é a designação pela qual se pretende referir métodos e processos de gestão de recursos relativos ao funcionamento do sistema de ensino.

De acordo com BARBOSA (1997a), o acto educativo é caracterizado por ser consequência de uma nítida intenção de formar alguém, ou seja, de influenciar o seu futuro. Refere ainda que a formação de um professor tem de ser uma formação para a vida, isto é, que permita ao professor ser capaz de actuar em vários domínios.

Também para este autor (1997 b), a investigação tem de passar a ser instrumento de uso quotidiano do professor, não podendo mais ser privilégio de uns quantos.

Sabemos que devemos considerar a escola como um espaço cultural por excelência, sendo nele que se deve dar início a práticas desportivas, para que cada aluno se aproprie dos saberes gerados pela sociedade actual.

É na escola que se devem reconstituir e recriar os processos de aprendizagem da cultura desportiva, devendo ainda a escola ser o espaço de aprender e não só o de ensinar.

Institucionalmente, no quadro dos objectivos previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro), assume particular importância o desenvolvimento nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e no Secundário do Desporto Escolar, como actividade de complemento curricular, que faz parte de um *Subsistema⁴ de conjunto de partes inter-relacionadas de um sistema mais amplo, o Sistema Educativo.*⁵ A concretização desses objectivos determina, inequivocamente, que a actividade desportiva se integre na vida escolar, decorrendo por isso o Desporto Escolar, como as demais actividades escolares, sob a responsabilidade dos órgãos de gestão e administração das escolas.

GRILO (1997), Ministro da Educação, ao se referir à apresentação na Assembleia da República (9 de Novembro de 1995), do Programa do XIII Governo Constitucional, cujas eleições legislativas foram efectuadas em 1 de Outubro de 1995, focou que a educação era prioridade do Governo em nome da sociedade, da abertura dos espíritos e do combate à

⁴ No Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1986), Nova Edição Revista e Ampliada, Editora Nova Fronteira, p. 1622, etimologicamente através da origem, formação e evolução, menciona o significado da palavra. No Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora Multimédia (1996), a palavra *subsistema* é desconhecida.

⁵ Segundo o Gabinete de Lançamento e Acompanhamento do Ano Escolar, no *Roteiro do Ano Escolar do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário* (1997), a descrição do Sistema Educativo, sobre a Estrutura e Organização do Ministério da Educação, o *Desporto Escolar* aparece como um Complemento do Currículo, conjuntamente com as *Visitas de Estudo e Actividades de Enriquecimento*. Estes Complementos do Currículo são aprovados pelo Conselho Pedagógico, fazendo parte integrante do Plano Anual de Actividades da Escola. Ainda como exemplos de projectos que podem constituir-se em Actividades de Complemento Curricular, nas Actividades de Enriquecimento temos também o Desporto Escolar (Circular nº 2/96, de 21 de Junho de 1996).

ignorância e à mediocridade, tendo dito ainda que contava com a Assembleia da República para essa tarefa, a qual era de todos.

No Orçamento de Estado para o ano de 1996 apresentado na Assembleia da República em 14 de Março desse ano, GRILO (1997), focou que era o ano em que se entendia dar, através das grandes opções do Plano e do Orçamento de Estado, um sinal que traduzia, de forma clara e inequívoca a opção do Executivo em relação à educação, à formação e à qualificação das pessoas. Tratava-se assim da primeira prioridade do Governo, que importava assumir com ambição e audácia mobilizadoras.

Como componente importante de vida e história dos povos, o desporto em Portugal tem acompanhado o evoluir da sociedade portuguesa desde os fins do século XIX. Para a compreensão do sentir e do viver do nosso povo, os contributos do desporto para o património cultural do País são extremamente ricos e importantes.

Ainda GRILO (1997), na apresentação do Orçamento de Estado na Assembleia da República (14 de Novembro de 1996), para o ano de 1997, mencionou no discurso efectuado durante a interpelação sobre política educativa, que melhorar a educação e a formação das pessoas é um desafio que, certamente poderia mobilizar a todos; as novas gerações não perdoariam se não fossem unidas vontades nesse sentido.

A educação reforça assim a importância da reflexão e do debate de ideias, como experiências de todos os agentes educativos. É neste sentido que apresentamos esta Dissertação sobre um tema educativo, estando estruturada em cinco capítulos, de acordo como FRADA (1993), apresenta no guia para elaboração de trabalhos científicos.

No primeiro capítulo estabelecemos o ponto de partida e fazemos uma *Revisão da Literatura*. Os trabalhos anteriores, as interpretações já publicadas e uma breve e não sistemática abordagem teórica de conceitos de autores, que inclui os elementos usados para a delimitação da área de investigação a qual se vai rever directamente relacionada com o presente trabalho.

Os resultados obtidos por outros investigadores que se ocuparam do Desporto Escolar, bem como as sínteses dos resultados obtidos por outrem, considerados mais relevantes para esta investigação, incidem apenas nos tópicos estudados no trabalho.

O segundo capítulo, estabelece a relação entre *O Enquadramento Constitucional, Jurídico e Histórico do Desporto Escolar*; as transformações sociais e políticas que sabemos hoje em dia existirem, levam-nos a reflectir sobre as práticas desportivas deste final de século, sendo o seu desenvolvimento através do Desporto Escolar, um acto educativo.

No terceiro capítulo dedicado à *Metodologia da Investigação*, são mencionados os objectivos da investigação, reajustados em função das limitações que aí se detalham. A sua definição é acompanhada pela descrição das metodologias aplicadas no trabalho, incluindo a escolha do método de observação, assim como a descrição da população acessível e da amostragem utilizada, bem como a descrição dos instrumentos utilizados.

No quarto capítulo, consagrado à *Análise dos Dados*, foi utilizada a informação sobre a confirmação ou não das previsões iniciais, a descrição dos métodos utilizados para o tratamento dos dados bem como a indicação dos testes estatísticos aplicados.

No quinto e último capítulo apresentam-se as *Conclusões*, fazem-se as considerações sobre as limitações de estudo, a validade dos resultados bem como a legitimidade das sugestões avançadas, tendo em conta as circunstâncias da amostragem utilizada e da metodologia seguida, com pistas de estudo e análise, assim como sugestões para aplicação prática em novas investigações.

CAPÍTULO I

REVISÃO DA LITERATURA

1. REVISÃO DAS FONTES MAIS RELEVANTES

Em Portugal, os trabalhos de investigação sobre Desporto Escolar são ainda escassos. Aqueles que se publicaram, são concordantes em afirmar a importância que esta actividade de complemento curricular tem para o desenvolvimento harmonioso dos jovens, que frequentam as nossas escolas.

Na *Revisão da Literatura*, uma componente fundamental do processo de investigação, consultámos catálogos, ficheiros, índices e base de dados em várias bibliotecas do País, as quais não dispunham de muitas obras referente ao tema Desporto Escolar.

Consultámos ainda os dados estatísticos das Dissertações de Doutoramentos (1993-1996) dos Serviços de Documentação e Publicações da Universidade de Coimbra, apresentando a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física ⁶ um Doutoramento ⁷ num estudo em ginástica sobre a especificidade da força muscular nos movimentos desportivos, na especialidade de Ciências da Actividade Física no ramo Ciências do Desporto e Educação Física.

Recebemos também uma relação de referências bibliográficas das obras elaboradas sobre Educação Física e Desporto da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ⁸ cujas Teses de Doutoramento, Provas de Aptidão Pedagógica e de Capacidade Científica, bem como nos Relatórios Finais de Estágio, não abordam o tema Desporto Escolar.

Na Faculdade de Motricidade Humana, ⁹ da Universidade Técnica de Lisboa, consultámos também em 28 de Maio de 1998 o *Resumo de Teses de Doutoramento e Mestrados* (1995), mas também nada se referia ao Desporto Escolar.

⁶ O curso de Ciências do Desporto e Educação Física, foi criado pela deliberação do Senado nº 7/92, de 19 de Fevereiro, transcrito na II Série do Diário da República, de 24 de Março de 1993, funcionando no âmbito da Reitoria da Universidade.

A criação da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, foi autorizada na sequência da deliberação de 9 de Abril de 1997 do Senado da Universidade de Coimbra e publicada na II Série do Diário da República de 2 de Junho, através do Despacho nº 1 230/97. Os alunos com o 5º ano, saíram desta Faculdade pela primeira vez no ano lectivo de 1997/98.

⁷ Tese apresentada por Ana Faro, em 12 de Julho de 1995.

⁸ Nesta Universidade a Licenciatura em Desporto teve início no mês de Outubro de 1988.

⁹ Foi aprovada esta Faculdade em Assembleia da Universidade que se realizou no dia 9 de Março de 1989. Até este ano funcionou o Instituto Superior de Educação Física (I.S.E.F.), que vinha desde Dezembro de 1975 (Decreto-Lei nº 675/75, de 3 de Dezembro). Anteriormente funcionava o Instituto Nacional de Educação Física (I.N.E.F.), desde o ano de 1940, criado através do Decreto-Lei nº 30.279, de 23 de Janeiro.

Através do serviço informático, tivemos conhecimento de uma Dissertação de Mestrado (1996), sobre Desporto Escolar na Região Autónoma da Madeira, e mais recentemente de uma outra Dissertação de Mestrado,¹⁰ apresentada na Faculdade de Motricidade Humana sobre Desporto Escolar. As Dissertações de Mestrado de M^ª Marivoet, J. Soares e E. Monteiro, abordam muito superficialmente o tema Desporto Escolar. Quanto às Teses de Doutoramento, não encontramos nenhuma onde o tema Desporto Escolar estivesse contemplado.

Recebemos também “Dissertações de Doutoramento” (1977-1997) de RAPOSO (1998) da Faculdade de Motricidade Humana; neste repertório relativamente ao Desporto Escolar não era abordada qualquer referência.

Posteriormente, estivemos na Biblioteca da Escola Superior de Educação de Santarém, mas, ao serem consultados os serviços informáticos sobre Desporto Escolar, nada constava no arquivo.

Apesar das dificuldades em começar a revisão da literatura, não poderemos esquecer que a promoção desportiva das massas populacionais (ESTEVES,¹¹ 1970), é um aspecto da promoção geral, melhor dizendo, da promoção humana. Esta por sua vez, só poderá realizar-se através de reformas radicais na escola, não havendo a verdadeira promoção social sem promoção desportiva e sem a modificação das estruturas. O desporto só será um instrumentos de educação (BELBENOIT, 1974), se integrar um projecto educativo de conjunto, associando estreitamente todas as disciplinas.

Aquilo que em contrapartida, é mais novo e talvez mais prometedo, é o facto de se haver expressamente ligado o desenvolvimento da Educação Física e desportiva ao projecto de conjunto da renovação da escola elementar. Se a Educação Física escolar nos interessa na escola, é muito menor por si mesma do que pela contribuição, indispensável no entender de BELBENOIT (1974), que ela dá à cultura do homem moderno ou ainda, não se trata de educar um corpo para equilibrar a formação do espírito, tratando-se por meio de actividades físicas, principalmente sob a forma de jogos, e depois de desporto, de

¹⁰ Dissertação apresentada em 18 de Dezembro de 1997, por Manuel A.C.Pina, sobre “Estrutura e Dinâmica do Desporto Escolar - Levantamento e Análise da Situação em Portugal de 1990 a 1995, do Modelo à Prospectiva”.

¹¹ Professor universitário, com várias décadas dedicadas ao ensino e à defesa do desporto de massas, ideólogo do desporto enquanto fenómeno recreativo, cultural e social.

contribuir para a educação integral de um homem, educação que deve ser fiel à ideia que temos da perfeição humana e adaptada às condições reais da vida moderna.

A criança realiza muitas vezes em imitação o que gostaria de ser na realidade (CHATEAU, 1975). Os adultos, ou geralmente os mais velhos, são os deuses que as crianças adoram, aqueles para os quais quer elevar-se, aqueles que copia em todos os seus actos.

Na *Declaração Universal dos Direitos da Criança*,¹² menciona que a criança tem o direito de beneficiar de uma educação que contribua para a sua cultura geral e lhe permita, em condições de igualdade de classes, desenvolver as suas faculdades, opiniões pessoais, sentido de responsabilidades morais e sociais e de se tornar um membro útil à sociedade. Não podemos esquecer a *Carta dos Direitos dos Jovens ao Desporto* (1977), que apela ao direito de praticar desporto como crianças e não à maneira dos adultos, sendo a tónica dominante para ter o direito de sentir prazer no desporto.

O Desporto Escolar, essencialmente equilibrador, estruturante, motivador e socializante (FEIO, 1981), para atingir os seus objectivos deve ser realizado estruturalmente na educação.

Para SOBRAL (1986), as dimensões corporais e a própria dinâmica do processo de crescimento dos jovens estão comprovadamente associadas a factores parentais e a influências do meio social e cultural.

Nas considerações das linhas programáticas do grupo de trabalho das três Direcções-Gerais do Ministério da Educação e Investigação Científica, a Direcção-Geral dos Desportos, Direcção-Geral do Ensino Básico e Direcção-Geral do Ensino Secundário, consideram que o Desporto Escolar deverá ter a sua prática sistematizada e baseada única e exclusivamente em processos educativos carecendo de uma definição objectiva de política de educação, que o não despreze, antes porém o considere como “expressão” prática da Educação Física curricular.

Também, em meados do século XIX (SAAVEDRA, 1988), o movimento desportivo inglês visou essencialmente integrar o desporto de equipa nas escolas inglesas, pretendendo-se o equilíbrio harmonioso das forças psíquicas e espirituais. Foi assim que

¹² Declaração assinada em 20 de Novembro de 1959.

Thomas Arnold,¹³ tornou-se educador pelo contacto quotidiano com os alunos, defendendo a integração do desporto no acto educativo.

BENTO (1995), menciona que este pedagogo inglês viu no desporto um meio de reforma da educação e de renovação da vida, tendo no final do século passado, em diversos locais de França, nascido várias associações escolares, criando-se então a Liga Nacional de Educação Física e a União das Sociedades Francesas dos Desportos Atlético, havendo nessa altura a intenção de filiar as associações escolares.

Foi COUBERTIN¹⁴ (1931), que conferiu ao desporto uma dimensão social e cultural em termos globais e uma nova ética desportiva. Ele denunciava as carências do sistema educativo então vigente, devido ao seu exagerado intelectualismo e teorismo.

Verificava ele com tristeza, que a Educação Física era praticamente desprezada pelos pedagogos do seu tempo merecendo destaque como a apontava como elemento imprescindível da educação integral.

Enfatizou a constatação das insuficiências da educação e do sentido de vida da juventude (BENTO, 1995), assim como o esquecimento da corporalidade do homem, como fundamento determinante da sua proposta de ressurreição dos Jogos Olímpicos.

Lembramos a este propósito, que já em 1931, COUBERTIN, sobre o Desporto Escolar esclareceu uma vez que seria um erro, o Desporto Escolar e o Desporto não Escolar não possuírem nem os mesmos responsáveis, nem o mesmo espírito, não devendo por conseguinte ter a mesma organização.

Impressionado com a decadência da juventude do seu país, COUBERTIN lutou incansavelmente pela sua recuperação, sobretudo para que se instituisse a prática de Educação Física nas escolas, tendo sido enormes os obstáculos a vencer para fazer vingar o seu ponto de vista.

Quando regressou a França em 1888 com a idade de 25 anos, vindo de Inglaterra, vendo a juventude corrigida conforme afirmou, por ser encaminhada para o desporto, definiu o seu objectivo de maneira precisa: tornar forte uma juventude sem energia e

¹² Thomas ARNOLD (1795-1842), pedagogo inglês e director do Colégio de Râguebi, defendeu a integração do desporto no acto educativo.

¹⁴ Pierre de COUBERTIN (1863-1937), pedagogo francês, historiador e filósofo, teve a vocação de um professor, mas a sua missão foi de um educador. Foi praticante de Equitação, Natação, Remo, Ténis, Ciclismo e Atletismo. Publicou quase seis dezenas de livros sobre Técnica Desportiva, História, Sociologia e Assuntos Diversos, tendo sido o criador dos Jogos Olímpicos da Era Moderna.

limitada estando o seu corpo e o seu carácter ao serviço pelo desporto, mesmo com os seus riscos e com os seus excessos.

Efectuou uma reunião para uma obra comum com representantes de diferentes desportos, tendo sido fundado um comité para a propagação de desportos escolares durante o horário escolar.¹⁵

A este propósito, há mais de duas décadas, KREGEL (1974), disse que uma sociedade que, voluntariamente reconhece ao desporto o direito de existir como factor correctivo, trabalha efectivamente para o seu próprio aperfeiçoamento.

O professor LIMA (1974), disse que a juventude escolar ou a juventude em idade escolar fornecia efectivamente o maior contingente activo no desporto-prática, aquele que movimenta os maiores efectivos da juventude escolar, do primário ao universitário, a qual se sente naturalmente atraída para a prática do desporto sempre que as estruturas sócio-educativas assim o consentem, e sempre que os programas escolares o permitem.

Há mais de duas décadas MATEEV (1975), enaltecia que a Educação Física e o Desporto Escolar eram, por princípio, de importância capital pois criavam de igual modo hábitos fundamentais essenciais que perdurariam por toda a vida, não se tratando pois de determinar se é ou não precioso praticar desporto durante a vida escolar. Este autor questiona ainda: quem poderá impedir a criança de se movimentar? O movimento está na sua natureza e ela dominará todos os obstáculos no seu caminho para ir correr, saltar, jogar. Os programas escolares contemporâneos, unilateralmente orientados levam, todavia na prática, à sobrecarga dos estudantes dum trabalho intelectual cheio de tensão, numa única direcção, nas condições de uma ausência total de movimento físico, o que conduz a desgastes inacreditáveis na saúde e desenvolvimento dos estudantes e em particular no seu sistema nervoso.

Lembramos que, de acordo com BENTO¹⁶ (1981), urge entender a Educação Física e o Desporto Escolar como realidades diferentes, com motivações diferentes, com finalidades próprias, embora concomitantes. Para o mesmo autor o Desporto Escolar sendo uma actividade complementar de aprendizagem de uma unidade de ensino inscrita na Educação Física (entendida aqui como disciplina), deve procurar interdisciplinaridade com

¹⁵ Mohamed MZALI, na revista "Mensaje Olimpico", nº 2, p.19, (1982), Publicación del Comité Olímpico Internacional, Lausana,. Suíza.

¹⁶ Professor Catedrático da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto e Pró-Reitor da Reitoria da mesma Universidade.

outras actividades complementares, cuja motivação, conteúdo, finalidade e roupagem principais derivam, quase exclusivamente, do campo social.

Menciona ainda este autor que o ensino tem como função ensinar a aprender e as actividades complementares, satisfazer a necessidade da aprendizagem e permitir a cada um cultivar os seus dons. Mais ainda, o Desporto Escolar, constitui um falso problema ou, melhor, ilude e adia um problema de fundo. Com efeito, para um mesmo escalão etário, não faz sentido e é mesmo inconcebível continuar a alimentar a manutenção de dois tipos de desporto: o da escola (que não existe) e o dos clubes (de identidade e moralidade, por vezes, difícil e duvidosa, que só existe para alguns - muito poucos). É tempo de pensar num desporto juvenil, para todo o quadro nacional, como é igualmente tempo de lançar as bases para uma escolaridade obrigatória prolongada, uma vez que o desporto, como qualquer outra actividade social, deve ter lugar na escola e todos nesta.

Numa entrevista conduzida por Manuel Sérgio a BARROS ¹⁷ (1983), este disse que: o Desporto Escolar deve desenvolver uma real aproximação entre toda a juventude escolar com a conseqüente melhoria no sector físico-pedagógico.

Referiu ainda que numa altura em que a juventude se refugia na droga e em que a criminalidade juvenil avança, como nódoa negra, assustadoramente; quando as doenças cárdio-circulatórias são um terrível flagelo social, é estranho que os poderes públicos não olhem para o Desporto mesmo o Escolar, com maior atenção.

Para COUTINHO (1984), integrar o desporto na escola a todos os níveis, é preparar o desenvolvimento do “Desporto para todos” no quadro de uma política de “Desporto para todos”, de “Cultura para todos” e de uma renovação da via democrática. Integrar o “Desporto para toda a vida” à educação permanente, é afirmar que esta não deve somente permitir ao homem tomar o seu lugar na evolução tecnológica.

Por outro lado MOTA (1984), quando se refere à situação oficial do Desporto Escolar, menciona o seguinte:

Não somos mal intencionados, nem néscios, nem invejosos, nem dizemos que o que se vem fazendo no Desporto Escolar não é nada, mas pensamos que o que se tem feito não é efectivamente o Desporto Escolar, tal como o concebemos e definimos, isto é, uma

¹⁷ O Professor Nuno BARROS foi Coordenador Nacional dos Serviços de Educação Física e Desporto Escolar (criado através da Portaria nº 434/78, de 2 de Agosto), desde o ano lectivo de 1978/79 a 1985/86.

prática educativa e cultural, indispensável ao desenvolvimento integral e harmonioso de todos os jovens.

Também VILELA (1984), sobre as “respostas” das escolas em Desporto Escolar, aborda as *Actividades de Aplicação*¹⁸ como animação desportiva, as quais surgem como consequência de uma determinação dos serviços de Educação Física, para tornar viável a prática desportiva nas escolas. A designação de “aplicação” pressupõe a existência de que elas seriam um complemento, onde no ensino secundário essa aplicação articulava-se com os dois tempos de actividades curriculares de Educação Física.

SÉRGIO (1986), defende que o Desporto é um problema que no dia-a-dia exige uma teorização no dia-a-dia mais rigorosa; a imaginação assume papel de relevo, tratando-se esse problema do ponto de vista humano, devendo transformar-se num percurso ascensional de cultura humana, devendo ser uma actividade instauradora e promotora de valores, através da prática desportiva o Homem, o qual tem de aprender a ser mais Homem.

A *Lei de Bases do Sistema Educativo* (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro), no seu ponto 5 do artº 48º, quando se refere ao Desporto Escolar, menciona o seguinte:

O Desporto Escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados.

Lembramos a este propósito que, para BARBOSA (1987), o homem vive em sociedade e, por isso, o tecido social é então o vasto laboratório onde ele experiêcia os efeitos da sua própria actividade.

¹⁸ Nas Normas Orientadoras para a Educação Física e Desporto Escolar (N.O.E.F.D.E.) aprovadas por Despacho de 5 de Fevereiro de 1979 pelo Secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário, as *Actividades de Aplicação* da disciplina de Educação Física, em que as escolas participavam, eram obrigatórias tanto para alunos como para professores nos dias e horas em que estivessem programadas, a partir do ano lectivo de 1979/80 (Circular L/T/EES nº 94/79 - IS/EF de 19 de Dezembro de 1979).

CARVALHO (1987), menciona que o Desporto Escolar é um estranho tema, encerrando em si muitas das contradições quer do próprio sistema de ensino, quer do sistema desportivo. De facto, a forma como é normalmente entendido caracteriza-se pela indefinição e obscuridade do conceito que parece surgir na fronteira daqueles dois sistemas. Talvez por isso seja por ambos simultaneamente repellido e desejado sem, no entanto, lhe ser reconhecido por qualquer deles uma individualidade própria. Menciona ainda este autor (1987), que o Desporto Escolar foi sempre entre nós um conceito mal definido e falho.

Entre os deveres do professor de Educação Física, conta-se o de conduzir, durante toda a sua vida profissional, um combate permanente consigo próprio (BENTO, 1987a), a fim de poder desempenhar a incumbência social de educação da juventude com uma motivação elevada, concordante com o valor que atribui à sua profissão.

NÓVOA (1988), referindo-se aos professores, menciona que estes, têm de compreender que a sua função principal nas sociedades contemporâneas, não é a transmissão e a difusão do saber, mas antes a preparação das crianças para uma apropriação crítica deste saber, tendo a escola de ser encarada como um centro de reflexão educativa, como um espaço. A cultura e o saber adquirem uma historicidade própria, como um lugar de descodificação e de integração crítica das mensagens culturais com que as crianças e os jovens são confrontados no seu dia-a-dia.

A formação profissional de professores investe-se cada vez mais na tentativa de criar nesse agente de ensino novas competências, reforçando a ideia de que face ao avanço tecnológico se impõe valorizar as componentes humanas (BARBOSA, 1998c). São já os problemas que advêm da relação entre a ciência, a técnica e o homem, que cada vez mais obrigam a que se evite que o entendimento desse homem se restrinja a meras leituras técnicas.

É deste modo que, no contexto das funções que a escola e o desporto desempenham numa sociedade (BENTO, 1987b), se define o significado do desporto na escola, como uma relação de dependência quase unilateral, surgindo o desporto “escolar” directamente marcado e determinado pelo desporto “extra-escolar”.

À questão do Desporto Escolar pertencer ao sistema educativo português ou do sistema desportivo nacional é para CONSTANTINO (1988), uma dúvida quando os

responsáveis autárquicos dizem que os seus Municípios organizam actividades de desporto escolar, ou como alternativa ao Desporto Escolar se de facto sobre o mesmo vocabulário não estamos a falar de coisas completamente distintas. Daí este autor pensar que na escola os jovens possam praticar desporto e a que princípios de natureza pedagógica deve estar submetida essa prática. Uma das principais prioridades assinaladas na política do Governo¹⁹ e a imperiosa redinamização no Desporto Escolar, era a dinamização e acompanhamento para a execução do Programa do Desporto Escolar no ano lectivo de 1988/89.

Como era possível o cumprimento da Lei se não existiam instalações nas Escolas Primárias (FERREIRA, 1988), funcionando por vezes nos grandes centros urbanos sem quaisquer espaço livre, contemplando a Educação Física e o Desporto na Escola.

É neste contexto que GONÇALVES e CONSTANTINO (1989), quando se referem às instalações desportivas escolares, mencionam que é absolutamente inquestionável a importância das actividades físicas educativas e o papel relevante que à Escola compete assumir neste domínio, necessitando pois de dispor de espaços que permitem realizar com eficácia o acto pedagógico nas actividades físicas e desportivas curriculares, na formação desportiva dos jovens e no Desporto Escolar.

No início do ano de 1990, Roberto Carneiro,²⁰ mostrou empenhamento de disponibilidade financeira à vontade política, parecendo nessa altura que o Desporto Escolar caminhava para a sua implementação no nosso país como veículo pedagógico da expressão da prática desportiva da juventude portuguesa nas escolas.

CARNEIRO (1997), defende que os sistemas educativos formais e não formais são, por via de regra, organizações vocacionais para a criação e disseminação de saberes numa sociedade que, com o recomeço de um novo ciclo na vida escolar do País importa recolocar a Educação no centro do debate nacional.

Para SOBRAL²¹ (1991a), o desenvolvimento desportivo de um país depende, hoje da consciência que tiver o desporto juvenil, não sendo este apenas de recursos humanos e

¹⁹ Despacho nº 157/ME/88, de 4 de Outubro do Gabinete do Ministro da Educação, Roberto Carneiro.

²⁰ Ministro da Educação de Agosto de 1987 a Outubro de 1991.

²¹ Foi o primeiro professor de Educação Física que obteve o grau académico de Doutor em Educação Física no nosso país, através do Instituto Superior de Educação Física da Universidade Técnica de Lisboa, no ano de 1982, cuja Tese de Doutoramento se situou dentro da problemática de desenvolvimento morfológico dos adolescentes. Presentemente, é o Presidente do Conselho Directivo e do Conselho Científico da Faculdade

financeiros, sendo o Desporto Escolar uma obrigação do Estado, o qual tem de assumir as suas obrigações com equilíbrio e competência.

A segunda revisão (SOUSA,1992) da *Constituição da República Portuguesa*, feita em 1989, no seu artº 79º descreve o seguinte:

1. Todos têm direito à cultura física e ao desporto.
2. Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas, as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto.

De uma forma mais simples, BARBOSA (1990), foca que a Educação Física funcionando em regime paralelo com outros *ateliers*, contribuem para o aproveitamento da criatividade natural de cada indivíduo, inserindo-se profundamente nas preocupações curriculares.

Ainda para este autor, a formação treina o jovem para o exercício equilibrado da mudança e para a conquista consciente de autonomia, exigindo-se ao técnico de hoje uma boa articulação entre eficiência e eficácia, articulação essa que só atinge a sua forma otimizada se forem significativos os benefícios sociais das acções desenvolvidas.

É nesta linha de pensamento que o Desporto foi, é e será processo de construção/desconstrução (CONSTANTINO, 1990), qual obra musical ou texto filosófico cujas propriedades intrínsecas não lhe limitam os usos sociais que deles podem ser feitos. O Desporto para este autor, foi, é e será fruto da acção de Homens e Mulheres concretos. De Homens e Mulheres diferentes.

Os professores de Educação Física têm o dever de conduzir durante toda a sua vida profissional, um combate permanente consigo próprio (BENTO, 1987a), a fim de poder desempenhar a incumbência social de educação da juventude com uma motivação elevada, concordante com o valor que atribui à sua profissão.

de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra. Tem diversos estudos sobre as relações entre o crescimento, dimensões corporais e prestação físico-motora da prática desportiva das crianças e dos adolescentes.

No ensino a relação pedagógica estabelece-se por intermédio do trabalho escolar (POSTIC, 1990), definido por programas que contêm objectivos explícitos.

GONÇALVES (1991), aponta ainda um outro factor bastante curioso, a formação da juventude, a qual deve estar em causa acima de tudo, na perspectiva de um indivíduo adulto consciente da sua função social e do seu papel individual. O Desporto Escolar, visando o desenvolvimento das capacidades, contribui decisivamente para a educação do espírito da iniciativa, da autonomia e da responsabilidade participativa, o qual deve constituir um factor decisivo para aquela formação.

Para este autor, o Desporto Escolar deverá constituir um lugar de encontro entre a Escola e a Comunidade, traduzido entre outros factores, pelo relacionamento com o desporto federado, na perspectiva do prolongamento do acto educativo para além da escola e pelo restabelecimento de relações permanentes com as Autarquias, elas próprias dotadas de estruturas específicas de acolhimento às necessidades de implementação e desenvolvimento do Desporto Escolar.

As relações do Desporto Escolar com a comunidade escolar e com a comunidade exterior não só são necessárias como eventualmente indispensáveis, mas a esta última competirão, fundamentalmente, funções de apoio e colaboração e nunca funções de direcção ou de enquadramento do Desporto Escolar.

Por sua vez PIRES (1991a), refere que o Desporto Escolar ao ser um instrumento de política educativa e social, deve dar oportunidade a todos os jovens em idade escolar, desde que queiram nele participar.

Também para este autor (1991b), o Desporto Escolar não é um favor que se faz mas sim um direito que em Portugal começou a ser conquistado no início do presente século. Por outro lado, menciona ainda este autor, que o Desporto Escolar não é das Federações Desportivas, não é da disciplina de Educação Física, não é de qualquer Direcção-Geral, não é do Gabinete do Desporto Escolar, não é de nenhum Partido Político, não é do Governo, não é de grupos Socioprofissionais, não é da Sociedade Portuguesa de Educação Física. O Desporto Escolar é de todos, é das Escolas, é dos Pais, é dos Professores que voluntariamente aderiram e é, principalmente, de todas as Raparigas e Rapazes que queiram, livremente, praticar desporto.

BENTO (1991a), na imagem actual do desporto para todos que revela no presente, dificulta o seu entendimento porque circunscreve uma enorme variedade de facetas, contornos e sentidos, surgindo o desporto no plural como domínio tecnológico, como actividade profissional, como comércio e como negócio, como artigo de consumo, como indústria de entretenimento, como empreendimento de saúde, como campo e factor de socialização, educação e formação.

Para SOBRAL (1991b), o tema das relações entre Desporto Escolar e o Desporto Federado, é geralmente abordado segundo dois estados de espírito antagónicos, um de conflito e outro de coexistência entre os dois sistemas. Poucos são os educadores e os agentes desportivos que escapam a esta bipolarização, muitas vezes expressa em termos maniqueístas, num conflito em que o Bem e o Mal são fixados ora de um ponto de vista educativo, ora de um ponto de vista da qualidade técnico-desportiva.

O problema em que se deve enquadrar (CHAGAS, 1991), o Desporto Escolar passa pela nova escola, pela definição de responsabilidades, e pela implicação de todos os seus actores numa estratégia do seu próprio desenvolvimento, não sendo a escola mais uma concha fechada, devendo preservar a tradição das regras democráticas, devendo inserir-se no meio e por via disso nas sociedades, devendo ainda procurar uma solução realista, descentralizada, capaz de colocar as decisões da periferia para o centro, capaz de dar uma resposta de planeamento que satisfaça as necessidades regionais e locais. A gestão política do Desporto Escolar deve ter a coexistência de todos os intervenientes directos responsabilizando-se o Estado pela sua implementação.

Também o Conselho Nacional das Associações de Profissionais de Educação Física (CADIMA, 1991), atribui ao Desporto Escolar uma importância fundamental, como actividade educativa de extensão e de complemento da Educação Física, ampliando os seus efeitos educativos aos jovens em idade escolar.

É dentro deste pensamento que FERREIRA (1991), quando se referia aos professores de Educação Física que ministravam o Desporto Escolar, mencionava que a estes caberia principalmente um papel determinante na consecução dos objectivos do Desporto Escolar, não sendo o mais importante na formação dos jovens, a conquista das taças e das medalhas.

Para além do aspecto da cultura integral do indivíduo, haveria igualmente a considerar o papel que as práticas desportivas poderiam desempenhar para evitar que alguma juventude caísse na toxicodependência, na criminalidade e no sedentarismo apático.

CONSTANTINO²² (1991), quando se refere à escola, menciona que não é em relação a nenhuma área de aprendizagem social, o único local das respectivas aquisições ou práticas. É um importante local de passagem, que é complementado pela influência de outras entidades formadoras, princípio este, que é válido para todas as áreas que constituem matéria de ensino e também para o desporto, onde o jovem tem necessidade de praticar desporto na escola e fora dela.

Diz ainda (1992), que a nossa escola, significa em sentido genérico, o dever de criar condições de acesso a todas as crianças e jovens que pretendam praticar desporto, entendido como actividade extracurricular complementar e com carácter voluntário, sendo a prática do Desporto Escolar deste modo, um direito que visa contribuir para o desenvolvimento global do indivíduo no plano físico, social e intelectual. Porque visa o desenvolvimento global do indivíduo tem de estar integrada no processo educativo. Porque é um direito, a sua salvaguarda e exercício têm de ser garantidos pelo Estado.

O Desporto na Escola ao ser consignado como direito tem de ser acessível a todos os que o querem praticar. A todos e não apenas àqueles que em determinado momento têm um melhor rendimento desportivo, quase sempre os mesmos que, fora da escola, já têm possibilidades de prática desportiva.

É neste sentido que no objectivo da *Carta Europeia do Desporto*²³ (1992), é focado a possibilidade de cada indivíduo praticar desporto, assegurando a todos os jovens a possibilidade de beneficiar de programas de Educação Física para desenvolver as suas aptidões de base, assegurando a cada um a possibilidade de prática do desporto e a participação em actividades físicas recreativas num ambiente seguro e saudável.

²² Director do Departamento dos Assuntos Sociais e Culturais da Câmara Municipal de Oeiras.

²³ Aprovada pelos Ministros Europeus responsáveis pelo desporto, reunidos em Rhodes de 13 a 15 de Maio de 1992 na sua 7ª Conferência. Define o desporto da seguinte maneira: entende-se por desporto todas as formas de actividade física que através de uma participação organizada ou não, têm por objecto a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis.

Reforça ainda CONSTANTINO (1992), que não podemos falar de Desporto na Escola se antes não verificarmos o que se passa no sector da Educação Física Escolar, disciplina de carácter obrigatório. E nesta matéria, se as demissões e alheamentos oficiais são muitos, os mal-entendidos académicos não são em menor número.

Para BENTO (1991b), é de ordem ideológica a separação entre Educação Física e Desporto Escolar, sobretudo porque a matéria de ensino e aprendizagem, de exercitação e recreação é comum.

O *Código de Ética do Desporto*²⁴ (1992), engloba a noção do direito das crianças e dos adolescentes de praticar um desporto e dele tirar satisfação, e a noção de responsabilidade das instituições e dos adultos como promotores do “*fair play*”²⁵ que garantem o respeito destes direitos.

Neste código afirma-se com segurança a intenção de combater as pressões exercidas pela sociedade moderna, que se revelam ameaçadoras para os fundamentos tradicionais do desporto, os quais assentam no “*fair play*”, no espírito desportivo e no movimento voluntário.

MEIRIM²⁶ (1993), menciona que a Lei de Bases do Sistema Desportivo (Lei nº 1/90 de 13 de Janeiro), no seu ponto 2 do artº 6º, descreve que a prática do desporto como actividade extracurricular, quer no quadro da escola, quer em articulação com outras entidades com actuação no domínio do desporto, designadamente os clubes, é facilitada e estimulada tanto na perspectiva de complemento educativo, como na ocupação formativa dos tempos livres.

Este mesmo autor (1995a), referindo-se à Lei de Bases do Sistema Desportivo, chama-lhe polémico instrumento legislativo, porque traçou para o universo associativo, a

²⁴ Resolução relativa à aprovação do Código de Ética do Desporto pelos Ministros Europeus responsáveis pelo Desporto, reunidos em Rhodes de 13 a 15 de Maio de 1992, para a sua 7ª Conferência.

²⁵ No Regulamento Geral de Provas do Desporto Escolar (Novembro de 1997), no artº 38º do Capítulo XI, é mencionado o Prémio “*Fair-Play*”. Este prémio foi criado, para distinguir os jovens atletas do Desporto Escolar, assim como as equipas dos Estabelecimentos de Educação e Ensino, que se tivessem distinguido pelo seu comportamento, na linha do mais elevado espírito desportivo.

A Comissão Nacional para o Espírito Desportivo (C.N.E.D.) tem como principal objectivo, a divulgação do Espírito Desportivo através das campanhas e acções junto de todas as entidades e agentes desportivos, a todos os níveis, desde o escolar à alta competição. O fim a alcançar será o de que todas as competições, bem como, a sua organização e as relações entre os vários agentes desportivos, se desenrolem na observância e respeito dos princípios da Ética Desportiva.

²⁶ Assessor do Gabinete do Procurador-Geral da República e autor de várias obras no domínio do Direito do Desporto.

um primeiro nível, a possibilidade de uma dicotomia: os clubes desportivos e as sociedades com fins desportivos.

Por sua vez na *Carta do Desporto dos Países de Língua Portuguesa*, (1993) refere que as medidas apropriadas para o desenvolvimento da condição física dos jovens e para os motivar para a prática do desporto, nomeadamente zelando para que a escola disponha em todos os seus níveis de programas apropriados de desporto, bem como de tempos e instalações para os concretizar. Menciona ainda a possibilidade de continuar a prática desportiva após o período escolar obrigatório, encorajando relações apropriadas entre as escolas e outros estabelecimentos de ensino e os clubes desportivos locais, facilitando e desenvolvendo as possibilidades de acesso às instalações desportivas pelas escolas e pelas colectividades locais.

O Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de Fevereiro que define e organiza o quadro geral da Educação Física e Desporto Escolar, no seu artº 5º, define o Desporto Escolar da seguinte forma:

1. Entende-se por Desporto Escolar o conjunto das práticas lúdico-desportivas e de formação como objecto desportivo desenvolvidas como complemento curricular e ocupação dos tempos livres, num regime de liberdade de participação e de escolha, integradas no plano de actividade da escola e coordenadas no âmbito do sistema educativo.
2. De acordo com os objectivos referidos no número anterior, o Desporto Escolar desenvolve as suas actividades nas escolas do 2º e 3º ciclos do ensino básico e nas escolas do ensino secundário.
3. Nas escolas do 1º ciclo do ensino básico são desenvolvidas actividades lúdicas de iniciação desportiva integradas no âmbito dos programas de Educação Física da respectiva área curricular ou articuladas com estes.

Em entrevista concedida a Pinhão (1992), ao Jornal “A Bola”, o professor ESTEVES, quando se referiu ao Desporto Escolar, disse que o que interessa realmente é a prática educativa, higiénica e recreativa, em todos os seus aspectos de convivência, da

totalidade das crianças e da totalidade das escolas, e não o Desporto Escolar dos melhores praticantes, dos alunos, ao mau estilo clubista de competição e campeonato.

Assim, o direito da criança jogar ou competir com opositores que sejam e estejam de acordo com a idade, a altura e o tamanho (NETO,²⁷ 1994), bem como a sua decisão sobre os desportos que pretende participar sem estar sujeito a pressões familiares ou sociais são propostas deste autor, assim como o direito da criança participar na organização de programas desportivos, manifestando as suas ideias e ambições, sendo deste modo caso para pensar que a criança é mais importante que a burocracia.

SOBRAL (1994), menciona que o desporto na escola, não passa de uma brincadeira, de um “faz-de-conta” que pode servir as finalidades da Educação Física mas que será incapaz de formar atletas e de criar uma experiência competitiva realista. Ainda para este autor, a escola não pode arrogar-se hoje num terreno impermeável aos vícios da sociedade. Também, face ao mencionado no Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de Fevereiro, o Desporto Escolar entre nós, é uma actividade de complemento curricular, o que desde logo, retirando-lhe o carácter de obrigatoriedade, o aproxima do espírito de participação inerente ao sistema de desporto federado.

CABRAL²⁸ (1994), referindo-se à sociedade e aos jovens, refere que a sociedade presente exige jovens capazes de resolver problemas, versáteis, acima de tudo mestres na arte de aprender, exigindo-se dos professores que façam da escola o veículo da transformação da sociedade.

Menciona ainda (1995), que o acto de educar não pode ser outro que o acto contínuo de descobrir a realidade, competindo hoje à escola, mais do que a qualquer outra instituição, construir os alicerces do mundo do futuro, onde num contexto social se aprende, fazendo.

Ao se falar em desenvolvimento regional e a sua importância para a Educação Física e o Desporto (CONSTANTINO, 1995), como um dos garantes da qualidade de vidas das populações referimo-nos concretamente à melhor forma de levar a Educação Física e o

²⁷ Doutorado em Motricidade Humana na especialidade de Ciência do Comportamento; Presidente do Conselho Pedagógico e Vice-Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, tem algumas obras dedicadas ao estudo do comportamento da criança no jogo.

²⁸ Doutorado em Ciências da Educação, desenvolve grande parte da sua actividade como gestor educacional.

Desporto a todo o território nacional, a um meio que suscita outros desenvolvimentos no plano da saúde, emprego e educação.

Quando se diz que já é tempo do desporto (ROSÁRIO, 1996), adquirir consistência do que é e do que vale, importa que se diga que o desporto deve fazer todo o possível para conhecer-se como relação a uma totalidade de cultura, carecendo a escola de riso (BENTO, 1997), de entusiasmo, de dinamismo, de palmas, de alegria e animação, ou seja, precisa que se goste dela.

É desta forma que o desporto é um meio primordial de renovar a educação, de lhe emprestar uma cara de festa e convivialidade, de quebrar a rotina escolar com competições internas e externas. Trata-se assim de aproximar a escola da vida, de integrar mais uma na outra e de consumir o desiderato de desportivizar a escola e escolarizar o desporto.

A definição que SOBRAL (1996), deu ao desporto, é que há milhentas definições possíveis, apontando *Coubertin* que no final do século XIX definiu o desporto como o exercício corporal intenso e vigoroso, orientado para a superação dos limites humanos, envolvendo o gosto pelo esforço e pelo risco, incluindo o risco da própria vida. Mas, ainda para este autor, o desporto é aquilo que na melhor das hipóteses os desportistas fazem, ou seja um entendimento e uma organização socialmente legitimadas.

MOTA (1997), ao abordar as questões que se prendem com o Desporto Escolar, diz que é um processo iminente educativo e pedagógico, sendo por isso uma questão do sistema educativo e não do sistema desportivo, ainda que possa e deva estabelecer com este relações de privilégio, conducentes a uma cooperação e colaboração não só desejáveis, como necessárias.

Sabemos que o desporto passou a ser uma prioridade no âmbito da política educativa (LIMA, 1996), anunciada para o ano lectivo de 1996/97, com a criação do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, órgão com funções de planeamento, dinamização e coordenação das actividades desportivas nos ensinos Básico e Secundário. Contou com um suporte financeiro da ordem dos 600 mil contos, tendo sido sem dúvida o objectivo de ensinar primeiro as modalidades que estão abrangidas nos quadros competitivos previstos para esse ano escolar.

Nas Grandes Opções do Plano para 1996, aprovada pela Lei nº 10-A/96, de 23 de Março (Anexo nº 20), na 2ª Opção, “Desenvolver os Recursos Humanos, Estimular a

Iniciativa Individual e Colectiva”, na área do Desporto Escolar, as principais linhas de acção do Governo, mencionava que:

Na vertente do Desporto Escolar prosseguir-se-à uma política de criação de espaços e de condições para a prática desportiva da população escolar, a começar no 1º ciclo, ao mesmo tempo que serão incentivados os clubes escolares onde deverão desenvolver as actividades desportivas como actividades de complemento curricular.

Segundo MARQUES ²⁹ (1997), o ensino deve ser bem mais do que sessões em que o professor fala e o aluno ouve. Os professores devem criar um programa recheado de múltiplas actividades de aprendizagem.

Ainda para este autor, *Piaget*,³⁰ foi o primeiro autor a investigar como as crianças pequenas constróem os valores morais, recorrendo à observação dos seus próprios filhos e envolvendo-os em situações de jogo, sendo as crianças obrigadas a tomar posição.

Em Junho de 1997,³¹ o Governo alertou para a importância do ensino Pré-Escolar, cujo lema de campanha publicitária nacional era “*Um bom começo vale para toda a vida*”, com o objectivo de chamar a atenção para a importância do ensino Pré-Escolar.

Também no dia 6 de Junho desse mesmo ano, o Ministro da Educação, Marçal Grilo, inaugurou no pavilhão nº 1 do complexo desportivo da Luz, a Festa Nacional do Desporto Escolar, tendo aproveitado a sessão inaugural para realçar o papel muito importante da actividade desportiva nas escolas de todo o País.

Mais recentemente, BARBOSA (1997c), menciona que um bom educador tem de ser obviamente um bom aplicador de métodos e de técnicas. Só acontecerá um desenvolvimento harmonioso das crianças, se o educador for antes de mais, um bom representante da qualidade humana. Este autor (1997e), mencionou ainda, que ser professor

²⁹ Professor Doutor, da Escola Superior de Santarém e Presidente do Conselho Científico.

³⁰ Jean PIAGET (1896-1980), psicólogo, filósofo e pedagogo suíço, conhecido mundialmente pelos seus trabalhos sobre o desenvolvimento do pensamento e da linguagem na criança, sendo hoje considerado como uma das personalidades mais marcantes do pensamento científico contemporâneo. (Psicologia e Epistemologia- 1991 - Publicações D. Quixote, Nova Enciclopédia, Lisboa.

³¹ No Jornal “Correio da Manhã” de 6 de Junho de 1997, mencionava que a Campanha Nacional do Pré-Escolar começava naquele dia.

nos dias de hoje, é ter que desenvolver uma actividade profissional, por sinal, a mais complexa que até hoje o homem inventou.

A este propósito, CONSTANTINO (1997), foca que a criação de uma nova política desportiva requer uma base material e doutrinária diferente, passando pela lucidez de diagnosticar que todos os indicadores sociais da prática desportiva nos colocam na cauda da Europa. Para alterar este estado de coisas requer medidas políticas adequadas, inovadoras, arrojadas e decididas, sendo preciso dar futuro ao nosso presente. É necessário compreender que a modernidade desportiva não pode ser separada da modernidade cultural, sendo urgente que apareça quem defenda com verdadeiro estado de alma, o desporto, os cidadãos e os valores que lhes devem estar associados.

Lembramos ainda a este propósito que de uma forma simples, quando da realização do *2º Congresso do Desporto*, organizado pela Confederação do Desporto de Portugal, no Hotel Penta em Lisboa, nos dias 15 e 16 de Novembro de 1997, o *Presidente da República*, JORGE SAMPAIO deu o seu patrocínio na Sessão de Abertura, tendo confirmado a importância do acontecimento e deu ainda mais força ao Movimento Associativo, atendendo que foi a primeira vez que um Chefe de Estado, para além de presidir, teve oportunidade de dissertar sobre o desporto em Portugal e muito especificamente sobre o Desporto Escolar, focado através de uma mensagem muito importante:

A articulação entre o Desporto e a Escola é uma questão crucial, pois é aí que se encontram incentivos para uma prática desportiva de acordo com o desenvolvimento harmonioso dos jovens, sendo na escola que o ambiente formativo e desportivo deve ser reforçado.

Focou ainda o Presidente da República,³² que o desporto é o principal antídoto contra a droga.

³² De 18 a 25 de Janeiro de 1998, o Presidente da República, Jorge Sampaio, englobado no roteiro da Presidência Aberta, realizou uma jornada temática de Semana Aberta em algumas zonas do País, denominada *Semana da Educação*, centrada nos graus do Pré-Escolar ao Secundário tendo começado com as Associações de Pais e Encarregados de Educação e terminado com os alunos representantes das Associações de Estudantes, dando assim o seu contributo social a nível de educação, procurando aproximar a escola à sociedade, vendo e ouvindo os intervenientes no processo educativo, com o objectivo de encontrar respostas para o subdesenvolvimento educativo. Procurou alertar a comunidade e responsabilizar não apenas professores e alunos, mas toda a sociedade a começar pelos pais e autarquias.

Manuel BRITO (1997a), Director do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, disse para a Revista Mundial, quando da escolha de Rio Maior como palco para a inauguração do Desporto Escolar no ano lectivo de 1997/98, o seguinte:

Num ano que marca a reorganização do departamento e, sobretudo, a atribuição de uma verba de 650 mil contos, gerada pelo Totoloto para a promoção de actividades, um eventual excesso das receitas do Totoloto, será ainda canalizado para programas de Natação do 1º Ciclo. Será ainda atribuído um fundo de 100 mil contos, retirado do Orçamento de Estado para o apetrechamento de pavilhões construídos pelas autarquias. Em 1998, por exemplo, estão previstos mais 120 pavilhões, orçamentados em 3 milhões de contos.

Revelou ainda BRITO (1997a), que neste ano lectivo, o Desporto Escolar deverá envolver cerca de 400 mil jovens em actividade regular, ultrapassando os 350 mil da época anterior, já que aderiram ao projecto 1 300 escolas e 4 500 professores, pelo que os objectivos para esta temporada prendem-se com a participação competitiva conjunta de jovens de Portugal Continental, Açores e Madeira, em iniciativas de natureza social, como a Festa do Desporto Escolar, na cidade do Porto no mês de Maio, e sua natureza competitiva.

Finalizou o Director BRITO (1997a), com a procura da formação de atletas, treinadores, socorristas e dirigentes, através de cursos para o efeito, não descurando o apoio técnico aos Países de Língua Oficial Portuguesa. Por último, integrado no plano de apoio documental, continuará o Gabinete Coordenador, o esforço de edição de material didáctico e livros de regras, bem como a edição de vídeos, tendo na forja o lançamento de um vídeo sobre rãguebi, editado com o auxílio da Federação da modalidade.

Também BRITO (1997b), quando da Mesa Redonda, subordinada ao tema “Autarquias e Desporto”, que se realizou em 20 de Dezembro, no Auditório Municipal do

O Presidente da República ao avaliar o estado da educação durante uma semana, visitou, ouviu, viu, conversou, prometeu, resolveu, seguido de perto pela equipa do Ministério da Educação. (“Jornal de Notícias” de 18 a 25 de Janeiro de 1998).



Museu Monográfico de Conímbriga, em respostas dadas aos participantes no debate disse o seguinte:

A participação no Desporto Escolar de alunos federados é a subversão do processo pedagógico, para numa lógica de rendimento, a escola excluir os menos dotados, devendo esta reforçar o papel no processo de formação desportiva dos jovens.

Como o desporto não faz parte da nossa cultura, nota-se deficiência a nível do Desporto Escolar, o qual nem sempre tem sido bem entendido como viveiro de campeões, devendo ser exclusivamente para a iniciação e orientação desportiva, sendo o desporto excelência para os clubes.

No nosso país, só 18 por cento de Câmaras têm programas de Educação Física de apoio ao 1º Ciclo do Ensino Básico, sendo estas responsáveis pelo Parque Desportivo.

Ainda para este Director, só haverá Desporto Escolar nas escolas, se houver Educação Física, tendo o professor desta disciplina, de ser qualificado; para a oferta base dos programas, já os miúdos não querem, querendo outras actividades,³³ querendo muito mais.

No âmbito das actividades previstas para o ano lectivo em curso, quando da inauguração em 16 de Novembro de 1997, no Estádio Municipal de Rio Maior, da pista sintética de Atletismo denominada Susana Feitor, contou com as presenças do *Primeiro-Ministro*, ANTÓNIO GUTERRES e do *Ministro da Educação*, Marçal GRILO,³⁴ foi aproveitada a altura para efectuar uma Jornada do Desporto Escolar, com a Abertura Nacional das Actividades Competitivas do Desporto Escolar presidida pelo Primeiro-Ministro na cidade de Rio Maior, escolhida como cenário para aquele evento.

³³ Em conversa com os nossos alunos, estes diziam que a escola deveria oferecer outras actividades, proporcionando momentos de fortes emoções e agradável convívio, em respeito pelo ambiente natural e humano, de acordo com as mais rigorosas normas de segurança. As actividades que mais mencionaram como preferidas, foram as seguintes: Passeios Pedestres, BTT, Paintball, Tiro com Arco, Percursos de Orientação, Obstáculos com Cordas, Passeios a Cavalos, Escalada, Canoagem, Rappel e Slide, Folclore, Danças de Salão, Jogos Populares.

As actividades de aventura aliadas à animação desportiva, poderão ser praticadas em áreas muito diversas, tais como em espaços naturais como a praia, e espaços artificiais não desportivos como relvados e praças.

³⁴ Tomou posse como Ministro da Educação no XIII Governo Constitucional em 28 de Outubro de 1995.

Pelo carácter histórico que se revestiu o discurso efectuado pelo Ministro da Educação nesta cerimónia, o qual enalteceu o Desporto Escolar, resolvemos incluí-lo na íntegra nesta investigação.

Queridos atletas Olímpicos, Mundiais, Internacionais:

Uma palavra muito breve, apenas para agradecer ao Senhor Primeiro-Ministro, o ter hoje passado o dia connosco, no Desporto Escolar.

O Desporto Escolar constitui para nós uma prioridade educativa. O Desporto Escolar, constitui uma área de intervenção do Governo a que nós atribuímos uma enorme importância. Nos últimos dois anos, no tempo de duração deste Governo, nós estruturámos o Desporto Escolar e financiámos o Desporto Escolar em moldes que nos permitem hoje dizer que o Desporto Escolar está completamente estruturado e tem os programas e a liderança necessários à sua vivência diária, quotidiana regular e continuada.

Gostaria de dizer que esta é a forma que nós temos de combater muitos dos males que hoje afligem a nossa juventude e todos os riscos que hoje pairam sobre ela, nomeadamente os riscos da toxicodependência e da droga. É através do Desporto Escolar que nós temos a capacidade para vencer muitos dos desafios que temos pela frente nesta área tão delicada e tão perigosa. Senhor Primeiro-Ministro, o Desporto Escolar é uma área de intervenção a que estão ligados hoje mais de 4 500 professores em 1 500 escolas e que movimenta muitas dezenas de milhares de jovens de Norte a Sul do País.

Nós vamos continuar a dar um grande apoio a esta área, e eu queria aqui agradecer muito particularmente ao Doutor Manuel Brito e à sua equipa, a todos os coordenadores ao nível Regional, Local e dos CAE's, o trabalho que tem sido feito no Desporto Escolar.

Permitam-me uma palavra para todos os jovens, para lhes dizer quão importante é que eles dediquem o seu tempo ao desporto, quer pratiquem, o Andebol, o Basquetebol, o Ping-Pong, o Voleibol, o Atletismo, todos aqueles desportos que tanto vos motivam. E falando dos atletas, eu queria

muito, agradecer a todos os atletas que aqui estão,³⁵ aos que foram recordistas do Mundo, aos que são medalhados Olímpicos, os que foram campeões Mundiais, a todos aqueles que são para nós orgulho do País.

Incluimos também na íntegra o discurso de circunstância e de carácter histórico do Primeiro-Ministro que deu grande relevo ao Desporto Escolar, e prometeu continuar a trabalhar cada vez mais para uma maior divulgação daquela actividade, tendo discursado da seguinte forma:

Caras amigas, Caros amigos

Uma das coisas que mais me fez sofrer durante muitos anos, foi ver construir desde 1982 até 1995, muitas centenas de escolas em Portugal, que eram apenas fábricas de aulas, que não tinham qualquer instalação para a prática desportiva ou sequer para a Educação Física. Esta ideia terminou; para nós hoje a educação é um projecto de formação integral e dentro da educação, o Desporto, a prática desportiva, a Educação Física, têm um papel essencial, porque são um contributo decisivo, não apenas para que os jovens possam viver melhor, mas também para que possam combater melhor alguns dos problemas que hoje nos afligem.

Já aqui foi falada a droga ou a toxicodependência; e por isso o Desporto Escolar tem hoje um papel crucial na política educativa.

³⁵ Entre alguns atletas, estavam presentes os Olímpicos Carlos Calado, Fernanda Ribeiro (n.23/Jun/69 tendo já alcançado títulos a nível europeu, mundial e olímpico), Susana Feitor, Rosa Mota e Fernando Mamede. Rosa Mota, nascida na Foz do Douro em 29 de Junho de 1958, iniciou a sua gloriosa carreira desportiva, através do Desporto Escolar, quando da realização de uma prova de Corta-Mato na Escola Preparatória Leonardo Coimbra (Porto); decorria o ano lectivo de 1972/73. Participou então na categoria de Juvenis, numa extensão de 2 000 metros. A primeira medalha, conquistada por esta atleta no Desporto Escolar, esteve patente na exposição “Encontro com a Memória do Desporto” no Museu de Electricidade-Central Tejo, de 23 de Outubro a 19 de Novembro de 1997 em Lisboa.

Fernando Mamede (n. 1/Nov/51), recordista europeu da prova de 10 000 metros desde 2 de Julho de 1984 (Estocolmo), também iniciou a sua carreira no atletismo, aos 14 anos em Moura, quando, através da Escola Preparatória de Beja, no ano lectivo de 1964/65, participou no Desporto Escolar tendo efectuado uma prova de Corta-Mato na extensão de 700 metros, tendo saído vencedor.

Carlos Calado (n.5/Out/75), jovem promissor atleta, recordista nacional do Salto em Comprimento, Triplo-Salto, 100 e 200 metros, iniciou o seu percurso através do Desporto Escolar, na Escola Secundária de Alcanena, quando no ano lectivo de 1989/90, efectuou uma prova de Corta-Mato numa extensão de 3 000 metros, tendo alcançado o 3º lugar.

Susana Feitor (n.28/Jan/75) a primeira prova que participou, foi em Amiais de Baixo, tinha então 11 anos; ficou em 9º lugar numa prova de Estrada na distância aproximada de 1 000 metros. Esta prova foi promovida pela Câmara Municipal de Rio Maior, que levou a todas as escolas actividades desportivas ligadas à escola.

Em primeiro lugar com recursos, o Desporto Escolar era o parente pobre. Havia sempre enorme dificuldade para arranjar dinheiro para o Desporto Escolar.³⁶ Pois bem, a partir de há alguns meses, 12,5 por cento do Totoloto, vão directamente para o Desporto Escolar, para que nunca mais falte um tostão àquilo que é necessário no Desporto Escolar.

Em segundo lugar, não pode haver Desporto sem instalações. Todas as novas escolas, que estão a ser construídas nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário, têm hoje instalações para a prática da Educação Física, e estamos também a construir instalações nas escolas que se fizeram no passado sem esses pavilhões. Só no próximo ano de 1998, serão construídos de Norte a Sul do País, 117 instalações para a prática desportiva no seio das escolas.

Mas, mais importante que o dinheiro, mais importante que as instalações, é a dedicação de um enorme número de professores, é a vontade de centenas de milhares de alunos, é esta nova concepção de que a educação não é apenas dar aulas, não é apenas tirar um curso, é ter uma formação integral em que o Desporto é uma componente essencial.

Todas as medidas previstas no Programa do Governo,³⁷ iniciado há dois anos, foram cumpridas nos primeiros dois anos de mandato, porque

³⁶ Lembramos a este propósito que na edição de 18 de Fevereiro de 1997 do Jornal “A Capital”, focava que o Governo ainda não tinha dado nesse ano um vintém ao Desporto Escolar, apesar de estar a isso obrigado por legislação existente (Decreto-Lei nº 164/96 de 5 de Setembro). Lembramos ainda que o Desporto Escolar esteve sob ameaça de paralisação (Jornal “A Capital” de 8 de Abril de 1997, pp. 1 e 52) por falta de verba face às dívidas contraídas pelo Desporto Escolar (300 mil contos), porque a Secretária de Estado, Ana Benavente se recusava sistematicamente libertar verbas com origem nas receitas do totobola e totoloto. Além daquela verba eram reclamados mais 200 mil contos para cumprir o programa até final do ano lectivo de 1996/97.

Também o Jornal “Correio da Manhã” (10 de Março de 1997), focava que, segundo os Coordenadores Regionais do projecto Desporto Escolar dos Centros das Áreas Educativas, tinham entregue na véspera na Figueira da Foz ao Ministro da Educação, uma exposição sobre a grave situação que se estava a passar; as dificuldades de financiamento do Desporto Escolar bloqueavam as actividades das escolas.

Na escola onde desempenhamos a actividade e foi realizado o presente estudo, no Ano Económico de 1997, o Desporto Escolar foi financiado por verbas do Orçamento do Estado, distribuídas pelo Gabinete de Gestão Financeira (G.E.F.) do Ministério da Educação, por indicação do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, cuja parcela de verba destinada à Escola Secundária de Jácome Raton, foi de 152 mil escudos (Ofício nº 006459, de 7 de Novembro de 1997).

³⁷ CONSTANTINO (Jornal “Record”, de 16 de Abril de 1997) ainda sobre a falta de verbas para o Desporto Escolar, menciona o seguinte: “A Secretária de Estado da Educação e Inovação responsabilizou publicamente a Secretaria de Estado do Desporto pelo não processamento das verbas relativas ao Desporto Escolar. Se as palavras da Secretária de Estado da Educação valem sobretudo pela raridade que constitui um

esta era para nós uma prioridade essencial para a formação dos nossos jovens, e não havia tempo a perder.

Mas, gostaria de vos dizer ainda duas últimas notas:

A primeira, de homenagem à Câmara Municipal de Rio Maior; não existe nenhum outro concelho do nosso País onde tenha havido a inteligência e a visão de ir construindo na mesma zona um parque simultaneamente educativo e desportivo. Aqui, numa área relativamente reduzida onde se pode circular facilmente de instalação em instalação, estão todas as escolas que estão a ser e vão sendo construídas, e estão todos os equipamentos desportivos que vão constituir um dos mais modernos complexos e um dos melhores complexos de Portugal. Esta visão da Câmara Municipal de Rio Maior, tem que ser homenageada e copiada em todo o País.

Finalmente, uma última nota de agradecimento; não sei como é que organizaram isto, mas tiveram a gentileza de que a última prova desportiva a que pude assistir foi uma prova desportiva em que a equipa da Escola Secundária onde eu andei, Escola Secundária Camões, na altura Liceu Camões, ganhou o jogo de andebol e o andebol foi o Desporto Escolar que eu pratiquei no Liceu Camões nessa altura.

Em entrevista concedida a DAMÁSIO (1997), Chefe de Redacção do Semanário Ribatejano de Informação “O Remate”, o Primeiro-Ministro focou o seguinte:

responsável político defender de modo tão enérgico e frontal o Desporto Escolar, eles são também um sinal evidente da clara ausência de coordenação política no interior do próprio Governo.

Se há objectivo estratégico do actual Governo, que foi assumido de modo a não deixar margens a quaisquer dúvidas, foi seguramente o da Educação. Se há matéria programática sobre a qual se assumiu um compromisso político claro, foi inquestionavelmente o Desporto Escolar. Sobre ele se foi crítico em relação ao passado e optimista e seguro relativamente ao futuro. Sobre ele se procurou, e bem, defender o princípio de estabilidade do sistema, acabando com as constantes alterações de localização orgânica da estrutura coordenadora do Desporto Escolar. Mas existe neste conflito um outro sinal: o de que progressivamente a cultura política dominante se afasta do que é o sentimento geral dos cidadãos. Negar, porque foi disso que se tratou, os meios financeiros, para serem investidos nas escolas a nível do Desporto Escolar”.

Constitui ainda despesa do Instituto Nacional do Desporto, o subsídio a atribuir anualmente, por despacho dos membros do Governo com a tutela da educação e do desporto, ao Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, do Ministério da Educação, destinado ao apoio e à promoção do Desporto Escolar, tal com vem consignado no artº 16º (Despesas) do Decreto-Lei nº 62/97, de 26 de Março.

A Educação não é apenas fazer escolas que sejam fábricas de fazer aulas, é uma formação integral e o Desporto é uma componente essencial dessa formação; em segundo lugar com um bom Desporto Escolar o país poderá ter um bom desporto no seu conjunto.

Também para o programa “Directo XXI” da TVI do dia 16 de Novembro, o Primeiro-Ministro disse o seguinte:

Tive hoje a honra e prazer de ser acompanhado por alguns dos nossos medalhados olímpicos.

Nós ganhámos uma medalha de ouro, umas medalhas de prata, pode ser que um dia quando tivermos um Desporto Escolar a sério isso gere condições para que possamos vir dos Jogos Olímpicos com três, quatro, cinco, seis medalhas de ouro, porque se criou a base e a massa indispensável para que os talentos possam emergir.

Nós hoje estamos a fazer um grande esforço no sentido de dar à educação desportiva um papel decisivo no sistema educativo, o esforço financeiro, o Totoloto passa a atribuir 12,5 por cento das suas verbas à educação desportiva; esforço em instalações, só para o ano, 117 novos pavilhões³⁸ e sobretudo esforço na dedicação enorme dos professores e dos alunos que estão a compreender que esta é de facto uma componente essencial da formação dos jovens.

Face ao que foi dito anteriormente pelas entidades que nos governam, sabemos que uma das nossas grandes preocupações do nosso tempo é a droga.

³⁸ O Despacho nº 29/81, de 13 de Novembro, do então Secretário de Estado das Obras Públicas, Eugénio Nobre determinava, que dada a grave situação de disponibilidade de verbas para a construção de escolas, com vista a se dispor do máximo de salas de aulas, que a Direcção-Geral das Construções Escolares actuasse no sentido de que: fossem adiados para uma segunda fase, os pavilhões polivalentes ou ginásios, de que ainda não se tivessem iniciado a sua construção. Esta determinação afectou, desde logo, doze escolas incluídas no primeiro plano de emergência, lançado em 1981, pelo então Ministro da Educação, Vítor Crespo.

Nessa altura, muitas escolas ficaram apenas com um vasto terreno livre que, na planta, se destinava a um ginásio ou pavilhão gimnodesportivo, para surpresa das comissões instaladoras e mesmo dos serviços do Ministério da Educação. Quatro meses depois, em 14 de Março de 1982, era também o Secretário de Estado das Obras Públicas que reiterava por despacho que os ginásios seriam feitos, salvo indicação em contrário, em 2ª fase (“O Jornal da Educação,” nº 78, de Agosto de 1984).

Assim, para o combate a este problema a ocupação dos tempos livres ocupa um lugar determinante e, naturalmente, a prática desportiva é um dos meios mais eficazes para criar solidariedade, amizade e espírito de entreajuda que são precisamente o contrário do individualismo e da solidão.

E sabemos também que há solidão em muitos jovens, onde o mais importante seria a participação de todos nos convívios desportivos realizados através do Desporto Escolar, que se pretendem que tenham um espírito de uma saudável confraternização entre toda a população escolar.

No IV Congresso Nacional de Educação Física que se realizou de 27 a 29 de Novembro no Auditório do Centro Pastoral de Paulo VI em Fátima, SOBRAL (1997), quando se referia ao Desporto Escolar focou a importância da formação contínua para os licenciados em Educação Física, através de cursos de pós-graduação em Supervisão Pedagógica, Formação de Formadores, Educação para a Saúde e Formação Pessoal e Social, onde o Desporto Escolar teria uma *demarcação nos saberes em função das atitudes na formação inicial*.

Lembramos ainda o mencionado no capítulo *Educação - Construir a Qualidade* das Grandes Opções do Plano Nacional para 1998, na Lei nº 127-A/97, de 20 de Dezembro (Anexo nº 22), o qual foca a promoção da prática da Educação Física e do Desporto Escolar, nomeadamente através do reforço do investimento na construção de infra-estruturas desportivas cobertas nas novas escolas.

Para o complemento curricular do desporto na escola é função deste o seu desenvolvimento com três vectores indispensáveis nas condições de execução a nível de infra-estruturas, motivação dos alunos e capacidade técnica dos professores.

É neste contexto que CONSTANTINO (1998), menciona que o movimento associativo desportivo, tem feito um esforço significativo de evolução e modernização das suas estruturas e métodos de trabalho mas, vive muita das vezes bloqueado por uma acção governativa que “futeboliza” demasiado os problemas desportivos.

Ana Benavente (1998), *Secretária de Estado da Educação e Inovação*, em entrevista concedida ao jornal “A Bola” menciona que:

O processo de financiamento directo envolve cerca de 700 mil contos, quantia que permite consolidar o trabalho até agora desenvolvido, sem as inseguranças do passado, quando os sonhos ficavam devastados pelos cortes orçamentais.

O Desporto Escolar renasceu das cinzas e assume-se cada vez mais como uma das primordiais tarefas da educação em Portugal, correspondendo a passagem do Desporto Escolar para a educação, a uma convicção de que o desporto na sua dimensão de desenvolvimento do corpo, de aprendizagem das regras de convivência e de descoberta e construção do bem-estar, sendo fundamental para enriquecer a vida das escolas. A escola não pode ser apenas a carteira, o lápis e o manual, é importante que nela se desenvolvam actividades artísticas, desportivas e físicas, iniciativas de toda a ordem que a tornem um espaço humanizado e preocupado com o desenvolvimento das crianças e dos jovens.

Relativamente à revisão curricular, um dos projectos a desenvolver pelo Ministério da Educação, relacionado com o Desporto Escolar, a Secretária de Estado defende que:

A escola está muito pesada no ponto de vista de disciplinas e conteúdos, asseverando que é preciso ter espaços integrados na vida escolar para outras actividades tão enriquecedoras ou mais que as actividades tradicionais, pretendendo-se que as escolas possam elaborar o seu próprio projecto educativo para outras actividades, nomeadamente o Desporto Escolar, aparecendo este divulgado sobre a forma de projectos das escolas e não de uma oferta ou imposição às escolas.

O Desporto Escolar permitirá ainda dar maior relevo a uma disciplina que é por muitos considerada ainda como o parente pobre, a Educação Física, e que nem sempre tem sido desenvolvida da forma mais profícua.

Em entrevista conduzida por Fernandes ao Director do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar BRITO (1998), mencionou que o projecto do seu Gabinete, prevê que dentro de dois a três anos todas as lacunas em termos de infra-estruturas estarão cobertas e dentro de 10 anos não haverá nenhuma escola sem um equipamento desportivo básico. A filosofia que emana do Desporto Escolar pretende dar aos jovens as bases e os hábitos para um desenvolvimento sólido e harmonioso, em defesa de valores ambientais, na cultura de uma cidadania desportiva e saudável.

Deste modo, pretende-se finalmente, constituir uma política desportiva alargada, que num processo normal possa produzir os expoentes, os praticantes de elite, que serão depois aproveitados pelo desporto federado.

Também este director pretendia em primeiro lugar definir, o perfil dos professores atendendo às necessidades do desenvolvimento desportivo dos alunos, uma vez que de momento existe um quadro competitivo separado para federados e não federados. Quanto a representações internacionais são, obviamente escolhidos os melhores.

O Director do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, finaliza a entrevista dizendo que aquilo que se pretende é dar uma maior Cultura Física aos alunos, aumentando cada vez mais a actividade interna, dando-lhes ocupações dentro da escola para que esta seja uma escolha e não uma imposição.

Para o ano lectivo de 1997/98,³⁹ o Projecto de Adesão ao Desporto Escolar, deu entrada na Escola Secundária de Jácome Ratton em 10 de Julho de 1997.

A aprovação do Projecto de Adesão do Desporto Escolar, foi efectuada no Conselho Pedagógico de 3 de Setembro.

O Plano de Actividades do grupo de Educação Física integrado no Plano de Escola, foi aprovado pelo Conselho Pedagógico em 8 de Outubro.

O Projecto Final sobre a adesão ao Desporto Escolar, foi enviado para o Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, em 24 de Outubro de 1997.

Por outro lado, o Plano Anual de Actividades de Escola, foi aprovado também pelo Conselho Pedagógico, em 5 de Novembro.

³⁹ No Programa do Desporto Escolar para o ano lectivo de 1997/98, era mencionado o seguinte: (...) O Projecto de Desporto Escolar deve ter uma relação estreita com o Projecto Educativo e o Plano de Actividades do estabelecimento de educação e ensino e uma articulação e complementaridade com o trabalho desenvolvido na disciplina de Educação Física (...)

O Projecto Final do Desporto Escolar para o ano lectivo de 1997/98, ficou aprovado em 3 de Dezembro de 1997.

Através do ofício nº 1199, de 2 de Fevereiro de 1998, foi comunicado à E.S.J.R., que naquela data tinha sido atribuída a importância de 55.000\$00, correspondente a uma tranche para o Projecto Desporto Escolar, cuja perspectiva da verba global de 160.000\$00 que se previa atribuir à escola, estava sujeita no entanto a eventuais alterações. Quanto ao restante da verba previa-se que a mesma fosse distribuída em mais duas tranches, devendo a escola aguardar pela comunicação do Gabinete de Gestão Financeira,⁴⁰ para efectuar a respectiva requisição das verbas.

Sobre os critérios de distribuição, as referências usadas foram as seguintes:

Número de grupos/equipas, número de deslocações previstas e Projectos Especiais.

Em 2 de Abril, deu entrada na Escola Secundária de Jácome Ratton um Telefax, proveniente da Coordenadora do C.A.E.L.M.T. (Desporto Escolar) que mencionava o seguinte:

Algumas escolas têm-nos comunicado dificuldades na continuação do desenvolvimento dos seus projectos de Desporto Escolar face ao atraso (que tende a agravar-se) na transferência de verbas do Desporto Escolar.

Assim, a fim de termos uma perspectiva global das possibilidades/dificuldades de as escolas continuarem a desenvolver os seus projectos do Desporto Escolar, solicitamos ao Presidente do Conselho Directivo, o envio ao C.A.E. por “fax”, impreterivelmente até ao dia 4 de Abril, dos seguintes elementos:

1. Total de encargos com actividades de Dinamização Interna.
2. Total de encargos com actividades dos Grupos/Equipas com Quadros Competitivos (transportes, alimentação).
3. Total de encargos com actividades dos Grupos/Equipas sem Quadros Competitivos (transportes, alimentação).
4. Encargos com o Projecto do Desporto Escolar, não liquidados ou liquidados por

⁴⁰ Em 2 de Abril de 1998, deu entrada na Escola Secundária de Jácome Ratton, o ofício nº 1296, de 25 de Março, do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação, cujo assunto era o “*Orçamento de despesas com compensação em receita-98 Desporto Escolar - 1ª Tranche*”, cujo montante de 98.000\$00 se destinava a financiar as despesas com o Desporto Escolar no ano económico de 1998. Por indicação do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, no referido ano económico, o Desporto Escolar foi financiado por verbas inscritas em Dotações com Compensação em Receita a indicar por várias tranches pelo referido Gabinete Coordenador do Desporto Escolar.

empréstimo de outra áreas orçamentais, em que a transferência de verbas do Desporto Escolar, por falta de outros recursos da Escola, é indispensável ao seu pagamento.

Não deverá aqui serem considerados encargos com a organização de Acções de Formação de Juizes/Árbitros no âmbito do C.A.E., uma vez que esses dados já foram enviados ao C.A.E. pelas escolas que apoiaram essas organizações.

Não podemos ficar alheios a todos estes atrasos, ⁴¹ atendendo que constitui ainda despesa do Instituto Nacional do Desporto, o subsídio a atribuir anualmente por despacho dos membros do Governo com a tutela da Educação e do Desporto, ao Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, do Ministério da Educação, destinado ao apoio e à promoção do Desporto Escolar (Artº 16º do Decreto-Lei nº 62/97, de 26 de Março - Lei Orgânica do Instituto Nacional do Desporto).

Por outro lado, o Decreto-Lei nº 258/97, de 30 de Setembro, que procede a um reajustamento da distribuição dos resultados da exploração dos dois concursos semanais do Totoloto e reparte entre o Instituto Nacional do Desporto e o Ministério da Educação os montantes que, até aqui eram atribuídos apenas àquele Instituto, deduzir-se-ão igualmente as importâncias correspondentes a um por cento e dois por cento até perfazer os montantes de 150 000 mil contos e de 5 milhões de contos, respectivamente, destinados à formação de dois fundos para renovação de equipamento e material respectivo.

Das receitas dos concursos referidos os montantes correspondentes às percentagens do Fomento de Actividades Desportivas (16%) serão distribuídos para o Ministério da Educação, para apoio ao Desporto Escolar de acordo com as seguintes regras:

87,5% - Instituto Nacional de Desporto

12,5% - Infra-estruturas desportivas escolares

⁴¹ Em 31 de Julho de 1998, deu entrada na Escola Secundária de Jácome Ratton, o ofício nº 3517, de 23 de Julho, do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação, cujo assunto era o "*Orçamento de despesas com compensação em receita-98 Desporto Escolar - 2ª Tranche*", cujo montante de 42.000\$00 se destinava a financiar as despesas com o Desporto Escolar no ano económico de 1998. Assim, o valor global que deu entrada no ano lectivo de 1997/98, na E.S.J. Ratton foi de 195.000\$00.

SOARES ⁴² (1997), considera os professores de Educação Física como os principais agentes com maiores responsabilidades na gestão e desenvolvimento do Desporto Escolar, contudo não têm acesso às verbas destinadas para este subsistema do sistema educativo.

Ainda para este autor, o Desporto Escolar é parte integrante da Educação Física e toda a sua organização é realizada a partir desta disciplina, sendo o resultado da articulação e continuidade que deve existir entre uma e outra, o Desporto Escolar está assim dependente de toda a organização curricular. No entanto, esta dependência é bastante questionável porquanto o Desporto Escolar desenvolve-se no quadro do princípio de livre escolha enquanto a disciplina curricular é de carácter obrigatório.

PINA (1997), quando se refere à sociedade actual, menciona que esta está a ser atravessada muito rapidamente, por grandes convulsões, motivada pela evolução científica e tecnológica. São modificações profundas que atingem todo o tecido social e cultural e que provocam repercussões imprevisíveis, não sendo da admirar por isso que um dos aspectos em que melhor e urgentemente se tem de actuar, seja no domínio da educação.

Há que reflectir na problemática global da escola (BARBOSA, 1998a), com as novas funções sociais que a escola deve saber cumprir, devendo estar aberta à comunidade, para trabalhar em conjunto com estratégias preventivas e não curativas, para que a escola se organize previamente com os professores. Estes, cada vez mais deverão olhar menos e observar mais os seus alunos; a sala de aula deverá ser o cenário de fundo, para que o palco faça parte do contexto de intervenção global da escola na sala de aula, devendo o professor organizar a escola com a identificação do meio. E tudo o que tenha a ver com inovações no Sistema Educativo é, obrigatoriamente, questão de todos os cidadãos (BARBOSA, 1998b).

Foi dentro deste contexto que o Governo anunciou ter em curso um investimento de 12,6 milhões de contos na construção de pavilhões desportivos em escolas, quando o Secretário de Estado da Administração Educativa⁴³ afirmou que esta verba permitirá a construção de mais 100 pavilhões em todo o País, para colmatar a lacuna da construção de

⁴² Jorge A. P. Soares, apresentou Dissertação de Mestrado em Gestão do Desporto, na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, cujo título foi o seguinte: "Desporto Escolar - Avaliação da Qualidade do Serviço do Desporto Escolar da Região Autónoma da Madeira, através de consulta aos professores de Educação Física."

⁴³ Quando da deslocação do Secretário de Estado da Administração Educativa, *Guilherme de Oliveira Martins* ao Algarve, em 16 de Junho de 1998, para inaugurar seis pavilhões (Jornal "Correio da Manhã" de 17 de Junho de 1998).

escolas entre 1982 e 1996 sem instalações cobertas para a prática desportiva. Acentuou ainda este responsável governamental que todas as escolas construídas a partir de 1996, dispõem deste tipo de equipamento.

Salientou ainda que *“as escolas do novo século são escolas completas”* e que implica a existência de um conjunto de equipamentos, nomeadamente desportivos, fazendo questão de salientar que *“uma escola sem espaço para o desporto, é uma escola amputada”*.

Antes da conclusão desta revisão da literatura, deixamos expresso que a extensão da bibliografia e a legislação específica deste estudo, constitui um contributo de organização de dados sobre o tema Desporto Escolar, e subtemas envolventes, para os investigadores que necessitem de aprofundar estudos sobre este subsistema de ensino.

As referências feitas aos autores seguidas de uma data, quer neste capítulo, quer nos seguintes, remetem para a bibliografia situada no capítulo das conclusões.

Finalizamos esta Revisão de Literatura, focando o que foi escrito pelo *Presidente da República*, JORGE SAMPAIO (1998), no prefácio do volume organizado pelo Conselho Nacional de Educação:

Os alunos estão no centro de todas as preocupações. São pessoas que frequentam a escola pelo menos durante nove anos. E que têm direito a exigir um ensino de qualidade, que os prepare para novos estudos ou para a inserção no mercado de trabalho, que os predisponha para novos momentos de educação e formação ao longo da vida.

CAPÍTULO II

**ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL,
JURÍDICO E HISTÓRICO
DO DESPORTO ESCOLAR**

2. ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL, JURÍDICO E HISTÓRICO DO DESPORTO ESCOLAR

2.1. O Aparecimento do Desporto Escolar

Numa revisão de literatura sobre o aparecimento do Desporto Escolar a nível nacional, encontrámos um trabalho elaborado por MOTA (1997), que nos serviu de base para a realização da nossa pesquisa.

Segundo este autor, o Desporto Escolar tem sido ao longo dos tempos alvo de várias experiências, sem que delas se tenham conhecido seriamente os resultados e sem que os mais directamente interessados, as crianças, os jovens, delas tenham colhido grandes benefícios.

Para MOTA (1997), em termos de retrospectiva histórica sistematizada, define duas grandes fases, procurando em ambas demarcar os momentos mais significativos que caracterizam uma perspectiva para o Desporto Escolar, ou seja:

1ª Fase - Desde o início do século até à implantação do regime democrático de 25 de Abril de 1974;

2ª Fase - Desde esta data até aos nossos dias.

Após as pesquisas efectuadas por este autor, o *primeiro momento* da 1ª Fase, tem início a partir do ano de 1910, sendo caracterizado por um certo desenvolvimento das práticas desportivas escolares e pela institucionalização dos Campeonatos Desportivos Escolares, da responsabilidade do associativismo desportivo.

PIRES (1994/95), define este período de desenvolvimento das práticas desportivas escolares, com *Livre Associativismo*, sendo indicadores da presença deste modelo as seguintes realizações:

- Realização de uma parada escolar, durante os primeiros Jogos Olímpicos Nacionais em 1910.
- A organização pela Federação Portuguesa de Remo do 1º Campeonato Desportivo Escolar de Remo no ano de 1918 e que se prolongou até ao ano de 1924.

- A convocação pelo Ginásio Clube Português ⁴⁴ de uma reunião de directores e professores dos estabelecimentos de ensino, para definirem bases para a prática ordenada de ginástica e jogos desportivos nas camadas escolares no ano de 1920.
- A realização pela Associação de Atletismo de Lisboa ⁴⁵ nos anos de 1934, 1935 e 1936 de um Campeonato Escolar.

Para PIRES (1994/95), era fácil de aceitar e compreender que, neste primeiro momento, as práticas desportivas fossem globais. As diversas organizações para além de serem poucas estavam em igualdade de circunstâncias, só que com o tempo começou a originar-se, também em termos institucionais, uma especialização e a necessidade de segmentação do desporto em vários sectores.

Um *segundo momento*, que corresponde à criação e institucionalização da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa (O.N.M.P.), pela Lei nº 1:941, de 11 de Abril de 1936, ⁴⁶ sendo esta estrutura política de intervenção e controlo do regime de então, para a juventude, não fugindo aos objectivos para que fora criada, pelo que as práticas desportivas foram profundamente marcadas por um elevado espírito nacionalista e militarista, vigente também naquela época.

Lembramos aqui, que o Decreto-Lei nº 26:611, de 19 de Maio de 1936 (Anexo nº 17), menciona no seu artº 40º o seguinte:

⁴⁴ Segundo Garcia ALVAREZ (1994), o Ginásio Clube Português, terceira mais antiga colectividade portuguesa (data da fundação, 18 de Março de 1875), deve a sua existência ao primeiro professor de Educação Física que Portugal teve, Luís Maria de Lima da Costa Monteiro (1843/1906), tendo sido o introdutor da Ginástica no nosso País. Este professor foi fortemente influenciado pela escola alemã de Friedrich Ludwig *Jahn* (1778/1882), chegou a aplicar alguns ensinamentos de Francisco *Amoros* (1770/1848), rendendo-se posteriormente aos princípios emanados do sueco Per *Henrik Ling* (1776/1829).

⁴⁵ No Relatório e Contas da Direcção da Associação de Atletismo de Lisboa de 1979, menciona que o nascimento da Federação Portuguesa de Atletismo verificou-se no ano de 1921. A F.P.A. é resultante das Associações sendo Lisboa o mais antigo centro da modalidade; contudo, um incêndio ocorrido nas antigas instalações da Rua Barros Queirós, roubou a possibilidade de comprovar a idade do organismo; independentemente do ocorrido, o 69º aniversário da Associação de Atletismo de Lisboa foi festejado em 17 de Maio de 1998.

⁴⁶ Esta Lei do Ministério da Instrução Pública, na Base II, mencionava que era instituída a Junta Nacional da Educação para o estudo de todos os problemas que interessavam à formação do carácter, ao ensino e à cultura, a qual teria entre sete secções a Educação Moral e Física.

Na Base XI, mencionava o seguinte: Será dada à mocidade portuguesa uma organização nacional e pré-militar que estimule o desenvolvimento integral da sua capacidade Física, a formação do carácter e a devoção à Pátria e a coloque em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa.

É instituída, em cumprimento da Base XI da Lei nº 1:941, a organização nacional denominada Mocidade Portuguesa (M.P.),⁴⁷ que abrangerá toda a juventude, escolar ou não, e se destina a estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade Física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentido da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar.

Também no seu artº 42º, foca a criação no Ministério da Educação Nacional do Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa, órgão destinado a dirigi-la superiormente, por delegação do Ministro.

Dada a natureza desta investigação, tem interesse ficar registado também o artº 43º, o qual menciona o seguinte:

Em todas as escolas, públicas ou particulares, com excepção das do ensino superior, um dia útil de cada semana será destinado a exercícios colectivos, ao ar livre sempre que possível, de educação cívica e pré-militar, dentro do quadro geral da M.P.

Passados 30 anos, o estatuto da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa, foi revisto pelo Decreto-Lei nº 47.311, de 12 de Novembro de 1966,⁴⁸ sendo com ele criado o cargo de Comissário Nacional Adjunto para a Educação Física, com o intuito de provocar um maior fomento às actividades gimnodesportivas escolares, procurando-se um reforço do papel da escola, já que nela se encontravam os professores e os alunos que podiam contribuir para a organização dessas actividades.

⁴⁷ Na origem da Mocidade Portuguesa, encontram-se a Liga da M.P. de 1933 e a Acção Escolar Vanguarda (A.E.V.) de 1934. A primeira criada no âmbito do Ministério de Instrução. Por seu turno a A.E.V. foi criada sob os auspícios do Secretariado de Propaganda Nacional.

⁴⁸ As actividades da Mocidade Portuguesa passaram a ter, sobretudo um carácter assistencial e desportivo. Com a saída deste Decreto-Lei, a sua acção foi restringida às actividades circum-escolares, acção social escolar e ocupação de tempos livres da juventude não escolar.

A prática desportiva passa a ser proporcionada pelos *Centros de Instrução da Mocidade Portuguesa* ⁴⁹ e pela organização dos *Campeonatos Desportivos Escolares* da responsabilidade da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa.

Um *terceiro momento* é referenciado ainda pelo mesmo autor, com a publicação do Decreto-Lei nº 82/73, de 3 de Março, que definiu um novo estatuto para a Direcção-Geral de Educação Física e Desportos, atribuindo-lhe as competências sobre a Educação Física e o Desporto Escolar, até ali na dependência da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa, caracterizando este momento, a nova dependência da Educação Física e Desporto Escolar, aproximando ao Sistema Desportivo.

MOTA (1997), aponta na *2ª Fase*, mais de duas décadas, após o 25 de Abril de 1974 até ao XIII Governo Constitucional, essencialmente marcadas pelas mudanças permanentes do ponto de vista institucional e pelas concepções diversas, a que o Desporto Escolar foi sujeito, podendo igualmente referenciar alguns momentos mais significativos dessa atitude.

Considera como *primeiro momento* a publicação do Decreto-Lei nº 694/74, de 5 de Dezembro, o qual revê o estatuto da Direcção-Geral de Educação Física e Desportos, que passa a designar-se somente por Direcção-Geral dos Desportos e separa a Educação Física e o Desporto Escolar, integrando a primeira nas Direcções-Gerais Pedagógicas e deixando o segundo na Divisão do Desporto Escolar, então criadas na Direcção-Geral de Desportos.

Nesta altura, estávamos num tempo de profundas transformações e mudanças, com uma dinâmica social e política muito viva, fruto do desabrochar da democracia no país, não escapando o desporto a este clima, tendo-se realizado um Encontro Nacional de Desporto (ENDO) e foi traçado um Plano de Desenvolvimento para o Desporto Nacional; lançou-se também o Movimento do Desporto Infantil (MODI), por se reconhecer à escola do Ensino Primário o papel fundamental e decisivo no desenvolvimento da prática desportiva.

O Desporto Escolar, mereceu igualmente toda a atenção com a elaboração pela Direcção-Geral dos Desportos de um Plano de Desenvolvimento para o Desporto Escolar, onde se pretendia como diziam os seus responsáveis, um Desporto Novo, num País Novo.

⁴⁹ Através de uma antiga aluna, tivemos conhecimento do Jornal “Querer” com o nº 5, de Fevereiro de 1967, do Centro Escolar nº 2 da Mocidade Portuguesa da Escola Industrial e Comercial de Tomar, composto e impresso na Tipografia Comercial de Tomar, Ld^a. Entre as actividades escolares, constava a participação dos alunos no Desporto Escolar nas seguintes modalidades: Voleibol (Feminino), Atletismo e Basquetebol (Masculino).

Em Julho de 1976, com a posse do primeiro Governo Constitucional, terminaria esse momento.

Para o *segundo momento* que decorre entre o ano de 1976, com a entrada em funções desse Governo e o ano de 1986 com a publicação da Lei nº 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), MOTA (1997), considera esta década pelo período da dependência institucional do Desporto Escolar das Direcções-Gerais Pedagógicas e da criação nas escolas dos *Grupos Desportivos Escolares*.⁵⁰

Se inicialmente se via a preocupação em desactivar o modelo anteriormente seguido, assistia-se à publicação de uma série de legislação tendente à passagem do Desporto Escolar da Direcção-Geral dos Desportos para as Direcções-Gerais do Ensino Básico e do Ensino Secundário, nomeadamente:

- Despacho nº 36/77, de 8 de Fevereiro, que nomeava os responsáveis distritais para o Desporto Escolar;
- Despacho nº 49/77, de 18 de Fevereiro, que nomeava os Coordenadores Concelhios para a Educação Física e Desportos;
- Despacho nº 175/77, de 18 de Junho, que nomeava o Coordenador Nacional para o Desporto Escolar;
- Decreto-Lei nº 553/77, de 31 de Dezembro que retira à Direcção-Geral de Desportos as competências relativas ao Desporto Escolar.
- Decreto-Lei nº 554/77, de 31 de Dezembro, que atribui às Direcções-Gerais dos Ensinos Básico e Secundário e à Inspeção-Geral do Ensino Particular as competências sobre o Desporto Escolar, determinando uma coordenação entre estas entidades e a Direcção-Geral dos Desportos onde o funcionamento dos Serviços de Educação Física e do Desporto Escolar seria posteriormente regulamentado por Portaria.
- Portaria nº 434/78, de 2 de Agosto, que cria a estrutura nacional designada *Serviço de Educação Física e Desporto Escolar*.

Mais tarde com a publicação do Decreto-Lei nº 197/79, de 29 de Junho, estes Serviços passaram-se a designar-se *Serviços de Coordenação da Educação Física e*

⁵⁰ As regras do início do funcionamento dos **Grupos Desportivos Escolares (G.D.E.'s)** no ano lectivo de 1979/80, pretendiam agrupar os alunos segundo as suas preferências em núcleos homogéneos, sob orientação de professores de Educação Física e de outras pessoas. Durante este período existiu um outro espaço de prática de actividades físicas e desportivas, constituída pelas **Actividades de Aplicação**, que pretendiam ser uma extensão das aulas de Educação Física.

Desporto Escolar, que, por razões não explicáveis (MOTA, 1997), não só não conseguem nos sete anos seguintes publicar o seu Regulamento, como acabam por serem extintos com a saída do Decreto-Lei nº 150/86, de 18 de Junho (Anexo nº 18).

Um *terceiro momento* nasceu com a saída do Decreto-Lei mencionado anteriormente que, para além da extinção dos citados Serviços, atribuiu novamente à Direcção-Geral dos Desportos a coordenação e o apoio das actividades desportivas não curriculares. Contudo, esta instituição não mais fez do que transferir as suas responsabilidades nesta área do Desporto Escolar, para o sistema desportivo, celebrando com algumas federações desportivas protocolos de cooperação.

Este foi o período designado de Associativismo Juvenil, com base em três projectos:

- Torneios Abertos
- Clubes de Jovens
- Férias Desportivas

os quais acabaram por não merecer a compreensão e a receptividade que os responsáveis esperariam, uma vez que não representavam verdadeiramente um processo das escolas.

Ainda segundo MOTA (1997), um *quarto momento*, começou a esboçar-se com a publicação do Despacho nº 4/ME/88, de 24 de Maio, o qual criou um grupo de trabalho, reestruturado na sua formação pelo Despacho nº 157/ME/88, de 4 de Outubro, para a elaboração do Projecto de Decreto-Lei para o Desporto Escolar.

O Despacho nº 87/ME/89, de 30 de Maio, dá origem ao Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, que funcionou em regime de experiência pedagógica no âmbito do Sistema Educativo, tendo elaborado para reflexão e discussão o documento que serviu de base ao Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de Fevereiro, que aprovou a Regime Jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar.

O que finalmente parecia ser uma normalização (MOTA, 1997), da situação do Desporto Escolar, reforçada com a publicação da Lei nº 1/90, de 13 de Janeiro (Lei de Bases do Sistema Desportivo), ainda conheceu durante este quarto momento algumas “inovações” ao sabor da vontade política reinante.

Assim, através do Despacho nº 1/SEAM/SESE/92, de 8 de Janeiro, é criado um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Educação Física e do Desporto Escolar (G.T.D.E.F.D.E.) e extinto o anterior Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, por se

considerar que não estavam reunidas as condições para aplicação do definido no já mencionado Decreto-Lei nº 95/91.

Seis meses depois é publicado o Despacho nº 108-A/ME/92, de 22 de Julho, que extingue o Grupo de Trabalho para a Desenvolvimento da Educação Física e do Desporto Escolar e nomeia uma equipa de peritos para funcionar na dependência directa do Ministro da Educação, a qual acaba por dar origem na elaboração dos Programas do Desporto Escolar para os anos lectivos de 1992/93 e 1993/94, procurando desenvolver os mecanismos para a criação de uma Federação para o Desporto Escolar.

MOTA (1997), menciona que é de facto um momento de grande confusão institucional, já que no espaço de quatro anos são conhecidas orientações de três Ministros e um Secretário de Estado e, nomeados por Despacho atrás de Despacho, quatro grupos de trabalho sem que tal tenha representado alguma mais valia para o Desporto Escolar e, como é óbvio para a formação global da nossa juventude.

Este autor menciona ainda um *quinto e último momento*, correspondente ao período de tempo que decorre desde a publicação do Decreto-Lei nº 133/93, de 26 de Abril, ou seja, a Lei Orgânica do Ministério da Educação, a qual atribui a coordenação da Educação Física e do Desporto Escolar aos Departamentos do Ensino Básico e do Ensino Secundário em articulação com as Direcções Regionais de Educação (D.R.E.'s) através dos Serviços Centrais do Desporto Escolar. A publicação do Decreto-Lei nº 115/95, de 29 de Maio, altera a Lei Orgânica do Instituto do Desporto (INDESP), ex-Direcção-Geral dos Desportos (D.G.D.), e recoloca o Desporto Escolar no Sistema Desportivo, através do Gabinete de Apoio ao Desporto Escolar, ainda que este desenvolva a sua actividade em coordenação com as Direcções Regionais de Educação e os Centros de Área Educativa.

Baseado neste enquadramento constitucional, jurídico e histórico do Desporto Escolar, MEIRIM (1995b), aborda a principal legislação do Desporto Escolar desde 1986 a 1995, numa compilação inerente a problemas jurídicos do desporto.

2.2. A Importância da Educação Física no desenvolvimento do Desporto Escolar

A Educação Física é uma disciplina curricular, portanto obrigatória, em todos os níveis de escolaridade, desde o 1º Ciclo do Ensino Básico até ao fim do Secundário.

Quando a criança entra para a Educação Pré-Escolar,⁵¹ já possui algumas aquisições motoras básicas, tais como andar, transpor obstáculos, e manipular objectos de forma mais ou menos precisa. No domínio das Expressões Motora, Dramática, Plástica e Musical, a área de Expressão e Comunicação, engloba as aprendizagens relacionadas com o desenvolvimento psicomotor.

No 1º Ciclo do Ensino Básico é designada por *Expressão e Educação Físico-Motora*⁵² e contribui, conjuntamente com as outras áreas de formação, para o desenvolvimento global da criança, assumindo particular importância na aquisição de destrezas motoras, hábitos e atitudes indispensáveis para uma vida activa e participada.

No Plano de Actividades (1996/97) do Desporto Escolar do Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo (C.A.E.L.M.T.) de Novembro de 1996, refere que em anos anteriores a intervenção do Desporto Escolar a nível do 1º Ciclo do Ensino Básico foi bastante reduzida em relação às expectativas.

Segundo o ponto sete da *Declaração Universal dos Direitos da Criança* (1959), a criança tem direito a receber uma educação e a brincar, por forma a desenvolver as suas capacidades intelectuais e sociais.

Na idade em que se constróem os “alicerces para o futuro” (CARDOSO, 1976), que movimento favorável ao seu crescimento (físico e mental) encontra a criança das cidades, imobilizada a ouvir coisas e a dos campos correndo e pulando sem ouvir nada?

Ainda para este autor, se a Educação Física na Escola Primária ainda não teve nos programas o lugar que merecia, no Jardim de Infância então nem vale a pena falar. Intervalos com joginhos, a repetição estafada de uma gesticulação sem valor, e ... é tudo. Os próprios professores de Educação Física ao serem convidados... recusam, não conhecem “os de menos 6 anos”, nunca lhes foram apresentados!

⁵¹ Ministério da Educação (1997), Educação Pré-Escolar, Orientações curriculares para a Educação Pré-Escolar.

⁵² Nos termos do artº 14º do Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de Agosto e ao abrigo do Decreto-Lei nº 47.587, de 1 de Março de 1967, foi determinada a aprovação dos programas do 1º Ciclo do Ensino Básico, constituído entre outras áreas pela Expressão e Educação Física-Motora, os quais foram experimentados e avaliados nos seguintes anos lectivos: 1989/90 (1º ano); 1990/91 (2º ano); 1991/92 (3º ano); 1992/93 (4º ano). A aplicação generalizada do programa, foi no ano lectivo de 1990/91 para o 1º ano (ex-regime experimental).

Mais tarde (1993), saiu o programa do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Também para MARTÍNEZ (1988), referindo-se a Wallon, menciona que o menino só sabe viver a sua infância. Conhecê-la é assunto de adulto, tendo VAYER (1976), dito que o corpo não é nem um símbolo, nem um objecto ou instrumento, é a condição da nossa presença no mundo.

Já em 1993/94 e 1994/95, consoante a chegada de projectos (cerca de 100 escolas nos dois anos), os responsáveis do 1º Ciclo no Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, deslocavam-se directamente a cada escola. Servia este contacto para tomarem conhecimento do projecto e auxiliar os professores do 1º Ciclo, tendo sido atribuído a cada escola envolvida no projecto o seguinte: Verba para apetrechamento em 1993/94 e no ano lectivo seguinte, um “Kit” de material portátil.

Mas, em 1995/96 não foi possível dar resposta às solicitações que chegaram, nomeadamente as de apetrechamento e de formação. Pelo facto, foi criado um vazio e uma certa descrença por parte dos intervenientes nos projectos em relação à capacidade de intervenção do Desporto Escolar naquele Ciclo.

No ano lectivo de 1996/97, foi dado apoio prioritário à implementação do Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto Escolar (PRODEFDE), às dinâmicas locais, bem como ao Plano Orçamental para as actividades.

Segundo o programa,⁵³ nas Escolas Básicas do 1º Ciclo, entre oito⁵⁴ áreas de aprendizagem, existe a já mencionada Expressão e Educação Físico-Motora, tornando-se necessário que o ensino-aprendizagem das actividades físicas decorra de um processo consciente, intelectual e específico, ajustadamente preparado em correcto contexto pedagógico.⁵⁵

No programa do Desporto Escolar para o 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário do ano lectivo de 1997/98, menciona que terá a aplicação aos estabelecimentos

⁵³ Despacho nº 139/ME/90, de 16 de Agosto.

⁵⁴ No Plano Curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico, aprovados nos termos do Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de Agosto, o mesmo é constituído pelas seguintes áreas: Expressão e Educação Físico-Motora, Expressão e Educação Musical, Expressão e Educação Dramática, Expressão e Educação Plástica, Estudo do Meio, Língua Portuguesa, Matemática e Desenvolvimento Pessoal e Social ou Educação Moral e Religiosa Católica ou de outras confissões.

Além destas áreas, tem a Área-Escola e Actividades de Complemento Curricular (Facultativas), cuja carga horária semanal mínima do conjunto de actividades são 25 horas.

⁵⁵ Na síntese do Registo de Avaliação do Ministério da Educação, na Área Disciplinar de Expressão e Educação Físico-Motora, vêm mencionados os seguintes quatro parâmetros: Compreensão e noções essenciais; Conhecimento de regras elementares de jogo e de outras actividades desportivas; Capacidade de praticar jogos, exercícios diversos, percursos da natureza; Domínio das técnicas de movimentos e de utilização de aparelhos, os quais serão avaliados de Insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom.

de educação, desde que seja curricularmente ministrada a disciplina de Educação Física e desde que estejam garantidas as condições mínimas para as actividades desportivas, nomeadamente, os espaços adequados, tempo para as actividades e docentes qualificados.

Já SOBRAL (1976), mencionava que a fisiologia do exercício comprova o aumento da capacidade funcional, onde a prática sistemática da corrida favorece as predisposições do organismo para o trabalho de corrida, e os exercícios de força contribuem para o aumento da força muscular, e a mobilização das articulações conduz a níveis superiores da flexibilidade articular.

À Educação Física (SOBRAL, 1980a), cabe não só o ensino dos requisitos impostos pela prática das diversas modalidades, como ainda a animação da sociedade escolar através do fenómeno desportivo a ela adaptado e a orientação do futuro praticante, devendo em todos os níveis de ensino (SOBRAL, 1980b), os alunos serem chamados a participar activamente na prática de avaliação, manipulando as técnicas compatíveis com o seu grau de conhecimentos.

Assim, a disciplina de Educação Física,⁵⁶ desempenha um papel importante na formação integral dos alunos, assumindo-se como uma componente obrigatória do currículo escolar, obedecendo a uma articulação vertical até ao 12º ano de escolaridade. De acordo com o diploma que aprova os planos curriculares dos Ensinos Básico e Secundário (Decreto-Lei, nº 286/89 de 29 de Agosto), a carga horária semanal prevista para a disciplina de Educação Física⁵⁷ é a seguinte:

2º Ciclo do Ensino Básico 3 horas
3º Ciclo do Ensino Básico 3 (2) horas, de acordo com as infra-estruturas das escolas
Ensino Secundário 3 (2) horas, de acordo com as possibilidades da escola

⁵⁶ SAMPAIO (1980), aborda a importância desta disciplina, quando no ano lectivo de 1975/76 foi institucionalizado o Ensino Secundário Unificado, em transformação de tão profundo significado social e pedagógico (Despacho nº 523/75, de 31 de Dezembro). Nessa altura, no Currículo do Ensino Secundário Unificado, foram atribuídas duas horas de carga semanal para esta disciplina, através dos Despachos nº 78/77, de 22 de Junho (9º ano), nº 153/77, de 7 de Novembro e nº 186/77, de 29 de Novembro.

Em 1976/77 funcionou em escolas do Ensino Preparatório, pela última vez, o 5º ano experimental, correspondente a uma positiva inovação pedagógica na linha do futuro Ensino Unificado, iniciado em 1972/73.

⁵⁷ Além do Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de Agosto, a Direcção Regional de Lisboa, enviou para as escolas o Ofício Circular nº 8, de 16 de Janeiro de 1997, sobre a *Carga Semanal da Disciplina de Educação Física*.

Parece claro que o legislador privilegia o Ensino Básico, ao impor 3 horas semanais no 2º Ciclo e ao fazer depender a decisão no 3º Ciclo exclusivamente das infra-estruturas disponíveis (pavilhões, ginásios, balneários adequados, etc.), enquanto que no Ensino Secundário já se pressupõe outras condições, nomeadamente a nível de recursos humanos.

Existe uma diversidade de situações do parque escolar no que concerne a espaços e equipamentos disponíveis para uma prática adequada de Educação Física, tendo inclusivamente o Ministério da Educação admitido que transitoriamente *não é ainda possível garantir a todos os alunos do Ensino Secundário a frequência regular da disciplina de Educação Física.*⁵⁸

Assim, todas as escolas devem envidar esforços no sentido de proporcionar 3 horas semanais de Educação Física a todos os alunos.

A aplicação das três horas semanais deverá prioritariamente começar pelo 3º Ciclo e neste dar preferência aos anos de escolaridade mais baixos, devendo a carga semanal ser igual para todas as turmas do mesmo ano de escolaridade.

Em cada estabelecimento de ensino a decisão da atribuição do número de horas (3 ou 2) compete, de acordo com a Lei, ao Órgão de Gestão, que deverá fundamentar a sua decisão com base num relatório circunstanciado do grupo de Educação Física a parecer do Conselho Pedagógico.

No caso do Órgão de Gestão do estabelecimento de ensino deliberar em contrário à recomendação do Conselho Pedagógico e/ou do grupo de Educação Física, deve informar os mesmos e a respectiva Direcção Regional de Educação.

2.3. Desporto Escolar como subsistema

Como componente importante de vida e história dos povos, o desporto em Portugal tem acompanhado o evoluir da sociedade portuguesa desde os fins do século XIX. Para a compreensão do sentir e do viver do nosso povo, os contributos do desporto para o património cultural do País, são extremamente ricos e importantes.

⁵⁸ Despacho nº 30/SEED/95, de 11 de Agosto.

Também o desenvolvimento do Desporto Escolar no decurso deste século tem sido caracterizado por etapas em que o modelo federado, ou o modelo educativo são os mais significativos.

Quando falamos do enquadramento constitucional, jurídico e histórico do Desporto Escolar, temos de remontar aos tempos da criação da Mocidade Portuguesa, instituição extinta em 25 de Abril de 1974. Ao longo de todo o seu percurso, até aos nossos dias, toda uma letargia e uma série de experiências foram falhando, apesar dos agentes envolvidos, sobretudo as escolas e os professores aderirem.

Se é um facto que, ao longo dos tempos o modelo educativo tem sido o dominante, na realidade houve períodos em que o militarismo e o nacionalismo (1936-73), ou ainda a influência das federações desportivas (1986) foram fundamentais.

Nos últimos anos, o Desporto Escolar tem sido, fundamentalmente, organizado com base nos princípios enunciados na Constituição da República Portuguesa, na Lei de Bases do Sistema Educativo, na Lei de Bases do Sistema Desportivo, na Lei que regulamenta as Associações de Estudantes (Lei nº 33/87, de 11 de Julho) e na Reforma Curricular (Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de Agosto).⁵⁹

No início da década de noventa, foi publicado um diploma (Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de Fevereiro) ⁶⁰ que procurava ser o instrumento legal de definição de um modelo conceptual e organizativo da Educação Física e do Desporto Escolar. Porém, esse diploma no essencial, nunca foi aplicado.

Posteriormente, um novo diploma (Decreto-Lei nº 115/95, de 29 de Maio), veio retomar a discussão sobre o modelo, a partir do momento em que foram cometidas ao Instituto do Desporto (INDESP) responsabilidades significativas na organização do Desporto Escolar, mas nada se esclarecia quanto ao destino do Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de Fevereiro.

⁵⁹ O ponto 1. do artigo 8º deste Decreto-Lei, menciona que as actividades de complemento curricular são "(...) de carácter facultativo e natureza eminentemente lúdica e cultural, visando a utilização criativa e formativa dos tempos livres dos educandos".

⁶⁰ Em *Pareceres e Recomendações 1990 (1991)* do Conselho Nacional de Educação, menciona o Regime Jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar, através daquele diploma. O Conselho Nacional de Educação inicialmente criado pelo Decreto-Lei nº 125/82, de 22 de Abril, não entrou em funcionamento na sequência desse dispositivo legal. Só veio mais tarde, depois da Assembleia da República, através da Lei nº 31/87, de 9 de Julho, e alterado por ratificação, ter estabelecido um novo regime sobre a matéria.

Com a aprovação da Lei Orgânica do XIII Governo Constitucional (Decreto-Lei nº 296-A/95, de 17 de Novembro) e a consequente publicação do Decreto-Lei nº 164/96, de 5 de Setembro, a área do Desporto Escolar regressou ao sector estritamente educativo.

Mas, até há pouco, no que respeita à coordenação a nível nacional do Desporto Escolar, havia um vazio institucional atendendo que, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério da Educação (Decreto-Lei nº 133/93, de 26 de Abril), foi extinto o Gabinete Coordenador da Educação Física e do Desporto Escolar, criado pelo Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de Fevereiro, mas que nunca tinha funcionado e para o qual nunca tinha sido nomeado um responsável. A solução deste problema passou pela criação do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar (G.C.D.E.) através do Decreto-Lei nº 165/96, de 5 de Setembro (Anexo nº 21) e pela nomeação do respectivo Director conforme o mencionado no Despacho nº 219/ME/96, de 10 de Setembro.

Este Gabinete, era um serviço do Ministério da Educação, com funções de planeamento, dinamização e coordenação do Desporto Escolar nos Ensinos Básico e Secundário, dotado de autonomia administrativa.

Após a Remodelação Ministerial do XIII Governo Constitucional, efectuada em 23 de Novembro de 1997, e com a tomada de posse dois dias depois, pela primeira vez um Ministro-Adjunto (José Sócrates), ficou com esta pasta, assumindo o pelouro do Desporto,⁶¹ conjuntamente com a Juventude e Toxicodependência.

2.3.1. Finalidades do Desporto Escolar

De acordo com o Decreto-Lei nº 165/96, de 5 de Setembro, o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, para além das atribuições gerais, anteriormente referidas, tem competências nas seguintes áreas:

- * Planeamento, apoio, orientação e avaliação dos diversos programas, projectos e actividades do Desporto Escolar, desenvolvidos no âmbito do Ministério da Educação.

⁶¹ Lembramos a este propósito que no ponto 8.2. (Desporto) do Programa do XIII Governo Constitucional, o Desporto na Escola é reconhecido como sector essencial para toda a actividade desportiva para a melhoria do ambiente escolar e para a formação da juventude.

- * Promoção e apoio à realização de acções de formação, destinadas a professores e alunos, nas áreas da organização, gestão e treino das actividades desportivas escolares.
- * Promoção e organização, em articulação com as Direcções Regionais de Educação, dos quadros competitivos regionais e locais do Desporto Escolar.
- * Organização de competições e outras actividades desportivas escolares e nível nacional.

Em suma, no contexto das suas competências, o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar destina-se a contribuir para o estabelecimento das bases necessárias ao desenvolvimento da Educação Física e desportiva nos Ensinos Básico e Secundário.

Para a concretização deste objectivo global, os programas e projectos do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar devem articular-se, conceptualmente e na sua gestão, com os de outros serviços, programas e projectos do Ministério da Educação, especialmente na ligação do Desporto Escolar à disciplina curricular de Educação Física, assim como a outras áreas, de que destacamos a saúde escolar e a formação de docentes.

2.3.2. Objectivos do Desporto Escolar

Estes objectivos estavam definidos na documentação (policopiada), entregue pelo orador Leonel Cardoso, do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, quando da realização do IV Encontro de Técnicos e Dirigentes de Judo, que se realizou em 5 de Janeiro de 1997, em Torres Novas. O referido orador fez a apresentação do Desporto Escolar de acordo com o Decreto-Lei nº 165/96, de 5 de Setembro, tendo definido o seguinte:

- * Promover a interiorização pelos alunos dos valores e atitudes que decorrem da prática correctamente orientada de actividades físicas e desportivas.
- * Estimular a aquisição de estilos de vida activos e saudáveis, fruto da vivência de práticas culturalmente significativas, como são as práticas desportivas.

- * Reforçar o papel da escola no processo de formação desportiva das crianças e jovens.
- * Estimular a participação dos jovens na direcção e gestão das actividades desportivas escolares.
- * Promover e apoiar a formação contínua de docentes em áreas específicas, como o treino desportivo com os jovens e, igualmente a formação de discentes em áreas como a arbitragem e o associativismo desportivo.
- * Aperfeiçoar a estrutura institucional do Desporto Escolar nos diversos níveis e sectores do sistema educativo, numa dinâmica de inovação pedagógica.
- * Reduzir as assimetrias regionais nas actividades do Desporto Escolar.
- * Estabelecer pontos de contacto e de convergência estratégica entre os sistemas educativo e desportivo, em especial nos campos de formação, dos quadros competitivos e das estruturas de enquadramento de actividades desportivas.
- * Contribuir para articulação de projectos de trabalho e para uma concepção e gestão integrada de recursos (potenciais e/ou existentes) entre o sistema educativo e as autarquias locais.
- * Estimular e apoiar o lançamento de projectos de investigação e a publicação de trabalhos de natureza técnica, científica e pedagógica, no domínio das actividades físicas e desportivas infanto-juvenis.
- * Apoiar a concepção de programas e projectos multidisciplinares na área das instalações e equipamentos desportivos escolares.
- * Tornar visível uma imagem correcta do Desporto Escolar, junto da opinião pública e dos próprios docentes, pais e encarregados de educação.

2.3.3. Estratégias de implementação do Desporto Escolar

As estratégias de implementação do Desporto Escolar, estavam enunciadas na documentação (policopiada), entregue pelo orador Leonel Cardoso, do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, tal como tinha feito nos objectivos do Desporto Escolar quando da realização do IV Encontro de Técnicos e Dirigentes de Judo, que se realizou em 5 de Janeiro de 1997, em Torres Novas.

No campo das estratégias, assinalou como mais significativas as seguintes:

- * Organizar a estrutura e funcionamento do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar e estabelecer formas de fácil comunicação e articulação com as Direcções Regionais de Educação.
- * Desenvolver procedimentos de diagnóstico, conducentes à identificação dos problemas, ao aprofundamento das suas potenciais causas e à identificação dos actores, tendo em vista eventuais alterações estruturais e/ou programáticas no sistema.
- * Promover formas de estudo teórico e de casos concretos, assim como a reflexão crítica sobre o processo do Desporto Escolar, com organização de reuniões, encontros e o I Congresso Desporto Escolar,⁶² situação actual e perspectivas de desenvolvimento.

⁶² Segundo informação através da Internet em 6 de Maio de 1998, “A Articulação e Complementaridade da Disciplina de Educação Física com o Desporto Escolar” será um dos temas em debate no *I Congresso Desporto Escolar, situação actual e perspectivas de desenvolvimento*, a decorrer em Lisboa de 26 a 28 de Novembro de 1998, promovido pelo Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, com a participação do Ministério da Educação, sociedades científicas e de parceiros do Desporto Escolar, nomeadamente o Comité Olímpico de Portugal, Federações, Confederações Nacionais das Associações de Pais e Autarquias.

Como temas principais, além do já mencionado teremos ainda: “Modelos de Organização do Desporto Escolar”- Estruturas de Enquadramento e Quadros Competitivos; “Desporto Escolar e Parcerias” - Administração Pública Desportiva; Pais e Encarregados de Educação; Movimento Desportivo; Comité Olímpico de Portugal; Federações Desportivas; Clubes; INATEL; Autarquias Locais; Empresas. “A Formação” - Modelos de Formação e conteúdos programáticos; Articulação entre instituições (G.C.D.E., ensino superior, centros de formação contínua, federações desportivas, administração pública desportiva).

O principal objectivo deste Congresso será a apresentação de trabalhos sobre a temática do Desporto Escolar e, igualmente proporcionar trocas de experiências e conhecimentos na procura de uma ponte entre a teoria e a prática, entre professores responsáveis educativos, pais e encarregados de educação, autarcas técnicos e dirigentes desportivos, sobre as questões fundamentais para o desenvolvimento qualitativo e quantitativo do Desporto Escolar no nosso país.

- * Estimular a adopção de mecanismos rigorosos de registo, tratamento e análise de dados e também a generalização de instrumentos de planeamento em toda a estrutura do Desporto Escolar.

- * Realizar reuniões regulares com os responsáveis pelo Desporto Escolar a nível das Direcções-Regionais de Educação (D.R.E.'s) e Centros de Área Educativa (C.A.E.'s), com o objectivo de identificar recursos, planificar o trabalho, adoptar procedimentos idênticos nas decisões relativas à programação e ao desenvolvimento dos programas e avaliar e controlar permanentemente os objectivos, os métodos e processos de trabalho.

- * Aproveitar os momentos mais significativos do desenvolvimento dos programas do Desporto Escolar para promover momentos de encontro das equipas de trabalho do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar e de cada Direcção Regional de Educação com o objectivo de criar um clima interpessoal de fácil comunicação, de partilha de responsabilidades e de cooperação em diferentes domínios da vida e do trabalho, no espírito de uma nova cultura organizacional.

Apresentamos em seguida a estrutura funcional do Desporto Escolar que estava em vigor no ano lectivo de 1997/98, relativamente ao Gabinete Coordenador, à Coordenação Regional e Centro de Área Educativa.

ESTRUTURA FUNCIONAL DO DESPORTO ESCOLAR

GABINETE COORDENADOR ⁶³

DIRECTOR

- SECÇÃO ADMINISTRATIVA

- SECTOR TÉCNICO-PEDAGÓGICO - Programa de Desenvolvimento da Educação

Física e Desporto Escolar no 1º Ciclo do
Ensino Básico (PRODEFDE)

- Programa do Desporto Escolar do 2º e 3º

Ciclos dos Ensinos Básico e Secundário

- Projectos Especiais e Relações Externas

- Promoção / Divulgação e Instalações /

Apetrechamento

- Informática / Estatística

- COORDENAÇÃO REGIONAL - Direcção Regional de Educação Norte ... 7 C.A.E.'s

- Direcção Regional do Centro 6 C.A.E.'s

- Direcção Regional de Lisboa 4 C.A.E.'s

- Direcção Regional do Alentejo 3 C.A.E.'s

- Direcção Regional do Algarve 1 C.A.E.

⁶³ Fonte: Gabinete Coordenador do Desporto Escolar; o Ministério da Ciência e da Tecnologia, instalou nas bibliotecas de todas as escolas públicas e privadas, do 5º ao 12º ano, computadores multimédia com ligação à rede das instituições científicas e à Internet, prestando todo o apoio necessário à sua utilização, cujo grande objectivo é integrar Portugal na sociedade de informação. Através do programa "Internet na Escola", utilizámos em 18 de Março de 1998, na escola onde desempenhamos funções, o programa "Vamos Navegar na Internet", para obter dados estatísticos do Desporto Escolar relativamente ao ano lectivo de 1997/98, tendo a última actualização sido efectuada em 10 de Março de 1998, após o início do acesso no dia 8 de Outubro de 1997.

ESTRUTURA FUNCIONAL DO DESPORTO ESCOLAR

COORDENAÇÃO REGIONAL E CENTRO DE ÁREA EDUCATIVA ⁶⁴

DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO	CENTRO DE ÁREA EDUCATIVA
NORTE	Braga
	Bragança
	Douro Sul
	Porto
	Entre Douro e Vouga
	Viana do Castelo
	Vila Real
CENTRO	Aveiro
	Castelo Branco
	Coimbra
	Guarda
	Leiria
	Viseu
LISBOA	Lezíria e Médio Tejo
	Lisboa
	Oeste
	Península de Setúbal
SUL	Alto Alentejo
	Alentejo Central
	Baixo Alentejo e Algarve Leste
ALGARVE	Faro

Nota: A Coordenação Regional estava dividida no País, em 5 grandes zonas, com 21 Centros de Área Educativa.

⁶⁴ Fonte: Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, através da Internet em 18 de Março de 1998.

O sector de Educação Física e Desporto Escolar, bem como o apoio específico do Centro da Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, estavam estruturados da seguinte forma:

CENTRO DA ÁREA EDUCATIVA DA LEZÍRIA E MÉDIO TEJO

SECTOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO ESCOLAR

ESTRUTURA CENTRAL ⁶⁵

FUNÇÃO	LOCAL
Coordenador C.A.E. Lezíria e Médio Tejo	C.A.E.L.M.T. Sector Desporto Escolar (Santarém)
Professor a tempo inteiro no C.A.E.	C.A.E.L.M.T. Sector Desporto Escolar (Santarém)
Professor a tempo inteiro no C.A.E.	Desporto Escolar (Santarém / Torres Novas)

Nota: Quando no quadro aparece a abreviatura C.A.E.L.M.T., refere-se ao Centro da Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, distribuído por Santarém e Torres Novas.

⁶⁵ Fonte: Centro da Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo (C.A.E.L.M.T.), através do ofício n° 12 338 de 27 de Novembro de 1997, do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar.

CENTRO DA ÁREA EDUCATIVA DA LEZÍRIA E MÉDIO TEJO

APOIO ESPECÍFICO ⁶⁶

ACTIVIDADE DE APOIO	LOCAL DE CONTACTO
1º Ciclo do Ensino Básico	C.A.E.L.M.T. Sector do Desporto Escolar SANTARÉM
Basquetebol	
Outras Actividades	
Natação 2º e 3º Ciclos	
Futebol	
Andebol	C.A.E.L.M.T. Sector do Desporto Escolar TORRES NOVAS
Voleibol / Badminton	
Ginástica / Dança / Patinagem	
Ténis de Mesa	
Atletismo	
Tiro com Arco	
Escalada BTT / Duetlo / Triatlo / Montanhismo	
Orientação	

Nota: Quando no quadro aparece a abreviatura C.A.E.L.M.T., refere-se ao Centro da Área

Educativa da Lezíria e Médio Tejo. Para as respectivas actividades de apoio, os

locais de contacto são distribuídos entre as cidades de Santarém e Torres Novas.

⁶⁶ Fonte: Centro da Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo (C.A.E.L.M.T.) através do ofício nº 12 338 de 27 de Novembro de 1997, do Gabinete de Desporto Escolar.

Eram responsáveis pelo controlo das actividades do Clube do Desporto Escolar as seguintes pessoas/entidades:

**CONTROLO DO
DESPORTO ESCOLAR**

Coordenador do Clube do Desporto Escolar

|

|

Órgãos de Direcção e Gestão dos Estabelecimentos de Educação e Ensino

|

|

Centro de Área Educativa (C.A.E.)

|

|

Direcção Regional de Educação (D.R.E.)

|

|

Gabinete Coordenador do Desporto Escolar (G.C.D.E.)

|

|

Inspeção-Geral da Educação (I.G.E.)

Fonte: Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, através da Internet em 18 de Março de 1998.

2.3.4. Actividades Externas do Desporto Escolar no ano lectivo de 1996/97

Neste ano lectivo, os dados relativos às Actividades Externas, Grupos / Equipas, são os constantes nos seguintes quadros:

*Quadro nº 1 - Dados relativos às actividades externas*⁶⁷

Envolvimento	Total Nacional	Total do C.A.E.L.M.T.	Valores em %
Escolas Aderentes	1 105	63	5,7
Alunos Envolvidos	94 260	4 700	5,0
Professores Participantes	4 352	194	4,5
Grupos/Equipas com Quadro Competitivo	3 187	147	4,6
Equipas sem Quadro Competitivo	1 256	88	7,0
Grupos Equipas com Projectos Especiais	165	9	5,5
Grupos Equipas Federadas	105	2	1,9

A nível Nacional, foram praticadas 85 modalidades diferentes.

Também, a nível Nacional, o número de alunos que participaram no conjunto das actividades interna e externa e nos corta-matos escolares, (2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário), foi estimado em 350 000.

Relativamente ao Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, do total de 63 escolas envolvidas, quatro são particulares, ou seja, três de Fátima e uma de Torres Novas.

Do total de 4 700 alunos envolvidos, 2 940 participaram nas modalidades com quadro competitivo. Os restantes (1 760) participaram em modalidades sem quadro competitivo.

Neste ano lectivo o número de alunos matriculados no Ensino Secundário no Continente, foi de 427 409.⁶⁸

⁶⁷ Os dados referentes ao total nacional no âmbito do 2º e 3º Ciclos assim como do Secundário, foram fornecidos pelo Director do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, após a Mesa Redonda subordinada ao tema "As Autarquias e Desporto", promovida pela Academia Olímpica de Portugal e Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, que se realizou no Auditório Municipal do Museu Monográfico de Conímbriga em 20 de Dezembro de 1997.

Os dados sobre o total distrital, foram fornecidos em Março de 1997, pela Coordenação do Desporto Escolar do Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo da Direcção Regional de Educação de Lisboa.

⁶⁸ Fonte: Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento (D.A.P.P.) da Direcção de Serviços de Estatística e Indicadores do Ministério da Educação (MARGARIDA, no Jornal "Diário de Notícias", de 6 de Setembro de 1997).

Quadro nº 2 - Grupos / Equipas (1996/97)

DRE's	Nº de Grupos/ Equipas com Quadro Competitivo Nacional	Nº Grupos/Equipas sem Quadro Competitivo Nacional	Nº Grupos/Equipas com Projectos Especiais	Nº Grupos/ Equipas Federados
Norte	1 002	309	81	40
Centro	908	203	25	32
Lisboa	937	542	31	26
Alentejo	223	102	28	7
Algarve	117	100	0	0
TOTAIS	3 187	1 256	165	105

Fonte: Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, através da Internet em 18 de Março de 1998.

A cada Grupo/Equipa correspondia um Projecto, apresentado ao Centro de Área Educativa e aprovado, para execução no decorrer do ano lectivo considerado. As diferentes modalidades praticadas foram em número de 85.

Quadro nº 3 - Actividades Externas (1996/97)

DRE's	Nº Escolas Aderentes	Nº Alunos Envolvidos	Nº Professores Participantes
Norte	369	28 640	1 399
Centro	256	23 360	940
Lisboa	342	30 720	1 471
Alentejo	87	7 200	307
Algarve	51	4 340	235
TOTAIS	1 105	94 260	4 352

Fonte: Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, através da Internet em 18 de Março de 1998, não estando considerados os dados de actividade interna nas escolas.

2.3.5. Actividades Externas do Desporto Escolar no ano lectivo de 1997/98

Neste ano lectivo, os dados relativos às Actividades Externas, Grupos / Equipas, são os constantes nos seguintes quadros:

Quadro nº 4 - Dados relativos às Actividades Externas

Envolvimento	Total Nacional	Total do C.A.E.L.M.T.	Valores em %
Escolas Aderentes	1 142	58	5,1
Alunos Envolvidos	96 200	5 842	6,1
Professores Participantes	4 644	240	5,2
Grupos/Equipas com Quadro Competitivo	3 154	144	4,6
Equipas sem Quadro Competitivo	1 440	102	7,1
Grupos Equipas com Projectos Especiais	118	10	8,5
Grupos Equipas Federadas	98	1	1

A nível Nacional, foram praticadas 69 modalidades diferentes.

Também, a nível Nacional, o número de alunos que participaram no conjunto das actividades interna e externa e nos corta-matos escolares, (2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário), foi estimado em 350 000, tal como no ano lectivo anterior.

Relativamente ao Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, do total de 58 escolas envolvidas e de 5 842 alunos participantes, 144 Grupos/Equipas participaram nas modalidades com quadro competitivo e 102 Equipas participaram em modalidades sem quadro competitivo.

Neste ano lectivo foi de 410 368, o número de alunos matriculados no Ensino Secundário no Continente.

Quadro nº 5 - Grupos / Equipas (1997/98)

DRE's	Nº Grupos/ Equipas com Quadro Competitivo	Nº Grupos/ Equipas com Quadro Competitivo Nacional	Nº Grupos/ Equipas com Projectos Especiais	Nº Grupos/ Equipas Federados
Norte	923	397	28	20
Centro	892	267	13	39
Lisboa	984	575	60	36
Alentejo	232	105	14	3
Algarve	123	96	3	0
TOTAIS	3 154	1 440	118	98

Fonte: Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, através da Internet em 18 de Março de 1998.

A cada grupo/equipa correspondia um Projecto apresentado ao Centro de Área Educativa e aprovado, para execução no decorrer do ano lectivo considerado. As diferentes modalidades praticadas, foram em número de 69.

Quadro nº 6 - Actividades Externas (1997/98)

DRE's	Nº Escolas Aderentes	Nº Alunos Envolvidos	Nº Professores Participantes
Norte	370	27 360	1 458
Centro	269	24 220	1 030
Lisboa	353	33 100	1 603
Alentejo	89	7 080	334
Algarve	61	4 440	219
TOTAIS	1 142	96 200	4 644

Fonte: Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, através da Internet em 18 de Março de 1998, não estando considerados os dados de actividade interna nas escolas.

2.3.6. Actividades mais importantes do Desporto Escolar

Ainda de acordo com o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, existiam diversos Programas com vários subprograma e medidas, dos quais fazemos referência aos seguintes:

2.3.6.1. Programa de desenvolvimento da Educação Física e Desporto Escolar para o 1º Ciclo do Ensino Básico (PRODEFDE) ⁶⁹

Era um programa plurianual, para ser executado ao longo dos próximos quatro anos lectivos, com aplicação em todas as Regiões Educativas do Continente sendo da responsabilidade conjunta do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar e do Departamento da Educação Básica.

⁶⁹ A apresentação deste programa no Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, esteve a cargo da Direcção-Geral de Lisboa que contou com uma intervenção do Governador Civil de Santarém. Decorreu nas instalações do Governo Civil de Santarém, no dia 16 de Janeiro de 1997, tendo sido apresentado aos delegados escolares, aos presidentes de Câmara e técnicos autárquicos do Distrito, assim como a professores formadores. Na altura foi dito que este programa seria implementado nas escolas do 1º Ciclo em todo o país destinando-se o mesmo ao desenvolvimento de Educação Física e do Desporto Escolar, envolvendo a formação de professores, Núcleos de Coordenação Concelhios e instalação de equipamentos (Jornal "Cidade de Tomar", de 24 de Janeiro de 1997).

2.3.6.2. Programa do Desporto Escolar para os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

Este programa é anual, para ser executado em cada ano lectivo. Aplica-se em todas as Regiões Educativas do Continente e procura articular actividades, nomeadamente os quadros competitivos, com programas similares das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

2.3.6.3. Programa Complementar e Projectos Especiais

É composto por subprogramas e medidas que são susceptíveis de desenvolvimento em todos os níveis de escolaridade, nos ensinos Básico e Secundário, bem como através de Protocolos de Cooperação com o Sistema Desportivo, Autarquias Locais, Estabelecimentos de Ensino Superior e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

2.3.6.4. Actividades de Férias ⁷⁰

Estas actividades pretendem ser estruturas de enquadramento das actividades desportivas escolares, no 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, resultantes da iniciativa das Escolas e realizadas em períodos de férias escolares.

Têm como objectivos, proporcionar às crianças e jovens um conjunto de vivências que lhes possibilite a aquisição de hábitos saudáveis de vida, de convívio, solidariedade e cooperação, criando condições para o seu desenvolvimento físico-motor e enriquecimento técnico-desportivo nas actividades, modalidades ou disciplinas da sua opção.

Este projecto deverá estar contemplado no Projecto Educativo da Escola ou no seu Plano de Actividades.

⁷⁰ Através do Ofício nº 2223, de 27 de Fevereiro de 1998, do Centro da Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, que deu entrada na Escola Secundária de Jácome Raton em 4 de Março do mesmo ano, recebemos o documento orientador sobre “Actividades de Férias”, nomeadamente para a Férias de Natal (1ª fase) que já tinham passado, cujos projectos deveriam ser enviados ao respectivo Coordenador do Desporto Escolar do respectivo Centro de Área Educativa até 28 de Novembro de 1997.

Quadro nº 7 - Enquadramento institucional e evolução da legislação

ANO	LEGISLAÇÃO	DESENVOLVIMENTO
		Livre Associativismo ou Modelo Federado
1936	Decreto-Lei nº 1.941, de 11 de Abril	Criação da <i>Mocidade Portuguesa</i> (M.P.)
	Decreto-Lei nº 26.611, de 19 de Maio	Institui a Organização Nacional da <i>Mocidade Portuguesa</i>
1966	Decreto-Lei nº 47.311, de 12 de Novembro	Actividades da <i>Mocidade Portuguesa</i> passaram a ter carácter assistencial e desportivo
1973	Decreto-Lei nº 82/73, de 3 de Março	Definição do novo Estatuto da <i>Direcção-Geral de Educação Física e Desportos</i>
1974	Decreto-Lei nº 694/74, de 5 de Dezembro	Separação entre Direcções Gerais de Ensino e Direcção-Geral dos Desportos Educação Física nas Direcções-Gerais de Ensino <i>Desporto Escolar na D.G.D.</i>
1977	Decretos-Lei nº 553/97 e 554/97, de 31 de Dezembro	<i>Direcções-Gerais Pedagógicas</i> Atribui funções de <i>Coordenação do Desporto Escolar</i> às Direcções-Gerais dos Ensinos Básico e Secundário e Inspecção-Geral do Ensino Particular e Cooperativo
1978	Portaria nº 434/78, de 2 de Agosto	Criação dos <i>Serviços de Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar</i> (S.C.E.F.D.E.) G.D.E.'s
1986	Decreto-Lei nº 150/86, de 18 de Julho	<i>Direcção-Geral dos Desportos</i> Extinção dos <i>Serviços de Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar</i> Cessam os G.D.E.'s
	Lei nº 46/86, de 14 de Outubro	<i>Lei de Bases do Sistema Educativo</i> (L.B.S.E.)
1988	Despacho nº 4/ME/88, de 20 de Janeiro	<i>Projecto de Decreto-Lei sobre Desporto Escolar</i> (1º Grupo de Trabalho)
	Despacho nº 157/ME/88, de 4 de Outubro	<i>Reestruturação do Grupo de Trabalho do Desporto Escolar</i>
1989	Despacho nº 87/ME/89, de 14 de Junho	Criação do <i>Gabinete Coordenador do Desporto Escolar</i> 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário (Programa em regime de experiência pedagógica) <i>Direcção-Geral dos Desportos</i> 1º Ciclo do Ensino Básico

1990	Lei nº 1/90, de 13 de Janeiro	<i>Lei de Bases do Sistema Desportivo (L.B.S.D.)</i>
	Despacho nº 117/ME/90, de 10 de Julho	Continuação do G.C.D.E. em Regime de Experiência Pedagógica
1991	Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de Fevereiro	<i>Regime Jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar</i>
1992	Despacho Conjunto nº 1/SEAM/SESE/92, de 8 de Janeiro	<i>Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Educação Física e do Desporto Escolar (G.T.D.E.F.D.E.)</i> Extinção do G.C.D.E.
	Despacho nº 108-A/ME/92, de 22 de Julho	Desenvolvimento do Programa do Desporto Escolar na D.G.E.B.S. Extinção do Grupo de Trabalho (G.T.D.E.F.D.E.)
1993	Decreto-Lei nº 137/93, de 26 de Abril	Lei Orgânica do Departamento de Ensino Secundário (D.E.S.)
	Decreto-Lei nº 138/93, de 26 de Abril	Lei Orgânica do Departamento da Educação Básica (D.E.B.)
	Decreto-Lei nº 141/93, de 26 de Abril	Lei Orgânica das Direcções Regionais de Educação (D.R.E.'s)
	Decreto-Lei nº 143/93, de 26 de Abril	<i>Lei Orgânica do Instituto do Desporto (INDESP)</i>
	Decreto-Lei nº 145/93, de 26 de Abril	<i>Criação do Conselho Superior do Desporto</i>
1995	Decreto-Lei nº 115/95, de 29 de Maio	<i>Altera a Lei Orgânica do INDESP</i> Criação do Gabinete de Apoio ao Desporto Escolar (G.A.D.E.) e responsabilidade do Instituto do Desporto (INDESP) na organização do Desporto Escolar
1996	Decreto-Lei nº 164/96, de 5 de Setembro	<i>Alteração à Lei Orgânica do INDESP e do Ministério da Educação, ficando este responsável pelo Desporto Escolar</i>
	Decreto-Lei nº 165/96, de 5 de Setembro	<i>Criação do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar</i>

Fonte: Dissertação de Manuel A. C. Pina para obter o grau de Mestre, sobre *Estrutura e Dinâmica do Desporto Escolar - Levantamento e Análise da Situação em Portugal de 1990 a 1995 do Modelo à Prospectiva*, apresentada na Faculdade de

Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa em 17 de Dezembro de 1997, e adaptada por nós com a introdução de outros diplomas.

Após a pesquisa efectuada no âmbito do enquadramento constitucional, jurídico e histórico do Desporto Escolar, vamos no capítulo seguinte descrever a metodologia da investigação efectuada neste estudo, configurando os fenómenos através dos dados recolhidos.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

3. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

3.1. Aspectos metodológicos

Quando investigamos, desejamos aprender coisas sobre o processo de investigação ou a partir dele. Assim, como frequentemente precisamos na prática tirar conclusões válidas sobre um grupo de indivíduos ou objectos (SPIEGEL, 1977), quando ao escolher a amostra (MURTEIRA, 1979), se dá preferência a determinados elementos do universo, aquela sai viciada. Para este autor, universo e amostra são conceitos que surgem a cada passo e ajudam a fazer a distinção entre Estatística Descritiva e Estatística Indutiva, sendo o principal objectivo da Estatística Descritiva a redução de dados.

Também para este autor (1980), o investigador que se debruça sobre os dados que recolheu, empenha-se em formular conclusões que ultrapassem o domínio a que se circunscreveram as experiências particulares que realizou.

Sobre a importância da estatística nos dias de hoje, SILVA (1994), menciona que esta é um instrumento de trabalho indispensável na maioria das áreas do conhecimento.

TOLEDO (1986), menciona que a utilização da estatística é cada vez mais acentuada em qualquer actividade profissional da vida moderna. Por outro lado, PEREIRA (1990), descreve que a estatística é parte inseparável das Ciências Exactas. Para os pressupostos teóricos, além do quadro institucional, há a destacar os princípios de ordem geral que condicionam o plano de investigação, tendo-se partido do princípio que a iniciação na investigação científica e a sua participação activa na elaboração dos métodos de pesquisa constituem o suporte principal para a concretização das estratégias de formação mais adequadas aos objectivos visados, tal como refere ESTRELA (1994).⁷¹

Na investigação em educação, o que preocupa ROSA (1994), é a educação como investigação, ou tratar todo o acto educacional desde o pré-escolar ao pós-graduado, como um acto investigativo ou então não é educacional, concluindo que educar é investigar, e é também entrar nos vestígios, embrenhar-se em vestígios.

De acordo com TRINDADE (1996), é sempre difícil seleccionar os temas a incluir num trabalho, prendendo-se a opção com a utilidade que se pretende ver nele. Também

⁷¹ Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação de Lisboa.

para este autor, o segmento do sistema educativo, no caso de Portugal, que mais se ocupa do ambiente escolar é o da educação escolar e neste desempenha um papel importante o professor, mencionando ainda “*que nas vertentes sociais e pessoal, sempre foi reservado um lugar de relevo à formação e desenvolvimento das atitudes dos alunos*”.

Para a definição das orientações teóricas de princípio, por forma a conduzir correctamente a construção do conhecimento científico em adequação com a realidade, utilizámos o *método científico qualitativo*. Por sua vez, o procedimento prático aplicado na *técnica de investigação* concreta da realidade, foram os *questionários*.

ESTRELA (1994), menciona que não existe nenhum questionário de atitudes pedagógicas adaptado a Portugal ou construído com dados portugueses. Por estes motivos, não nos foi fácil a escolha dos questionários utilizados, apesar de termos recorrido à forma como este autor os constrói.

O percurso desta investigação teve fundamentalmente duas fases de intervenção:

Primeira Fase - Ano lectivo de 1996/97 - *Situação de Partida*

Segunda Fase - Ano lectivo de 1997/98 - *Aprofundamento da Investigação*

Na *primeira fase*, aproveitando a parte curricular do Mestrado, e baseado na experiência não metódica nem racionalmente interpretada e organizada, resolvemos apresentar parte deste estudo com os dados recolhidos nessa investigação, tendo sido denominada por *Situação de Partida*.

A técnica utilizada na recolha dos dados, foi adaptada a partir dos questionários de ESTRELA (1994), tendo a metodologia usada para este trabalho, ficado colada a uma análise empírica de dados.

Quanto à *segunda fase*, *Aprofundamento da Investigação*, efectuada no ano lectivo de 1997/98, o *método científico* utilizado foi o *qualitativo holístico*, por mais se adequar a este estudo, captando-se a razão (CARMO, 1998), como os alunos vão encarando as realidades que lhe são apresentadas. Foram estudados o passado e o presente dos sujeitos da investigação.

Assim, quer na primeira quer na segunda fase, o *paradigma* que esteve associado a este trabalho, foi a *investigação do método qualitativo*, com concepção global fundamentado na realidade.

Como se tratava especificamente de um Estudo de Caso na escola onde desempenhamos a nossa actividade, fomos investigar o que alguns autores escreveram sobre este assunto.

3.2. Estudo de caso

O Estudo de Caso, tem sido largamente usado (CARMO, 1998), em Ciências de Educação. MERRIAM (1988), ao estudo de caso de natureza qualitativa, afirma que primeiramente o investigador deverá definir o problema de investigação, o qual será com frequência proveniente da sua própria experiência ou de situações ligadas à sua vida prática.

De acordo com YIN (1989), o estudo de caso constitui um método comparável ao experimental, à análise de documentos ou à realização de inquéritos, sendo adequado para o estudo de acontecimentos contemporâneos que para serem compreendidos, têm de ser inseridos num contexto, e cujos comportamentos relevantes dos seus participantes não podem ser manipulados pelos investigadores.

CHAMBEL (1995), ao abordar o estudo de caso, menciona o modo mais comum de realizar uma investigação qualitativa. Para BELL (1997), o método de estudo de caso particular é especialmente indicado para investigadores isolados, dado que proporciona uma oportunidade para estudar, de uma forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspecto de um problema em pouco tempo. Tal como em qualquer outra investigação, os dados são recolhidos sistematicamente, a relação entre as variáveis é estudada e o estudo é planeado metodicamente, interessando sobretudo pela interacção de factores e acontecimentos.

Também para esta autora, a grande vantagem deste método consiste no facto de permitir ao investigador a possibilidade de se concentrar num caso específico ou situação e de identificar, ou tentar identificar, os diversos processos interactivos em curso.

Para COEN e MANION (1989), o estudo de caso adequa-se a qualquer situação, sempre que seja requerido um conhecimento específico para um problema específico numa situação específica, ou sempre que se queira aplicar uma nova abordagem a um sistema existente.

Como nos encontramos a residir e a trabalhar em Tomar, resolvemos efectuar este estudo de caso, em função dos dados que os alunos nos forneceram no dia a dia de contacto que tivemos com eles, no local onde diariamente nos encontramos.

Contudo, temos consciência que este estudo de caso, permite uma observação intensiva de um campo limitado de fenómenos, podendo os mesmos levantar dificuldades na generalização das conclusões apuradas.

3.3. Delimitação da questão de partida

Este processo de investigação é precedido por uma prévia questão, procurando assim estabelecer uma relação entre factos ou fenómenos, nas características gerais da metodologia qualitativa. CHAMBEL (1995), dá grande influência ao método experimental construindo-se o conhecimento científico da mesma maneira para os fenómenos sociais e para os naturais. É importante o levantamento de questões teóricas que devem ser confrontadas com os dados da experimentação. Ainda para este autor, a hipótese antecipa a relação entre dois conceitos ou fenómenos.

Na delimitação da questão de partida, através da nossa experiência educativa ao longo de mais de três décadas de serviço, do nosso ponto de vista, notamos que nem todos os alunos, passaram pela experiência de participar na actividade de complemento curricular do *Desporto Escolar*. Esta actividade, como ocupação dos tempos livres num regime de liberdade de participação e escolha, é integrada no plano de actividade da escola e coordenada no âmbito do sistema educativo.

Para que os conceitos usados na questão de partida, possam ser objecto de verificação, é necessário fazer corresponder esses conceitos a outros conceitos mais precisos, que tornem possível a averiguação da sua existência, ocorrência ou ausência no domínio daquilo que estamos a investigar. Delimitar uma questão é tornar evidente uma

preocupação na perspectiva de mudar o real (BARBOSA, 1997a), de o ver de uma outra forma.

Os conceitos mais precisos são as variáveis, que vão permitir efectuar contagem sobre os fenómenos ou determinadas características dos fenómenos em estudo. A quantificação através do uso de variáveis, vai permitir um tratamento matemático ou estatístico dos dados e a utilização de uma linguagem com maior exactidão ou rigor, como é objectivo geral do conhecimento científico.

Procurámos enunciar este estudo a partir da questão que exprime o mais aproximadamente possível o que se pretendia saber e compreender melhor.

Assim, a natureza do problema que foi abordada nesta investigação compreende um estudo sobre a forma de participação dos alunos do Ensino Secundário no subsistema educativo, Desporto Escolar. Este facto conduz-nos à formulação da seguinte interrogação:

Ao longo dos anos de escolaridade, os alunos do Ensino Secundário participaram ou não no subsistema educativo Desporto Escolar ?

3.4. Definição do objectivo geral

Tendo presente os considerandos mencionados anteriormente, fundamentámos o nosso trabalho no seguinte Objectivo Geral:

Tentar identificar as causas da não participação de um grande número de alunos do Ensino Secundário no Desporto Escolar e quais os problemas práticos que estarão na base de tantos e tão vastos impedimentos.

Pesquisámos ainda as preocupações dos alunos sobre os problemas práticos que no dia a dia eles são confrontados face à sua participação ou não no Desporto Escolar.

3.5. Definição dos objectivos específicos

Neste estudo, tendo por objectivos específicos identificar os motivos dos impedimentos dos alunos na participação no Desporto Escolar, tivemos em consideração a aplicação de questionários aos alunos, e professores intervenientes no sistema de ensino, procurando a obtenção de respostas para uma intervenção mais personalizada no desenvolvimento do Desporto Escolar.

Assim, através de questionários realizados na primeira e segunda fase, nos nossos objectivos específicos procurámos saber se *ao longo dos doze* (Anexo nº 1) *dez, onze e doze anos de escolaridade* (Anexos nº 4, 7 e 10), *os alunos tiveram ou não a disciplina curricular de Educação Física.*⁷²

Atendendo que nem todas as escolas por onde os alunos passaram desde o 1º Ciclo até ao Secundário tinham um corpo docente estabilizado, a nível da disciplina de Educação Física, resolvemos também investigar esta disciplina.

Procurámos saber também através de questionários, se *ao longo dos doze* (Anexo nº 2), *dez, onze e doze anos de escolaridade* (Anexos nº 5, 8 e 11), *os alunos tiveram ou não a actividade de complemento curricular denominada Desporto Escolar.*

Noutros questionários (Anexos nº 3, 6 e 9) de *levantamento de dados de estrutura*, procurámos aprofundar os motivos pelos quais os alunos não participaram no Desporto Escolar.

3.6. Situação de partida no ano lectivo de 1996/97

De entre as técnicas de recolha dos dados, optámos pela realização de questionários,⁷³ como instrumentos para recolha de informação sobre variáveis de interesse

⁷² O Desporto Escolar inserido no Sistema Educativo só poderá cumprir a sua função social e cultural se criar e manter relações adequadas de cooperação entre o Sistema Educativo, nomeadamente na ligação com a disciplina curricular de Educação Física e na participação em projectos educativos globais, e o Sistema Desportivo, na articulação estratégica com o Desporto Federado. Se curricularmente não for ministrada a disciplina de Educação Física, o Desporto Escolar não poderá ser desenvolvido na escola. (Programa do Desporto Escolar dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, para o ano lectivo de 1997/98).

⁷³ Os questionários como técnica de investigação, consistiram numa série de questões dirigidas a um conjunto de alunos, tendo por objectivo confirmar ou não questões explicativas anteriormente formuladas por nós na presente investigação.

com o fim de efectuar o levantamento de necessidades, que constitui o cerne desta investigação.

GIL (1997), quando se refere a *Ghiglione & Matalon*, considera o questionário como uma técnica adequada para compreender fenómenos como as atitudes, as opiniões, as preferências, as representações, etc., que só são acessíveis de uma forma prática pela linguagem, e que raramente se exprimem de forma espontânea.

Nesta nossa *situação de partida*, fizemos com que cada pergunta correspondesse a um indicador, tendo por função produzir com a sua resposta, a informação necessária.

Desenvolveu-se sob três aspectos fundamentais.

- 1 - A sua concepção;
- 2 - A sua aplicação, que implica a selecção de amostra, lançamento e recolha dos dados;
- 3 - A análise e interpretação dos dados resultantes da sua aplicação.

Quanto à concepção, após a definição do objectivo dos questionários, passou por duas fases: a de selecção de conteúdos a incluir e a da tradução destes em questões devidamente formuladas, tendo presente o objectivo desta investigação.

Para construir os questionários, foi realizada junto dos alunos uma colheita prévia de opinião. Foi a mesma ensaiada em alunos pertencentes à população do questionário, que, após a análise atenta sobre a informação recolhida, se chegou a versão definitiva.

Ao determinar o conteúdo das questões a incluir, o campo de análise limitou-se a grupos de questões relativas aos diversos anos de escolaridade pelos quais os alunos passaram.

Na construção dos questionários, tivemos em conta algumas preocupações básicas, tentando-se uma configuração simples e uma extensão pequena para evitar o cansaço dos alunos que o preenchem. Utilizou-se uma linguagem acessível aos vários anos destinatários.

As indicações que foram surgindo como necessárias, pretenderam que os questionários fossem de fácil leitura a fim de serem bem aceites e de permitirem respostas sem hesitações tal como descreve GASPAR (1996).

Os três questionários elaborados para a realização desta investigação em cada ano de escolaridade, foram preenchidos pelos alunos na escola e na nossa presença.

Ao abordar os alunos, fizemos uma pequena introdução explicativa do trabalho que iríamos pedir e das suas finalidades.

Recolhidos os questionários, a informação foi tratada posteriormente, através do estudo de *estatística descritiva simples*, aparecendo os resultados em *quadros sob a forma tabular e gráficos de barras (colunas)*,⁷⁴ permitindo tomar sugestões que levem à melhoria dos serviços prestados e ajudem a promover o sucesso educativo dos nossos alunos.

3.6.1. Caracterização da população a estudar na situação de partida

De acordo com MURTEIRA (1993), em estatística, *população* designa um conjunto de elementos com alguma característica comum e com potencial interesse para o estudo.

No âmbito do presente estudo a amostra referente ao ano lectivo de 1996/97, foi recolhida a partir do universo de 272 alunos de 13 turmas que frequentaram o 12º ano na Escola Secundária de Jácome Ratton, de forma que desse origem a uma amostra que fosse representativa da população total.

Desse universo de alunos, 88 (32,4%) não tinham a disciplina de Educação Física, uma vez que estavam matriculados nas disciplinas em atraso, por conseguinte já tinham tido em anos anteriores essa disciplina.

⁷⁴ Para VAIRINHOS (1997), quando as barras são desenhadas verticalmente, o gráfico designa-se por gráfico de colunas.

Quadro nº 8 - População do 12º ano (1996/97)

Turmas	Nº de alunos	Alunos com Educação Física	Valores em percentagem
A	25	25	100,0
B	25	14	56,0
C	28	17	60,7
D	19	15	78,9
E	15	11	73,3
F	30	13	43,3
G	29	10	34,5
H	15	14	93,3
I	24	14	58,3
J	17	11	64,7
L	13	11	84,6
M	13	11	84,6
N	19	18	94,7
TOTAIS	272	184	67,6

Nota: Os valores em percentagem referem-se aos alunos que tinham a disciplina de Educação Física.

Do universo de 184 que tinham a disciplina de Educação Física, foram escolhidos 70 alunos (38,0%) através do critério de conveniência. Esta escolha foi feita a partir dos 74 alunos que nos foram distribuídos no início do ano lectivo, nos três cursos do 12º ano. A amostra retida envolveu 42 (60%) do sexo masculino e 28 (40%) do sexo feminino, conforme se poderá verificar no quadro seguinte:

Quadro nº 9 - Amostra das cinco turmas

Turmas	Masculinos	Femininos	Total	Cursos
B	3	11	14	Científico Natural
C	13	4	17	Científico Natural
D	6	9	15	Tecnológico Informática
E	7	4	11	Tecnológico Informática
F	13	-	13	Tecnológico Electrónico
TOTAIS	42	28	70	
%	60	40	100	

3.6.2. Construção da amostra

Após a identificação da população que interessava inquirir, importará descrever seguidamente a *técnica utilizada na amostragem* para a selecção da *amostra*.

No problema sobre o tamanho da amostra, a maior decisão que os investigadores devem tomar (CLEGG, 1995), é o número de sujeitos a incluir na amostra. Não é fácil esta decisão, nem tem uma resposta universal, pois cada solução depende de uma variedade de factores que nem sempre é possível especificar logo de início, numa tentativa de conseguir o máximo de precisão, no que respeita à representatividade da amostra e evitar qualquer distorção resultante de ideias pré-concebidas (GASPAR, 1996).

A escolha da amostra na sua totalidade, foi construída a partir de um conjunto seleccionado por um sistema previamente estabelecido (sorteio), com a colaboração dos alunos, cuja receptividade foi bastante boa. Conseguimos assim as respostas de 70 alunos.

De acordo com VIEIRA (1986), a técnica de amostragem utilizada na **situação de partida** foi a *não probabilística de conveniência* e no **aprofundamento da investigação**, utilizámos a técnica de *amostragem probabilística aleatória simples*. Os elementos foram seleccionados a partir de uma lista dos elementos da população.

De acordo também com D'HAINAUT (1992), a uma variável que pode tomar apenas dois valores, chama-se variável dicotómica, sendo exemplo a variável sexo. No nosso estudo tivemos 42 alunos (60%) e 28 alunas (40%), com idades compreendidas entre os 16 e os 22 anos.

3.6.3. Organização das fases de intervenção (1996/97)

Para a primeira recolha dos dados, foram utilizadas seis fases de intervenção, distribuídas conforme o seguinte quadro:

Quadro nº 10 - Cronograma de calendarização

Fases	Data	Acções
1ª	Outubro/96 a Janeiro/97	- Reuniões com os alunos da amostra
2ª	Fevereiro/97	- Aplicação do questionário mencionado nos objectivos específicos (Anexo nº 1)
3ª	Março/97	- Aplicação do questionário mencionado nos objectivos específicos (Anexo nº 2)
4ª	Abril/97	- Aplicação do questionário mencionado nos objectivos específicos (Anexo nº 3)
5ª	Maio-Junho/97	- Análise e tratamento dos dados recolhidos
6ª	Julho/97	- Elaboração do trabalho na situação de partida

3.6.4. Organização de recursos humanos

Os recursos humanos utilizados na primeira fase de intervenção, foram fundamentalmente o professor da disciplina de Educação Física e os alunos das cinco turmas distribuídas no início do ano lectivo de 1996/97.

3.6.5. Planificação do trabalho de campo

Para a concretização desta investigação os questionários foram preenchidos nas aulas de Educação Física com 50 minutos de duração, no período compreendido entre os meses de Fevereiro e Abril de 1997.

3.6.6. Aplicação de materiais e selecção dos instrumentos utilizados na investigação

Os meios materiais, foram organizados a partir dos instrumentos (questionários), de colheita empírica de opinião. Constituiu assim o ponto de partida, como instrumento de investigação.

Para a elaboração dos dados no trabalho optámos pela análise de *estatística descritiva simples*, com o cálculo de parâmetros de tendência central, a *média aritmética*, a *mediana*, a *moda*, e parâmetros de dispersão, a *variância* e o *desvio-padrão*. Fizemos

também *gráficos de colunas* através das frequências dos dados recolhidos em quadros de forma tabular.

3.7. Aprofundamento da investigação no ano lectivo de 1997/98

O trabalho realizado na *situação de partida*, originou uma aprendizagem da metodologia da investigação, correspondente à apropriação de instrumentos que permitiram uma autonomia cada vez maior, de informação científica considerada relevante.

Assim, com base na fundamentação do objectivo geral e em função dos objectivos específicos, procurámos um aprofundamento da investigação no ano lectivo de 1997/98, não só em alunos do 12º ano, mas também nos alunos dos 10º e 11º anos.

3.7.1. Caracterização da população a estudar no aprofundamento da investigação

No âmbito do presente estudo, a amostra foi assim formada por três grupos de indivíduos extraídos ao acaso da população dos 10º, 11º e 12º anos, que frequentaram a disciplina de Educação Física na Escola Secundária de Jácome Ratton a partir do universo mencionado nos seguintes quadros:

Quadro nº 11 - População do 10º ano (1997/98)

Turmas (15)	Número de alunos	Alunos com Educação Física
A	28	20
B	31	22
C	30	22
D	26	20
E	34	13
F	22	16
G	31	14
H	28	14
I	22	14
J	19	15
L	12	6
M	14	8
N	26	21
O	26	16
P	31	24
TOTAIS	380	245

Do universo de 380 alunos distribuídos por 15 turmas do 10º ano, 135 alunos (35,5%) não tiveram a disciplina de Educação Física, uma vez que estavam matriculados nas disciplinas que tinham atrasadas, por conseguinte já a tinham frequentado em anos anteriores.

Quadro nº 12 - População do 11º ano (1997/98)

Turmas (13)	Número de alunos	Alunos com Educação Física
A	31	26
B	19	15
C	24	22
D	24	22
E	24	16
F	26	18
G	16	7
H	19	13
I	24	8
J	17	11
L	18	17
M	9	9
N	16	13
TOTAIS	267	197

Do universo de 267 alunos distribuídos por 13 turmas do 11º ano, 70 alunos (26,2%) não tiveram a disciplina de Educação Física, uma vez que estavam matriculados nas disciplinas que tinham atrasadas, por conseguinte já a tinham frequentado em anos anteriores.

Quadro nº 13 - População do 12º ano (1997/98)

Turmas (15)	Número de alunos	Alunos com Educação Física
A	31	17
B	33	20
C	29	22
D	25	14
E	23	10
F	20	11
G	27	17
H	6	5
I	25	10
J	15	13
L	31	20
M	23	12
N	22	15
O	21	13
P	29	23
TOTAIS	360	222

Do universo de 360 alunos distribuídos por 15 turmas do 12º ano, 138 alunos (38,3%) não tiveram a disciplina de Educação Física, uma vez que estavam matriculados nas disciplinas que tinham atrasadas, por conseguinte já a tinham frequentado em anos anteriores.

Quadro nº 14 - Total do universo de alunos (1997/98)

Anos	Nº de Alunos	Alunos com Educação Física	Valores em percentagem
10º	380	245	64,5
11º	267	197	73,8
12º	360	222	61,7
TOTAIS	1 007	664	65,9

Do universo de 1 007 alunos, somente 664 (65,9%) tinham a disciplina curricular de Educação Física.

3.7.2. Construção da amostra

Na determinação da dimensão da amostra, tomámos em consideração o que CARMO (1998), descreve sobre a dimensão aceitável. Para este autor, um estudo descritivo que integre 10 por cento do total da população considerada, é julgado como a dimensão mínima a obter.

Nesta fase de aprofundamento da investigação, após a identificação da população para estudo, importou descrever a técnica utilizada para a selecção da *amostragem*. Foi assim escolhida a técnica de *amostragem probabilística aleatória simples* ou *casual simples*, como descreve VIEIRA (1986). Neste processo todos os elementos da população tinham igual probabilidade de serem seleccionados para construir a amostra.

Numa tentativa de conseguir o máximo de precisão, no que respeita à representatividade da amostra, tal como na primeira fase de intervenção, e evitar qualquer distorção resultante de ideias pré-concebidas, a escolha da grandeza da amostra, foi construída a partir do universo de 1 007 alunos do Ensino Secundário, com base na escolha intencional nos 10º, 11º e 12º anos.

De forma a dar origem a uma amostra que fosse representativa da população total, foram escolhidos entre os alunos que tinham a disciplina de Educação Física os seguintes:

Quadro nº 15 - Amostra dos alunos do Secundário

Anos	Universo de alunos	Alunos com Educação Física	Amostra
10º	380	245 (64,5%)	49 (20,0%)
11º	267	197 (73,8%)	40 (20,3%)
12º	360	222 (61,7%)	59 (26,6%)
TOTAIS	1 007	664 (65,9%)	148 (22,3%)

As idades destes alunos estavam compreendidas entre os 15 e 22 anos.

Quadro nº 16 - Distribuição da amostra por sexo

Anos	Masculinos	Femininos	Total
10º	29 (59,2%)	20 (40,8%)	49
11º	20 (50,0%)	20 (50,0%)	40
12º	26 (44,1%)	33 (55,9%)	59
TOTAIS	75 (50,7%)	73 (49,3%)	148

Nota: A amostra retida envolveu um total de 148 alunos inquiridos, sendo 75 (50,7%) do sexo masculino e 73 (49,3%) do sexo feminino.

3.7.3. Organização das fases de intervenção (1997/98)

Para a segunda recolha dos dados, foram utilizadas cinco fases de intervenção, conforme o seguinte quadro:

Quadro n.º 17 - Cronograma de calendarização

Fases	Meses/Ano	Acções
1ª	Novembro/97 a Janeiro/98	- Aplicação dos questionário sobre Educação Física aos 10º, 11º e 12º anos (Anexos nº 4, 7 e 10) - Aplicação do questionário sobre Desporto Escolar aos 10º, 11º e 12º anos (Anexos nº 5, 8 e 11) - Aplicação do questionário de Levantamento de Dados de Estrutura aos 10º, 11º, e 12º (Anexos nº 6, 9 e 12)
2ª	Fevereiro/98	- Aplicação do questionário aos professores de Educação Física na Escola Secundária de Jácome Ratton - Retrato do Desporto Escolar (Anexo nº 13)
3ª	Março/98	- Aplicação do questionário aos Professores Coordenadores do Desporto Escolar das Escolas de Tomar (Anexo nº 13) - Aplicação do questionário ao Professor Coordenador do Desporto Escolar do Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo (Anexo nº 14) - Aplicação do questionário ao Director do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar (Anexo nº 15)
4ª	Abril/Maio/98	- Análise e Tratamento dos Dados recolhidos através dos questionários
5ª	A partir de Junho/98	- Elaboração da Dissertação

3.7.4. Organização de recursos humanos

No presente ano lectivo, além dos alunos, escolhidos aleatoriamente nos três anos do Ensino Secundário, foi solicitada a participação dos dez colegas do grupo de Educação Física, englobados ou não no projecto Desporto Escolar bem como de um colega do grupo de Matemática, responsável pelo grupo de Xadrez do Desporto Escolar. Nos contactos tidos com estes colegas da escola onde se desenrolava a investigação, com os quais queríamos trabalhar, após a nossa transmissão de ideias, as reacções foram positivas.

Solicitámos assim, o preenchimento de um questionário de questão aberta (Anexo nº 13) de modo a permitir que os inquiridos exprimissem as suas opiniões sobre aspectos positivos e aspectos negativos do Desporto Escolar.

Também foi solicitada a mesma questão aberta aos Coordenadores do Desporto Escolar das seguintes escolas de Tomar:

- Secundária Stª Maria dos Olivais
- Secundária D. Nuno Álvares Pereira
- Básica 2,3 Ciclos, Gualdim Pais
- Básica 2,3 Ciclos, Santa Iria
- Coordenador do Desporto Escolar do Centro da Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo

A estes Coordenadores além do questionário que lhe foi apresentado em 9 de Março de 1998, foi também entregue um envelope já endereçado e selado, para a residência do autor desta investigação, para que a comunicação funcionasse o mais rapidamente possível.

Recebemos a primeira resposta destes coordenadores, passados 9 dias (Escola Básica 2,3 Ciclos Gualdim Pais), tendo a segunda resposta sido dada, passados 16 dias (Escola Secundária Stª Maria do Olival).

Quanto às restantes respostas, das escolas Secundária D. Nuno Álvares Pereira e Básica 2,3 Ciclos Stª Iria, nunca obtivemos as respectivas respostas.

Foi solicitada ainda a participação do Director do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, em 27 de Fevereiro de 1998 (Anexo nº 15), não tendo o mesmo dado qualquer resposta.

Como tivemos conhecimento do Editorial do Jornal “A Bola Especial” de 3 de Maio de 1998, do G.C.D.E., apresentamos o mesmo em anexo (nº 16).

Do total de 17 solicitações, recebemos 11 respostas.

3.7.5. Planificação do trabalho de campo

Os questionários efectuados aos alunos, foram preenchidos no pátios, nos ginásios, na sala de estudo e na biblioteca da escola, tendo com estes corrido tudo muito bem. O processo de informação utilizado foi a recolha directa, aluno a aluno, que decorreu de Novembro de 1997 a Janeiro de 1998.

Eram compostos por um conjunto de questões a que os alunos responderam de acordo com as suas opiniões, interesses, gostos e sentimentos, procurando não provocar cansaço, diminuindo desta forma o seu interesse.

A concepção e administração dos questionários exigiram alguns padrões de actuação, tal como define CARMO (1998), tanto quanto à construção das perguntas, como no que se refere à apresentação dos questionários.

Na construção tivemos cuidado de fazer perguntas tanto quanto possível fechadas, compreensíveis e relevantes relativamente à experiência dos inquiridos, de modo a objectivar as respostas e de não permitir que fossem ambíguas.

Na apresentação dos questionários foram dadas instruções precisas quanto ao seu preenchimento.

Quanto aos professores preenchiam os questionários onde entendessem e depois entregavam os mesmos no prazo dado de 30 dias para realizarem as respostas.

3.7.6. Aplicação de materiais e selecção dos instrumentos utilizados na investigação

Para a elaboração deste trabalho, utilizámos um computador, tal como refere MURTEIRA (1993), quando afirma que nos tempos que correm ninguém trabalha em estatística sem computador.

Ao optarmos pelos questionários, como meio de recolha de informação, tivemos presente a consideração de TUCKMAN (1987), ao afirmar que um questionário mede não o que a pessoa crê, mas o que diz que crê; não o que a pessoa gosta, mas o que diz que gosta, isto é, tivemos consciência de que a subjectividade da resposta pode converter-se num óbice à objectividade dos dados. O questionário (BARBOSA, 1997a) deverá estar ligado à preocupação de apanhar expectativas, através de factos que aconteceram no passado com julgamento futuro.

Ao abordar os alunos fizemos uma vez mais uma pequena introdução explicativa do trabalho que iríamos pedir e das suas finalidades.

Distribuídos os respectivos questionários (três), a cada aluno, ficámos disponíveis para algum eventual esclarecimento das dificuldades suscitadas por possíveis ambiguidades durante o seu preenchimento, não tendo sido imposto qualquer limite de tempo.

Foram utilizados dois questionários nos três anos de escolaridade (Anexos nº 4, 5, 7, 8, 10 e 11) que incluíam questões de escolha múltipla; os alunos podiam optar por uma das opções propostas. Em todas as questões era dada liberdade ao aluno para apresentar outra resposta através da opção *outra*.

O questionário original de levantamento de dados de estrutura, que no seu processo de construção e validação seguiu as principais regras recomendadas a este tipo de instrumentos, com base nos estudos efectuados por ESTRELA (1994), foi composto por seis blocos (Anexos nº 6, 9 e 12).

- 1 - Idade no início do ano lectivo
- 2 - Sexo
- 3 - Local de residência no concelho de Tomar
- 4 - Local de residência fora do concelho de Tomar
- 5 - Tendências para não participarem no Desporto Escolar
- 6 - Atribuição de argumentos quando não participava no Desporto Escolar

3.8. Caracterização do meio

A mult centenária cidade de Tomar, antiga sede da Ordem dos Templários, a quem foi doada em 1159, e posteriormente da Ordem de Cristo (1339), recebeu foral de Gualdim Pais em 1162, o qual construíra o Castelo dois anos antes.

Na cidade, encontram-se monumentos de valor histórico e arquitectónico ímpares que abrangem estilos que vão desde o romântico-bizantino até ao barroco, passando pelo gótico, pelo manuelino e pelo renascença.

O concelho de Tomar situado no centro do país na região do Vale do Tejo, integra a sub-região do Médio Tejo, do qual também são partes integrantes Ferreira do Zêzere,

Ourém, Torres Novas, Alcanena, Entroncamento, Vila Nova da Barquinha, Abrantes, Constância, Gavião e Sardoal.

É composto por 16 freguesias,⁷⁵ e 244 lugares tem por limites a Norte os concelhos de Ferreira do Zêzere e Ourém, a Oeste por este e pelo de Torres Novas, a Sul por este último e Vila Nova da Barquinha e a Este pelo concelho de Abrantes.

Em termos de actividade turística pertence à Região de Turismo dos Templários Floresta Central e Albufeiras cuja sede se encontra instalada na cidade de Tomar.

Com uma área de 349,51 Km² (cinco por cento da área do Distrito),⁷⁶ encontra-se a 80 metros de altitude, sendo a região atravessada pelo rio Nabão e pela EN 110, que liga o concelho ao Entroncamento e a Coimbra.

Tomar, pertence administrativamente ao Distrito de Santarém, o qual é o segundo do país quanto ao número de Municípios e o terceiro em superfície (6 702 Km²).

A Escola Secundária de Jácome Ratton, está implementada na Freguesia de Santa Maria dos Olivais, tendo esta sido criada em 1864, constituindo o primeiro núcleo urbano da cidade de Tomar. Conta presentemente com cerca de 12 mil habitantes,⁷⁷ numa área de 17,73 Km².

Segundo os indicadores sócio-económicos do concelho de Tomar, apontam para um concelho com uma acentuada perda de população, entre 1981 e 1994. Perdeu 6,4 por cento da população residente naquele período, superior à média distrital (-27%). Na evolução da população total residente, temos 45 672 (1981) e 42 909 (1991), sendo neste último ano a sua densidade populacional de 122,4 habitantes/Km² (PAIVA, 1997).

A taxa de analfabetismo⁷⁸ (12,5%) e de população com instrução no concelho são melhores que as da média distrital, mas ainda piores que a nacional.

De acordo com PAIVA (1997), no que diz respeito à variação da população no concelho, constata-se que, com excepção da década de setenta (altura em que regressaram ao nosso país muitos portugueses que viviam nas ex-colónias africanas), o concelho de

⁷⁵ *Freguesias Urbanas* - St^a Maria dos Olivais e S. João Baptista. *Freguesias Rurais* - Alviobeira, Asseiceira, Beselga, Carregueiros, Casais, Junceira, Madalena, Olalhas, Paialvo, Pedreira, S. Pedro, Sabacheira, Serra e Além da Ribeira.

⁷⁶ Segundo dados do Gabinete de Estudos da ex-Direcção-Geral dos Desportos de 1988 e do Desporto Escolar-Plano 77 da D.G.D. (1977).

⁷⁷ Dados recolhidos em "Tomar, Edições 98", o Concelho em Revista.

⁷⁸ Carta Escolar do Concelho de Tomar (Julho de 1998 - policopiada). Esta Carta resultou de uma deliberação do Conselho Municipal de Educação de Tomar, que entendeu ser urgente efectuar um levantamento minucioso e objectivo da realidade concelhia no domínio da educação.

Tomar tem vindo a experimentar um êxodo constante da sua população. De 46 mil habitantes em 1950, passou para 41 mil em 1970, sendo hoje pouco mais de 43 mil as pessoas que habitam o concelho de Tomar.

Na última década, só a freguesia de St^a Maria dos Olivais (que abrange a zona nova da cidade) registou um aumento da sua população, contando actualmente com mais de 12 mil habitantes.

Segundo ainda este autor, o concelho de Tomar com os cerca de 350 Km², tem uma densidade populacional que anda à volta de 123 habitantes/Km², o dobro do total do distrito.

Apesar das duas freguesias da cidade albergarem quase metade da população (cerca de 19 mil habitantes), o concelho de Tomar ainda tem mais nove freguesias onde a densidade populacional é superior à média do distrito (66 habitantes/Km²).

Nas cinco freguesias que registam a menor densidade populacional, predomina o uso florestal ou agroflorestal do solo. Duas destas freguesias em espaço florestal fazem fronteira com a albufeira do Castelo do Bode.

Quanto à ocupação da população activa, regista-se a grande importância do comércio e serviços que dão emprego a 55,6 por cento da população, seguindo-se a indústria com 37 por cento e em último lugar a agricultura com apenas 7 por cento.

3.8.1. Caracterização numa Escola Secundária em Tomar

O enquadramento institucional da investigação, deu-se na Escola Secundária de Jácome Ratton⁷⁹, instituição oficial dependente do Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, um organismo do Ministério da Educação, que se integra na estrutura descentralizada da Direcção Regional de Lisboa, conforme o estabelecido pelo Decreto-Lei nº 141/93, de 26 de Abril.

⁷⁹ Jácome Ratton (1736-1820), Cavaleiro da Ordem Militar de Cristo; Fidalgo Cavaleiro da Casa Real; Deputado do Supremo Tribunal da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação; Negociante Industrial.

3.8.2. Da sua criação até aos nossos dias

Segundo os *Anais do Município de Tomar* (1967), tudo começou no dia 16 de Maio de 1884, quando foi participada em Cortes, através de missiva do então Conde de Tomar, a criação de uma Escola Industrial nesta cidade. À Escola de Desenho Industrial que já existia, foi dado o nome de Jácome Ratton, a pedido da Câmara Municipal, e nela decorreriam as primeiras aulas para 36 alunos, a 9 de Novembro daquele ano, sob a direcção do prof. José Joaquim Cipriano Martins.

Jácome Ratton, nasceu em França a 7 de Julho de 1736, era filho de Jacques Ratton (1717-1778) e de Françoise Belonn (1714-1793).⁸⁰ Após o seu nascimento, seus pais emigraram para Portugal, onde se estabeleceram na cidade do Porto com um pequeno comércio ambulante.

Decorria o ano de 1747, quando Jácome Ratton foi para Lisboa, onde o pai já tinha estabelecido uma segunda casa comercial, filial da primeira no Porto. Casou-se com a idade de 21 anos, com Ana Isabel de Clamouse, filha do Cônsul Francês do Porto e do casamento teve oito filhos.

Para CARVALHO (1920), a obra de Ratton, foi a fonte de informação de todos os historiadores do movimento industrial pombalino.

As circunstâncias políticas associadas à participação de Portugal no ano de 1762 na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), por conveniência dos seus negócios, levaram-no a optar e adquirir nacionalidade portuguesa por concessão d'El-Rei D. José, tendo no ano de 1771 sido criadas em Tomar duas fábricas dirigidas por estrangeiros; uma de caixas de papelão e outra de meias de lã. Entretanto, seu pai regressara a França. Nesta altura é já bem patente a sua fulgurante ascensão como homem de negócios que, acompanhando o momento áureo da burguesia Pombalina, os Ratton são o exemplo de progressão social por concessão de títulos de foro fidalgo a comerciantes de “grosso fato”.

Quando em 1789, estando a fábrica de meias de lã em dificuldades económicas ameaçando mesmo ruína, Ratton, propõe-se adquiri-la para a reconverter em fábrica de algodões, que seria uma das mais antigas e mais importantes fábricas de fiação. Nesse

⁸⁰ Livro *Lettres Familières de Jacques Ratton* (1961) de Nuno D'ALCOCHETE.

mesmo ano, associado a Timotheo Verdier, funda a fábrica de fiação de algodão de Tomar, tendo sido a primeira no País que utilizou a moderna tecnologia da revolução industrial.

Em 1802, devido ao valioso contributo prestado à Industria Nacional, Jácome Ratton, recebe o foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, sendo já detentor de mercê de cavaleiro da Ordem Militar de Cristo.

No mês de Setembro de 1810, durante as invasões francesas, foi preso na noite de 10 para 11, e encarcerado na Fortaleza de S. Julião da Barra, tendo o seu filho Diogo, assumido a direcção das empresas; alguns dias depois, foi levado para o desterro na Ilha Terceira, sendo depois enviado para Londres.

No exílio em Londres, durante o ano de 1815, escreve a obra "Recordações", tendo partido para França em 1817, onde faleceu três anos mais tarde, sem ter consumado o seu grande anseio, de regressar a Portugal.

A escola de Desenho Industrial ⁸¹ criada em 1886, pelo ministro das Obras Públicas de então, foi no primeiro ano muito frequentada pelas classes operárias e artísticas que, nessa altura, eram numerosas.

À escola que foi ampliada em 1887, são-lhe acrescentadas as disciplinas de Modelação em Barro e Aplicações de Desenho à Carpintaria. Nova ampliação, através de Decreto em 25 de Abril de 1889, consagrava a sua elevação à categoria de Escola Industrial Jácome Ratton, destinada a ministrar o ensino teórico e prático apropriado às indústrias predominantes na cidade. As primeiras disciplinas a serem leccionadas foram a Aritmética, Geometria Elementar, Princípios da Física, Elementos da Mecânica, Língua Francesa e Desenho Industrial. Para completar o ensino teórico, estabeleceram-se oficinas de trabalhos em metal (ferraria, serralharia e fundição), trabalhos em madeira (carpintaria e marcenaria) e tecelagem.

Merecendo o interesse dos vários executivos camarários, a Escola sempre dispôs de larga implantação junto das "classes operárias e artísticas", para quem principalmente se dirigia o ensino ministrado.

Na sessão de 4 de Maio de 1893, deliberou a Câmara oferecer ao Governo de Sua Magestade El-Rei D. Carlos I, o terreno necessário na Várzea Grande para a construção de um edifício onde definitivamente fosse instalada a Escola Industrial de Jácome Ratton.

⁸¹ Livro *Quatorze Anos de Administração Municipal e Alguns Subsídios para a História de Thomar* (1920) de J. Torres PINHEIRO.

O Decreto de 5 de Outubro de 1893 estabelece os cursos ministrados nas escolas industriais, sua classificação e matérias que os constituem. Assim, foram ministradas as disciplinas de Desenho Geral, Desenho Ornamental, Desenho Arquitectónico e Desenho Mecânico. Existiam dois cursos elementares, um para os alunos do sexo masculino, e outro para os alunos do sexo feminino. Os Cursos Industriais, todos com a duração de quatro anos eram os seguintes: Costura, Tecelão, Serralheiro Civil e Carpinteiro.

No Decreto nº 5.344, de 27 de Março de 1919, cujo objectivo era fixar os quadros de pessoal das Escolas Técnicas Elementares, a escola surge sob a designação de “Escola de Carpintaria e Serralharia de Carruagens de Jácome Ratton de Tomar”. O quadro de pessoal era o seguinte: Professor de Desenho, Mestre de Carpintaria, Mestre de Serralharia e Guarda Jornaleiro.

Em 1924 é criada a Escola Industrial e Comercial de Jácome Ratton, que ministrava uma secção industrial com o ensino de Serralharia Mecânica e Civil, Segaria, Trabalhos Femininos e uma secção comercial, com o ensino das Escolas Comerciais. O seu quadro docente era constituído por um director, dois professores de Desenho Geral e Especializado, um professor de Línguas Pátria e Francesa, um professor de Língua Inglesa, um professor de Aritmética Comercial, Escrituração e Contabilidade Comercial, um professor de Elementos de Teoria do Comércio, Direito Comercial e Economia Política, Geografia Comercial, Vias de Comunicação e Transportes, um professor de Aritmética, Geometria e Princípios de Física e Química, um mestre de Caligrafia e Dactilografia, um mestre de Serralharia Mecânica e Civil, um mestre de Segaria e um mestre de Trabalhos Femininos.

Através do Decreto nº 20.420, de 21 de Outubro de 1931, são ministrados os seguintes cursos: Serralheiro Mecânico, Carpinteiro-Segeiro, Costuras e Bordados e Curso de Comércio.

A busca de um espaço adequado à importância do estabelecimento de ensino, norteou desde sempre os poderes e sociedade locais, culminando em 27 de Abril de 1958,⁸² com a instalação no actual edifício, tendo sido dado o nome de Escola Industrial e Comercial de Tomar.

⁸² Conforme consta no auto de entrega e cessão do edifício da escola por parte do Ministério das Obras Públicas, o qual foi cedido naquela data ao Ministério da Educação Nacional, nos termos do Decreto-Lei nº 24.489, de 13 de Setembro de 1934.

Poucas vezes foi um nome tão apropriado como aquele que foi baptizada a Escola Comercial e Industrial de Tomar - Jácome Ratton. Tratou-se de um pioneiro, a todos os títulos inovador, que através da criação da fábrica de Fiação em Tomar, dotou a localidade de um dos mais importantes e perduráveis empreendimentos industriais.

O seu nome confunde-se com a própria ideia de desenvolvimento desta cidade que, após sucessivas transformações experimentadas pelo sistema de ensino ao longo dos tempos, a actualmente designada (desde Novembro de 1979) Escola Secundária de Jácome Ratton nunca perdeu as grandes linhas de orientação que presidiram à sua fundação e que moldaram, na sua história todo um ensino em que a componente técnico-profissional, numa ligação estreita ao mundo do trabalho, sempre prevaleceu.

De toda essa vocação pelo mundo laboral, é testemunha e simultaneamente evidência, o próprio espaço físico deste estabelecimento de ensino.

Pelas suas características e individualidade, a nossa escola representa mesmo uma das imagens obrigatórias de Tomar, onde para além do edificio central com inúmeras salas de aula, Biblioteca, Mediateca, Laboratórios, Serviços Administrativos, entre outros, dispõe de oficinas para as áreas de Madeiras, Construção Civil, Mecânica, e Electrotecnia, sendo ministrado actualmente um leque alargado de cursos, ocupando uma área de enorme extensão mesmo considerando um enquadramento regional muito mais amplo que o concelho de Tomar.

Dispõe ainda de um Museu, inaugurado no dia 16 de Maio de 1997, que, dotado de espaço próprio, representa uma viagem no tempo ao longo de um percurso que materializa uma boa parte daquilo que foi a história do ensino industrial no nosso país, apoiado num percurso de importante material de trabalhos de alunos, maquinaria, gessos, têxteis, metais, madeiras, material eléctrico, fotografia, além de valiosa bibliografia.

À Escola Industrial de Tomar vêm ficando sucessivamente vinculadas gerações de jovens que ocuparam e ocupam postos de trabalho nos mais diversos ramos das actividades comercial e industrial. Jovens cujo contributo na dinamização da vida de empresa de toda a dimensão, é verdadeiramente notável.

A integração dos estudantes no mercado de trabalho e o serviço às empresas, através de satisfatórios padrões de qualidade e uma verdadeira formação desses estudantes, são dois dos objectivos que norteiam, ontem como hoje, a actividade na escola, onde a eles se

junta o elevado número de estudantes que, em cada ano, de lá saem para os diversos estabelecimentos de ensino superior.

Todos eles são afinal, motivo de orgulho e incentivo para a continuação do trabalho na Escola Secundária de Jácome Ratton de Tomar, cujo endereço nos dias de hoje é o seguinte:

Avenida D. Maria II

2300 Tomar

Tem também endereço na Internet: ESJR@MAIL.TELEPAC.PT

3.9. Caracterização da Área Educativa Escolar (C.A.E.L.M.T.)

Através dos dados recolhidos na informação prestada pelo Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo (C.A.E.L.M.T.), no ano lectivo de 1996/97 a nível de recursos materiais existiam 59 escolas e a nível de recursos humanos, uma população de 54 350 elementos, conforme consta do quadro seguinte:

Quadro nº 18 - População escolar do C.A.E.L.M.T.

Escolas EB2,3 Ciclos	40
Escolas Secundárias	19
Pessoal Docente (EB2,3 Ciclos)	2 918
Pessoal Docente (Secundário)	2 890
Alunos (EB2,3 Ciclos)	27 696
Alunos (Secundário)	14 222
Alunos (Ensino Recorrente)	4 995
Funcionários (Serviços Administrativos)	515
Auxiliares de Acção Educativa	1 114

Fonte: Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, através do officio nº 3530 de 20 de Março de 1997.

3.10. Recursos materiais numa Escola Secundária em Tomar

Podemos distinguir a escola onde há duas décadas exercemos a actividade de professor de Educação Física e, paralelamente foi desenvolvido este trabalho, com três edifícios distintos.

O primeiro, o edifício principal, onde decorrem a maioria das aulas. O segundo, o edifício onde se encontram as oficinas e no terceiro, situam-se os dois ginásios para a disciplina de Educação Física e actividades do Desporto Escolar. Existe ainda um pequeno edifício, onde se situa o Bar, a Sala do Aluno e Associação de Estudantes.

Quanto à conservação da escola é razoável, no entanto com falta de salas de aula, bem como gabinetes de trabalho.

O edifício principal é composto de três pisos:

No **1º Piso** situam-se:

- Conselho Directivo
- Serviços Administrativos
- Serviços de Acção Social Escolar (S.A.S.E.)
- Sala dos Directores de Turma e atendimento dos Encarregados de Educação
- Gabinete de Psicologia
- Papelaria
- Reprografia
- 4 Salas de Aulas
- 2 Laboratórios de Química
- 1 Laboratório de Física
- 1 Laboratório de Biologia
- 2 Casas de Banho

No **2º Piso**:

- Sala de Professores
- Biblioteca

- 14 Salas de Aulas
- 2 Casas de Banho
- 1 Sala Polivalente onde funciona a Mediateca

No 3º Piso

- 19 Salas de Aulas
- 1 Casa de Banho
- Gabinete de Informática

No edifício onde funcionam as **Oficinas**, temos o seguinte:

- 1 Oficina de Carpintaria
- 1 Oficina de Serralharia
- 1 Oficina de Electricidade

(Nestas duas últimas oficinas, existem um anfiteatro em cada uma, que também são utilizados por outras disciplinas)

O edifício onde se encontram os *Ginásios* para a disciplina de Educação Física, Formação Técnica de Desporto e actividades do Desporto Escolar, é também composto por três pisos:

1º Piso:

- Cozinha
- Refeitório
- Arrecadação e local de permanência do auxiliar de acção educativa, que dá apoio à Educação Física e Desporto Escolar
- Balneários e Vestiários (Masculinos / Femininos)

2º Piso:

- Gabinete do Grupo de Educação Física
- 2 Arrecadações de material
- Ginásio Grande com palco
- Ginásio Pequeno

3º Piso:

- 2 Salas de Aulas

- 1 Gabinete para o Núcleo de Estágio de Educação Física

3.11. Recursos humanos existentes em 1996/97

Neste ano lectivo, a população (1 730 pessoas) que frequentou e trabalhou na escola onde foi realizado este estudo, tinha a seguinte distribuição:

Alunos (Diurnos)	947
Alunos (Nocturnos)	545
Pessoal Docente	179
Auxiliares de Acção Educativa	41
Serviços Administrativos	14
Serviço de Acção Social Escolar	3
Psicóloga	1

Os alunos

Quadro nº 19 - Distribuição dos alunos pelas turmas diurnas

Anos	Nº Alunos		Nº Turmas	Total
	Masculinos	Femininos		
10º	216 (60,0%)	144 (40,0%)	18	360 (38,0%)
11º	164 (52,1%)	151 (47,9%)	16	315 (33,3%)
12º	130 (47,8%)	142 (52,2%)	13	272 (28,7%)
TOTAIS	510 (53,9%)	437 (46,1%)	47	947 (100%)

A população masculina dos alunos (53,9%), estava em maioria em relação à população feminina.

Os professores

Quadro nº 20 - Distribuição dos professores por grupos de disciplinas (1996/97)

Grupos	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	l	m	n	Total
1º	14	1	1									1		17
2º A	2			1								1		4
2º B	3											2		5
3º	5				1	1								7
4º A	6						2		2			5	1	16
4º B							1							1
5º	2													2
6º	7	1		1										9
7º	4				1				1			1		7
8º A	3											1		4
8º B	15							2				2		19
9º	7											5	4	16
10º A	4			1								1		6
10º B	5				1			1		1	1	2	1	12
11º A	4										1			5
11º B	4				1			2				3	2	12
12º A	2													2
12º B	3													3
12º C	4				1									5
12º E	2													2
E.F.	4						4	1				3	4	16
R.M.	1													1
T.E.												8		8
TOTAIS	101	2	1	3	5	1	7	6	3	1	2	35	12	179

Legenda:

- a - Quadro de Nomeação Definitiva
- b - Redução de Serviço
- c - Redução Lectiva
- d - Requisitado
- e - Conselho Directivo
- f - Licença Sabática
- g - Estagiário
- h - Destacamento (Pertence ao quadro de outra escola)
- i - Acumulação
- j - Zona Pedagógica
- l - Complemento de Horário
- m - Contratado Provisório (Habilitação Suficiente)
- n - Destacado (A exercer funções noutra local)

Quadro nº 21 - Distribuição dos professores por sexo

Grupos	Masculinos	Femininos	Total
1º	10	7	17
2º A	4	-	4
2º B	5	-	5
3º	5	2	7
4º A	3	13	16
4º B	-	1	1
5º	1	1	2
6º	6	3	9
7º	4	3	7
8º A	1	3	4
8º B	4	15	19
9º	-	16	16
10º A	2	4	6
10º B	6	6	12
11º A	-	5	5
11º B	2	10	12
12º A	2	-	2
12º B	3	-	3
12º C	1	4	5
12º E	2	-	2
E.F.	11	5	16
R.M.	1	-	1
T.E.	3	5	8
TOTAIS	76	103	179

Nota: Este quadro chama a atenção para o facto de num total de 179 professores a maioria eram do sexo feminino (57,5%), enquanto que do sexo masculinos eram 42,5 por cento.

Segundo ESTRELA (1987a), o êxito ou o fracasso de um sistema educativo depende em grande parte, da qualidade dos seus professores. É nesse contexto, que de uma maneira geral nem todos os professores da escola colaboram com o Desporto Escolar, nomeadamente na manhã dedicada para o Corta-Mato, onde alguns professores de outros grupos não prescindem de dar as suas aulas, em detrimento da participação massiva dos alunos da escola nesse evento. Isto, apesar do Corta-Mato a nível escolar estar englobado nas actividades do plano anual de escola, aprovado no início do ano escolar em conselho pedagógico.



Ainda para este autor (1987b), em Portugal não existem modelos bem definidos de formação de professores, existindo sim práticas sem definição prévia dos princípios em que assentam e sem fundamentação técnica e científica dos meios que utilizam. Como é óbvio, também não existe qualquer sistema de avaliação dessas práticas. Daí que nem todos os professores aderem aos projectos que outros grupos de docência realizam.

O pessoal não docente

Quadro n° 22 - Pessoal administrativo

1	Chefe dos Serviços Administrativos
6	Primeiros Oficiais
5	Segundos Oficiais
2	Escriturários Dactilógrafos

O Pessoal Administrativo prestou um significativo apoio logístico ao Desporto Escolar, no que diz respeito ao envio, recepção e elaboração de correspondência necessária.

Quadro n° 23 - Serviços de Acção Social Escolar (S.A.S.E.)

1	Primeiro Oficial
1	Técnico Adjunto
1	Técnico de 1ª Classe

Estes Serviços colaboram com o Desporto Escolar, quando da realização do Corta-Mato Distrital, através da responsabilização dos serviços no almoço para esse dia, quer para os alunos participantes, quer para os professores acompanhantes.

Quadro n° 24 - Pessoal não docente

1	Encarregado
29	Auxiliares de Acção Educativa
1	Técnico de Laboratórios (Física/Química)
1	Operário (Electricista)
1	Cozinheira
5	Ajudantes de Cozinheira
2	Guardas Nocturnos
1	Contratado

No pessoal não docente quando solicitados para desempenhar uma tarefa para o Desporto Escolar, existiu sempre colaboração, nomeadamente nos vestiários, balneários e

nos recintos utilizados pelo Desporto Escolar. Quando se realizaram encontros desportivos com outras escolas a confecção do almoço esteve a cargo do pessoal que trabalhava na cozinha do refeitório da escola.

Os Professores de Educação Física

No ano lectivo de 1996/97 a que se referem os dados da primeira fase de intervenção deste estudo, estavam ao serviço os professores de Educação Física indicados no seguinte quadro:

Quadro nº 25 - Distribuição dos professores de Educação Física por categoria e sexo

Categoria	Masculinos	Feminino	Total
Quadro de Nomeação Definitiva	3	1	4
Contratados Provisórios (2ª Parte)	1	1	2
Estagiários	2	2	4
Provisório (2ª Fase)	1	-	1
Provisório (Proposta C.Directivo)	1	-	1
TOTAIS	8	4	12

De doze professores de Educação Física em funções na escola neste ano lectivo, seis estavam englobados nas actividades do Desporto Escolar. Existiam mais quatro professores a exercerem funções noutros locais em regime de destacamento.

Os professores com Desporto Escolar

Quadro nº 26 - Professores com Desporto Escolar (Dinâmica Interna)

Dinâmica Interna	Nº Horas/Semana	Professores
Aventura	2	Provisório ⁸³
Futebol	2	Quadro Nomeação Definitiva
Ginástica Acrobática	2	Quadro Nomeação Definitiva
Patinagem	2	Contratado Provisório
Trampolins	2	Quadro Nomeação Definitiva
Voleibol	2	Quadro Nomeação Definitiva
Xadrez	2	Quadro Nomeação Definitiva ⁸⁴

⁸³ Proposto pelo Conselho Directivo.

⁸⁴ Do grupo de Matemática.

Foram distribuídas catorze horas por sete actividades do Desporto Escolar a nível da Dinâmica Interna.

Quadro nº 27 - Horário do Desporto Escolar (1996/97)

Horas	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
8,30			Trampolins		Futebol
9,25			Trampolins		Futebol
10,30					
11,25					
12,20		Voleibol	Acrobática		
13,15	Patinagem	Acrobática	Voleibol	Patinagem	
14,10			Xadrez	Aventura	
15,10			Xadrez	Aventura	
16,10					
17,10					
18,10					

Nota: Do total de catorze horas distribuídas por sete actividades, foram aproveitados catorze tempos lectivos, ou seja, 25,5 por cento do total de 55 tempos úteis semanais.

3.12. As infra-estruturas desportivas de Tomar

As infra-estruturas desportivas de base ⁸⁵ vocacionadas para a formação do praticante devem constituir o elemento básico de rede de infra-estruturas de uma comunidade devendo favorecer uma ocupação plena, independentemente das condições climáticas, geográficas ou sócio-urbanísticas, não devendo portanto, obedecer a uma tipologia rígida, devendo ainda serem as mesmas utilizadas segundo o princípio de que se destinam a toda a comunidade, optimizando-se e rentabilizando-se assim a sua ocupação.

No Despacho Conjunto, referido em rodapé, integram-se directamente, por se sediarem na instalação desportiva escolar ou beneficiando de instalações desportivas referentes a outras entidades exteriores ao âmbito escolar, se for comprovado no processo respectivo, que a obra corresponde ao interesse efectivo e manifestado de escolas, em virtude de colaboração existente, ou a fomentar, no quadro da Educação Física e do

⁸⁵ Despacho Conjunto nº 85/MPAT/ME/88, de 24 de Maio dos Ministérios do Planeamento e de Administração do Território e da Educação, sobre a Rede Integrada de Infra-Estruturas Desportivas (R.I.I.D.).

Desporto Escolar, seja para o desempenho das actividades escolares, seja para o desenvolvimento de outras extracurriculares.

PEREIRA (1997), coordenador do suplemento “Centro Desportivo” do semanário “Cidade de Tomar”, na semana anterior às eleições autárquicas daquele ano, apelava aos futuros autarcas para uma melhor rentabilização das infra-estruturas desportivas de Tomar, podendo-se tentar dar melhor utilização às já existentes, como são exemplo as infra-estruturas existentes em diversas escolas do concelho, ou mesmo as magníficas instalações do Regimento de Infantaria de Tomar. Concluindo, focou que por vezes as autarquias fazem grandes investimentos, mas com pouca rentabilidade, não bastando gastar muito dinheiro, sendo preciso sabê-lo gastar.

Ainda para este coordenador (1998) a propósito do jogo de futebol da Selecção Nacional de Esperanças com a Bélgica que se efectuou em Tomar a 25 de Março, face ao exemplar comportamento da juventude tomarense, menciona que na actual edilidade tomarense existe uma postura mais aberta e dinâmica, em relação às questões desportivas, sendo necessário parar para repensar toda a política desportiva do concelho e traçar as “linhas mestras” do desporto, estando o concelho de Tomar muito carente, sendo necessário identificar o que é prioritário.

3.12.1. - As camarárias

Estádio Municipal

- Campo de Futebol relvado 105 × 69 m
- Pista de Atletismo em pó de tijolo com 400 m de perímetro e 4 corredores com 4,88 m de largura
- Sector do Salto em Comprimento e Triplo-Salto com tábuas de chamada, respectivamente a 1 metro e 11 metros, com um corredor de 49,90 m de comprimento e 1,22 m de largura
- Caixa de Areia 9,00 × 2,75 m
- Corredor do Salto com Vara com 45 m de balanço e 1,22 m de largura
- Sector do Salto em Altura 18 m para balanço frontal
..... 23 m para balanço oblíquo
- Zona para colocação dos colchões..... 7,00 × 4,00 m

Pavilhão Municipal

- Dimensões do Pavilhão Polidesportivo 36,00 × 18,00 m

Neste pavilhão já se praticaram as seguintes modalidades: Andebol, Badminton, Basquetebol, Full-Contac, Futebol de Salão, Ginástica Acrobática, Ginástica Artística, Ginástica Rítmica Desportiva, Halterofilismo, Hóquei em Patins, Judo, Pugilismo, Patinagem Artística, Tiro com Arco, Trampolins, e Voleibol.

Campo de Ténis

Dimensões 40,00 × 20,00 m

1 Campo de Ténis 23,77 × 10,97 m

1 Parede Bate-Bolas 10,00 × 2,60 m

Piscina Vasco Jacob (Descoberta) ⁸⁶

Dimensões

Comprimento 33,35 m

Largura 15,00 m

Profundidade 4,50 m e 1,20 m

Pranchas de Saltos 1, 3 e 5 m

Tanque Infantil

Dimensões

Comprimento 15,00 m

Largura 6,00 m

Profundidade 0,80 m e 0,40 m

Tanque coberto

Dimensões

Comprimento 12,00 m

Largura 6,00 m

Profundidade 1,10 m

Rio Nabão

- Navegável para a prática de Canoagem ⁸⁷

⁸⁶ Inaugurada em 9 de Setembro de 1961, foi a primeira piscina a ser construída no distrito de Santarém; segundo informações do neto de Vasco Jacob, na altura era a quarta do país.

⁸⁷ Segundo um antigo praticante (José António Soares) desta modalidade, as raízes da Canoagem nesta região iniciaram-se na década de quarenta. No ano de 1943, no período compreendido entre 17 a 25 de

Mata Nacional dos Sete Montes

Esta mata com aproximadamente 39 ha de área foi adquirida pelo Estado em 1936, ao conde de Tomar, correspondendo à antiga cerca do Convento de Cristo, sendo o grande “pulmão” da cidade

Em termos desportivos, dispõe de circuitos para:

- Circuito de Treino com 17 Estações⁸⁸
- Orientação - O Desporto da Floresta⁸⁹

3.12.2. - As particulares

Hotel dos Templários

- Piscina de Recreação 24,00 × 16,00 m
Profundidade Variável
- Campo de Ténis 23,77 × 10,97 m

Campo de Futebol João Salvador

Dimensões 100 × 75 m

Sociedade Filarmónica Gualdim Pais⁹⁰

1 Pavilhão Coberto, subdividido em:

- 1 Ginásio de Acrobática 13,50 × 13,50 m
- 1 Ginásio de Ginástica Desportiva 13,60 × 10,30 m
- 2 Ginásios de Trampolins 19,60 × 6,50 m
..... 16,70 × 4,50 m
- 1 Sala de Dança 9,90 × 9,60 m

Junho, quatro aventureiros desceram os rios Nabão, Zêzere e Tejo em nove etapas, desde Tomar até à cidade de Lisboa.

⁸⁸ O Circuito de Treino implementado em 1978, com 19 estações, esteve desactivado durante quinze anos. A renovação teve a sua inauguração no dia 27 de Março de 1998, através de organização conjunta da Câmara Municipal de Tomar, do Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar e Parque Natural da Serra D’Aire e Candeeiros.

⁸⁹ Foi apresentado o mapa da “Mata Nacional dos Sete Montes”, integrado na realização do IV Congresso Nacional de Orientação, sobre o tema “O Desporto na Floresta”, que teve lugar em Tomar no dia 1 de Novembro de 1997. A organização e o enquadramento técnico esteve a cargo da Federação Portuguesa de Orientação e do Núcleo Aventura da Casa do Benfica em Tomar (NACABETO); este Núcleo, teve a sua apresentação oficial em 10 de Outubro de 1997.

⁹⁰ A Sociedade foi constituída na cidade em 10 de Abril de 1877; em 28 de Março de 1903 passou a denominar-se com aquele nome.

1 Sala de Judo 10 × 10 m

1 Secção de Campismo

Nesta colectividade, praticam-se as seguintes modalidades: Judo, Natação, Voleibol, Ginástica Acrobática ("Tumbling"), Ginástica Rítmica Desportiva, Ginástica Desportiva, Mesa Alemã, "Full-Contact", Trampolim (Cama Elástica), Mini-Trampolim, Duplo Mini-Trampolim.

Nabância - Cooperativa de Habitação Económica de Tomar CRL

Pavilhão Coberto ⁹¹

1 Salão de Festas / Desportivo 32 × 15 m

1 Sala de Halterofilismo 20 × 15 m

Descoberto

1 Campo de Futebol em terra batida 45 × 30 m

Ginapse - Clube de Condição Física, Lda

Sala de Tonificação Muscular 9,50 × 5,00 m

Ginásio 11,00 × 6,00 m

Sauna

Academia Super Forma - Health Club ⁹²

Superfície 400 m²

Ginástica Aeróbica

Musculação

Artes Marciais

Full-Contact- Kung-Fu

Karaté / Defesa Pessoal

3.12.3. Estruturas educativas civis ⁹³

Jardins de Infância ⁹⁴

- Particulares -

⁹¹ Inaugurada em 24 de Abril de 1993.

⁹² Inaugurada em 10 de Março de 1997.

⁹³ As informações sobre Jardins de Educação de Infância e Escolas Básicas do 1º Ciclo, foram prestadas no final do 1º Período (1997/98) pela Delegação Escolar do concelho de Tomar.

Através do Decreto-Lei nº 314/97, de 15 de Novembro, foi publicada a nova tipologia dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos.

⁹⁴ No concelho de Tomar, existiam 28 Jardins de Educação de Infância de Rede Pública e mais 3 Particulares/Cooperativos

* Centro de Assistência Social Infantil (Várzea Grande)

(Instituição Particular de Solidariedade Social - I.P.S.S., sem 1º ciclo)

* João de Deus nº 1 (Rua Miguel Ferreira) ⁹⁵

* João de Deus nº 2 (Rua de Leiria) ⁹⁶

- Públicos -

* Jardim de Infância - Rua Coronel Garcês Teixeira-Sede ⁹⁷ (ex-Colégio Nun'Álvares)

(Este Jardim de Infância, tem 1 Sala Polivalente de Ocupação de Tempos Livres)

Estes quatro estabelecimentos de Jardim de Infância, não têm instalações específicas para a prática desportiva.

Escolas Básicas do 1º Ciclo ⁹⁸

- Particulares -

* João de Deus nº 1 (Rua Miguel Ferreira)

* João de Deus nº 2 (Estrada de Leiria)

- Públicas -

* Escola nº 1 (Várzea Grande)

1 Campo de Andebol / Basquetebol 15,00 × 9,20 m

1 Polivalente Interno 13,00 × 12,00 m

* Escola nº 2 ⁹⁹ (Bairro 1º de Maio)

1 rede de Voleibol colocada num terreno irregular

1 Cozinha que serve de Mini-ginásio com 10,20 × 4,00 m

* Escola nº 3 (Quinta de Stº André - Não tem instalações desportivas)

⁹⁵ Segundo CARVALHO (1991), este Jardim de Educação de Infância, existe desde 9 de Janeiro de 1955, tendo começado a funcionar com 143 alunos.

⁹⁶ Segundo CARVALHO (1991), este Jardim de Educação de Infância, existe desde Março de 1962, tendo começado a funcionar com 71 alunos.

⁹⁷ Segundo a Delegação Escolar do concelho de Tomar, este é o maior Jardim da Rede Pública de Jardins de Infância do Ministério da Educação, tendo o maior número de educadoras (10) no mesmo edifício, com 9 turmas. Funciona desde o ano lectivo de 1985/86.

⁹⁸ No concelho de Tomar existem 60 Escolas Básicas do 1º Ciclo e 3 Escolas do Ensino Básico Mediatizado, (Linhaceira na Freguesia da Asseiceira, Carrazede na Freguesia de Paialvo e Serra na Freguesia do mesmo nome) que, administrativamente dependem da Delegação Escolar do concelho de Tomar.

No ano lectivo de 1997/98, a Delegação Escolar de Tomar, teve um professor de Educação Física que deu apoio às Escolas Básicas do 1º Ciclo na área de Expressão e Educação Físico-Motora, integrado no Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto Escolar (PRODEFDE).

⁹⁹ Em Maio de 1997, por proposta da direcção da escola, foi atribuído o nome de “Escola do 1º Ciclo de Santo António”, aguardando-se a publicação no Diário da República.

Escola Básica do 2º e 3º Ciclos, Gualdim Pais

Coberto

1 Pavilhão Polivalente	40 × 20 m
2 Mesas de Ténis de Mesa	2,74 × 1,525 m

Descoberto

2 Campos de Basquetebol	23,90 × 17,00 m
1 Campo de Andebol/Futebol	47,00 × 32,00 m
1 Campo de Andebol/Futebol	23,90 × 17,00 m
1 Recinto de Patinagem	29,00 × 21,40 m
1 Parede de Escalada Desportiva	8 m de altura
1 Pista de Atletismo, com 4 corredores e perímetro	225 m
1 Caixa de areia, com pista de balanço	24,20 m

Escola Básica do 2º e 3º Ciclos, Stª Iria

Coberto

1 Sala de Ginástica	50 m ²
---------------------------	-------------------

Descoberto

1 Campo de Andebol	40,00 × 20,00 m
3 Campos de Basquetebol (na largura do campo de andebol)	
1 Pista de Atletismo com 3 corredores (Pista 1 com perímetro de 142 m)	
1 Caixa de Areia	6,55 × 6,35 m

Escola Secundária Santa Maria do Olival ¹⁰⁰

Coberto

1 Pavilhão Polivalente	40,00 × 20,00 m
3 Mesas de Ténis de Mesa	2,74 × 1,525 m

Descoberto

1 Campo de Basquetebol	29,30 × 15,20 m
1 Campo de Andebol/Futebol	40,00 × 20,00 m
1 Campo de Voleibol	18,00 × 9,00 m
1 Pista de Atletismo com 6 corredores	

¹⁰⁰ Os edifícios onde funciona esta escola, foram inaugurados no ano lectivo de 1975/76, mais precisamente no mês de Janeiro de 1976, com o início das aulas no 2º período.

(Pista 1 com perímetro 142,55 m)

(Pista 6 com perímetro 176,55 m)

2 Caixas de Areia 6,55 × 6,35 m

Escola Secundária de Jácome Ratton

Coberta

1 Ginásio 23,00 × 13,40 × 7,00 m

1 Sala/Ginásio 13,40 × 7,05 × 7,00 m

Descoberta

3 Campos de Voleibol 18,00 × 9,00 m

1 Campo de Basquetebol (nº 1) 23,90 × 14,10 m

1 Campo de Basquetebol (nº 2) 29,30 × 15,30 m

1 Campo de Andebol/Futebol (nº 1) 40,00 × 17,00 m

1 Campo de Andebol/Futebol (nº 2) 40,00 × 20,00 m

1 Campo de Andebol/Futebol (nº 3) 39,25 × 14,30 m

Perímetro à volta dos edifícios da Escola, em piso asfaltado 452 m

Escola Secundária D. Nuno Álvares Pereira¹⁰¹

Coberta

1 Pavilhão Polivalente 39,60 × 17,00 m

(Campo de Andebol) 34,00 × 17,00 m

Descoberta

1 Campo de Andebol/Futebol 34,00 × 16,85 m
(com piso de cimento)

1 Tanque (desactivado) 17,10 × 8,00 m

Profundidade 1,30 e 1,00 m

Instituto Politécnico de Tomar¹⁰²

¹⁰¹ Desde 15 de Outubro de 1991, que tem esta denominação. Anteriormente era designada Escola Secundária nº 3 de Tomar, após as instalações terem deixado de pertencer ao antigo Colégio Nun'Álvares, o qual acabou em 30 de Setembro de 1985. Nos anos lectivos de 1985/86 e 1986/87, foi uma secção da Escola Secundária Stª Maria do Olival.

¹⁰² Criado desde 1 de Janeiro de 1997, através do Decreto-Lei nº 96/96 de 17 de Julho. Sucedeu à Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Tomar, criada pelo Decreto-Lei nº 304/94, de 19 de Dezembro, que, por seu turno sucedeu à Escola Superior de Tecnologia de Tomar, operada pelo Decreto do Governo nº 46/85, de 22 de Novembro, o qual vinha funcionando, desde a respectiva criação levada a cabo pelo Decreto-

1 Campo de Futebol	92,00 × 58,00 m
1 Campo de Andebol	36,00 × 18,00 m
(com tabelas para Basquetebol)	
1 Campo de Ténis	23,77 × 10,97 m
<i>Centro de Formação Profissional de Tomar - Instituto do Emprego e Formação Profissional</i> ¹⁰³	
1 Campo de Andebol/Futebol	38,00 × 19,00 m

3.12.4. - Estruturas educativas militares

Quartel da Guarda Nacional Republicana

Campo de Obstáculos	100 × 50 m
Campo de Aquecimento	20 × 10 m
Campo de Futebol de Salão	50 × 30 m
Cavalariça para 20 cavalos	

Casa de reclusão

Descoberta

1 Campo de Futebol de Salão	37,70 × 18,70 m
-----------------------------------	-----------------

Quartel - Regimento de Infantaria nº 15 de Tomar

Coberta

1 Pavilhão Polivalente ¹⁰⁴	54,00 × 29,00 m
1 Sala de Musculação ¹⁰⁵	17,50 × 11,50 m

Descoberta

1 Pista de Atletismo, com 4 corredores e 350 m de perímetro em terra batida, dando as rectas para efectuar corridas de 100 m	
1 Campo de Futebol (terra batida)	90,00 × 64,00 m
1 Campo de Basquetebol (terra batida)	27,00 × 14,00 m

Lei nº 513-T/79, de 26 de Dezembro, como estabelecimento de ensino superior politécnico não integrado no Instituto Politécnico de Santarém.

¹⁰³ Este Centro entrou em funcionamento em Novembro de 1995, dependendo da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

¹⁰⁴ Este pavilhão tem um piso sintético.

¹⁰⁵ No centro da sala, existem tapetes de Judo com 7,60 x 5,70 m.

2 Campos de Voleibol (terra batida)	20,00 × 10,50 m
1 Campo de Badminton	13,40 × 6,10 m
1 Campo de Ténis (saibro)	38,00 × 19,50 m
1 Campo de Futebol de Salão	44,00 × 23,00 m
1 Campo de Futebol de Salão (piso de cimento)	38,00 × 19,50 m
1 Circuito de Manutenção (desactivado)	
2 Pistas Militares de 200 metros	
1 Pista Militar de Combate	300 m
1 Carreira de Tiro (electrónica)	25 m
1 Carreira de Tiro (Casal da Azinheira)	300 m
6 Pistas de Treino em Circuito (cada uma com 8 Estações)	27,00 × 2,50 m
1 Torre de "Slide"	
1 Zona de Lançamento de Granada	57,00 × 32,00 m

Este estudo sobre as infra-estruturas desportivas da cidade de Tomar, pretendeu avaliar os resultados de uma investigação realizada, nomeadamente para os agentes ligados às instalações desportivas, valorizando assim a autonomia cultural e o papel da escola enquanto pólo de desenvolvimento da comunidade local, onde a valorização dos alunos no quadro de participação no Desporto Escolar passa muitas das vezes por algumas das instalações mencionadas anteriormente.

GONÇALVES (1991), sobre as instalações para a leccionação da Educação Física e para a prática do Desporto Escolar, menciona que devem forçosamente ser encaradas como parte de um todo, necessitando a escola dispor de espaços que permitam realizar com eficácia o acto pedagógico nas actividades físicas e desportivas curriculares, na formação desportiva dos jovens e do Desporto Escolar.

A propósito do programa Rede Integrada de Infra-Estruturas Desportivas (R.I.I.D.), em vigor desde o ano de 1988,¹⁰⁶ o qual visa dotar de instalações desportivas as escolas que ainda as não possuem, é a concepção do desenvolvimento da Educação Física e do Desporto Escolar que deve preceder a concepção das instalações para a sua prática e não a inversa.

¹⁰⁶ Despacho Conjunto n° 85/MPAT/ME/88, de 24 de Maio (Anexo n° 19).

As instalações desportivas referentes a outras entidades, exteriores ao âmbito escolar, beneficiam no respectivo processo da obra correspondente ao interesse efectivo e manifestado de escolas, em virtude da colaboração existente, ou a fomentar no quadro da Educação Física e do Desporto Escolar. Quer seja para o desempenho de actividades curriculares, quer ainda para o desenvolvimento de outras actividades extracurriculares.

Por outro lado, este quadro das infra-estruturas desportivas existentes no universo da cidade de Tomar, depende da sua permanente actualização e da fiabilidade da informação colhida, podendo existir marcações para diversas modalidades no interior da área dos respectivos recintos desportivos.

Atendendo que a superfície total de instalações desportivas, ronda os 100 000 m², para os cerca de 20 000 mil habitantes das duas Juntas de Freguesia da cidade de Tomar (S. João Baptista e Santa Maria dos Olivais), poderemos chegar à conclusão que cada habitante teria à sua disposição no mínimo, 5 m² para efectuar a sua prática desportiva, o que aliado a uma política efectiva de dinamização desportiva na área útil da cidade, deveria aumentar os níveis de prática desportiva em Tomar.

De acordo com o documento do INDESP, “*Carta de Instalações Desportivas Artificiais - Portugal Continental 1996*”, na Tipologia das Instalações Desportivas Artificiais por Distrito, estavam construídos no final de 1996, 30 646 m²/habitante de área útil.

Segundo o livro do Instituto dos Desportos de Macau que assinala os *10 anos de Desporto em Macau* (1997), no princípio da década de noventa, as normas da então Comunidade Europeia, apontavam para um mínimo de 4 m² de área desportiva por habitante. Em Portugal este ratio era de 2,13 m²/habitante. Por essa época, o número de habitantes por instalação desportiva em Portugal era de 1 008. Na Carta das Instalações Desportivas Artificiais - Portugal Continental, o número de instalações e respectiva Área é a constante no seguinte quadro:

Quadro nº 28 - Tomar no contexto de instalações desportivas no distrito e no país

	Tomar	Distrito de Santarém	País
Total (m2)	136 437	1 541 486	22 398 926
Número de instalações	73	642	11 122

Para a tipologia das Instalações Desportiva Artificiais por Distrito (Número e Áreas por m²), na Carta de Instalações Desportivas (TENREIRO, 1997), Tomar ocupa 11,4 por cento em relação ao Distrito de Santarém face ao número de instalações, e 0,6 por cento em relação ao País.

Quanto à superfície, Tomar representa 8,9 por cento em relação ao Distrito de Santarém, e 0,6 por cento em relação ao País.

3.13. O Desporto Escolar nas escolas de Tomar

As actividades do Desporto Escolar que se praticaram no ano lectivo de 1997/98 nas Escolas Básicas do 2º e 3º Ciclos e Escolas Secundárias de Tomar, foram as seguintes:

Escolas Secundárias

- *Jácome Ratton*

- * *Futebol 5* ----- Vários (Masc./Fem.)
- * *Voleibol* ----- Júniores (Fem.)
Júniores (Masc.)
- * *Badminton* ----- Vários (Masc./Fem.)
- * *Ginástica Acrobática* ----- Vários (Masc./Fem.)
- * *Ginástica de Trampolins* ----- Vários (Masc./Fem.)
- * *Patinagem Artística* ----- Vários (Masc./Fem.)
- * *Xadrez* ----- Vários (Masc./Fem.)

(Nesta escola funcionou somente o Ensino Secundário)

- *D. Nuno Álvares Pereira*

- * *Futebol 5* ----- Juvenis (Masc.)
- * *Voleibol* ----- Juvenis (Masc.)

* *Badminton* ----- Vários (Masc./Fem.)

* *Ginástica Desportiva* ----- Vários (Masc./Fem.)

* *Patinagem Artística* ----- Vários (Masc./Fem.)

(Nesta escola também funcionou o 3º Ciclo)

- Santa Maria do Olival

* *Basquetebol* ----- Juvenis (Masc.)

* *Futebol 5* ----- Infantis (Fem.)

Iniciados (Masc.)

* *Voleibol* ----- Juvenis (Fem.)

* *Dança Moderna* ----- Vários (Masc./Fem.)

(Nesta escola também funcionou o 3º Ciclo)

Escolas do Ensino Básico

- Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos, Stª Iria

* *Atletismo* ----- Vários (Masc./Fem.)

* *Basquetebol* ----- Infantis (Fem.)

* *Ténis de Mesa* ----- Iniciados (Masc.)

* *Badminton* ----- Vários (Masc./Fem.)

* *Danças Tradicionais* ----- Vários (Masc./Fem.)

(2 grupos)

- Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos, D. Gualdim Pais

* *Basquetebol* ----- Infantis (Masc.)

* *Futebol 5* ----- Infantis (Masc.)

Iniciados (Fem.) / Iniciados (Masc.)

* *Ginástica Desportiva* ----- Vários (Masc./Fem.)

* *Montanhismo* ----- Vários (Masc./Fem.)

De notar que das cinco escolas existentes em Tomar, todas elas tiveram actividade do Desporto Escolar.

Tinham meio dia livre as seguintes escolas:

D. Nuno Álvares Pereira

Santa Maria do Olival

Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos, D. Gualdim Pais

Não tinham meio dia livre as escolas:

Jácome Ratton

Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos, Stª Iria

Lembramos que o ponto 8.2. do Programa do Desporto Escolar, do ano lectivo de 1997/98, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, cada grupo/equipa só poderia iniciar a sua actividade com um mínimo de vinte alunos inscritos. Quando estes números, no decorrer do ano lectivo, fossem inferiores, a situação deveria ser alvo de análise cuidadosa por parte dos órgãos de Direcção e Gestão da escola, com posterior conhecimento ao respectivo Centro de Área Educativa, que decidia sobre a situação.

É neste sentido que elaborámos o seguinte quadro, com base nos respectivos grupos/equipas que estiveram em actividade nas respectivas escolas.

Quadro nº 29 - Número de alunos participantes no Desporto Escolar nas escolas de Tomar

ESCOLAS	Total alunos	Nº alunos Grupo/Equipa	Percentagem
EB 2,3 Gualdim Pais	745	120	16,1
EB 2,3 Stª Iria	848	120	14,2
Sec. Stª Mª do Olival	933	100	10,7
Sec. Jácome Ratton	1 007	160	15,9
Sec. D.Nuno Álvares Pereira	1 006	100	9,9
TOTAIS	4 539	600	13,2

De um total de 41 555 alunos do C.A.E.L.M.T., as escolas de Tomar tinham 4 539 alunos (10,9%). Deste número de alunos, cerca de seiscentos (13,2%) participaram no Desporto Escolar.

Quadro nº 30 - As modalidades que se praticaram nas escolas de Tomar e o número de grupos por escalões etários

Modalidades	Nº de Escolas (Nº de Grupos/Escalões)
Atletismo	1
Basquetebol	3
Futebol 5	4 (7)
Ténis de Mesa	1
Voleibol	3 (4)
Badminton	3
Dança Moderna	1
Danças Tradicionais	1 (2)
Ginástica Acrobática	1
Ginástica de Trampolins	1
Ginástica Desportiva	2
Montanhismo	1
Patinagem Artística	2
Xadrez	1

Do total de 46 modalidades oferecidas pelo Gabinete Coordenador do Desporto Escolar nos 3 grupos, do C.A.E.L.M.T., foram praticadas 33 (71,7%). Destas 33 modalidades oferecidas pelo C.A.E.L.M.T., nas cinco escolas da cidade de Tomar, foram praticadas 14 (42,4%).

Quadro nº 31 - Modalidades que não se praticaram nas escolas de Tomar

Modalidades	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
Andebol	*		
Orientação	*		
BTT/BMX		*	
Canoagem		*	
Escalada		*	
Ginástica Aeróbica		*	
Ginástica Rítmica Desportiva		*	
Natação		*	
Tiro com Arco		*	
Vela		*	
Corfebol		*	
Judo		*	
Râguebi		*	
Ténis		*	
Aeromodelismo			*
Esgrima			*
Golf			*
Karting			*
Triatlo/Duatlo			*

Nota: Com (*) estão referenciadas as modalidades que não se praticaram nas escolas de Tomar, apesar da oferta do Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo.

Ensino Superior

- Instituto Politécnico de Tomar

- Escola Superior de Gestão

- Escola Superior de Tecnologia

Segundo informações recolhidas na Associação de Estudantes, as actividades desportivas oferecidas ao estudante do ensino superior não eram compatíveis com as suas obrigações escolares.

No Ensino Especial

- *Centro Infantil de Recuperação de Tomar (C.I.R.E.)* ¹⁰⁷

- *Centro de Formação Profissional para Deficientes* ¹⁰⁸

- *Equipa de Ensino Especial Integrado de Tomar*

(Não tiveram participação no Desporto Escolar)

Outras

- *Escola Profissional de Tomar* ¹⁰⁹

- *Centro de Formação Profissional - Instituto do Emprego e Formação Profissional (C.F.P. - I.E.F.P.)*

(Não tiveram participação no Desporto Escolar)

3.14. Recursos humanos existentes em 1997/98

No ano lectivo de 1997/98, a população (1 696 pessoas) que frequentou e trabalhou na escola tinha a seguinte distribuição:

Alunos (Diurnos)	1 007
Alunos (Nocturnos)	459
Pessoal Docente	167
Auxiliares de Acção Educativa	45
Serviços Administrativos	14
Serviço de Acção Social Escolar	3
Psicóloga	1

¹⁰⁷ O Centro Infantil de Recuperação de Tomar (C.I.R.E.), iniciou a sua actividade no ano de 1975, tendo sido institucionalizado no ano seguinte no dia 10 de Fevereiro, com a assinatura e promulgação dos estatutos. Tem como objectivo apoiar crianças deficientes do Concelho.

¹⁰⁸ Foi criado no ano lectivo de 1986/87, cujo objectivo principal é preparar profissionalmente os jovens para o desempenho de tarefas de uma profissão.

¹⁰⁹ A Escola Profissional de Tomar, foi criada em 29 de Julho de 1993, data da celebração do contrato-programa que lhe conferiu existência legal, nos termos do disposto do Decreto-Lei nº 70/93, de 10 de Março. Pertence à tutela do Ministério da Educação e tem como promotor a Câmara Municipal de Tomar.

Os alunos

Quadro nº 32 - Distribuição dos alunos pelas turmas diurnas

Anos	Nº Alunos		Nº TURMAS	TOTAL
	Masculinos	Femininos		
10º	187 (49,2%)	193 (50,8%)	15	380 (37,7%)
11º ¹¹⁰	139 (52,0%)	128 (48,0%)	13	267 (26,5%)
12º	198 (55,0%)	162 (45,0%)	15	360 (35,8%)
TOTAIS	524 (52,0%)	483 (48,0%)	43	1 007 (100%)

Em relação ao ano lectivo anterior, apesar da população masculina continuar em maioria, houve um aumento (1,9%) da população feminina. Quanto ao número de turmas, houve uma redução de quatro turmas.

Os professores

Quadro nº 33 - Distribuição dos professores por grupos de disciplinas(1997/98)

Grupos	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	l	m	Total
1º	13		1					1				1	16
2º A	2			1							1		4
2º B	3					1				1	1		6
3º	6				1								7
4º A	8									1	3	1	13
4º B	1												1
5º						1							1
6º	7	1		1									9
7º	4				1				1				6
8º A	3												3
8º B	14						2		1	1	1	1	20
9º	8					1				2		2	13
10º A	4			1							1		6
10º B	6				1				1		1		9
11º A	4												4
11º B	5				1		2		1			1	10
12º A	2												2
12º B	3												3
12º C	4				1								5
12º E	2												2
E.F.	4					4	1			2		4	15
R.M.	1												1
INF						5			3		3		11
TOTAIS	104	1	1	3	5	12	5	1	7	7	11	10	167

¹¹⁰ No 11º ano, existiu ainda a turma X, com 25 alunos formada de turmas do 12º ano, os quais frequentavam somente a disciplina de Matemática, que tinham atrasada.

Legenda:

- a - Quadro de Nomeação Definitiva
- b - Redução de Serviço
- c - Redução Lectiva
- d - Requisitado
- e - Conselho Directivo
- f - Estagiário (Quadro de Nomeação Provisória)
- g - Destacamento (Pertence ao quadro de outra escola)
- h - Acumulação
- i - Contratado Provisório (Habilitação Suficiente)
- j - Provisório (Habilitação Própria)
- l - Contratado Provisório (Habilitação Suficiente)
- m - Destacado (A exercer funções noutra local)

Quadro n° 34 - Distribuição dos professores por sexo

Grupos	Masculinos	Femininos	Total
1°	11	5	16
2° A	4	-	4
2° B	5	1	6
3°	5	2	7
4° A	3	10	13
4° B	-	1	1
5°	-	1	1
6°	6	3	9
7°	4	2	6
8° A	1	2	3
8° B	4	16	20
9°	-	13	13
10° A	3	3	6
10° B	4	5	9
11° A	-	4	4
11° B	1	9	10
12° A	2	-	2
12° B	3	-	3
12° C	1	4	5
12° E	2	-	2
E.F.	11	4	15
R.M.	1	-	1
T.E.	3	8	11
TOTAIS	74	93	167

Nota: Este quadro chama a atenção para o facto de num total de 167 professores a maioria eram do sexo feminino (55,7%), enquanto que do sexo masculinos eram 44,3 por cento.

O pessoal não docente

Quadro nº 35 - Pessoal administrativo

1	Chefe dos Serviços Administrativos
6	Primeiros Oficiais
5	Segundos Oficiais
2	Escriturários Dactilógrafos

O Pessoal Administrativo prestou um significativo apoio logístico ao Desporto Escolar, no que diz respeito ao envio, recepção e elaboração de correspondência necessária.

Quadro nº 36 - Serviços de Acção Social Escolar (S.A.S.E.)

1	Primeiro Oficial
1	Técnico Adjunto
1	Técnico de 1ª Classe

Estes Serviços colaboram com o Desporto Escolar, quando da realização do Corta-Mato Distrital, através do almoço para esse dia, quer para os alunos participantes, quer para os professores acompanhantes.

Quadro nº 37 - Pessoal não docente

1	Encarregado
29	Auxiliares de Acção Educativa
1	Técnico de Laboratórios (Física/Química)
1	Operário (Electricista)
1	Cozinheira
6	Ajudantes de Cozinheira
2	Guardas Nocturnos
4	Contratados

Quando solicitados para desempenharem uma tarefa, existiu sempre colaboração por parte do pessoal não docente. Em relação ao ano lectivo anterior, houve um aumento de uma Ajudante de Cozinheira e três Contratados.

Os professores de Educação Física

No ano lectivo de 1997/98, a que se referem os dados da 2ª Fase de Intervenção deste estudo, estavam ao serviço os seguintes professores de Educação Física:

Quadro nº 38 - Distribuição dos professores de Educação Física por categoria e sexo (1997/98)

Categoria	Masculinos	Femininos	Total
Quadro de Nomeação Definitiva	3	1	4
Quadro Nomeação Provisória (Estágio)	1	-	1
Estagiários	2	1	3
Profissionalizados	2	-	2
Destacados	-	1	1
TOTAIS	8	3	11

Existiam mais quatro professores de Educação Física a exercerem funções noutros locais.

Entre os deveres do professor de Educação Física, conta-se o de conduzir, durante toda a sua vida profissional, um combate permanente consigo próprio (BENTO, 1987), a fim de poder desempenhar a incumbência social de educação da juventude com uma motivação elevada, concordante com o valor que atribui à sua profissão.

Os professores com Desporto Escolar

Quadro nº 39 - Professores com Desporto Escolar no quadro competitivo e Dinâmica Interna (1997/98)

Dinâmica Interna	Nº Horas/Semana	Professores
Badminton	2	Quadro Nomeação Definitiva
Futebol	2	Quadro Nomeação Definitiva
Ginástica Acrobática	2	Quadro Nomeação Definitiva
Patinagem	2	Destacado
Trampolins	2	Quadro Nomeação Definitiva
Voleibol (Masc) ¹¹¹	4	Profissionalizado
Voleibol (Fem) ¹¹²	4	Profissionalizado
Xadrez	2	Quadro Nomeação Definitiva ¹¹³

Nota: Foram distribuídas vinte horas por oito actividades do Desporto Escolar

¹¹¹ Participação no Quadro Competitivo.

¹¹² Participação no Quadro Competitivo.

¹¹³ Do grupo de Matemática.

Quadro nº 40 - Horário do Desporto Escolar (1997/98)

Horas	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
8,30	Trampolins		Futebol		
9,25	Trampolins		Futebol		
10,30					
11,25					
12,20		Voleibol(Fem.) Voleibol (Masc.)		Voleibol (Fem.)	
13,15	Patinagem Badminton	Voleibol(Fem.) Patinagem	Acrobática Voleibol (Masc.)	Voleibol (Fem.)	
14,10	Badminton		Acrobática Voleibol (Masc.)		
15,10			Voleibol (Masc.)		
16,10					
17,10			Xadrez	Voleibol (Masc.)	
18,10			Xadrez	Voleibol (Masc.)	

Nota: De 55 tempos semanais, estavam ocupados somente 13 tempos (23,6%). Dois tempos eram ocupados na sala 1B com o Xadrez. Também, em quatro tempos notou-se uma sobreposição de duas no total de oito actividades.

3.15. Outros recursos

3.15.1. As turmas com períodos de manhãs ou tardes livres no aprofundamento da investigação

Para este estudo, considerámos a manhã, no período compreendido entre as 8 horas e 30 minutos e as 13 horas e 15 minutos; a tarde foi considerada no período compreendido entre as 13 horas e 15 minutos e as 19 horas.

Quadro nº 41 - Turmas dos 10º anos com períodos livres

Período	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	A C D H	D G L	*)	*)	*)
Tarde	*)	I	A	*)	B C E F N

*) - Todas as turmas ocupadas com aulas

Das 15 turmas existentes nos 10º anos, quatro (J/M/O/P - 26,7%) não tinham nenhuma manhã/tarde livre. Por outro lado, duas (A e C) tinham uma manhã e uma tarde

livre. A turma D tinha duas manhãs livres. As restantes (B/E/F/G/H/I/L/N/), ou tinham uma manhã ou uma tarde livre. Assim, dos dez meios dias da semana, em cinco (50%) os alunos estavam sempre ocupados.

Quadro nº 42 - Turmas dos 11º anos com períodos livres

Período	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	B G	J	F	*)	*)
Tarde	*)	*)	A B C L M	F	A B C G H

*) - Todas as turmas ocupadas com aulas

Das 13 turmas existentes nos 11º anos, quatro (D/E/I/N - 30,8%) não tinham nenhuma manhã/tarde livre. Por outro lado, uma (B) tinham uma manhã e duas tardes, duas turmas (F e G) tinham uma manhã e uma tarde livres. As restantes (A/C/H/J/L/M) ou tinham uma manhã ou uma tarde livre. Assim, dos dez meios dias da semana, em quatro (40,0%), os alunos estavam sempre ocupados.

Quadro nº 43 - Turmas dos 12º anos com períodos livres

Período	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	*)	J	*)	*)	*)
Tarde	J	*)	*)	I	A F H L

*) - Todas as turmas ocupadas com aulas

Das 15 turmas existentes nos 12º anos, nove (B/C/D/E/G/M/N/O/P - 60,0%) não tinham nenhuma manhã/tarde livre. Por outro lado, a turma J tinha uma manhã e uma tarde livre. As restantes (A/F/H/I/L) tinham uma tarde livre. Assim, dos dez meios dias da semana, em seis (60,0%), os alunos estavam sempre ocupados.

Quadro nº 44 - Total dos períodos livres (anos de escolaridade)

Períodos	Anos	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Total
Manhã	10º	4	3				7
	11º	2	1	1			4
	12º		1				1
Tarde	10º		1	1		5	7
	11º			5	1	5	11
	12º	1			1	4	6

Nota: Este quadro chama a atenção para o facto de que os 10º anos, tinham sete manhãs e sete tardes livres, enquanto que os 11º anos tinham quatro manhãs e 11 tardes livres. Quanto aos 12º anos, tinham uma manhã e seis tardes livres.

Para CABRAL (1997), o dia escolar da maioria das escolas está mal organizado; mais para facilitar o esquema de trabalho dos professores, do que para favorecer a capacidade de aprendizagem dos alunos. Sobretudo no Secundário, os alunos passam duma aula de história para literatura, para matemática, para geografia como se entrassem em edifícios separados, sendo o conhecimento humano assim apresentado desconexadamente, dividido em compartimentos estanques e ministrado em blocos uniformes de 50 minutos.

Infelizmente, continua este autor, a maioria das reformas da educação têm-se ficado por mudanças tecnológicas, por alterações de forma e de conteúdo, o que é dizer, pela substituição de respostas supostamente envelhecidas, por outras, apresentadas como novas, mas pelo simples facto de serem respostas, ao invés de propostas, são à partida tão velhas como as anteriores. Parte do problema reside no facto de que a maioria das reformas é levada a cabo por gente das escolas que pouco mais conhece do que aquilo que lhe foi ensinado e que ensina, e que dificilmente está interessada em alterar profundamente o mundo em que vive. E mesmo que o quisesse, como fazê-lo? Seria o mesmo que esperar de um preso em cativeiro perpétuo uma crítica lúcida da vida no exterior.

A formação do cidadão responsável, livre, participante e preparado para o mundo em constante transformação, está condicionada por aspectos sociais, políticos, económicos e culturais e por conflitos, tensões e violência que grassam na nossa sociedade e que geram indisciplina que perturba a vida de muitas das nossas escolas.

É neste contexto que BARBOSA (1997d), afirma que é cada vez mais necessário que o professor, para além de dominar os conteúdos específicos da sua área de intervenção, seja um bom diagnosticador de necessidades educativas da escola, dos alunos, de si próprio e ainda de outros actores que hoje se movimentam no espaço educativo conseguindo-se deste modo fazer aparecer os verdadeiros currículos alternativos, que sejam bem diferentes de alternativas aos mesmos currículos.

A formulação de projectos de currículos alternativos, constitui uma estratégia adequada para a prevenção e/ou remediação do insucesso, desmotivação, abandono e comportamentos desviantes, tudo isto porque não há outras formas de prevenção do insucesso educativo e de formação integral dos alunos, enquanto se prepararem alunos para os quais a sociedade (a escola) não tem capacidade para oferecer outro tipo de alternativa.

BARBOSA (1998,c) dedica uma atenção especial no investimento da formação profissional de professores, cada vez mais, na tentativa de criar nesse agente de ensino novas competências, reforçando a ideia de que face ao avanço tecnológico se impõe valorizar as componente humanas.

Para BENTO (1987b) a planificação de processos de ensino e aprendizagem pressupõe uma definição pormenorizada e diferenciada dos objectivos do ensino utilizadas na elaboração de programas. Contudo ainda não foram esgotadas todas as possibilidades de modo que o grau de detalhe da programação dos objectivos e da matéria não traduz ainda o nível possível.

Está nesta situação incluído o horário da escola que é elaborado tendo em mente sobretudo as conveniências administrativas e o conforto dos professores (CABRAL, 1997), em detrimento das necessidades de aprendizagem dos alunos, conforme se poderá concluir no seguinte quadro.

Quadro nº 45 - Total das turmas com períodos livres do 10º, 11º e 12º anos

Período	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Total
Manhã	6	5	1	-	-	12
Tarde	1	1	6	2	14	24

Podemos concluir estatisticamente, que do total de 43 turmas existentes nos três anos do Ensino Secundário, 18 turmas (41,9%), não tinham nenhuma manhã ou tarde livre.

Às quintas e sextas-feiras de manhã os alunos estavam sempre ocupados na escola, notando-se à sexta-feira, no período da tarde, que grande parte dos alunos, através de 14 turmas (32,6%), estavam ausentes da escola. De notar, que dos 167 professores com funções no ano lectivo de 1997/98, 102 (61,1%) tinham livre o período da tarde de sexta-feira.

Segundo recomendação do Centro da Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo,¹¹⁴ quando da apresentação do Projecto de Adesão ao Programa do Desporto Escolar, este, estava inerente à criação de condições para o seu desenvolvimento, nomeadamente o *meio*

¹¹⁴ Ofício nº 07130, de 9 de Julho de 1997, sobre o Programa do Desporto Escolar - 1997/98. Também o Regime de Funcionamento - Organização e Gestão dos Estabelecimentos de Espaços - Organização das Escolas, para o ano lectivo de 1997/98, mencionava que sempre que possível, a escola deve reservar um espaço de tempo a professores e alunos preferencialmente à quarta-feira, de modo a possibilitar a realização de actividades de Desporto Escolar.

dia livre à quarta-feira à tarde para a generalidade das turmas (situação desejável), onde a Dinamização Interna teria aí o seu momento privilegiado de desenvolvimento.

Mas, se de todo não fosse possível, e a fim de viabilizar a Dinamização Interna, era sugerido que cada ano de escolaridade tivesse o seu período livre coincidente.

Na Escola a que se refere este estudo, só uma turma (2,3%) tinha a manhã livre e seis (14,0%), as tardes livres das quartas-feiras, uma do 10º ano, e cinco dos 11º anos. Os 12º anos, tinham sempre a tarde de quarta-feira ocupada.

Nos dados fornecidos pelo C.A.E.L.M.T. em 2 de Março de 1998, de 58 coordenadores do Desporto Escolar, 31 (53,4%), tinham nas suas escolas o meio dia livre de quarta-feira, enquanto os restantes 27 (46,6%), não tinham o meio dia livre à quarta-feira, estando neste caso englobada a Escola Secundária de Jácome Ratton.

Quadro nº 46 - As turmas sem dia livre

Anos	Nº turmas	Sem meio dia livre	Valores em percentagem
10º	15	4	26,7
11º	13	4	30,8
12º	15	9	60,0
TOTAIS	43	17	39,5

Quadro nº 47 - Participantes na disciplina do Corta-Mato

Escalões	Não Federados		Federados		Total
	Masculinos	Femininos	Masculinos	Femininos	Masc./Fem.
Benjamins	230	181	1	3	415
Infantis	292	257	16	7	572
Iniciados	283	190	18	10	501
Juvenis	201	78	28	6	313
Júniors	50	25	7	1	83
TOTAIS	1 056	731	70	27	1 884

Segundo a C.A.E.L.M.T.¹¹⁵ a prova realizada a nível distrital teve uma das maiores participações de sempre. Setenta estabelecimentos de ensino estiveram englobados, na sequência do trabalho de preparação e de provas realizadas em muitos daqueles estabelecimentos de ensino. Por exemplo, no Corta-Mato realizado no dia 10 de Dezembro de 1997 na Escola Secundária de Jácome Ratton, de um universo de 1 007 alunos, teve a participação de 540 alunos (53,6%) nos três anos do Ensino Secundário, tendo esta acção sido o culminar do trabalho desenvolvido ao longo do 1º Período.

O Corta-Mato, deverá proporcionar uma competição que envolva a comunidade escolar, particularmente no sentido colectivo, promovendo uma corrida em simultâneo para todos os escalões etários. As classificações finais obtêm-se mediante a idade dos participantes e coincidências de sexos, sendo um dos objectivos específicos desta disciplina da modalidade do atletismo.

Por outro lado, deverá fomentar quanto possível o convívio com os alunos fora das actividades curriculares, promovendo uma aproximação sócio-afectiva num contexto inabitual entre professores e alunos.

Nos resultados enviados pelo Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, sobre a participação a nível distrital no convívio do Corta-Mato, realizado no dia 18 de Fevereiro de 1998 em Rio Maior, a Escola Secundária de Jácome Ratton alcançou colectivamente nas três provas que participou as seguintes posições:

Juvenis (Masculinos)	2º lugar
Júniors (Femininos)	1º lugar
Júniors (Masculinos)	2º lugar

As restantes escolas de Tomar alcançaram as seguintes classificações colectivas:

Benjamins (Masculinos) Escola Básica 2,3 Ciclos Gualdim Pais	1º lugar
Benjamins (Femininos) Escola Básica 2,3 Ciclos Gualdim Pais	1º lugar
Infantis (Masculinos) Escola Básica 2,3 Ciclos Gualdim Pais	1º lugar

¹¹⁵ Telefax nº 286, de 20 de Fevereiro de 1998 do Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo.

Escola Básica 2,3 Ciclos Santa Iria	3º lugar
Infantis (Femininos) Escola Básica 2,3 Ciclos Santa Iria	1º lugar
Escola Básica 2,3 Ciclos Gualdim Pais	3º lugar
Iniciados (Masculinis) Escola Básica 2,3 Ciclos Santa Iria	3º lugar
Iniciados (Femininos) Escola Básica 2,3 Ciclos Santa Iria	1º lugar
Escola Básica 2,3 Ciclos Gualdim Pais	2º lugar
Juvenis (Masculinis) Escola Secundária Santa Maria do Olival	1º Lugar
Juvenis (Femininos) Escola Secundária Santa Maria do Olival	1º Lugar

Um aluno da Escola Secundária Santa Maria do Olival, que no Regional se classificou em 2º lugar, participou no Campeonato Nacional de Corta-Mato, que se realizou em Cascais (Quinta da Marinha) alcançando o 4º lugar na categoria de Juvenil. Foi apurado para estar presente no Campeonato do Mundo que se desenrolou na Letónia, tendo ficado na 35ª posição na sua categoria.

3.15.2. O Desporto Escolar no Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo

Nos 21 concelhos englobados no Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, existiam 61 escolas, distribuídas da seguinte forma:

Quadro nº 48 - Escolas do Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo

Concelhos	EB2	EB2,3	EB2,3/S	EBI	ES/3	ES	Total
Abrantes	-	3	1	-	2	-	6
Alcanena	-	2	-	-	1	-	3
Almeirim	-	2	-	-	1	-	3
Alpiarça	-	-	1	-	-	-	1
Azambuja	-	2	-	1	1	-	4
Benavente	-	3	-	-	-	1	4
Cartaxo	-	2	-	-	1	-	3
Chamusca	-	-	1	-	-	-	1
Constância	-	1	-	-	-	-	1
Coruche	-	1	-	-	1	-	2
Entroncamento	-	1	-	-	1	-	2
Ferreira do Zêzere	-	-	1	-	-	-	1
Golegã	-	-	1	-	-	-	1
Rio Maior	-	-	-	2	1	-	3
Ourém	-	3	-	-	1	-	4
Salvaterra de Magos	-	2	-	-	1	-	3
Santarém	1	4	-	-	2	-	7
Sardoal	-	-	1	-	-	-	1
Tomar	-	2	-	-	2	1	5
Torres Novas	-	2	-	-	2	-	4
Vila Nova da Barquinha	-	1	1	-	-	-	2
TOTAIS	1	31	7	3	17	2	61

Fonte: Departamento de Gestão de Recursos Educativos do Ministério da Educação

Escolas Básicas dos 2º e 3º Ciclos e Escolas Secundárias do Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, no final do ano lectivo de 1997/98.

Legenda:

EB2 - Escola Básica do 2º Ciclo

EB2,3 - Escola Básica do 2º e 3º Ciclos

EB2,3/S - Escola Básica do 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário

EBI - Escola Básica Integrada (1º, 2º e 3º Ciclos)

ES/3 - Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico

ES - Escola Secundária Pluricurricular

No ano lectivo de 1997/98, o Centro de Área Educativa de Lezíria e Médio Tejo, tinha 246 grupos/equipas, distribuídos por três grupos, conforme se poderá verificar nos seguintes quadros:

Quadro nº 49 - Grupo 1 - Equipas por escalão e por sexo

Escalões	Inf.	Inf.	Inic.	Inic.	Juv.	Juv.	Jún.	Jún.	Vários	TOTAL
Sexo	Masc.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas./Fem.	Mas./Fem.
Andebol	4	4	6	2	-	1	-	-	-	17
Atletismo	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
Basquetebol	2	3	6	6	3	-	-	-	-	20
Futebol de 5	13	1	13	7	12	8	1	1	-	56
Futebol de 11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Orientação	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10
Ténis de Mesa	3	-	8	2	7	-	-	-	-	20
Voleibol	-	-	5	-	7	6	3	4	-	25
TOTAIS	22	8	38	17	29	15	4	5	15	153

Actividades Físicas Desportivas incluídas nos programas de Educação Física, com quadros competitivos Nacionais e Internacionais.

Neste Grupo, não participa nenhuma Escola na actividade Futebol de 11.

(A *sombreado* estão assinaladas as actividades desenvolvidas na escola a que se refere este estudo.)

Quadro nº 50 - Grupo 2 - Equipas por escalão e por sexo

Escalões	Vários
Sexo	Mas. / Fem.
Dança Desportiva	-
<i>Badminton</i>	3
Campeonato	-
Canoagem	4
Ciclismo de Estrada	-
BTT e BMX	1
Cicloturismo	-
Corfebol	1
<i>Ginástica Acrobática</i>	1
Ginástica Aeróbica	3
Ginástica Desportiva	7
Ginástica Rítmica Desportiva	1
<i>Ginástica de Trampolins</i>	3
Hóquei	-
Hóquei em Patins	-
Jogos Tradicionais	-
Judo	2
Lutas Amadoras	-
Montanhismo	3
Natação	10
<i>Patinagem Artística</i>	4
Skate	-
Ténis	7
Tiro com Arco	6
Râguebi	2
Vela	1
TOTAIS	78

Actividades Físicas Desportivas e/ou actividades incluídas nos programas de Educação Física, com encontros Regionais e/ou Nacionais.

(A *sombreado* estão assinaladas as actividades desenvolvidas na escola a que se refere este estudo.)

Quadro nº 51 - Grupo 3 - Equipas por escalão e por sexo

Escalões	Vários
Sexo	Mas. / Fem.
Aerodelismo	2
Basebol e Softbol	-
Bilhar	-
Bridge	-
Esgrima	2
Golfe	2
Hipismo	-
Karting	1
Remo	-
Tiro (Ar comprimido)	-
Triatlo/Duatlo	3
Xadrez	5
TOTAIS	15

Actividades Físicas Desportivas e Actividades Desportivas de natureza extracurricular (não incluídas nos programas de Educação Física) com encontros Regionais e/ou Nacionais

(A *sombreado* está assinalada a actividade desenvolvida na escola a que se refere este estudo.)

Quadro nº 52 - Total de Grupos/Equipas e sua distribuição pelos três grupos

Grupos	Total de Grupos/Equipas
1	153
2	78
3	15
TOTAIS	246

Do total de 246 Grupos/Equipas, 152 tinham meio dia livre (61,8%); 94 (38,2%), não tinham meio dia livre.

Quadro n° 53 - Número de alunos nas escolas de Tomar

ESCOLAS	5°	6°	7°	8°	9°	10°	11°	12°	Total
EB 2,3 Gualdim Pais	230	233	106	88	88	-	-	-	745
EB 2,3 Stª Iria	235	265	138	105	105	-	-	-	848
Sec. Stª Mª do Olival	-	-	121	147	147	227	149	142	933
Sec. Jácome Ratton	-	-	-	-	-	380	267	360	1 007
Sec. D.Nuno Álvares Pereira	-	-	238	168	168	183	119	130	1 006
TOTAIS	465	498	603	508	508	790	535	632	4 539

Fonte: Dados recolhidos no Gabinete de Informática do Centro da Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, em 2 de Março de 1998. Das 60 escolas do C.A.E.L.M.T., dava um total de 41 555 de população escolar diurna.

Através dos dados fornecidos, pudemos constatar haver vários erros, nomeadamente as somas efectuadas na horizontal e somas efectuadas na vertical. Da população escolar, das 60 escolas do C.A.E.L.M.T., não compreendemos porque é que os 8° e 9° anos aparecem sempre com o mesmo número de alunos, a nível de todas as escolas onde funcionam estes anos e depois nota-se uma diferença do número de alunos nos totais das escolas (5 485 nos 8° anos e 5 456 nos 9° anos); não conseguimos obter informação sobre este assunto.

Quadro n° 54 - Número de alunos do C.A.E.L.M.T.

Anos	Total
5°	5 026
6°	5 337
7°	6 078
8°	5 485
9°	5 456
10°	5 569
11°	4 083
12°	4 521
TOTAIS	41 555

Segundo dados provisórios do Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação, os alunos matriculados no ano lectivo de 1997/98 no Continente, eram os constantes no seguinte quadro:

Quadro nº 55 - Número total de alunos no Continente

Ensino	Nº de alunos	Valores em percentagem
2º Ciclo	265 675	37,2
3º Ciclo	425 857	38,6
Secundário	410 368	24,1
TOTAIS	1 101 900	100

Fonte: Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento sobre os dados preliminares dos alunos matriculados, em 2 de Março de 1998 no Ensino Secundário referentes ao ano lectivo de 1997/98.

Após a abordagem neste capítulo da caracterização da metodologia da investigação, vamos passar no capítulo seguinte à análise dos dados nas duas fases de estudo, ou seja, na situação de partida e no aprofundamento da investigação.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DOS DADOS

4. ANÁLISE DOS DADOS

Ao dar início à Análise dos Dados do presente estudo referimos que os dados resultam das duas fases de intervenção:

A primeira no ano lectivo de 1996/97, denominada *situação de partida*. A segunda, no ano lectivo de 1997/98, a que chamámos *aprofundamento da investigação*.

4.1. Da situação de partida em 1996/97

A recolha dos dados processou-se após a aplicação de três questionários, especificamente concebido para cada um dos elementos intervenientes na pesquisa. Esta foi esta a maneira que nos pareceu mais objectiva de conseguirmos obter as opiniões dos inquiridos.

Para análise dos dados recolhidos, recorreremos a um tratamento estatístico tabular, gráfico e descritivo com sínteses inferenciais, sendo os dados tratados, primeiro em termos globais e posteriormente, em termos de análise de cada uma das pesquisas efectuadas. Em ambos os tratamentos apenas se apresentam gráficos de colunas obtidos por cada um dos grupos estudados, correspondentes ao número de alunos que tiveram ou não Educação Física e os que participaram ou não no complemento curricular do Desporto Escolar.

Foram ainda tratados os dados em termos de frequências das respostas obtidas em cada uma das opções presentes nas diferentes questões de escolha múltipla dos questionários, segundo a técnica de *quadros em forma tabular e gráficos de colunas*.

O tratamento estatístico das respostas obtidas neste estudo, partiu principalmente das várias medidas de tendência central e de dispersão que podem ser determinadas para uma determinada amostra.

Para BELL (1997), o trabalho que implica a recolha de informação, regista os dados obtidos de forma ordenada, e para CLEGG (1995), os esforços resultam inevitavelmente, em conjunto de dados que quase sempre tomam a forma de números. Na nossa organização do conjunto de dados servimo-nos da estatística descritiva.

Realizou-se em primeiro lugar uma leitura completa das respostas de todos os questionários. Esta conduta proporcionou uma lista de resultados exprimindo as diferentes ideias mencionadas em cada uma das questões.

Em segundo lugar, elaborou-se uma grelha de análise, composta por duas variáveis e uma coluna de observações. No Desporto Escolar os alunos mencionavam a actividade que tinham participado, e na Educação Física o motivo pelo qual não tinham tido a disciplina.

A análise dos dados segundo a técnica qualitativa efectuou-se classificando as respostas em unidades de significado, tomando como referência as categorias da grelha tabular.

Consoante a questão se reportava a indicadores de sucesso (sim) ou de insucesso (não), assim eram quantificadas as respectivas respostas.

Determinaram-se as frequências das categorias referidas por todos os alunos para cada pergunta do questionário, e apuraram-se as respectivas percentagens.

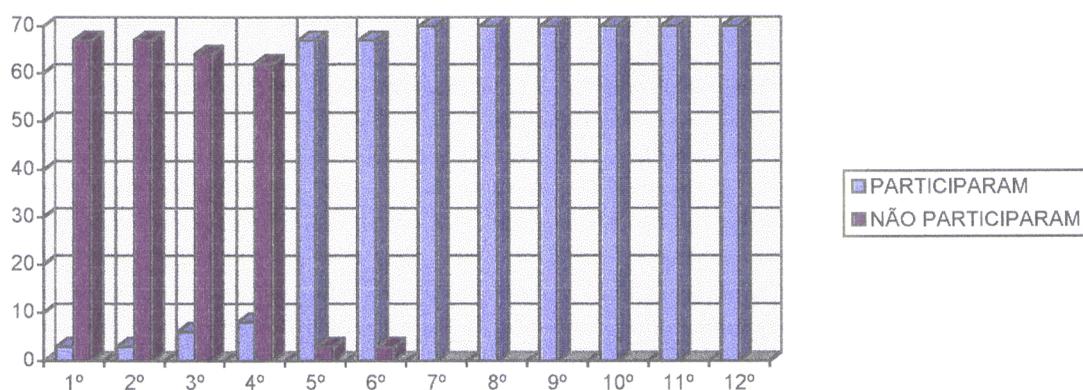
Finalmente, analisaram-se todas as respostas dadas pelos alunos, segundo os respectivos anos, desde o 1º ao 12º ano de escolaridade.

Passamos em seguida à análise dos dados recolhidos com os questionários e à respectiva análise dos gráficos de colunas, resultante dos valores mencionados.

4.1.1. A partir dos dados recolhidos com o questionário de Educação Física - Totais das cinco turmas - 12º ano - 1996/97

Anos	Sim	Não	Valores em percentagem (Não)
1º CICLO			
1º	3	67	95,7
2º	3	67	95,7
3º	6	64	91,4
4º	8	62	88,6
2º CICLO			
5º	67	3	4,3
6º	67	3	4,3
3º CICLO			
7º	70	-	0
8º	70	-	0
9º	70	-	0
SECUNDÁRIO			
10º	70	-	0
11º	70	-	0
12º	70	-	0

Gráfico nº 1 - A participação durante os 12 anos de escolaridade na disciplina de Educação Física



Como se pode verificar neste gráfico, houve uma pequena participação dos alunos no 1º Ciclo, atendendo que nem todas as escolas leccionavam a área de Expressão e Educação Físico-Motora. Os alunos que tiveram esta área eram oriundos da Venezuela, Brasil, África do Sul, Lisboa e dos concelhos de Ferreira do Zêzere e Tomar (escola nº 3) e também do Jardim Escola João de Deus.

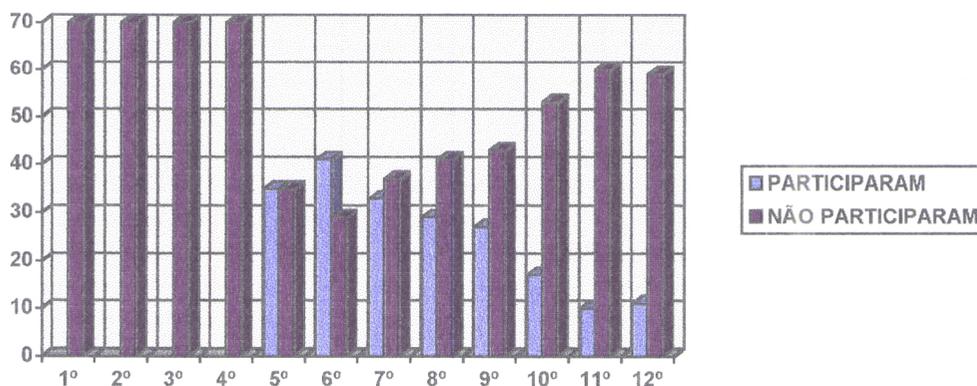
No 2º Ciclo, três alunos não tiveram esta disciplina, por terem frequentado a Telescola. Dois destes alunos, pertenciam à Linhaceira da freguesia da Asseiceira do concelho de Tomar, e o outro, pertencia a Moreiras Grandes do concelho de Torres Novas.

No 3º Ciclo e no Secundário todos tiveram a disciplina curricular, fazendo parte da Formação Geral no Ensino Secundário.

4.1.2. A partir dos dados recolhidos com o questionário de Desporto Escolar -
Totais das cinco turmas - 12º ano - 1996/97

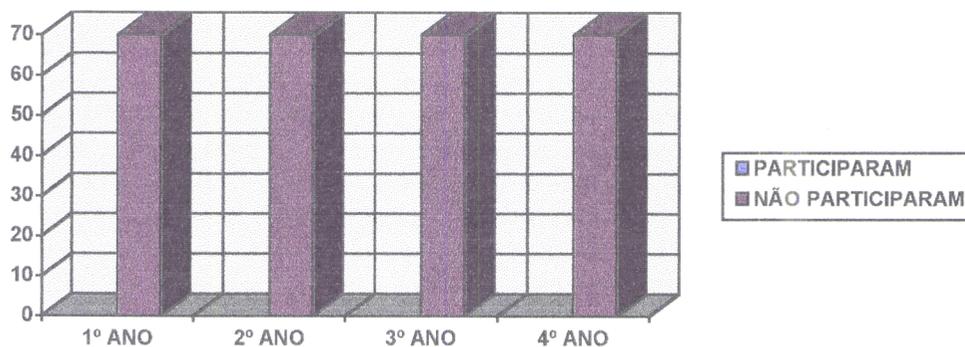
Anos	Sim	Não	Valores em percentagem (Não)
1º CICLO			
1º	-	70	100
2º	-	70	100
3º	-	70	100
4º	-	70	100
2º CICLO			
5º	35	35	50,0
6º	41	29	41,4
3º CICLO			
7º	33	37	52,9
8º	29	41	58,6
9º	27	43	61,4
SECUNDÁRIO			
10º	17	53	75,7
11º	10	60	85,7
12º	11	59	84,3

Gráfico nº 2 - A participação durante os 12 anos de escolaridade na actividade do Desporto Escolar



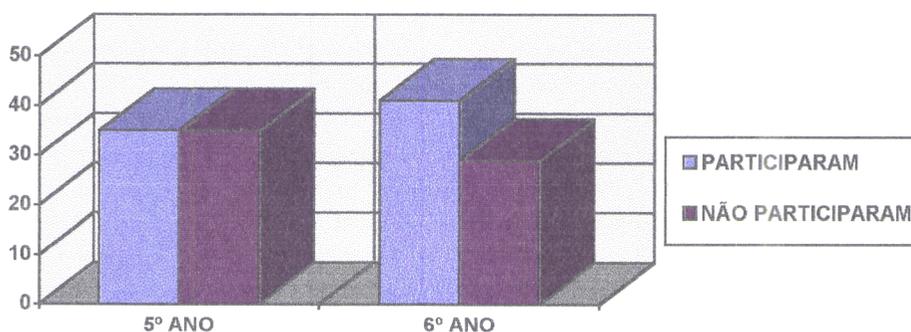
Através deste gráfico, podemos verificar que nenhum dos alunos do 1º Ciclo, participaram no Desporto Escolar, em virtude do mesmo não funcionar nas escolas que frequentavam. A sua maior participação foi no 6º ano (58,6%). A partir desse ano, a participação foi diminuindo, havendo uma ligeira subida no 12º ano.

Gráfico n° 3 - A participação no Desporto Escolar dos alunos no 1º Ciclo



No 1º Ciclo, a totalidade dos alunos não tiveram Desporto Escolar.¹¹⁶

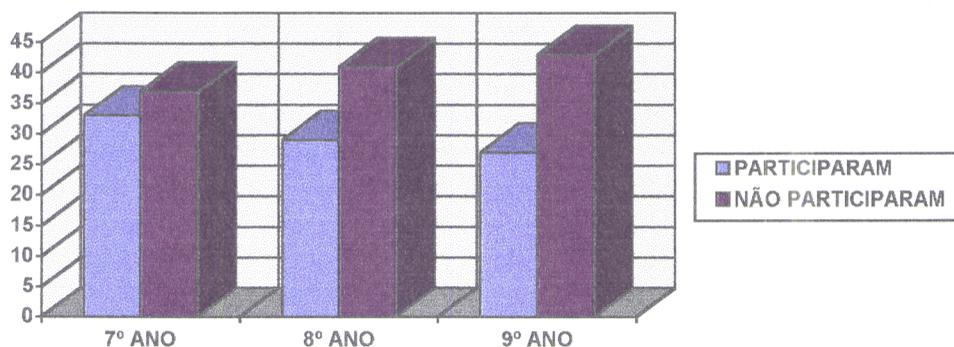
Gráfico n° 4 - A participação no Desporto Escolar dos alunos no 2º Ciclo



No 5º ano, 50 por cento dos alunos participaram no Desporto Escolar. No 6º ano a participação foi ligeiramente superior, tendo atingido 58,6 por cento.

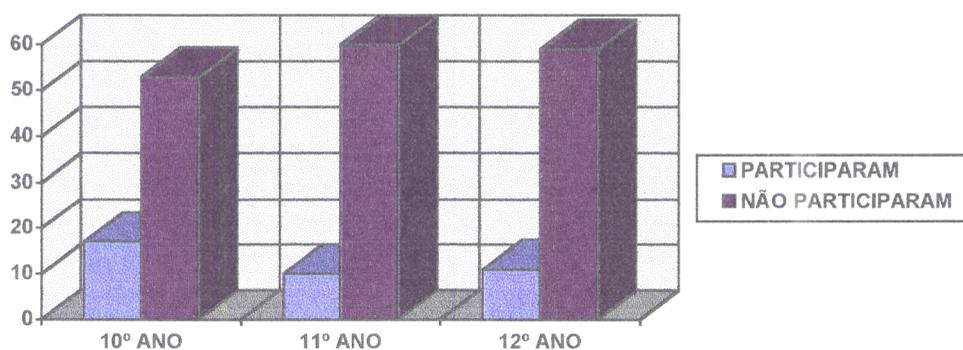
¹¹⁶ No 1º Ciclo a participação foi nula, atendendo que só no ano lectivo de 1996/97, começou a ser implementado o Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto Escolar para o 1º Ciclo (PRODEFDE) em algumas escolas do país.

Gráfico nº 5 - A participação no Desporto Escolar dos alunos no 3º Ciclo



No 3º Ciclo os alunos tiveram uma participação de 47,1 por cento no 7º ano, notando-se um acentuado decréscimo de participação no 8º ano (41,4%) e um decréscimo ainda maior (38,6 %) no 9º ano.

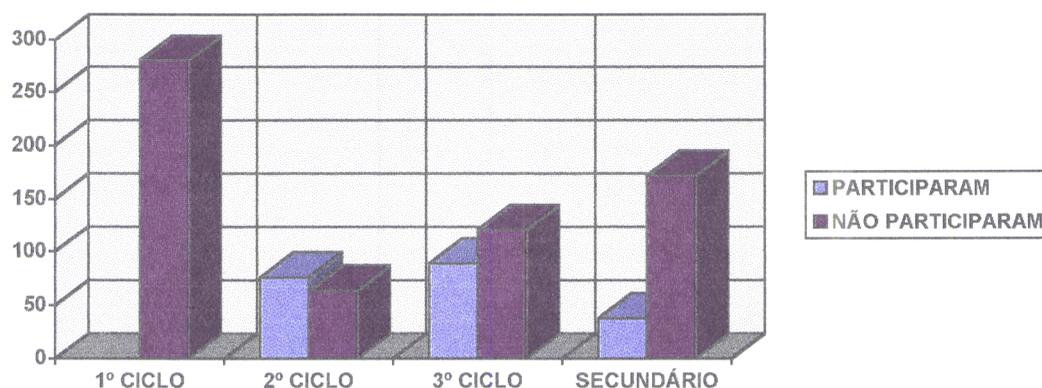
Gráfico nº 6 - A participação no Desporto Escolar dos alunos no Secundário



Como se poderá verificar através deste gráfico, a participação no Desporto Escolar no Secundário é menor em relação aos 2º e 3º Ciclos (gráficos nº 4 e 5).

No 10º ano houve uma participação de 24,3 por cento, para no 11º ano somente 14,3 por cento de participação no Desporto Escolar, verificando-se uma ligeira subida no 12º ano, com 15,7 por cento.

Gráfico n° 7 - A participação no Desporto Escolar dos alunos da educação escolar nos ensinos Básico e Secundário



Verificamos neste gráfico que a participação no Desporto Escolar no Secundário é menor em relação aos 2º e 3º Ciclos. Não participaram na actividade de complemento curricular do Desporto Escolar a seguinte percentagem de alunos:

1º Ciclo	100%
2º Ciclo	45,7%
3º Ciclo	57,6%
Secundário	81,9%

Verifica-se assim, que a maior participação na actividade de complemento curricular do Desporto Escolar, foi no 2º ciclo (54,3%), seguida do 3º Ciclo (42,4%) e somente 18,1 por cento no Secundário. A participação no 1º Ciclo foi nula, atendendo que só no ano lectivo de 1996/97, começou a ser implementado o Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto Escolar para o 1º Ciclo (PRODEFDE) em algumas escolas do país.

Quadro n° 56 - Comparação da participação dos alunos no Desporto Escolar nos três graus de ensino

Medidas	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
	(5º ano) 35	(7º ano) 33	(10º ano) 17
	(6º ano) 41	(8º ano) 29	(11º ano) 10
		(9º ano) 27	(12º ano) 11
Média	38	31	12,7
Mediana	38	29	11
Variância	18	9,33	14,33
Desvio-Padrão	4,24	3,06	3,79

Os dados deste quadro, permitem chegar à seguinte relação:

As *médias* da participação dos alunos no Desporto Escolar nos três graus de ensino, são estatisticamente diferentes tal como a *mediana*, sendo mais elevadas no 2º Ciclo e menos elevada no Ensino Secundário.

Para a *variância* e *desvio-padrão* há diferenças muito substanciais, havendo legitimidade para afirmar a diferença entre os três grupos de graus de ensino.

4.1.3. A partir dos dados recolhidos com o questionário de Levantamento de Dados de Estrutura - Resultados de 1996/97

No ponto 1., foi considerada a idade no início do ano lectivo. Para o ponto 2., os alunos foram divididos por sexos nas respectivas turmas.

Ponto 1.

Quadro nº 57 - Caracterização da Turma B cuja média de idades era de 17,4 anos

Idades	Masculinos	Femininos	Total
16	-	2	2
17	1	6	7
18	2	2	4
19	-	-	-
20	-	-	-
21	-	1	1
22	-	-	-
TOTAIS	3	11	14

Quadro nº 58 - Caracterização da Turma C cuja média de idades era de 17,5 anos

Idades	Masculinos	Femininos	Total
16	-	-	-
17	11	1	12
18	1	1	2
19	1	1	2
20	-	1	1
21	-	-	-
22	-	-	-
TOTAIS	13	4	17

Quadro nº 59 - Caracterização da Turma D cuja média de idades era de 18,7 anos

Idades	Masculinos	Femininos	Total
16	-	-	-
17	-	3	3
18	4	1	5
19	1	3	4
20	-	-	-
21	-	2	2
22	1	-	1
TOTAIS	6	9	15

Quadro nº 60 - Caracterização da Turma E cuja média de idades era de 17,4 anos

Idades	Masculinos	Femininos	Total
16	-	-	-
17	6	2	8
18	1	1	2
19	-	1	1
20	-	-	-
21	-	-	-
22	-	-	-
TOTAIS	7	4	11

Quadro nº 61 - Caracterização da Turma F cuja média de idades era de 18,6 anos

Idades	Masculinos	Femininos	Total
16	-	-	-
17	3	-	3
18	3	-	3
19	4	-	4
20	2	-	2
21	1	-	1
22	-	-	-
TOTAIS	13	-	13

Ponto 2.

Quadro n° 62 - Caracterização do total das cinco turmas cuja médias de idades era de 17,9 anos

Idades	Masculinos	Femininos	Total
16	-	2	2
17	21	12	33
18	11	5	16
19	6	5	11
20	2	1	3
21	1	3	4
22	1	-	1
TOTAIS	42	28	70

Podemos concluir estatisticamente através dos quadros apresentados que nos dados sobre as variáveis idade e sexo, a amplitude das idades na população estudada é de sete anos, predominando os 17 anos, quer a nível masculino, quer a nível feminino. Não existia nenhum aluno com 16 anos, não existindo também nenhuma aluna com 22 anos. Na globalidade os grupos não diferiam significativamente.

Quadro n° 63 - As idades dos alunos e as medidas de tendência central e dispersão

Medidas	Masculinos	Femininos
Média	17,9	18,0
Moda	17,0	17,0
Mediana	17,5	17,5
Variância	1,45	2,07
Desvio-Padrão	1,21	1,44

Estatisticamente não há diferenças muito substanciais a nível da *média aritmética* das idades entre os dois grupos. A *moda* de distribuição e *mediana*, permite-nos afirmar que as variantes estatisticamente são iguais.

Na análise da globalidade dos dados, os dois grupos não diferem significativamente, não havendo legitimidade estatística para dizer que a *variância* e o *desvio-padrão* têm diferenças muito significativas.

Nos restantes pontos, ou seja, do ponto 3., ao ponto 6., são apresentados quadros tabulares com os diversos resultados adquiridos.

Quadro n° 64 - Local de residência dos alunos nas freguesias do concelho de Tomar

Ponto 3.	Nº Alunos	Valores em Percentagem
Além da Ribeira	1	1,4
Alviobeira	-	-
Asseiceira	5	7,1
Beselga	-	-
Carregueiros	3	4,3
Casais	3	4,3
Junceira	1	1,4
Madalena	4	5,7
Olalhas	1	1,4
Paialvo	1	1,4
Pedreira	2	2,9
Sabacheira	-	-
Serra	-	-
Stª Maria dos Olivais	21	30,0
S. João Baptista	8	11,4
S. Pedro	4	5,7
TOTAIS	54	77,0

Os alunos que tinham residência nas duas freguesias da cidade de Tomar, representavam 41,4 por cento. Por outro lado, fora da cidade de Tomar residiam 35,7 por cento e fora do concelho, existiam 22,9 por cento do total dos alunos, o que perfazia um total de 58,6 por cento de alunos que tinham residência fora da zona urbana de Tomar.

Quadro n° 65 - Alunos que moravam nos concelhos limítrofes de Tomar

Ponto 4.	Nº Alunos	Valores em Percentagem
Fora do Concelho de Tomar	16	22,9

Quadro n° 66 - As tendências que os alunos tinham para não participarem no Desporto Escolar

Ponto 5.	Nº Alunos	Valores em Percentagem
Fugas	9	12,9
Desculpas	23	32,9
Mal-estar	9	12,9
Doenças	12	17,1
Não pode	17	24,2
Outra	-	-

A percentagem mais elevada das tendências que os alunos tinham para não participarem no Desporto Escolar, eram as “Desculpas” com 32,9 por cento, seguidas do “Não pode” com 24,2 por cento.

Quadro nº 67 - A atribuição de argumentos por parte dos alunos quando não participavam no Desporto Escolar

Ponto 6.	Nº Alunos	Valores em Percentagem
Excessiva carga horária semanal	50	71,2
Não tem manhã livre	-	-
Não tem tarde livre	-	-
As horas que tem vagas, não se desenrola nenhuma actividade	5	7,2
Oferta de actividades sem interesse	7	10,0
Devido a lesão	1	1,3
Falta de vontade	-	-
Nas horas disponíveis não tem transporte	7	10,0
Por não gostar	-	-
Outra	-	-

Através deste quadro, podemos verificar, que 71,2 por cento dos alunos mencionaram a excessiva carga horária semanal como argumento quando não participavam no Desporto Escolar. Consultando os horários dos alunos verificou-se que nenhum aluno tinha uma manhã ou uma tarde livre.

4.2. Do aprofundamento da investigação em 1997/98

Nesta fase de intervenção a recolha dos dados processou-se mediante a aplicação de três questionários, especificamente concebido para cada um dos elementos intervenientes na pesquisa, tendo sido esta a maneira que nos pareceu mais objectiva de conseguirmos obter as opiniões dos inquiridos.

Optámos por um tipo de investigação qualitativa, procurando dar conta de como viviam os alunos do estudo, para assim se compreender a realidade, no interior do universo observado, nos 10º, 11º e 12º anos.

Em primeiro lugar, tal como na situação de partida, foi realizada uma leitura completa das respostas de todos os questionários. Proporcionou esta conduta, uma lista de resultados exprimindo as diferentes ideias mencionadas em cada uma das questões.

Em segundo lugar, elaborou-se uma grelha de análise em quadros de forma tabular de acordo com BARBOSA (1994), composta por duas variáveis e uma coluna de observações. Os alunos mencionavam a actividade que tinham participado, no Desporto Escolar e na Educação Física o motivo pelo qual não tinham tido a disciplina se fosse caso disso.

Os resultados foram tratados, primeiro em termos globais e posteriormente, em termos de análise de cada uma das pesquisas efectuadas.

O tratamento dos dados assentou na estatística descritiva simples, com sínteses inferenciais, tendo por base a utilização de tabelas percentuais e a estatística gráfica de colunas, de forma a permitir uma melhor leitura e visualização dos diferentes valores encontrados para as variáveis em estudo.

Em ambos os tratamentos apenas se apresentam quadros em forma tabular e gráficos de colunas obtidos por cada um dos grupos estudados, correspondentes ao número de alunos que tiveram ou não Educação Física e os que participaram ou não no complemento curricular do Desporto Escolar.

Os dados foram tratados em termos de percentagem de respostas obtidas em cada uma das opções presentes nas diferentes questões de escolha múltipla do questionário.

Consoante a questão se reportava a indicadores de sucesso (sim) ou de insucesso (não), assim foram quantificadas as respectivas respostas.

Determinaram-se as frequências das categorias referidas por todos os inquiridos para cada pergunta do questionário, e apuraram-se as respectivas percentagens.

Finalmente, analisaram-se todas as respostas repartindo os alunos, segundo os respectivos anos: do 1º ao 10º; do 1º ao 11º e do 1º ao 12º anos de escolaridade.

O tratamento estatístico passou pela análise de determinados valores de medidas de localização (*média, moda e mediana*) e de medidas de dispersão (*desvio-padrão e variância*) para as respostas obtidas. Recorremos ao desvio-padrão para resumir a dispersão e o grau de variação dos valores em relação à média. Nas questões abertas efectuadas aos professores, e coordenadores do Desporto Escolar, foi feita uma análise de conteúdo das respostas, tendo-se agrupado as respostas que incluíam atributos semelhantes, em função dos aspectos positivos e negativos descritos pelos inquiridos.

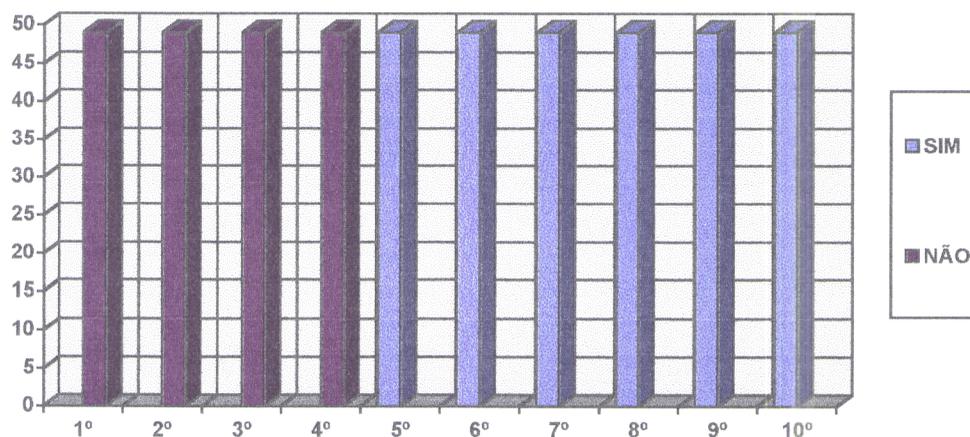
A análise dos resultados efectuou-se classificando as respostas em unidades de significado, tomando como referência as categorias da grelha.

Em seguida, passamos à análise dos dados recolhidos, assim como à respectiva análise dos gráficos de colunas, resultantes dos valores mencionados.

4.2.1. A partir dos dados recolhidos no questionário síntese de Educação Física (Resultados - 10º ano - 1997/98)

Anos	Sim	Não	Valores em Percentagem (Não)
1º CICLO			
1º	-	49	100
2º	-	49	100
3º	-	49	100
4º	-	49	100
2º CICLO			
5º	49	-	0
6º	49	-	0
3º CICLO			
7º	49	-	0
8º	49	-	0
9º	49	-	0
SECUNDÁRIO			
10º	49	-	0

Gráfico nº 8 - A participação durante os 10 anos de escolaridade na actividade curricular de Educação Física

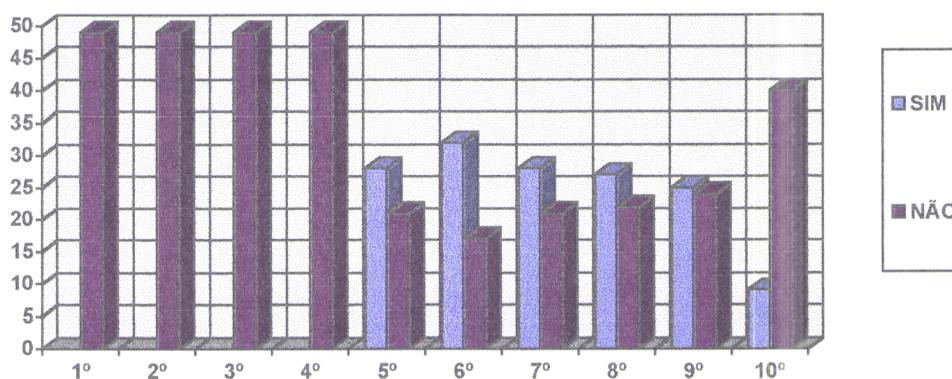


No 1º Ciclo os alunos não participaram na área de Expressão e Educação Físico-Motora. No 2º e 3º Ciclos, assim como no décimo ano do Ensino Secundário, todos os alunos que fizeram parte deste estudo frequentaram a disciplina de Educação Física.

4.2.2. A partir dos dados recolhidos no questionário síntese de Desporto Escolar (Resultados - 10º ano - 1997/98)

Anos	Sim	Não	Valores em Percentagem (Não)
1º CICLO			
1º	-	49	100
2º	-	49	100
3º	-	49	100
4º	-	49	100
2º CICLO			
5º	28	21	42,9
6º	32	17	34,7
3º CICLO			
7º	28	21	42,9
8º	27	22	44,9
9º	25	24	49,0
SECUNDÁRIO			
10º	9	40	81,6

Gráfico nº 9 - A participação durante 10 anos de escolaridade no complemento curricular do Desporto Escolar



Através deste gráfico, podemos verificar que no 1º Ciclo nenhum aluno participou no Desporto Escolar. Na altura que frequentaram o 1º Ciclo, ainda não tinha sido implementado o Programa de Desenvolvimento de Educação Física e Desporto Escolar

para este Ciclo. No 2º Ciclo a maioria dos alunos participaram, tal como no 3º Ciclo, para no 10º ano, 81,6 por cento não terem qualquer participação no Desporto Escolar.

4.2.3. A partir dos dados recolhidos no questionário de Levantamento dos Dados de Estrutura (Resultados - 10º ano - 1997/98)

Ponto 1.

No ponto 1., foi considerada a idade no início do ano lectivo. Para o ponto 2., os alunos foram divididos por sexos nas respectivas turmas.

Quadro nº 68 - Alunos do 10º ano cuja média de idades era de 16,1 anos

Idades	Masculinos	Femininos	Total
15	4	2	6
16	16	18	34
17	5	4	9
TOTAIS	25	24	49

Como conclusão estatística deste quadro, temos os dados sobre as variáveis idade e sexo na população estudada. Tem uma amplitude dos 15 aos 17 anos, sendo os 16 anos a variável que apresenta o valor mais elevado (69,4%) e os 15 anos o valor mais baixo (12,2%). A nível da variável sexo, a maioria pertence aos rapazes, somente com uma unidade de diferença.

Quadro nº 69 - Local de residência dos alunos nas freguesias do concelho de Tomar (10º ano)

Ponto 3.	Nº Alunos	Valores em Percentagem
Além da Ribeira	-	-
Alviobeira	-	-
Asseiceira	2	4,1
Beselga	-	-
Carregueiros	-	-
Casais	-	-
Junceira	-	-
Madalena	3	6,1
Olalhas	-	-
Paialvo	-	-
Pedreira	-	-
Sabacheira	-	-
Serra	1	2,0
Stª Maria dos Olivais	15	30,6
S. João Baptista	8	16,3
S. Pedro	2	4,1
TOTAIS	31	63,2

Os alunos com residência nas duas freguesias da cidade de Tomar, representavam 46,9 por cento. Por outro lado, fora da cidade de Tomar representavam 16,3 por cento e fora do concelho, existiam 36,7 por cento do total dos alunos, o que perfazia um total de 53,0 por cento dos alunos com residência fora da zona urbana de Tomar.

Quadro nº 70 - Alunos que moravam nos concelhos limítrofes de Tomar (10º ano)

Ponto 4.	Nº Alunos	Valores em Percentagem
Fora do Concelho de Tomar	18	36,7

Quadro nº 71 - As tendências que os alunos tinham para não participarem no Desporto Escolar (10º ano)

Ponto 5.	Nº Alunos	Valores em Percentagem
Não gosta	8	16,3
Mal-estar	-	-
Doenças	1	2,0
Não pode	25	51,0
Tem falta de jeito	7	14,3
Outra	8	16,3

A percentagem mais elevada das tendências que os alunos tinham para não participarem no Desporto Escolar, eram o “Não pode” (51%) e “Não gosta” (16,3%); em *Outra* (16,3%), mencionaram a “falta de tempo para estudarem” e terem “explicações” nos tempos livres.

Quadro nº 72 - A atribuição de argumentos por parte dos alunos, quando não participavam no Desporto Escolar (10º ano)

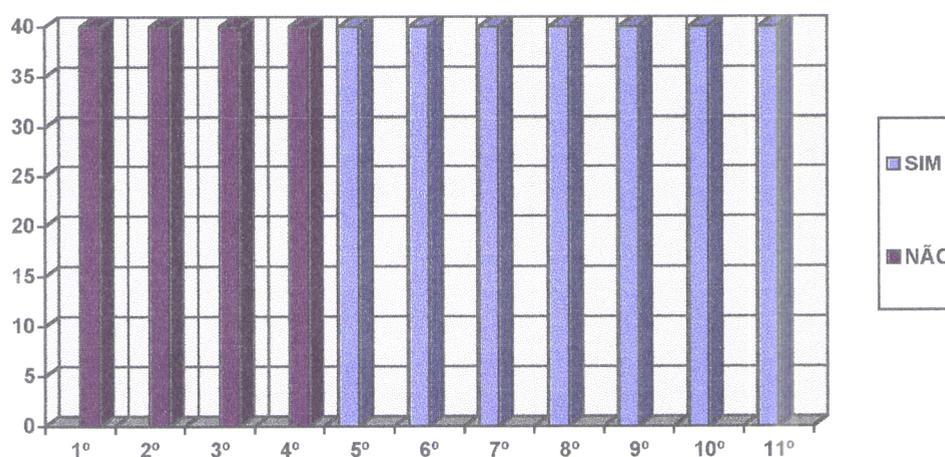
Ponto 6.	Nº Alunos	Valores em Percentagem
Excessiva carga horária semanal	30	61,2
Não tem manhã livre	3	6,1
Não tem tarde livre	6	12,2
As horas que tem vagas, não se desenrola nenhuma actividade	3	6,1
Oferta de actividades sem interesse	-	-
Devido a lesão	-	-
Falta de vontade	1	2,0
Nas horas disponíveis não tem transporte	6	12,2
Por não gostar	-	-
Outra	-	-

Na análise deste quadro, podemos verificar, que 61,2 por cento dos alunos mencionaram a “Excessiva carga horária semanal”. Uma percentagem de 12,2, mencionaram que nas horas disponíveis para participarem no Desporto Escolar não tinham depois transporte para as suas casas, uma vez que eram fora da zona urbana ou fora do concelho de Tomar. Também 12,2 por cento mencionaram não terem uma tarde livre.

4.2.4. A partir dos dados recolhidos no questionário síntese de Educação Física (Resultados - 11º ano - 1997/98)

Anos	Sim	Não	Valores em Percentagem (Não)
1º CICLO			
1º	-	40	100
2º	-	40	100
3º	-	40	100
4º	-	40	100
2º CICLO			
5º	40	-	0
6º	40	-	0
3º CICLO			
7º	40	-	0
8º	40	-	0
9º	40	-	0
SECUNDÁRIO			
10º	40	-	0
11º	40	-	0

Gráfico nº 10 - A participação durante os 11 anos de escolaridade na actividade curricular de Educação Física

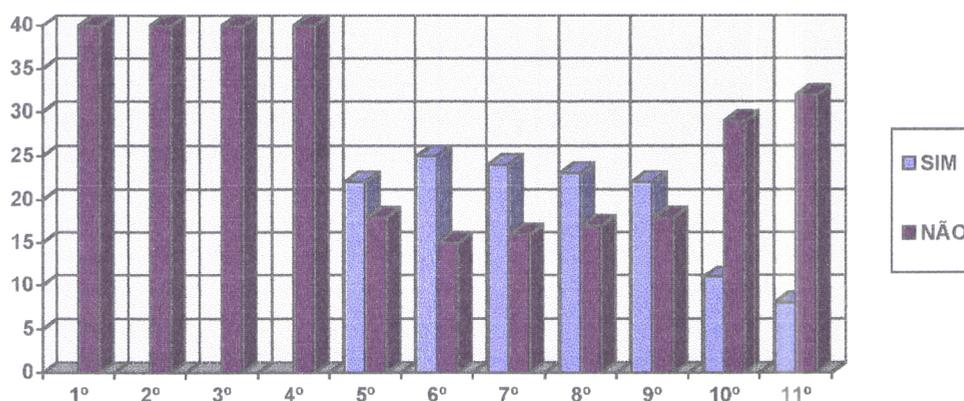


No 1º Ciclo os alunos não participaram na área de Expressão e Educação Físico-Motora. No 2º e 3º Ciclos, assim como no Ensino Secundário, todos os alunos inquiridos tiveram a disciplina de Educação Física.

4.2.5. A partir dos dados recolhidos no questionário síntese de Desporto Escolar (Resultados - 11º ano - 1997/98)

Anos	Sim	Não	Valores em Percentagem (Não)
1º CICLO			
1º	-	40	0
2º	-	40	0
3º	-	40	0
4º	-	40	0
2º CICLO			
5º	22	18	45,0
6º	25	15	37,5
3º CICLO			
7º	24	16	40,0
8º	23	17	42,5
9º	22	18	45,0
SECUNDÁRIO			
10º	11	29	72,5
11º	8	32	80,0

Gráfico nº 11 - A participação durante 11 anos de escolaridade no complemento curricular do Desporto Escolar



Podemos verificar através deste gráfico, que no 1º Ciclo nenhum aluno participou no Desporto Escolar. Na altura que frequentaram o 1º Ciclo, ainda não tinha sido implementado o Programa de Desenvolvimento de Educação Física e Desporto Escolar

para estes anos. No 2º Ciclo, a maioria dos alunos participaram tal como no 3º Ciclo; verifica-se ainda que nos 10º e 11º anos, houve uma pequena participação, respectivamente de 27,5 e 20,0 por cento. Assim, nos 10º e 11º anos não participaram respectivamente 72,5 por cento e 80 por cento dos alunos inquiridos.

4.2.6. A partir dos dados recolhidos no questionário de Levantamento dos Dados de Estrutura (Resultados - 11º ano - 1997/98)

Quadro nº 73 - Alunos do 11º ano cuja média de idades era de 16,3 anos

Idades	Masculinos	Femininos	Total
16	16	11	27
17	4	9	13
TOTAIS	20	20	40

Podemos concluir estatisticamente através deste quadro que os dados sobre as variáveis idade na população estudada é de 16 e 17 anos, predominando os 16 anos, com um total de 27 alunos. A nível da variável sexo, são 50 por cento de cada um no total de 16 e 17 anos.

Quadro nº 74 - Local de residência dos alunos nas freguesias do concelho de Tomar (11º ano)

Ponto 3.	Nº Alunos	Valores em Percentagem
Além da Ribeira	2	5,0
Alviobeira	1	2,5
Asseiceira	-	-
Beselga	-	-
Carregueiros	4	10,0
Casais	-	-
Junceira	-	-
Madalena	2	5,0
Olalhas	-	-
Paialvo	1	2,5
Pedreira	1	2,5
Sabacheira	-	-
Serra	-	-
Stª Maria dos Olivais	12	30,0
S. João Baptista	9	22,5
S. Pedro	-	-
TOTAIS	32	80,0

Os alunos com residência nas duas freguesias da cidade de Tomar, representavam 52,5 por cento. Por outro lado, fora da cidade de Tomar representavam 27,5 por cento e fora do concelho, existiam 20,0 por cento do total dos alunos, o que totaliza 47,5 por cento dos alunos com residência fora da zona urbana de Tomar.

Quadro nº 75 - Alunos que moravam nos concelhos limítrofes de Tomar (11º ano)

Ponto 4.	Nº Alunos	Valores em Percentagem
Fora do Concelho de Tomar	8	20,0

Quadro nº 76 - As tendências que os alunos tinham para não participarem no Desporto Escolar (11º ano)

Ponto 5.	Nº Alunos	Valores em Percentagem
Não gosta	4	10,0
Mal-estar	3	7,5
Doenças	-	-
Não pode	19	47,5
Tem falta de jeito	8	20,0
Outra	6	15,0

A percentagem mais elevada das tendências que os alunos tinham para não participarem no Desporto Escolar, era o “Não pode” (47,5%) e em *Outra* (15,0%), mencionaram a “falta de tempo para estudarem”, ou “outra actividade” que efectuavam no exterior da escola.

Quadro nº 77 - A atribuição de argumentos por parte dos alunos quando não participavam no Desporto Escolar (11º ano)

Ponto 6.	Nº Alunos	Valores em Percentagem
Excessiva carga horária semanal	29	72,5
Não tem manhã livre	3	7,5
Não tem tarde livre	2	5,0
As horas que tem vagas, não se desenrola nenhuma actividade	4	10,0
Oferta de actividades sem interesse	-	-
Devido a lesão	-	-
Falta de vontade	-	-
Nas horas disponíveis não tem transporte	2	5,0
Por não gostar	-	-
Outra	-	-

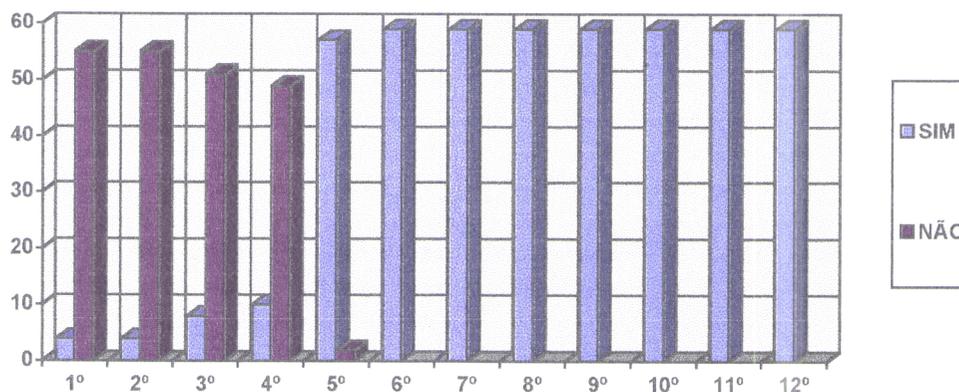
Neste quadro, podemos verificar, que 72,5 por cento dos alunos mencionaram a excessiva carga horária semanal como argumento quando não participava no Desporto

Escolar, notando-se ainda que dez por cento dos alunos referiram que às horas que tinham vagas, não se desenrolava nenhuma actividade. Por outro lado 7,5 por cento não tinham nenhuma manhã livre.

**4.2.7. A partir dos dados recolhidos no questionário síntese de Educação Física
(Resultados - 12º ano - 1997/98)**

Anos	Sim	Não	Valores em Percentagem (Não)
1º CICLO			
1º	4	55	93,2
2º	4	55	93,2
3º	8	51	86,4
4º	10	49	83,1
2º CICLO			
5º	57	2	3,9
6º	59	-	0
3º CICLO			
7º	59	-	0
8º	59	-	0
9º	59	-	0
SECUNDÁRIO			
10º	59	-	0
11º	59	-	0
12º	59	-	0

Gráfico nº 12 - A participação durante os 12 anos de escolaridade na actividade curricular de Educação Física



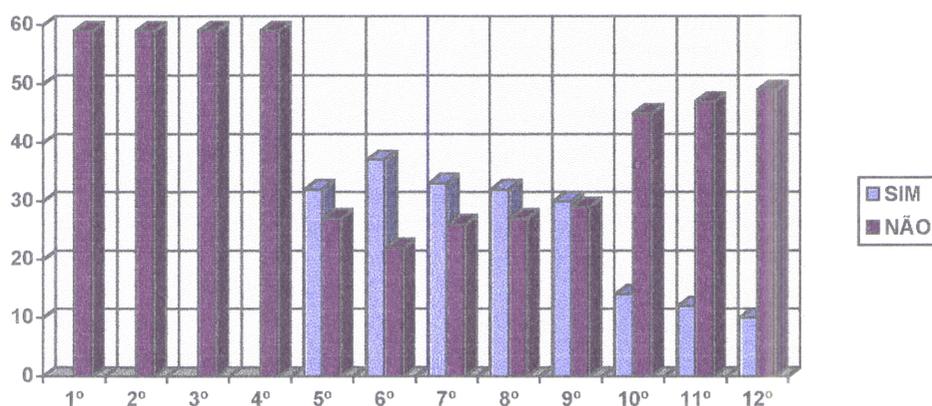
Verifica-se através deste gráfico, que uma pequena percentagem de alunos, tiveram a área de Expressão e Educação Físico-Motora. No 5º ano, dois alunos não participaram,

por terem frequentado a Telescola no lugar da Linhaceira, fora do concelho de Tomar. A partir do 6º ano todos frequentaram a disciplina de Educação Física.

**4.2.8. A partir dos dados recolhidos no questionário síntese de Desporto Escolar
(Resultados - 12º ano - 1997/98)**

Anos	Sim	Não	Valores em Percentagem (Não)
1º CICLO			
1º	-	59	100
2º	-	59	100
3º	-	59	100
4º	-	59	100
2º CICLO			
5º	32	27	45,8
6º	37	22	37,3
3º CICLO			
7º	33	26	44,1
8º	32	27	45,8
9º	30	29	49,2
SECUNDÁRIO			
10º	14	45	76,3
11º	12	47	79,7
12º	10	49	83,1

Gráfico nº 13 - A participação durante 12 anos de escolaridade no complemento curricular do Desporto Escolar



Verificamos através deste gráfico que cem por cento dos alunos do 1º Ciclo, não participaram no Desporto Escolar. Na altura que frequentaram o 1º Ciclo, ainda não tinha

sido implementado o Programa de Desenvolvimento de Educação Física e Desporto Escolar para estes anos.

No 2º Ciclo, uma pequena maioria participaram no Desporto Escolar, tal como no 3º Ciclo. Por outro lado, no Secundário uma grande maioria não participaram nesta actividade de complemento curricular, respectivamente 76,3 por cento (10º ano), 79,7 por cento (11º ano) e 83,1 por cento (12º ano).

4.2.9. A partir dos dados recolhidos no questionário de Levantamento dos Dados de Estrutura (Resultados - 12º ano - 1997/98)

Quadro nº 78 - Alunos do 12º ano cuja média de idades era de 17,3 anos

Idades	Masculinos	Femininos	Total
17	21	23	44
18	5	9	14
19	-	-	-
20	-	-	-
21	-	-	-
22	-	1	1
TOTAIS	26	33	59

A maioria dos alunos deste ano, eram do sexo feminino. Os alunos com a idade dos 17 anos ocuparam 74,6 por cento da amostra utilizada no nosso estudo. Existiu uma aluna com 22 anos. Com 18 anos existiam 23,7 por cento de alunos.

Quadro nº 79 - Local de residência dos alunos nas freguesias do concelho de Tomar (12º ano)

Ponto 3.	Nº Alunos	Valores em Percentagem
Além da Ribeira	-	-
Alviobeira	-	-
Asseiceira	2	3,4
Beselga	-	-
Carregueiros	-	-
Casais	2	3,4
Junceira	-	-
Madalena	1	1,7
Olalhas	3	5,1
Paialvo	2	3,4
Pedreira	-	-
Sabacheira	-	-
Serra	1	1,7
Stª Maria dos Olivais	24	40,7
S. João Baptista	7	11,9
S. Pedro	3	-
TOTAIS	45	76,3

Os alunos com residência nas duas freguesias da cidade de Tomar, representavam 52,6 por cento. Por outro lado, fora da cidade de Tomar representavam 23,7 por cento e fora do concelho, existiam 23,7 por cento do total dos alunos, o que perfazia um total de 47,4 por cento dos alunos com residência fora da zona urbana de Tomar.

Quadro nº 80 - Alunos que moravam nos concelhos limítrofes de Tomar (12º ano)

Ponto 4.	Nº Alunos	Valores em Percentagem
Fora do Concelho de Tomar	14	23,7

Quadro nº 81 - As tendências que os alunos tinham para não participarem no Desporto Escolar (12º ano)

Ponto 5.	Nº Alunos	Valores em Percentagem
Não gosta	6	10,2
Mal-estar	-	-
Doenças	2	3,4
Não pode	25	42,4
Tem falta de jeito	10	16,9
Outra	16	27,1

A percentagem mais elevada das tendências que os alunos tinham para não participarem no Desporto Escolar, eram o “Não pode” (42,4%) e em *Outra* (27,1%), mencionaram a “Falta de tempo para estudarem”.

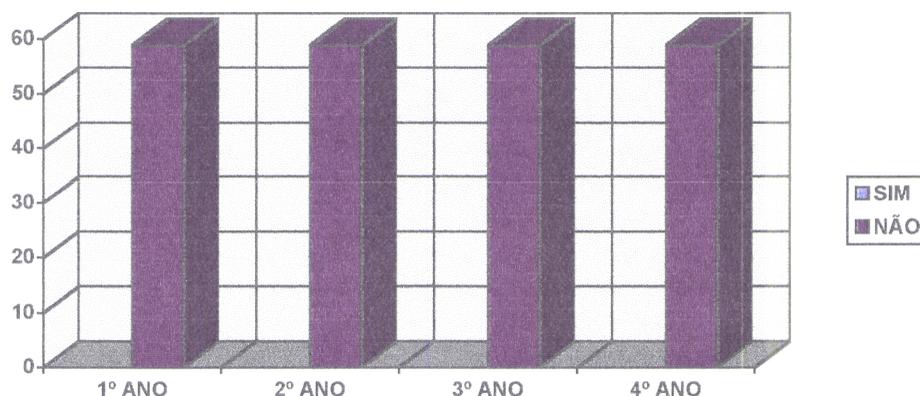
Quadro nº 82 - A atribuição de argumentos por parte dos alunos quando não participavam no Desporto Escolar (12º ano)

Ponto 6.	Nº Alunos	Valores em Percentagem
Excessiva carga horária semanal	51	86,4
Não tem manhã livre	-	-
Não tem tarde livre	-	-
Às horas que tem vagas, não se desenrola nenhuma actividade	2	3,4
Oferta de actividades sem interesse	-	-
Devido a lesão	1	1,7
Falta de vontade	4	6,8
Nas horas disponíveis não tem transporte	1	1,7
Por não gostar	-	-
Outra	-	-

Atendendo que quando foi solicitado aos alunos o preenchimento dos questionários, os mesmos responderem ao argumento que achassem mais conveniente, 86,4 por cento dos alunos mencionaram a “Excessiva carga horária semanal”.

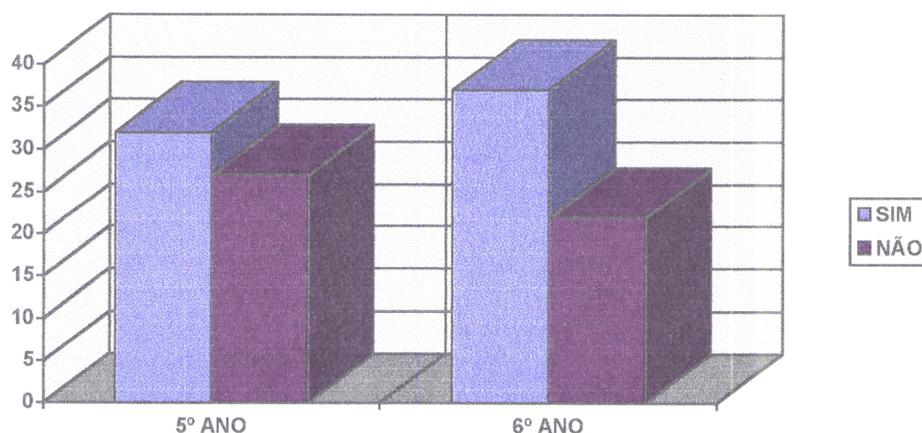
Em “*outra*” os alunos mencionaram que não tinham manhã nem tarde livre. Por outro lado, 6,8 por cento mencionaram “Falta de vontade” como argumento para não participarem no Desporto Escolar.

Gráfico nº 14 - A participação no Desporto Escolar dos alunos do 1º Ciclo



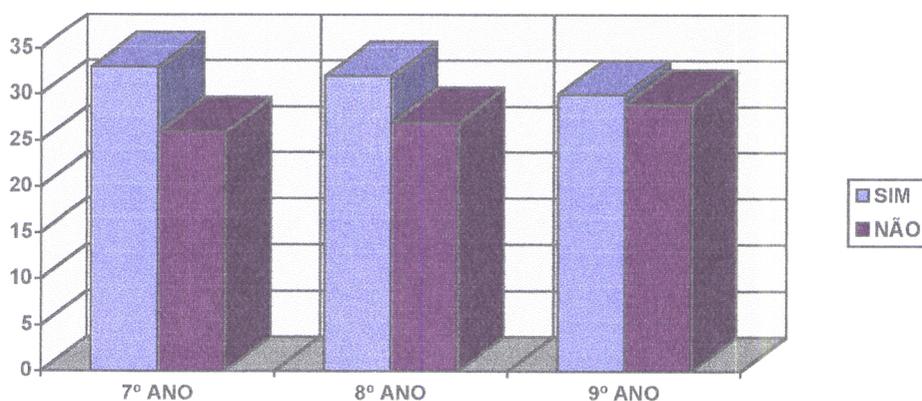
No 1º Ciclo, a totalidade dos alunos não tiveram Desporto Escolar, porque o Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto Escolar (PRODEFDE) para este Ciclo, ainda não tinha sido implementado nas escolas que os alunos frequentaram.

Gráfico nº 15 - A participação no Desporto Escolar dos alunos do 2º Ciclo



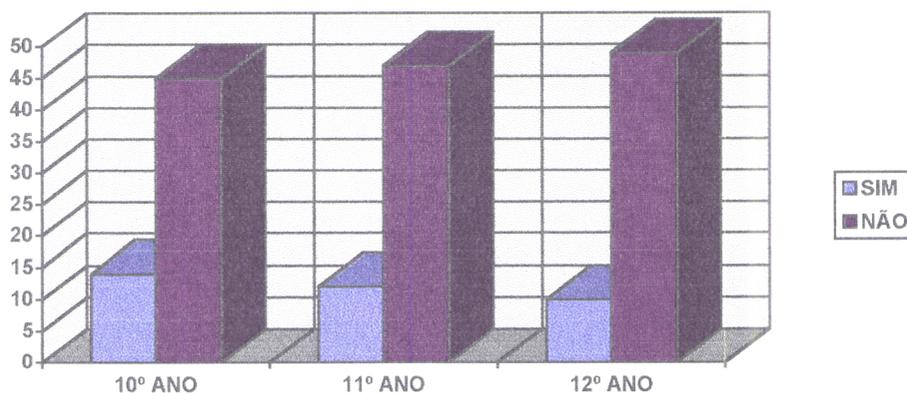
No 5º ano, 54,2 por cento dos alunos, participaram no Desporto Escolar. No 6º ano a participação foi ligeiramente superior, com 62,7 por cento.

Gráfico nº 16 - A participação no Desporto Escolar dos alunos no 3º Ciclo



No 3º Ciclo os alunos tiveram uma participação de 55,9 por cento no 7º ano, notando-se um pequeno decréscimo de participação no 8º ano (54,2%), assim como no 9º ano, com 50,8 por cento.

Gráfico nº 17 - A participação no Desporto Escolar dos alunos do Secundário



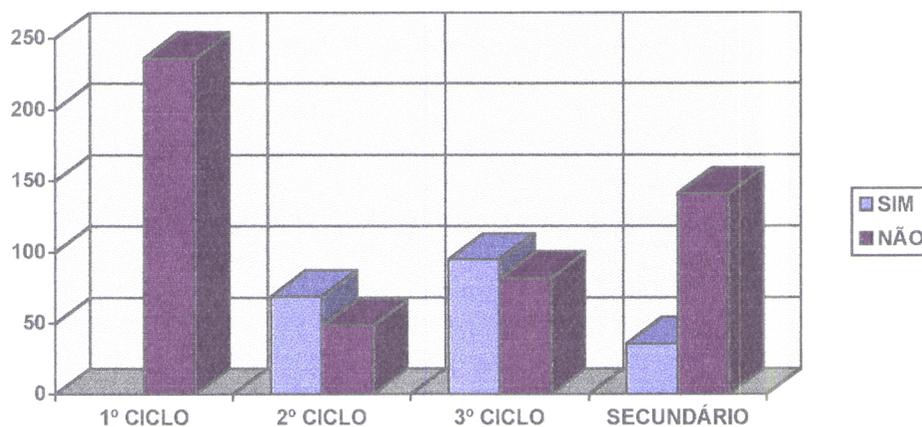
Verifica-se através deste gráfico, que a participação dos alunos no Desporto Escolar no Secundário é a seguinte:

No 10º ano, 23,7 por cento;

No 11º ano, 20,3 por cento;

No 12º ano, 16,9 por cento.

Gráfico nº 18 - A participação no Desporto Escolar dos alunos da educação escolar nos Ensinos Básico e Secundário



Verificamos através deste gráfico, que houve uma fraca adesão da parte dos alunos à participação no Desporto Escolar no ensino Secundário relativamente aos 2º e 3º Ciclos.

Face aos valores da percentagem dos alunos que indicaram “não” fomos achar as médias de cada Ciclo sobre os alunos que não participaram nesta actividade de

complemento curricular quer na *situação de partida*, quer no *aprofundamento da investigação*.

Quadro nº 83 - Percentagem da participação dos alunos no Desporto Escolar nas duas fases de investigação

Ciclos	Situação de Partida		Aprofundamento da Investigação	
	Sim	Não	Sim	Não
1º	-	100%	-	100%
2º	54,3%	45,7%	58,5%	41,5%
3º	42,4%	57,6%	53,6%	46,4%
Secundário	18,1%	81,9%	20,3%	79,7%

Verifica-se assim, que a maior participação na actividade de complemento curricular do Desporto Escolar no aprofundamento da investigação, foi no 2º Ciclo e a menor participação foi no ensino Secundário, tal como no estudo efectuado na situação de partida. No 3º Ciclo os alunos tiveram uma participação intermédia em relação ao 2º Ciclo e ao ensino Secundário.

Quadro nº 84 - Comparação da participação dos alunos no Desporto Escolar nos três graus de ensino

Medidas	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
	(5º ano) 32	(7º ano) 33	(10º ano) 14
	(6º ano) 37	(8º ano) 32	(11º ano) 12
		(9º ano) 30	(12º ano) 10
Média	34,5	31,7	12
Mediana	34,5	32,5	13
Variância	12,5	2,33	4
Desvio-Padrão	3,54	1,53	2

Os dados deste quadro, permitem chegar à seguinte relação:

As *médias* da participação dos alunos no Desporto Escolar nos três graus de ensino, são estatisticamente diferentes tal como a *mediana*, sendo mais elevadas no 2º Ciclo e menos elevada no Ensino Secundário.

Para a *variância* e *desvio-padrão* há diferenças muito substanciais, havendo legitimidade para afirmar a diferença entre os três grupos de graus de ensino

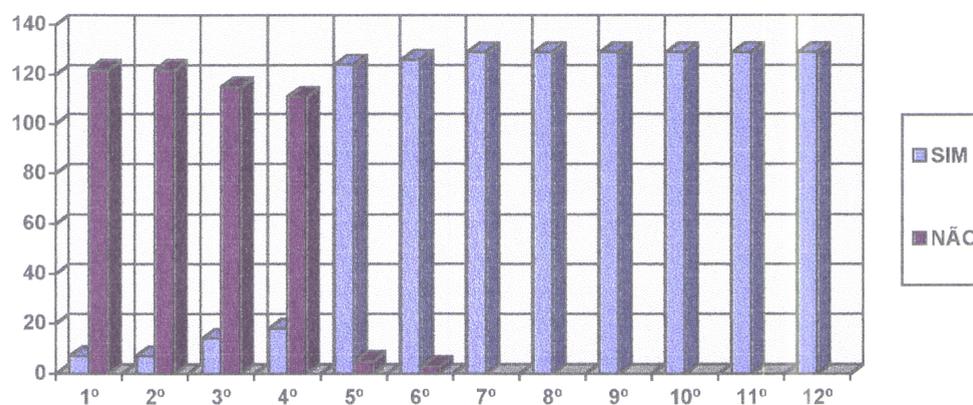
Com os dados recolhidos na *Situação de Partida* e no *Aprofundamento da Investigação*, resolvemos elaborar uma síntese global, através das respostas aos questionários de Educação Física, Desporto Escolar e Levantamento de Dados de Estrutura, feitos pelos alunos nos 12º anos.

Obtivemos os dados que passamos a descrever em seguida.

4.2.10. Síntese global dos questionários de Educação Física (12º ano - 1996/97 e 1997/98)

Anos	Sim	Não	Valores em Percentagem (Não)
1º CICLO			
1º	7	122	94,6
2º	7	122	94,6
3º	14	115	89,1
4º	18	111	86,0
2º CICLO			
5º	124	5	3,9
6º	126	3	2,3
3º CICLO			
7º	129	-	0
8º	129	-	0
9º	129	-	0
SECUNDÁRIO			
10º	129	-	0
11º	129	-	0
12º	129	-	0

Gráfico n.º 19 - A participação na disciplina de Educação Física dos 12º anos nos anos lectivos de 1996/97 e 1997/98

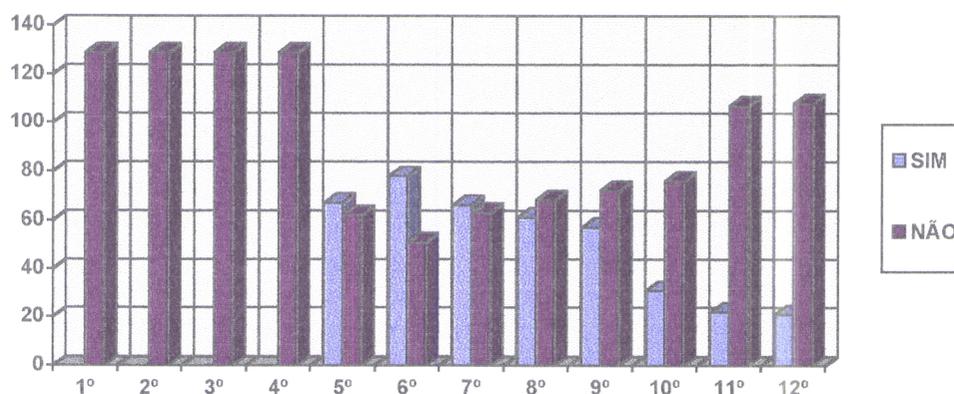


Este gráfico de síntese global, mostra o total referente ao estudo efectuado nas duas fases de investigação. No 1º Ciclo houve uma pequena participação dos alunos na área de Expressão e Educação Físico-Motora. No 2º Ciclo houve uma grande participação (96,1%). Quanto ao 3º Ciclo e no Secundário, a participação foi de cem por cento, atendendo que frequentaram sempre a mesma escola (Secundária de Jácome Ratton) e nesta o quadro de profissionais de Educação Física é estável há mais de uma década.

4.2.11. Síntese global dos questionários de Desporto Escolar (12º ano - 1996/97 - 1997/98)

Anos	Sim	Não	Valores em Percentagem (Não)
1º CICLO			
1º	-	129	100
2º	-	129	100
3º	-	129	100
4º	-	129	100
2º CICLO			
5º	67	62	48,1
6º	78	51	39,5
3º CICLO			
7º	66	63	48,8
8º	61	68	52,7
9º	57	72	55,8
SECUNDÁRIO			
10º	31	76	58,9
11º	22	107	82,9
12º	21	108	83,7

Gráfico n.º 20 - A participação dos 12º anos no complemento curricular do Desporto Escolar nos anos lectivos de 1996/97 e 1997/98



Este gráfico de síntese global, mostra o total referente ao estudo efectuado nas duas fases de investigação. No 1º Ciclo, cem por cento dos alunos não participaram no Desporto Escolar. No 2º Ciclo uma maioria dos alunos participaram, tal como no 7º ano no 3º Ciclo.

A partir do 8º ano, a adesão de participação dos alunos foi sendo menor, notando-se nos 10º, 11º e 12º anos, que uma grande percentagem (58,9%, 82,9% e 83,7% respectivamente) de alunos que não participaram na actividade de complemento curricular do Desporto Escolar.

Na recolha efectuada aos 12º anos nos questionários de levantamento de dados de estrutura, quer na situação de partida, quer no aprofundamento de investigação, obtivemos os seguintes quadros:

4.2.12. Síntese global dos questionários de Levantamento de Dados de Estrutura (12º ano - 1996/97 - 1997/98)

As categorias da faixa etária oscilaram entre os 16 e 22 anos, com predomínio da variável sexo a nível masculino. Um total de 77 alunos com 17 anos e com 22 anos somente 2 alunos, um de cada sexo.

**Quadro nº 85 - Alunos do 12º ano cuja média de idades era 17,7 anos
(Situação de Partida - Aprofundamento da Investigação)**

Idades	Masculinos	Femininos	Total
16	-	2	2
17	42	35	77
18	16	14	30
19	6	5	11
20	2	1	3
21	1	3	4
22	1	1	2
TOTAIS	68	61	129

Quadro nº 86 - Local de residência dos alunos nas freguesias do concelho de Tomar (Situação de Partida - Aprofundamento da Investigação)

Ponto 3.	SITUAÇÃO DE PARTIDA	APROFUNDAMENTO DA INVESTIGAÇÃO		
	12º ano	10º ano	11º ano	12º ano
Além da Ribeira	1,4	-	5,0	-
Alviobeira	-	-	2,5	-
Asseiceira	7,1	4,1	-	3,4
Beselga	-	-	-	-
Carregueiros	4,3	-	10,0	-
Casais	4,3	-	-	3,4
Junceira	1,4	-	-	-
Madalena	5,7	6,1	5,0	1,7
Olalhas	1,4	-	-	5,1
Paialvo	1,4	-	2,5	3,4
Pedreira	2,9	-	2,5	-
Sabacheira	-	-	-	-
Serra	-	2,0	-	1,7
Stª Maria dos Olivais	30,0	30,6	30,0	40,7
S. João Baptista	11,4	16,3	22,5	11,9
S. Pedro	5,7	4,1	-	-
TOTAIS (Alunos)	54	31	32	45

Nota: Valores em percentagem

Podemos verificar e comparar através deste quadro que no Aprofundamento da Investigação a grande percentagem de residência dos alunos era na freguesia de Stª Maria dos Olivais, seguida da freguesia de S. João Baptista, as duas freguesias urbanas.

Das freguesias da Beselga e Sabacheira, não fez parte deste estudo nenhum aluno. Sobre as percentagens mencionadas na situação de partida, já foi descrito o estudo no quadro nº 64.

Quadro nº 87 - Alunos que moravam nos concelhos limítrofes de Tomar (Situação de Partida - Aprofundamento da Investigação)

Ponto 4.	SITUAÇÃO DE PARTIDA	APROFUNDAMENTO DA INVESTIGAÇÃO		
	12º ano	10º ano	11º ano	12º ano
Fora do concelho de Tomar	22,9%	36,7%	20,0%	23,7%
TOTAIS (Alunos)	16	18	8	14

Ao ser analisado este quadro, podemos referir que na Situação de Partida, 22,9 por cento dos alunos moravam fora do concelho de Tomar.

Nos restantes anos no Aprofundamento da Investigação, a média dos alunos que residiam nos concelhos limítrofes de Tomar, eram 26,8 por cento.

Quadro nº 88 - A atribuição de argumentos por parte dos alunos quando não participavam no Desporto Escolar (Situação de Partida - Aprofundamento da Investigação)

	SITUAÇÃO DE PARTIDA	APROFUNDAMENTO DA INVESTIGAÇÃO		
	12º ano	10º ano	11º ano	12º ano
Ponto 6.				
Excessiva carga horária semanal	71,2	61,2	72,5	86,4
Não tem manhã livre	-	6,1	7,5	-
Não tem tarde livre	-	12,2	5,0	-
As horas que tem vagas, não se desenrola nenhuma actividade	7,2	6,1	10,0	3,4
Oferta de actividades sem interesse	10,0	-	-	-
Devido a lesão	1,3	-	-	1,7
Falta de vontade	-	2,0	-	6,8
Nas horas disponíveis não tem transporte	10,0	12,2	5,0	1,7
Por não gostar	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-
TOTAIS (Alunos)	70	49	40	59

Através deste quadro, podemos verificar, que a “Excessiva carga horária semanal” foi o argumento mais utilizado na resposta a este ponto do questionário no Aprofundamento da Investigação, com 61,2 por cento no 10º ano, 72,5 por cento no 11º ano e 86,4 por cento no 12º ano.

Nenhum aluno mencionou o argumento “Por não gostar”.

4.3. Análise das respostas ao questionário dos professores com Desporto Escolar e Coordenadores do Desporto Escolar

Na análise das respostas ao questionário dos professores que ministraram Desporto Escolar e aos Coordenadores desta actividade de complemento curricular, tivemos como suporte de literatura o que BARDIN (1977), menciona: a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos

sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens. No nosso estudo, a tabela permite tornar visíveis a análise dos indicadores do grande tema Desporto Escolar, onde procurámos inserir as mensagens do que mais preciso foi apontado pelos inquiridos através das suas opiniões. Nas respostas aos questionários foram caracterizadas as variáveis relativas à situação de comunicação do contexto de produção da mensagem, tendo-se extraído os indicadores que se relacionaram com o problema do estudo sobre os aspectos positivos e negativos do Desporto Escolar.

Foi então possível conceber uma tabela-resumo desta forma:

<i>ASPECTOS POSITIVOS</i>	<i>ASPECTOS NEGATIVOS</i>
- Organização montada com objectivos definidos (1)	- Início do funcionamento só a partir de final de Outubro princípio de Novembro (6)
- Formas de funcionamento estabelecidas (1)	- Dificuldade de conciliar horários entre professores e alunos (8)
- Possibilidade de prática de actividade desportiva por um conjunto alargado de alunos (2)	- Pouca dinâmica de certas escolas (3)
- Possibilidade de convívios com alunos da escola e outras escolas, de outros locais e outras realidades (3)	- Organização deficiente ao nível do quadro competitivo (3)
- Possibilidade de contacto com a realidade diferente da aula de Educação Física, permitindo o convívio desportivo (2)	- Número reduzido de horas no horário dos professores (4)
- Permite ao aluno praticar e jogar a modalidade do seu gosto (3)	- Falta de envolvimento da escola no projecto do Desporto Escolar (5)
- Permite ao aluno a aquisição de novos conhecimentos (2)	- Falta de um período próprio englobado no horário do aluno (4)
- Prática do exercício físico que mais lhe convém (2)	- As duas horas distribuídas são insuficientes (1)
- Ocupação dos tempos livres dos alunos (5)	- Falta de disponibilização de transportes através das autarquias (2)
- Grandes capacidades de imaginação e criatividade que os professores de Educação Física e alunos têm demonstrado neste “teatro” (1)	- Preocupação de alguns docentes em alcançar bons resultados, para defesa da sua imagem profissional em detrimento de se salvaguardar o desenvolvimento do aluno (3)

<p>- A disciplina de Educação Física deverá ser o suporte estrutural de base do Desporto Escolar (5)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de divulgação das actividades à comunidade envolvente (4) - Coincidência de horários e limitações dos espaços físicos (5) - Falta de respeito das escolas no cumprimento da tarde livre das quartas-feiras (7) - Carências de material e outros apoios que não são concedidos (5) - Forma hipócrita de animação desportiva (1) - Resistência de todo o tipo, de todos os órgãos que constituem a comunidade (1) - Falta de apoio financeiro (3) - Alunos privados de participarem em encontros desportivos (1) - Tempos lectivos disponíveis (4) - Conjugação dos horários curriculares com as horas do D.E. no início do ano lectivo (5) - Falta de transportes (4) - Horários dos alunos no Secundário são exagerados (7)
--	--

() Entre parêntesis mencionamos o número de respostas dadas pelos professores e coordenadores do Desporto Escolar feitas a partir da análise dos dados, através de uma grelha analítica resultante das interpretações anteriores.

Foram assim fornecidos pelos professores e coordenadores, indicadores úteis para identificar os assuntos relacionados com o problema do estudo sobre o Desporto Escolar.

Os indicadores positivos mais mencionados pelos professores foram a “ocupação dos tempos livres dos alunos” e a “disciplina de Educação Física ser o suporte estrutural de base do Desporto Escolar”.

Quanto aos indicadores negativos, foram apontados a “dificuldade de conciliar horários entre professores e alunos”, sendo os horários deste exagerados; também a “falta de respeito das escolas no cumprimento da tarde livre das quartas-feiras”, é mencionado “não havendo conjugação dos horários curriculares com as horas do Desporto Escolar no início do ano lectivo”.

Foi ainda focado a falta de envolvimento da escola no projecto Desporto Escolar.

Ao terminar este capítulo, vamos apresentar no capítulo seguinte as conclusões, com as limitações de estudo, pistas de estudo e análise, acabando com sugestões e a bibliografia utilizada neste estudo.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES

5. CONCLUSÕES

Chegados ao termo do nosso trabalho, debatemo-nos com sentimentos de satisfação mas ao mesmo tempo de inquietude. Satisfeitos, por sentirmos ter estudado com empenho e honestidade alguns aspectos que nos preocupam, face ao empenhamento dos alunos na participação desportiva através da escola; inquietos por sabermos as nossas limitações para tratarmos o tema com a merecida exactidão mas, ao mesmo tempo com o desejo de aprender a partir do processo desta investigação.

Os alicerces do nosso estudo foram na procura de uma fundamentação teórica baseada na grande pesquisa bibliográfica relacionada com o tema.

Conseguimos constituir uma base de dados bibliográficos assim como um suporte de legislação referente ao subsistema de ensino Desporto Escolar e outros subtemas relacionados com este, nomeadamente a Educação Física, as Infra-Estruturas Desportivas, Leis Orgânicas de Órgãos Institucionais e Programas de Ensino.

Tentámos evitar a formulação de juízos de valor ao longo do trabalho, procurando deliberadamente algum distanciamento em relação aos dados que iam surgindo para garantirmos a necessária imparcialidade nas abordagens das questões, mesmo as mais polémicas.

O trabalho teve em conta sugestões sempre sabedoras, de muitas pessoas e amigos, que tal como nós se interessam pelo estudo da ocupação dos alunos através da via desportiva, e que sempre se mostraram empenhados na sua divulgação.

Com este estudo, pretendemos sensibilizar os alunos, os educadores e em especial os professores de Educação Física para a importância que tem a participação dos alunos na actividade complementar do Desporto Escolar, tentando contribuir deste modo para a realidade da caracterização deste subsistema de ensino na região de Tomar.

Confirmaram-se as hipóteses suspeitas de que partimos, segundo a qual por falta de cultura, o Desporto Escolar não se assume como uma das variáveis culturais da escola.

São no entanto necessários mais estudos sobre esta matéria para que se possam tirar conclusões mais seguras.

Em termos gerais, pensamos que esta investigação sirva de suporte metodológico para outros projectos serem desenvolvidos e orientados no tema deste estudo.

Sabemos que nas regiões interiores do País, as condições de densidade populacional, o afastamento geográfico da capital, assim como as redes de comunicação insuficientes, inviabilizam todo e qualquer ensejo de desenvolvimento por parte das populações locais.

Fizemos a opção pela dinâmica ou investigação-acção, tendo como finalidade principal uma intervenção sobre a realidade, no sentido de modificar essa realidade, visando acabar com o imobilismo e mudar o rumo dos acontecimentos. As estratégias de mudança social modificadas através de comportamentos individuais, terão como finalidade a formação e educação social.

Para BARBOSA (1997c), a escola enquanto comunidade educativa dá grande relevo aos indicadores sobre a *educação, cultura e formação*. É neste contexto que, em termos educativos a maioria dos alunos que fizeram parte deste estudo, não puderam participar no Desporto Escolar, em virtude da *“Excessiva carga horária semanal”*.

Existem ainda fenómenos transversais nos 10º, 11º e 12º anos de natureza cultural, nomeadamente a *“falta de transportes”* nas horas que os alunos tinham disponíveis, sendo a incompatibilidade escassa da oferta de transportes a tônica dominante; a nível educativo, na *“elaboração dos horários”* dos alunos, não estavam contemplados nem uma manhã, nem uma tarde livre; a nível de formação, os alunos também mencionaram a sua *“falta de jeito”* para participarem na oferta de actividades do Desporto Escolar.

O actual subsistema de ensino do Desporto Escolar, deve ser revisto no seu funcionamento, cabendo às escolas a responsabilidade de estudar os melhores meios, de o usar e adaptar às suas necessidades, introduzindo mecanismos de avaliação e regulação da sua actividade e dos seus resultados, nomeadamente com a criação de condições institucionais, tais como horários compatíveis, designação de professores, condições organizativas, constituição dos alunos por grupos de modalidades.

Para o Desporto Escolar deve ser proporcionada formação aos professores sobre diagnóstico de dificuldades de aprendizagem e a utilização de estratégias diversificadas de ensino-aprendizagem, valorizando a consideração de métodos diferenciados de trabalho de forma a corresponder melhor às necessidades e interesses dos alunos que os frequentam.

O Desporto Escolar deve ser reformulado tanto no Ensino Básico como no Ensino Secundário, passando a ser uma área curricular com horário próprio, orientado para a

interdisciplinaridade e realização de trabalhos de projecto com professores preparados para esta actividade, de forma a ter um papel significativo na concretização do projecto educativo da escola.

O trabalho desenvolvido pelo Desporto Escolar deve ser valorizado , promovendo-se a participação dos professores em projectos e actividades de carácter cultural, como clubes, dias e semanas do Desporto Escolar, jornais, exposições e concursos de actividades de investigação, no quadro do projecto educativo da administração e gestão das escolas.

Estas, devem ser equipadas com recursos diversificados para o ensino-aprendizagem nas diversas actividades do Desporto Escolar, incluindo material didáctico, livros e revistas e os grupos de Educação Física devem dispor de recursos tecnológicos específicos para a sua actividade.

Devem ser criadas salas de trabalho para os professores nas escolas dos 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário.

Face ao estudo efectuado, na carga horária semanal dos alunos deveria compreender a inclusão obrigatória de todas as actividades lectivas e não lectivas que fazem parte integrante do seu plano de estudo.

E como o futuro se constrói no presente, o Desporto Escolar não deverá ser só para alguns alunos, mas sim para todos. Assim o desejamos.

5.1. Limitações de estudo

Desde o primeiro momento que nunca foi nossa intenção, chegarmos a certezas absolutas ou conclusões definitivas. Tínhamos consciência da complexidade do tema, atendendo às escassas investigações que têm vindo a ser realizadas nesta área.

Embora os resultados obtidos até ao momento não nos permitam generalizar conclusões, eles revelam-nos a realidade de uma escola, talvez não muito diferente de muitas outras em que a actividade do Desporto Escolar seja tomada em consideração.

Será para nós motivo de satisfação se, em consequência do estudo que neste trabalho desenvolvemos, se desencadearem pontos e momentos de reflexão que possam de alguma forma contribuir para a criação nas escolas de dispositivos de avaliação sobre o

Desporto Escolar, através da identificação dos aspectos que se apresentem negativos e da sua conversão em pontos positivos.

O trabalho poderá ser considerado como um estudo exploratório, levantando apenas algumas pistas sobre a problemática do Desporto Escolar e os factores que a influenciam positivamente ou negativamente.

Como este continua a ser um tema pelo qual nos interessamos há bastante tempo, poderá ser o ponto de partida para um estudo mais profundo. As competições desportivas escolares como um meio educativo, deverão ter como fim primordial o desenvolvimento psíquico, intelectual, moral, social e físico de todos os alunos praticantes.

Torna-se também essencial que se procure o respeito pelos outros, a assistência fraterna, o sentido de responsabilidade, a coragem, a capacidade de liderança.

O que se deverá pretender, é a formação de Homens e não de Campeões.

5.2. Pistas de estudo e análise

A recolha do material foi uma descoberta constante e surpreendente, devendo aos alunos tudo o que de experiência humana gratamente adquirimos no decorrer da investigação.

Na situação de partida, quase metade dos alunos inquiridos (41,4%) tinham residências nas duas freguesias urbanas e nas catorze freguesias rurais; com problemas de transportes tivemos 35,7 por cento; fora do concelho de Tomar residiam 22,9 por cento do total dos alunos.

Como uma percentagem elevada (71,1%) dos alunos, mencionou a *excessiva carga horária semanal*, e problemas relacionados com os *transportes*, como futuro estudo, achamos por conveniente a realização de um trabalho em que houvesse disponibilidade e apoio das colectividades recreativas e desportivas existentes nos locais de residência dos alunos, para que estes pudessem ocupar os seus tempos de lazer em actividades desportivas, procurando o seu desenvolvimento e sucesso escolar, através do envolvimento da comunidade.

No aprofundamento da investigação, os resultados obtidos, recomendam o alargamento da aplicação de pesquisa a amostras mais numerosas, inclusive a escolas da

mesma área, do mesmo distrito, e de outras escolas nos distritos à volta do distrito de Santarém, nomeadamente, Leiria, Lisboa, Setúbal, Castelo Branco, Portalegre e Évora.

Para estudos futuros, é necessário incentivarem-se mais investigações na área, para se poder esclarecer melhor o desempenho na mudança de atitude da actividade de complemento curricular do Desporto Escolar, como uma variável determinante no processo educativo, nomeadamente na integração dos alunos na via desportiva, nas vertentes de atletas, juizes, árbitros e dirigentes.

Em estudos posteriores, seria interessante analisar a influência que o meio, designadamente as associações e colectividades recreativas exercem sobre a comunidade cujos alunos estão inseridos e, como esta se reflecte na atitude de aceitação ou não, dos jovens após a sua permanência na escola.

O nível etário deverá ser também um indicador importante a analisar na aceitação de actividade do Desporto Escolar, nos diferentes anos de Ensino desde o 1º Ciclo ao Ensino Secundário.

5.3. Sugestões

Como os dados obtidos junto dos alunos e professores, sugerem a necessidade de futuras investigações, gostaria de terminar deixando algumas questões em aberto:

Para nós que dedicamos uma grande parte da nossa vida a ensinar jovens, é estimulante ter na nossa frente alunos com capacidades para a prática de uma modalidade desportiva.

Não seria possível nas escolas reunir os alunos, por exemplo, uma vez por semana para realizar uma tarde inteira de desporto na qual se levariam a cabo competições desportivas de Atletismo, Ginástica, Basquetebol, Andebol, Futebol, Voleibol, Badminton, entre outras modalidades?

Haveria hipótese dos alunos denominados por mais dotados praticarem o desporto extra-escola num clube desportivo ou até mesmo na escola sob controlo de professores/treinadores devidamente habilitados para a respectiva modalidade?

Seria possível manter um permanente e assíduo interesse dos professores e alunos pelas actividades englobadas no Desporto Escolar, com estreita articulação com os Órgãos Directivo, Pedagógico e Administrativo da Escola, com organizações de modo regular, a nível de competições e intercâmbio no âmbito escolar?

Com o reconhecimento do direito de participação na vida da escola através das Associações de Pais e Encarregados de Educação, não seria possível a intervenção dos Encarregados de Educação controlando o que se passa nas escolas, reivindicando melhores condições de educação e de ensino para os seus educandos? ¹¹⁷

Seria ainda possível dar formação inicial aos professores das Escolas Básicas do 1º Ciclo no concelho de Tomar, nos domínios da área da Expressão e Educação Físico-Motora?

A cooperação entre a Câmara Municipal de Tomar e a Direcção Regional de Educação de Lisboa, através do Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo no âmbito do Programa de Educação Física e Desporto Escolar (PRODEFDE), seria uma hipótese, inserida no plano de desenvolvimento desportivo no concelho de Tomar?

Haveria hipótese ainda de firmar protocolo entre a Câmara Municipal de Tomar e o Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, para apetrechamento das escolas do concelho e a rentabilização das infra-estruturas existentes?

Face ao mencionado na Carta Europeia do Desporto, todas as pessoas envolvidas na direcção ou supervisão das actividades desportivas deveriam possuir qualificações académicas, sendo dada atenção especial à garantia e à protecção da saúde de pessoas a seu

¹¹⁷ Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio, sobre a Autonomia das Escolas.

cargo. Não seria possível os professores terem um papel interventor, determinante no sistema desportivo, como agentes de mudança, não exclusivamente nos domínios da formação, mas em todo o espectro das variáveis e factores do desporto?

Não deveria competir aos professores influenciar as estratégias e métodos de operacionalização do desenvolvimento desportivo com criatividade e inovação, através de estruturas flexíveis e velozes, fundamentos essenciais e geradores de qualidade?

Não seria possível colocar à disposição dos utilizadores do Desporto Escolar, não o que julgamos em dado momento ter interesse para nós, mas o que de facto se inscreve nas necessidades gostos e curiosidades dos alunos?

Não seria possível a modificação a nível estrutural do espaço escolar, criada através da criatividade, da cooperação, da convivência e não de competição, dando esperança de futuro aos alunos, para que estes reconheçam na escola um tempo útil na passagem para a futura vida, não lhes negando o emprego e a sua realização pessoal?

Não será urgente definir políticas que apoiem os jovens com saúde e com vontade de desenvolver as capacidades em diferentes áreas da cultura, ocupando o desporto naturalmente um lugar?

A junção num Ministério dos assuntos da Toxicoddependência, da Juventude, e do Desporto, não poderá indiciar o início de um ciclo de indefinições quanto às finalidades da actividade física e desportiva no contexto da sociedade portuguesa?

Sabemos que a modernidade desportiva não pode ser separada da modernidade cultural. Deste modo não deveria ser urgente a defesa com verdadeiro estado de alma do Desporto Escolar para os jovens na escola, conjuntamente com os valores culturais que deveriam estar associados na mesma?

Finalmente, não seria fundamental uma mudança de mentalidades e naturalmente de atitude, por parte das pessoas ou entidades que tutelam o Desporto Escolar, sendo assim possível iniciar a correcta operacionalização da dialéctica, resultante dos dois fenómenos que são a educação e o desporto?

Não será possível alterar este estado de coisas com medidas políticas adequadas, inovadoras, arrojadas e decididas?

Vamos aguardar e esperar que sim, com a brevidade possível para o bem dos nossos jovens.

BIBLIOGRAFIA

AUTORES

- ALVAREZ, Garcia (1994); **“Gymnsano”**, Revista do Ginásio Clube Português, Ano I, nº 0, Publicação do Ginásio Clube Português, Lisboa.
- BARBOSA, Luís Marques (1987); **“Uma Perspectiva Pedagógica na Formação Profissional”**, *“Noesis a Revista do Professor”*, nº 1, Lisboa.
- BARBOSA, Luís Marques; Carvalho J.; Geraldes F. (1990); **A Formação do Jovem um Modelo Interactivo**, Edições ASA.
- BARBOSA, Luís Marques (1994); **La Caracterisation de Processus de Formation et la Formation des Formateurs comme Strategie de Changement Organisationnel, (Vol. III)** Tese para obtenção do grau de doutor em Ciências da Educação apresentada na Université de Caen, França.
- BARBOSA, Luís Marques (1997a); **Manual de Tópicos de Ciências da Educação e Fundamentos de Gestão - Gestão da Relação Pedagógica** - (policopiado), do Seminário *Investigação-Ação como Meio de Formação Permanente de Professores*, do Mestrado em Educação, Universidade de Évora, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa.
- BARBOSA, Luís Marques (1997b); **Manual de Tópicos de Ciências da Educação e Fundamentos de Gestão - Gestão da Relação Pedagógica** (policopiado), do Seminário *Análise das Instituições e dos Actores*, do Mestrado em Educação, Universidade de Évora, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa.
- BARBOSA, Luís Marques (1997c); **Pensar a Escola e os seus Actores**, Associação de Professores de Sintra, Tapada das Mercês, Mem-Martins.
- BARBOSA, Luís Marques (1997d); **Seminário de Orientação de Projectos de Investigação** (policopiado), Universidade de Évora e Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa.
- BARBOSA, Luís Marques (1997e); **“Perspectivas futuras para a formação de professores, de formadores e de mediadores numa orientação intercultural”**, Conferência no Colóquio “Um Olhar sobre o Outro”, 6 e 7 de Novembro, Auditório da Feira Industrial de Lisboa.
- BARBOSA, Luís Marques (1998a); **“Formação de Professores e Inclusão”**, Conferência no Auditório Municipal de Reguengos de Monsaraz, 11 e 12 de Maio, Direcção-Geral de Educação do Alentejo.

- BARBOSA, Luís Marques (1998b); **“Reflexões sobre a Pré-Escolaridade”**, Jornal *“Diário do Sul”*, de 2 de Setembro, Educação, Escola, Associação de Educação Pluridimensional da Escola Cultural.
- BARBOSA, Luís Marques (1998c); **“A Ética e a sua relação com a Ciência e a Religião - Um Diálogo Permanente”**, Conferência no âmbito do XV Congresso International da Association Internationale des Professeurs de Philosophie, Reggio Emilia (Itália), subordinado ao tema *Filosofia e Ensino da Filosofia e da Ética em Itália, Portugal e Espanha*.
- BARDIN, Laurence (1977); **Análise de Conteúdo**, Edições 70 Ld^a, Lisboa.
- BARROS, Nuno (1983); **“Não há Pedagogia sem Desporto nem Desporto sem Pedagogia”**, *“Revista Desportos”*, Direcção-Geral dos Desportos, Ano II, nº 5, Lisboa.
- BELBENOIT, Georges (1974); **O Desporto na Escola**, Temas Pedagógicos, Editorial Estampa, Lisboa.
- BELL, Judith (1997); **Como Realizar um Projecto de Investigação**, Edição Gradiva, Lisboa.
- BENAVENTE, Ana (1998); **“Especial Desporto Escolar”**, Jornal *“A Bola”*, de 29 de Março, Lisboa.
- BENTO, Jorge Olímpio (1981); **Dialéctica da Educação Física**, Edição da Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Educação Física (I.S.E.F.), Porto.
- BENTO, Jorge Olímpio (1987a); **Planeamento e Avaliação em Educação Física**, Horizonte da Cultura Física, Livros Horizonte, Lisboa.
- BENTO, Jorge Olímpio (1987b); **Desporto “Matéria” de Ensino**, Colecção Desporto e Tempos Livres, Editorial Caminho, Lisboa.
- BENTO, Jorge Olímpio (1991a); **Desporto, Saúde, Vida - Em defesa do desporto**, Cultura Física, Livros Horizonte, Lisboa.
- BENTO, Jorge Olímpio (1991b); **O Desporto Escolar e as Novas Exigências de Formação de Docentes**, Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, Dossier Desporto Escolar, nº 2-3, Lisboa.
- BENTO, Jorge Olímpio (1995); **O Outro Lado do Desporto**, Campo do Desporto, Campo das Letras - Editores, S.A., Porto.
- BENTO, Jorge Olímpio (1997); **“O Desporto e a Renovação da Escola”**, Jornal *“A Bola”*, de 29 de Novembro, Lisboa.

- BRITO, Manuel (1997a); **“Congresso, Sampaio apoiou Movimento Associativo, e em Rio Maior foi inaugurada a época do Desporto Escolar”**, *“Revista Mundial”* Ano 2, nº 21, Dezembro, Lisboa.
- BRITO, Manuel (1997b); **“Autarquias e Desporto”**, Mesa Redonda, Auditório Municipal do Museu Monográfico de Conímbriga.
- BRITO, Manuel (1998); **“Em Busca da Funcionalidade”**, Entrevista conduzida por António M. Fernandes e Arons de Carvalho, *“Revista Atletismo”*, Ano XVII, nº 197, Abril, Lisboa.
- CADIMA, Fernando (1991); **Comunicação do Conselho Nacional das Associações de Profissionais de Educação Física**, Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, Dossier Desporto Escolar, nº 2-3, Lisboa.
- CABRAL, Ruben Duarte de Freitas (1994); **A Formação de Professores e as Estruturas Educativas - O Desafio da Cooperação para o Desenvolvimento e a Excelência**, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa.
- CABRAL, Ruben Duarte de Freitas (1995); **Excelência, Educação e Desenvolvimento**, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa.
- CABRAL, Ruben Duarte de Freitas, *et al* (1997); **A Reinvenção da Escola**, Educação em Debate, Universidade Católica Editora, Lisboa.
- CARDOSO, Fernando Sant’Ana (1976); **O Movimento no Jardim de Infância**, Edição do Autor.
- CARMO, Armando; Ferreira, Manuela Malheiro (1998); **Metodologia da Investigação, Guia para Auto-Aprendizagem**, Universidade Aberta, Lisboa.
- CARNEIRO, Roberto (1997); **“Made in Portugal - ao falar-se de política de formação, convém acrescentar humana e social”**, Revista *“VISÃO”*, 11 de Setembro, Lisboa.
- CARTA DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS ARTIFICIAIS - Portugal Continental (1996); INDESP, Lisboa.
- CARTA DO DESPORTO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (1993); **Educação Física e Desporto, Cartas, Convenções, Recomendações e Códigos de Carácter Internacional**, Conferência dos Ministros responsáveis pelo Desporto dos Países de Língua Portuguesa, Câmara Municipal de Oeiras.
- CARTA DOS DIREITOS DOS JOVENS AO DESPORTO (1977); **Educação Física e Desporto, Cartas, Convenções, Recomendações e Códigos de Carácter Internacional**, Câmara Municipal de Oeiras.

- CARTA ESCOLAR DO CONCELHO DE TOMAR (1998); *Elaboração do Pelouro da Educação (policopiada)*, Câmara Municipal de Tomar.
- CARTA EUROPEIA DO DESPORTO (1992); **Educação Física e Desporto, Cartas, Convenções, Recomendações e Códigos de Carácter Internacional**, Conselho da Europa, Câmara Municipal de Oeiras.
- CARVALHO, Alfredo Melo de (1987); **Desporto Escolar**, Editorial Caminho, Lisboa.
- CARVALHO, António de D. R. P. de (1991); **Éléments pour L'Histoire d'une École de Formation des Instituteurs de Maternelle**, Associação de Jardins-Escolas João de Deus, Lisboa.
- CARVALHO, J.M. Teixeira de (1920); **Recordações de Jácome Ratton sobre Ocorrências do seu Tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810**, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CHAMBEL, Maria José; Curral, Luís (1995); **Psicossociologia das Organizações**, Texto Editora, Lisboa.
- CHAGAS, Carlos Alberto (1991); **A Perspectiva Sindical do Desporto Escolar - Uma Participação Activa das Escolas e das Autarquias**, Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, Dossier Desporto Escolar, nº 2-3, Lisboa.
- CHATEAU, Jean (1975); **A Criança e o Jogo**, Biblioteca Filosófica, Atlântida Editora, S.A.R.L., Coimbra.
- CLEGG, Frances (1995); **Estatística para Todos**, Edição Gradiva, Lisboa.
- CÓDIGO DE ÉTICA DO DESPORTO (1992); **Educação Física e Desporto, Cartas, Convenções, Recomendações e Códigos de Carácter Internacional**, Conselho da Europa, Câmara Municipal de Oeiras.
- COHEN, L., Manion, L. (1989); **Case Study, Research Methods in Education**, 3ª ed., Routledge, Londres.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1991); **Pareceres e Recomendações (1990)**, Conselho Nacional de Educação, Lisboa.
- CONSTANTINO, José Manuel (1988); **“Desporto Escolar: uma questão do sistema educativo português ou sistema desportivo nacional?”**, *“Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto”*, Vol. IV, nº 23, Lisboa.
- CONSTANTINO, José Manuel (1990); **Política de Desenvolvimento Desportivo nas Autarquias**, Câmara Municipal de Oeiras.

- CONSTANTINO, José Manuel (1991); **As Responsabilidades dos Municípios Face às Necessidades da Prática Desportiva das Crianças e dos Jovens em Idade Escolar**, Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, Dossier Desporto Escolar, nº 2-3, Lisboa.
- CONSTANTINO, José Manuel (1992); **Desporto Português as Soluções Adiadas**, Cultura Física, Livros Horizonte, Lisboa.
- CONSTANTINO, José Manuel (1995); **A Educação Física o Desporto e o Desenvolvimento Regional**, *“Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto”*, Vol. XI, nº 65, Lisboa.
- CONSTANTINO, José Manuel (1997); **“Modernizar o Sistema”**, Jornal *“Record”* de 2 de Janeiro, Lisboa.
- CONSTANTINO, José Manuel (1998); **“O Desporto Nacional”**, Jornal *“Record”* de 6 de Janeiro, Lisboa.
- COUBERTIN, Pierre de (1931); **Mémoires Olympiques**, Bureau International de Pédagogie Sportive, Lausanne, Suisse.
- COUTINHO, João (1984); **“Desporto na Escola”**, *“Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto”*, Vol. I, nº 4, Lisboa.
- D’ALCOCHETE, Nuno Daupias (1961); **Lettres Familières de Jacques Ratton (1792-1807)**, Livraria Bertrand, Lisboa.
- DAMÁSIO, João (1997); **“António Guterres Aconselhou - Rio Maior deve ser copiado”**, *“O Remate”*, Semanário Ribatejano de Informação, 18 de Novembro, Ano IV, nº 155, Tomar.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA (s/d); **Os Direitos da Criança**, Galeria da Universidade do Minho, Fundação Engº António de Almeida, Porto.
- DELORS, Jacques (1996); **Educação um Tesouro a Descobrir**, Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, Edições ASA.
- DICIONÁRIO da Língua Portuguesa (1996); Porto Editora, Multimédia, Porto.
- D’HAINAUT, Louis (1992); **Conceitos e Métodos da Estatística**, Vol II, Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- DIRECÇÃO-GERAL DOS DESPORTOS (1977); **Desporto Escolar-Plano 77**, Antologia Desportiva, Sector Escolar da Direcção-Geral de Desportos (D.G.D.), Lisboa.

- DIRECÇÃO-GERAL DOS DESPORTOS (1988); **Resumo do Balanço da Actividade em 1988 - Caracterização e Perspectivas para o Concelho de Tomar**, Gabinete de Estudos da D.G.D., Delegação de Santarém.
- EDUCAÇÃO, O Jornal da (1984); **“Por Decisão do Secretário das Obras Públicas - Escolas construídas desde 1981 não têm Ginásios”**, Ano VII, nº 78, Lisboa.
- ENSINO BÁSICO (1993); **Programa do 1º Ciclo**, Reforma Educativa, Porto Editora.
- ESTEVES, José (1970); **O Desporto e as Estruturas Sociais**, História e Sociologia do Desporto, Prelo Editora, Lisboa.
- ESTEVES, José (1992); **“A Democratização do Desporto através da Democratização da Cultura”**, Jornal *“A Bola”*, de 16 de Agosto.
- ESTRELA, Albano (1987a); **A Observação como Estratégia de Formação de Professores**, Investigação Educacional - Colectânea de Textos organizados por António Nóvoa, Formação Educacional, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Educação Física, Lisboa.
- ESTRELA, Albano (1987b); **Projecto FOCO-Uma Experiência de Formação de Professores por Competências**, Investigação Educacional - Colectânea de Textos organizados por António Nóvoa, Formação Educacional, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Educação Física, Lisboa.
- ESTRELA, Albano (1994); **Teoria e Prática de Observação de Classes - Uma Estratégia de Formação de Professores**, Porto Editora.
- FEIO, Noronha (1981); **Educação Física e Desporto Escolar**, Sistema de Ensino em Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- FERREIRA, Fernando (1988); **“Desporto e Escola”**, Jornal *“Diário Popular”*, de 4 de Abril, Lisboa.
- FERREIRA, Fernando (1991); **“O Desporto Escolar em Marcha”**, Jornal *“Record”*, de 12 de Fevereiro, Lisboa.
- FRADA, João José Cúcio (1993); **Guia Prático para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Científicos**, Edições Cosmos, Lisboa.
- GASPAR, Maria Ivone (1996); **Ensino Secundário em Portugal - Que currículo?**, Políticas de Educação 3, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa.

- GIL, Dulcinea (1997); **Práticas e Concepções de Professores de Língua Portuguesa sobre a Avaliação das Aprendizagens: Aspectos Metodológicos do Estudo**, Métodos e Técnicas de Investigação Científica em Educação, Actas do VII Colóquio Nacional da Secção Portuguesa da AIPELF/AFIRSE, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- GONÇALVES, Carlos Alberto; Constantino, J.M. (1989); **“As Instalações Desportivas Escolares”**, *“Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto”*, Vol. V, nº 30, Lisboa.
- GONÇALVES, Carlos Alberto, *et al.* (1991); **Educação Física e Desporto Escolar: Complementariedade e Interdependência**, Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, Dossier Desporto Escolar, nº 2-3-Verão-Outono, Lisboa.
- GRILO, Eduardo Marçal Carrega (1997); **Intervenções 2, Um Ano de Governo (1996)**, Ministério da Educação, Lisboa.
- INSTITUTO DOS DESPORTOS DE MACAU (1997); **I.D.M. = 10 Anos + Desporto**, Instituto dos Desportos de Macau.
- KREGEL, Wilhelm (1974); **O Desporto e a Sociedade**, Cultura e Desporto, nº 12, Centro de Documentação e Informação, Direcção-Geral de Desportos, Lisboa.
- LIMA, Teotónio (1974); **O Desporto e o seu Universo**, Cultura e Desporto, nº 18, Centro de Documentação e Informação, Direcção-Geral de Desportos, Lisboa.
- LIMA, Teotónio (1996); **“Ensinar Primeiro” (Editorial)**, *“Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto”*, Vol. XIII, nº 74, Lisboa.
- LISBOA, Associação de Atletismo de (1979); **Relatório e Contas da Direcção**, Lisboa.
- MARGARIDA, M^a José (1997); **“Menos alunos no ano 2000”**, Jornal *“Diário de Notícias”*, de 6 de Setembro, Lisboa.
- MARQUES, Ramiro (1997); **Educação Social na Escola Básica - Modelos e Métodos**, Biblioteca do Educador, Livros Horizonte, Lisboa.
- MARTÍNEZ, P.; Garcia M^a C.; Montoro, J. M^a (1988); **Primeros Pasos en Psicomotricidad en la Educación Infantil**, Editora Narcea, S.A. de Ediciones, Madrid, España.
- MATEEV, Dragomir (1975); **O Movimento Olímpico e o seu Alcance Social**, Cultura e Desporto, nº 24, Centro de Documentação e Informação, Direcção-Geral de Desportos, Lisboa.
- MEIRIM, José Manuel (1993); **Leis do Sistema Desportivo**, Colecção Leges, Editorial Notícias, Lisboa.

- MEIRIM, José Manuel (1995a); **Clubes e Sociedades Desportivas, Uma Nova Realidade Jurídica**, Cultura Física, Livros Horizonte, Lisboa.
- MEIRIM, José Manuel (1995b); **Dicionário Jurídico do Desporto**, Edições Record, Lisboa.
- MERRIAM, Sharan B. (1988); **Case Study Research in Education**, São Francisco, Jossey-Bass Publishers.
- MIALARET, Gaston (1987); **Prática e Investigação em Educação**, Investigação Educacional - Colectânea de Textos organizados por António Nóvoa, Formação Educacional, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Educação Física, Lisboa.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1997); **Breves Notas sobre o Desporto Escolar - Conceitos, Evolução e Perspectivas de Desenvolvimento**, Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, Lisboa.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1997); **Roteiro do Ano Escolar do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário**, Lisboa.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1997); **Programa do Desporto Escolar**, Ano Lectivo de 1997/98, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1997); **Educação Pré-Escolar, Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar**.
- MOTA, Rogério (1984); “**A Situação Oficial do Desporto Escolar**”, “*Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto*”, Vol. I, nº 4, Lisboa.
- MOTA, Rogério (1997); “**A Educação Física e o Desporto Escolar**”, “*Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto*”, Vol XIII, nº 76, Lisboa.
- MURTEIRA, Bento José Ferreira (1979); **Probabilidades e Estatística**, Vol. I, McGraw-Hill, São Paulo.
- MURTEIRA, Bento José Ferreira (1980); **Probabilidades e Estatística**, Vol. II, McGraw-Hill, São Paulo.
- MURTEIRA, Bento José Ferreira (1993); **Análise Exploratória de Dados - Estatística Descritiva**, McGraw-Hill, São Paulo.
- MZALI, Mohamed (1982); “**La Filosofía del Olimpismo**”, “*Mensaje Olimpico*”, nº 2, Publicación del Comité Olimpico Internacional, Lausana, Suíza.

- NETO, Carlos Alberto Ferreira (1994); **Educação Física e Desporto, Cartas, Convenções, Recomendações e Códigos de Carácter Internacional**, Proposta de Carta dos Direitos da Criança ao Desporto, Câmara Municipal de Oeiras.
- NOVO DICIONÁRIO Aurélio da Língua Portuguesa (1986); Nova Edição Revista e Ampliada, Editora Nova Fronteira, p. 1 622.
- NÓVOA, António (1988); **Um Tempo de Ser Professor**, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa.
- PAIVA, António (1997); **O PDM como Instrumento de Gestão Autárquica - O Caso de Tomar, o Templário**, Tomar.
- PEREIRA, Basílio (1997); **“O Desporto Tomarense”**, Jornal *“Cidade de Tomar”*, Semanário Regionalista, 7 de Novembro, Tomar.
- PEREIRA, Basílio (1998); **“Muita Festa e Juventude”**, Jornal *“Cidade de Tomar”*, Semanário Regionalista de 24 de Janeiro, Tomar.
- PEREIRA, Wilson; Tanaka Oswaldo K. (1990); **Estatística Conceitos Básicos**, McGraw-Hill, São Paulo.
- PIAGET, Jean (1991); **Psicologia e Epistemologia**, Publicações D. Quixote, Nova Enciclopédia, Lisboa.
- PINA, Manuel M. A. (1997); **Estrutura e Dinâmica do Desporto Escolar, Levantamento e Análise da Situação em Portugal de 1990 a 1995, do Modelo à Prospectiva**, Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.
- PINHEIRO, J. Torres (1920); **Quatorze Anos de Administração Municipal e Alguns Subsídios para a História de Thomar**, (2ª edição).
- PIRES, Gustavo (1991a); **O Desporto no Século XXI os Novos Desafios**, Câmara Municipal de Oeiras.
- PIRES, Gustavo (1991b); **Desporto Escolar: Opções; Estratégias; Futuros**, Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, Dossier Desporto Escolar, nº 2-3, Lisboa.
- PIRES, Gustavo (1994/95); **Desporto Escolar Desenvolvimento e Gestão de Projectos**, Departamento de Ciências do Desporto, Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa.
- PORTUGAL (1989); **Constituição da República Portuguesa**, Segunda Revisão, Quid Juris, Sociedade Editora, Ldª, Lisboa.

- POSTIC, Marcel (1990); **A Relação Pedagógica**, Coimbra Editora.
- RAPOSO, Maria Amparo (1988); **Dissertações de Doutoramento (1977-1997)**,
Referências Bibliográficas, Faculdade de Motricidade Humana Edições, Biblioteca,
Universidade Técnica de Lisboa.
- ROSA, Joaquim Coelho (1994); **Investigação e Educação**, Escola Superior de Educação
João de Deus, Lisboa.
- ROSÁRIO, Alberto Trovão do (1996); **O Desporto em Portugal - Reflexo e Projecto de
uma Cultura**, Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa.
- SAAVEDRA, Amílcar (1988); **Introdução à Educação Física - 10º/11º Anos de
Escolaridade**, Edições ASA, Porto.
- SAMPAIO, Jorge (1998); **Educação Memórias e Testemunhos**, Conselho Nacional de
Educação, Gradiva, Lisboa.
- SAMPAIO, José Salvado (1980); **A Educação em Números**, Biblioteca do Educador
Profissional, Livros Horizonte, Lisboa.
- SÉRGIO, Manuel (1986); **Para um Desporto do Futuro**, Desporto e Sociedade,
Antologia de Textos, nº 11, Ministério da Educação e Cultura, Direcção-Geral de
Desportos, Lisboa.
- SILVA, Cecília Moura da (1994); **Estatística Aplicada à Psicologia e Ciências Sociais**,
McGraw-Hill, São Paulo.
- SOARES, Jorge (1997); **“Estrutura Organizacional do Desporto Escolar na Região
Autónoma da Madeira: O papel dos professores de Educação Física”**,
“Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto”, Vol. XIII, nº 78, Lisboa.
- SOBRAL, Francisco (1976); **Para uma Teoria da Educação Física**, Textos Pedagógicos,
Diabril, Lisboa.
- SOBRAL, Francisco (1980a); **Introdução à Educação Física**, Colecção Cultura Física,
Livros Horizonte, Lisboa.
- SOBRAL, Francisco; Barreiros, M.L.M. (1980b); **Fundamentos e Técnicas de Avaliação
em Educação Física**, Centro de Documentação e Informação do I.S.E.F. da
Universidade Técnica de Lisboa.
- SOBRAL, Francisco (1986); **A Atitude Antropobiológica em Cineantropometria**,
Motricidade Humana, I.S.E.F., Universidade Técnica de Lisboa, Vol.2, nº2, Lisboa.

- SOBRAL, Francisco (1991a); **Desporto Escolar e Desporto Federado: os Traços de Diferença**, Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, Dossier Desporto Escolar, nº 2-3, Lisboa.
- SOBRAL, Francisco (1991b); “**Desporto Escolar e Desporto Federado um Falso Dilema**”, *“Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto”*, Vol. VII, nº 41, Jan.-Fev., Lisboa
- SOBRAL, Francisco (1994); **Desporto Infante-Juvenil - prontidão e talento**, Cultura Física, Livros Horizonte, Lisboa.
- SOBRAL, Francisco (1996); “**De que falamos quando falamos de desporto?**”, Jornal *“Record”* de 5 de Março, Lisboa.
- SOBRAL, Francisco (1997); “**Carreiras Profissionais: que saídas? que competências? que estatuto?**”, Conferência, IV Congresso Nacional de Educação Física, 29 de Novembro, Auditório do Centro Pastoral de Paulo VI, Fátima.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de (1992); **Constituição da República Portuguesa e Legislação Complementar**, Aequitas, Colecção Leges, Editorial Notícias.
- SPIEGEL, Murray R. (1977); **Probabilidade e Estatística**, Editora McGraw-Hill, São Paulo.
- STOER, Stephen (1986); **Educação e Mudança Social em Portugal - 1970 -1980, Uma Década de Transição**, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, Lisboa.
- TENREIRO, Fernandes (1997); “**Carta Desportiva, Perspectivas Futuras das Instalações Desportivas**”, Revista *“Desporto”*, nº 0, Centro de Estudos e Formação Desportiva, Secretaria de Estado do Desporto, Lisboa.
- TOLEDO, Geraldo Luciano; Ovalle, Ivo Izidoro (1986); **Estatística Básica**, 2ª edição, Editora Atlas S.A., São Paulo.
- TOMAR, Anais do Município de (1967); **Crónica dos Acontecimentos Cívicos nos Séculos XVII, XVIII e XIX (1870-1901)**, Edição da Câmara Municipal de Tomar.
- TOMAR, Edições 98 (1998); **O Concelho em Revista, o seu elo de ligação**, Edição de Diviprom, Tomar.
- TRINDADE, Vítor Manuel (1996); **Estudo da Atitude Científica dos Professores - Do que se Pensa ao que se Faz**, Instituto de Inovação Educacional, Ciências da Educação, Lisboa.
- TUCKMAN, W. BRUCE (1987); **Conducting Educational Research**, New York, Harcourt Brace Jovanovich, 2 nd ed.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA (1997); **Guia da Universidade de Évora 1996**, Évora.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1997); **Dissertações de Doutoramento**, (1993-1996), Vol. IV, Serviços de Documentação e Publicações, Coimbra.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA (1995); **Resumos de Teses de Doutoramento e Mestrados**, Vol. 7, Faculdade de Motricidade Humana.

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO (1997); **Referências Bibliográficas das obras elaboradas na UTAD**, Vila Real

VAIRINHOS, Valter Martins (1997); **Introdução à Estatística**, Universidade Aberta, Lisboa.

VAYER, Pierre (1976); **O Diálogo Corporal**, Coleção Educação e Reabilitação, Socicultur.

VIEIRA, Sónia; Hoffmann, Rodolfo (1986); **Elementos de Estatística**, Editora Atlas, S.A., São Paulo.

VILELA, António (1984); “**As “Respostas” das Escolas em Desporto Escolar**”, “*Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto*”, Vol. I, nº 4, Lisboa.

WALLON, Henri (1979); **Psicologia e Educação da Criança**, Vega Universidade, Editorial Vega, Lisboa.

YIN, R. K. (1989); **Case Study Research: Design and Methods**, Newbury Park, London, Sage.

JORNAIS ¹¹⁸ UTILIZADOS

CAPITAL, A (1997); “**Governo ainda não deu um centavo - Desporto Escolar nada em dívidas**”, Jornal de 18 de Fevereiro, Lisboa.

CAPITAL, A (1997); “**Ameaça de deserção agita Desporto Escolar**”, Jornal de 8 de Abril, Lisboa.

MANHÃ, Correio da (1997); “**Desporto Escolar pode parar**”, Jornal de 10 de Março, Lisboa.

MANHÃ, Correio da (1997); “**Campanha Nacional do Pré- Escolar**”, Jornal de 6 de Junho, Lisboa.

MANHÃ, Correio da (1997); “**12 Milhões para Pavilhões**”, Jornal de 17 de Junho, Lisboa.

NOTÍCIAS, Diário de (1997); “**Ensino em Portugal**”, Jornal de 6 de Setembro, Lisboa.

NOTÍCIAS, Jornal de (1998); “**Semana da Educação**”, de 18 a 25 de Janeiro, Lisboa.

QUERER (1967); “**Desporto Escolar**”, Jornal do Centro Escolar nº 2 da M. P. da Escola Industrial e Comercial de Tomar, nº 5, Fevereiro, Tomar.

RIBATEJO, O (1997); “**O Espelho do Distrito**” - Congresso Empresarial da Região de Santarém, Semanário Regional de 20 de Março, Santarém.

RECORD (1997); “**Triste Cena**”, Jornal de 16 de Abril, Lisboa.

TOMAR, Cidade de (1997); “**Apresentação do PRODEFDE**”, Semanário Regionalista de 24 de Janeiro.

¹¹⁸ Na investigação documental, a utilização dos jornais como fonte de dados, serviu para colher informações.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA ¹¹⁹

- Lei nº 1:941, de 11 de Abril de 1936, do Ministério de Instrução Pública - Prevê a criação e institucionalização da Organização Nacional que estimule o desenvolvimento integral da capacidade física de Mocidade Portuguesa.
- Decreto-Lei nº 26:611, de 19 de Maio de 1936, do Ministério da Educação Nacional - Institui a Organização Nacional denominada Mocidade Portuguesa.
- Decreto-Lei nº 30.279, de 23 de Janeiro de 1940 - Criação do Instituto Nacional de Educação Física (I.N.E.F.).
- Decreto-Lei nº 47.311, de 12 de Novembro de 1966 - Revisão do estatuto da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa atribuindo-lhe competências sobre as actividades circum-escolares e criação do cargo de Comissário Nacional Adjunto para a Educação Física.
- Decreto-Lei nº 47.587, de 1 de Março de 1967 - Programas do Ensino Primário.
- Decreto-Lei nº 82/73, de 3 de Março - Definição do novo estatuto para a Direcção-Geral de Educação Física e Desportos, com a atribuição de competências sobre a Educação Física e o Desporto Escolar, até então sob a responsabilidade da Mocidade Portuguesa.
- Decreto-Lei nº 694/74, de 5 de Dezembro - Revisão do Estatuto da Direcção-Geral de Educação Física e Desportos, passando a designar-se por Direcção Geral dos Desportos. Atribui a responsabilidade sobre a disciplina de Educação Física às Direcções-Gerais dos Ensinos Básico e do Ensino Secundário.
- Decreto-Lei nº 675/75, de 3 de Dezembro - Criação do Instituto Superior de Educação Física (I.S.E.F.).
- Despacho nº 523/75, de 31 de Dezembro - Institucionalização do Ensino Secundário Unificado.
- Despacho nº 36/77, de 8 de Fevereiro - Nomeação dos responsáveis distritais para o Desporto Escolar.
- Despacho nº 49/77, de 18 de Fevereiro - Nomeação dos Coordenadores Concelhios para a Educação Física e Desportos.

¹¹⁹ Os Diários da República como órgão de publicações oficiais, serviram de pesquisa documental para as principais normas jurídicas.

Ao trabalho policopiado de PIREs (1994/95), foi retirada legislação relacionada com o Desporto Escolar.

A legislação mencionada constitui uma organização de dados fundamentalmente sobre o subsistema Desporto Escolar, englobado no sistema de ensino.

- Despacho nº 175/77, de 18 de Junho - Nomeação do Coordenador Nacional para o Desporto Escolar.
- Despacho nº 78/77, de 22 de Junho - Carga horária da disciplina de Educação Física (9º ano).
- Despacho nº 153/77, de 7 de Novembro - Carga horária da disciplina de Educação Física.
- Despacho nº 186/77, de 29 de Novembro - Carga horária da disciplina de Educação Física.
- Decreto-Lei nº 553/77, de 31 de Dezembro - Reorganiza a Lei Orgânica da Direcção-Geral dos Desportos, retirando-lhe as competências relativas ao Desporto Escolar, subordinando todo o quadro do Desporto Escolar às Direcções-Gerais do Ensino Básico e do Ensino Secundário.
- Decreto-Lei nº 554/77, de 31 de Dezembro - Atribui às Direcções-Gerais dos Ensinos Básico e Secundário e à Inspeção-Geral do Ensino Particular as competências sobre o Desporto Escolar.
- Portaria nº 434/78, de 2 de Agosto - Criação da estrutura nacional designada “Serviço de Educação Física e Desporto Escolar”.
- Lei nº 63/78, de 29 de Setembro - Lei Orgânica da Direcção-Geral dos Desportos.
- Decreto-Lei nº 197/79, de 29 de Junho - Cria os Serviços de Coordenação da Educação Física e Desporto Escolar. Surgiu o Grupo Desportivo Escolar (G.D.E.). O funcionamento dos Serviços seria regulamentado por Portaria, que nunca chegou a ser publicada.
- Circular L/T/EES nº 94/79 - IS/EF, de 19 de Dezembro - Criação das Actividades de Aplicação.
- Decreto-Lei nº 513-T/79, de 26 de Dezembro - Funcionamento do estabelecimento de Ensino Superior Politécnico não integrado no Instituto Politécnico de Santarém.
- Despacho nº 29/81, de 13 de Novembro - Construção dos Pavilhões Polivalentes ou Ginásios para 2ª fase, nas escolas a serem construídas.
- Decreto-Lei nº 125/82, de 22 de Abril - Criação do Conselho Nacional de Educação.
- Decreto-Lei nº 46/85, de 22 de Novembro - Criação da Escola Superior de Tecnologia de Tomar.
- Decreto-Lei nº 150/86, de 18 de Junho - Extingue os Serviços de Coordenação da Educação Física e Desporto Escolar (Desenvolvimento do Desporto Escolar, pelas Federações Desportivas). Cessaram os G.D.E.'s.

- Lei nº 46/86, de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo. Determina a elaboração de um Decreto-Lei sobre Educação Física e Desporto Escolar.
- Lei nº 31/87, de 9 de Julho - Novo Regime do Conselho Nacional de Educação.
- Lei nº 33/87, de 11 de Julho - Regulamenta o exercício do direito de Associações de Estudantes. Assegura a participação dos estudantes, através das suas associações, na “organização das actividades circum-escolares e do Desporto Escolar (artº 15º) e das próprias instalações desportivas das escolas” (artº 21º).
- Despacho nº 4/ME/88, de 20 de Janeiro - Atribui à Direcção-Geral dos Desportos a responsabilidade do desenvolvimento das actividades desportivas de complemento curricular, estabelecendo as Normas Regentes do Desporto Escolar.
- Despacho conjunto nº 85/MPAT/ME/88, de 24 de Maio - Rede Integrada de Infra-Estruturas Desportivas.
- Despacho nº 157/ME/88, de 4 de Outubro - Reestruturação do Grupo de Trabalho para elaboração do projecto de Decreto-Lei para o Desporto Escolar .
- Despacho nº 87/ME/89, de 14 de Junho - Criação do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar. No quadro do Sistema Educativo, desenvolveu o Desporto Escolar no ano lectivo de 1989/90, com um Programa que funcionou em regime de experiência pedagógica.
- Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de Agosto - Estabelece os princípios gerais que ordenam a reestruturação da Reforma Curricular. Considera o Desporto Escolar uma actividade de complemento curricular.
- Lei nº 1/90, de 13 de Janeiro - Lei de Bases do Sistema Desportivo. Institucionaliza um modelo de Desporto Escolar entre o sistema educativo e desportivo.
- Despacho nº 226/ME/90, de 19 de Janeiro - Nomeações do Assessor do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, dos Técnicos dos Serviços Centrais do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar e dos Técnicos responsáveis distritais do Desporto Escolar.
- Despacho nº 117/ME/90, de 10 de Julho - Continuação do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar com prolongamento em Regime de Experiência Pedagógica iniciada pelo Despacho nº 87/ME/89, de 14 de Junho.
- Despacho nº 139/ME/90, de 16 de Agosto - Programa do 1º Ciclo do Ensino Básico.
- Despacho nº 141/ME/90, de 2 de Setembro - Aprova o modelo de apoio à organização das actividades de complemento curricular.

- Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de Fevereiro - Definição organizativa do quadro geral da Educação Física e do Desporto Escolar.
- Despacho nº 1/SEAM/SESE/92, de 8 de Janeiro - Interrompe a experiência pedagógica desencadeada pelo Despacho nº 87/ME/89, de 30 de Maio e cria o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Educação Física e do Desporto Escolar (G.T.D.E.F.D.E.).
- Deliberação do Senado da Universidade de Coimbra, nº 7/92, de 19 de Fevereiro - Criação do Curso de Ciências do Desporto e Educação Física, com funcionamento no âmbito da Reitoria da Universidade e transcrito na II Série do Diário da República, de 24 de Março de 1993.
- Despacho nº 108-A/ME/92, de 22 de Julho - Extingue o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Educação Física e do Desporto Escolar (GTDEFDE).
- Decreto-Lei nº 70/93, de 10 de Março - Existência legal da Escola Profissional de Tomar.
- Decreto-Lei nº 133/93, de 26 de Abril - Lei Orgânica do Ministério da Educação.
- Decreto-Lei nº 137/93, de 26 de Abril - Lei Orgânica do Departamento do Ensino Secundário.
- Decreto-Lei nº 138/93, de 26 de Abril - Lei Orgânica do Departamento de Educação Básica.
- Decreto-Lei nº 141/93, de 26 de Abril - Estrutura das Direcções Regionais de Educação.
- Decreto-Lei nº 143/93, de 26 de Abril - Lei Orgânica do Instituto do Desporto (INDESP).
- Decreto-Lei nº 145/93, de 26 de Abril - Criação do Conselho Superior do Desporto.
- Decreto-Lei nº 304/94, de 19 de Dezembro - Criação da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Tomar.
- Decreto-Lei nº 115/95, de 29 de Maio - Responsabilidade do Instituto do Desporto (INDESP) na organização do Desporto Escolar.
- Despacho nº 30/SEED/95, de 11 de Agosto - Frequência da disciplina de Educação Física.
- Decreto-Lei nº 296-A/95, de 17 de Novembro - Aprova a Lei Orgânica do XIII Governo Constitucional, segundo a qual o Desporto Escolar fica no âmbito do Ministério da Educação.
- Lei nº 10-A/96, de 23 de Março - Grandes Opções do Plano para 1996.



- Circular nº 2/96, de 21 de Junho - Actividades de Complemento Curricular.
- Decreto-Lei nº 96/96, de 17 de Julho - Criação do Instituto Politécnico de Tomar.
- Decreto-Lei nº 164/96, de 5 de Setembro - Adequa as Leis Orgânicas do Instituto do Desporto e do Ministério da Educação, responsabilizando este em matéria de Educação Física e Desporto Escolar.
- Decreto-Lei nº 165/96, de 5 de Setembro - Cria o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar.
- Despacho nº 219/ME/96, de 10 de Setembro - Nomeação do Director do Desporto Escolar.
- Apresentação do Orçamento de Estado na Assembleia da República, em 14 de Novembro de 1996.
- Despacho Conjunto nº 252-A ME/MS/96, de 29 de Novembro - Cria o Grupo de Trabalho sobre a Saúde Escolar, com a participação do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar.
- Ofício Circular nº 8, de 16 de Janeiro de 1997 da Direcção-Regional de Educação de Lisboa - Carga horária semanal da disciplina de Educação Física.
- Despacho Conjunto nº 44/ME/MA/97, de 20 de Março - Aprova o financiamento do Desporto Escolar através do subsídio a atribuir ao Gabinete Coordenador do Desporto Escolar pelo Instituto do Desporto (INDESP).
- Ofício nº 3530 de 20 de Março de 1997 do Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo - Informações sobre dados relativos à Área Educativa.
- Decreto-Lei nº 62/97, de 26 de Março - Lei Orgânica do Instituto Nacional do Desporto (I.N.D.).
- Despacho nº 1230/97, de 2 de Junho - Criação da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.
- Ofício nº 07130, de 9 de Julho de 1997 - Para a realização de actividades do Desporto Escolar, a quarta-feira de tarde, deverá ser livre para os professores e alunos.
- Decreto-Lei nº 258/97, de 30 de Setembro - Actualiza pela primeira vez o regime legal do financiamento regular e autónomo do Desporto Escolar face à distribuição da exploração do Totoloto em relação à administração pública desportiva.
- Ofício nº 006459, de 7 de Novembro de 1997 - Gabinete de Gestão Financeira - Verba destinada ao Desporto Escolar na Escola Secundária de Jácome Ratton, Tomar.

- Decreto-Lei nº 314/97, de 15 de Novembro - Nova tipologia dos estabelecimentos de educação e de ensino público.
- Ofício nº 12338, de 27 de Novembro de 1997 - Sector de Educação Física e Desporto Escolar, Apoio Específico, do Centro da Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo.
- Regulamento Geral de Provas do Desporto Escolar, de Novembro de 1997.
- Decreto-Lei nº 317/97, de 25 de Novembro - Aprova o regime de instalação e Funcionamento das instalações desportivas de uso público.
- Lei nº 127-A/97, de 20 de Dezembro - Grandes Opções do Plano Nacional para 1998.
- Ofício nº 1199, de 2 de Fevereiro de 1998 - Verba para o Projecto do Desporto Escolar na Escola Secundária de Jácome Ratton de Tomar.
- Telefax nº 286, de 20 de Fevereiro de 1998 - Número de participantes na prova de cortamato a nível distrital
- Ofício nº 2223, de 27 de Fevereiro de 1998 - Actividades de Férias do Desporto Escolar.
- Ofício nº 1296, de 25 de Março de 1998 - Financiamento das despesas com o Desporto Escolar no Ano Económico de 1998.
- Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio - Autonomia das Escolas.
- Ofício nº 3517, de 31 de Julho de 1998 - Financiamento das despesas com o Desporto Escolar no Ano Económico de 1998.

ANEXOS

Índice de Anexos

	Pág.
Anexo nº 1 - Questionário aos Alunos (12º ano - 1996/97) - Disciplina de Educação Física	206
Anexo nº 2 - Questionário aos Alunos (12º ano - 1996/97) - Actividade de Complemento Curricular do Desporto Escolar	207
Anexo nº 3 - Questionário - Levantamento dos Dados de Estrutura (12º ano - 1996/97)	208
Anexo nº 4 - Questionário aos Alunos (10º ano - 1997/98) - Disciplina de Educação Física	210
Anexo nº 5 - Questionário aos Alunos (10º ano - 1997/98) - Actividade de Complemento Curricular do Desporto Escolar	211
Anexo nº 6 - Questionário - Levantamento dos Dados de Estrutura (10º ano - 1997/98)	212
Anexo nº 7 - Questionário aos Alunos (11º ano - 1997/98) - Disciplina de Educação Física	214
Anexo nº 8 - Questionário aos Alunos (11º ano - 1997/98) - Actividade de Complemento Curricular do Desporto Escolar	215
Anexo nº 9 - Questionário - Levantamento dos Dados de Estrutura (11º ano - 1997/98)	216
Anexo nº 10 - Questionário aos Alunos (12º ano - 1997/98) - Disciplina de Educação Física	218
Anexo nº 11 - Questionário aos Alunos (12º ano - 1997/98) - Actividade de Complemento Curricular do Desporto Escolar	219
Anexo nº 12 - Questionário - Levantamento dos Dados de Estrutura (12º ano - 1997/98)	220
Anexo nº 13 - Temática para desenvolvimento aos Professores - Retrato do Desporto Escolar	222
Anexo nº 14 - Temática para desenvolvimento ao Coordenador do Desporto Escolar do Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo	223
Anexo nº 15 - Temática para desenvolvimento ao Director do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar	224
Anexo nº 16 - Editorial de “A Bola Especial” (3 de Maio de 1998) - Educação em Movimento	225
Anexo nº 17 - Decreto-Lei nº 26:611, de 19 de Maio de 1936	227
Anexo nº 18 - Decreto-Lei nº 150/86, de 18 de Junho	229
Anexo nº 19 - Despacho conjunto 85/MPAT/ME/88, de 24 de Maio	231
Anexo nº 20 - Grandes Opções do Plano para 1996	233
Anexo nº 21 - Decreto-Lei nº 165/96, de 5 de Setembro	235
Anexo nº 22 - Grandes Opções do Plano Nacional para 1998	237

Anexo nº 1

ANO LECTIVO DE 1996/97

12º ANO

SEXO Masculino _____

Feminino _____

TURMA _____

QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS

Ao longo dos doze anos de frequência escolar, teve ou não a disciplina de Educação Física?

Marque com um X na coluna respectiva.

Poderá mencionar alguma Observação que achar conveniente.

ANOS	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
1º CICLO			
1º			
2º			
3º			
4º			
2º CICLO			
5º			
6º			
3º CICLO			
7º			
8º			
9º			
SECUNDÁRIO			
10º			
11º			
12º			

Anexo nº 2

ANO LECTIVO DE 1996/97

12º ANO

SEXO Masculino _____

Feminino _____

TURMA _____

QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS

Ao longo dos doze anos de frequência escolar, participou ou não na actividade de Complemento Curricular do Desporto Escolar ?

Marque com um X na coluna respectiva.

Se marcar SIM, mencione a actividade em que participou, na coluna de Observações.

ANOS	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
1º CICLO			
1º			
2º			
3º			
4º			
2º CICLO			
5º			
6º			
3º CICLO			
7º			
8º			
9º			
SECUNDÁRIO			
10º			
11º			
12º			

ANO LECTIVO DE 1996/97

12º ANO

TURMA _____

QUESTIONÁRIO

(Levantamento dos Dados de Estrutura)

Solicita-se que assinalem a alínea que mais se adapta ao seu caso.

1. Idade no início do ano lectivo
2. Sexo
 - 2.1. Masculino
 - 2.2. Feminino
3. Local de residência no Concelho de Tomar (Freguesias)
 - 3.1. Além da Ribeira
 - 3.2. Alviobeira
 - 3.3. Asseiceira
 - 3.4. Beselga
 - 3.5. Carregueiros
 - 3.6. Casais
 - 3.7. Junceira
 - 3.8. Madalena
 - 3.9. Olalhas
 - 3.10. Paialvo

- 3.11. Pedreira
 - 3.12. Sabacheira
 - 3.13. Serra
 - 3.14. Santa Maria dos Olivais
 - 3.15. S. João Baptista
 - 3.16. S. Pedro
4. Fora do Concelho de Tomar
5. Para não participar no Desporto Escolar, tem tendência para encontrar
- 5.1. Fugas
 - 5.2. Desculpas
 - 5.3. Mal-estar
 - 5.4. Doenças
 - 5.5. Não pode
 - 5.6. Outra
6. Se não participa no Desporto Escolar, a responsabilidade é motivada por:
- 6.1. Excessiva carga horária semanal
 - 6.2. Não tem manhã livre
 - 6.3. Não tem tarde livre
 - 6.4. Às horas que tem vagas, não se desenrola nenhuma actividade
 - 6.5. Oferta de actividades sem interesse
 - 6.6. Devido a lesão
 - 6.7. Falta de vontade
 - 6.8. Nas horas disponíveis não tem transporte
 - 6.9. Por não gostar
 - 6.10. Outra

Obrigado

Anexo nº 4

ANO LECTIVO DE 1997/98

10º ANO

SEXO Masculino _____

Feminino _____

TURMA _____

QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS

Ao longo dos dez anos de frequência escolar, teve ou não a disciplina de Educação Física?

Marque com um X na coluna respectiva.

Poderá mencionar alguma Observação que achar conveniente.

ANOS	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
1º CICLO			
1º			
2º			
3º			
4º			
2º CICLO			
5º			
6º			
3º CICLO			
7º			
8º			
9º			
SECUNDÁRIO			
10º			

ANO LECTIVO DE 1997/98

10º ANO

SEXO Masculino _____

Feminino _____

TURMA _____

QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS

Ao longo dos dez anos de frequência escolar, participou ou não na actividade de Complemento Curricular do Desporto Escolar ?

Marque com um X na coluna respectiva.

Se marcar SIM, mencione a actividade em que participou, na coluna de Observações.

ANOS	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
1º CICLO			
1º			
2º			
3º			
4º			
2º CICLO			
5º			
6º			
3º CICLO			
7º			
8º			
9º			
SECUNDÁRIO			
10º			

ANO LECTIVO DE 1997/98

10º ANO

TURMA _____

QUESTIONÁRIO
(Levantamento dos Dados de Estrutura)

Solicita-se que assinalem a alínea que mais se adapta ao seu caso.

1. Idade no início do ano lectivo
2. Sexo
 - 2.1. Masculino
 - 2.2. Feminino
3. Local de residência no Concelho de Tomar (Freguesias)
 - 3.1. Além da Ribeira
 - 3.2. Alviobeira
 - 3.3. Asseiceira
 - 3.4. Beselga
 - 3.5. Carregueiros
 - 3.6. Casais
 - 3.7. Junceira
 - 3.8. Madalena
 - 3.9. Olalhas
 - 3.10. Paialvo

- 3.11. Pedreira
 - 3.12. Sabacheira
 - 3.13. Serra
 - 3.14. Santa Maria dos Olivais
 - 3.15. S. João Baptista
 - 3.16. S. Pedro
4. Fora do Concelho de Tomar
5. Para não participar no Desporto Escolar, tem tendência para encontrar desculpas
- 5.1. Não gosta
 - 5.2. Mal-estar
 - 5.3. Doenças
 - 5.4. Não pode
 - 5.5. Tem falta de jeito
 - 5.6. Outra
6. Se não participa no Desporto Escolar, a responsabilidade é motivada por:
- 6.1. Excessiva carga horária semanal
 - 6.2. Não tem manhã livre
 - 6.3. Não tem tarde livre
 - 6.4. Às horas que tem vagas, não se desenrola nenhuma actividade
 - 6.5. Oferta de actividades sem interesse
 - 6.6. Devido a lesão
 - 6.7. Falta de vontade
 - 6.8. Nas horas disponíveis não tem transporte
 - 6.9. Por não gostar
 - 6.10. Outra

Obrigado

ANO LECTIVO DE 1997/98

11º ANO

SEXO Masculino _____

Feminino _____

TURMA _____

QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS

Ao longo dos onze anos de frequência escolar, teve ou não a disciplina de Educação Física?

Marque com um X na coluna respectiva.

Poderá mencionar alguma Observação que achar conveniente.

ANOS	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
1º CICLO			
1º			
2º			
3º			
4º			
2º CICLO			
5º			
6º			
3º CICLO			
7º			
8º			
9º			
SECUNDÁRIO			
10º			
11º			

Anexo nº 8

ANO LECTIVO DE 1997/98

11º ANO

SEXO Masculino _____

Feminino _____

TURMA _____

QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS

Ao longo dos onze anos de frequência escolar, participou ou não na actividade de Complemento Curricular do Desporto Escolar ?

Marque com um X na coluna respectiva.

Se marcar SIM, mencione a actividade em que participou, na coluna de Observações.

ANOS	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
1º CICLO			
1º			
2º			
3º			
4º			
2º CICLO			
5º			
6º			
3º CICLO			
7º			
8º			
9º			
SECUNDÁRIO			
10º			
11º			

ANO LECTIVO DE 1997/98

11º ANO

TURMA _____

QUESTIONÁRIO
(Levantamento dos Dados de Estrutura)

Solicita-se que assinalem a alínea que mais se adapta ao seu caso.

1. Idade no início do ano lectivo
2. Sexo
 - 2.1. Masculino
 - 2.2. Feminino
3. Local de residência no Concelho de Tomar (Freguesias)
 - 3.1. Além da Ribeira
 - 3.2. Alviobeira
 - 3.3. Asseiceira
 - 3.4. Beselga
 - 3.5. Carregueiros
 - 3.6. Casais
 - 3.7. Junceira
 - 3.8. Madalena
 - 3.9. Olalhas
 - 3.10. Paialvo

- 3.11. Pedreira
- 3.12. Sabacheira
- 3.13. Serra
- 3.14. Santa Maria dos Olivais
- 3.15. S. João Baptista
- 3.16. S. Pedro

4. Fora do Concelho de Tomar

5. Para não participar no Desporto Escolar, tem tendência para encontrar desculpas

- 5.1. Não gosta
- 5.2. Mal-estar
- 5.3. Doenças
- 5.4. Não pode
- 5.5. Tem falta de jeito
- 5.6. Outra

6. Se não participa no Desporto Escolar, a responsabilidade é motivada por:

- 6.1. Excessiva carga horária semanal
- 6.2. Não tem manhã livre
- 6.3. Não tem tarde livre
- 6.4. Às horas que tem vagas, não se desenrola nenhuma actividade
- 6.5. Oferta de actividades sem interesse
- 6.6. Devido a lesão
- 6.7. Falta de vontade
- 6.8. Nas horas disponíveis não tem transporte
- 6.9. Por não gostar
- 6.10. Outra

Obrigado

Anexo nº 10

ANO LECTIVO DE 1997/98

12º ANO

SEXO Masculino _____

Feminino _____

TURMA _____

QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS

Ao longo dos doze anos de frequência escolar, teve ou não a disciplina de Educação Física?

Marque com um X na coluna respectiva.

Poderá mencionar alguma Observação que achar conveniente.

ANOS	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
1º CICLO			
1º			
2º			
3º			
4º			
2º CICLO			
5º			
6º			
3º CICLO			
7º			
8º			
9º			
SECUNDÁRIO			
10º			
11º			
12º			

Anexo nº 11

ANO LECTIVO DE 1997/98

12º ANO

SEXO Masculino _____

Feminino _____

TURMA _____

QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS

Ao longo dos doze anos de frequência escolar, participou ou não na actividade de Complemento Curricular do Desporto Escolar ?

Marque com um X na coluna respectiva.

Se marcar SIM, mencione a actividade em que participou, na coluna de Observações.

ANOS	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
1º CICLO			
1º			
2º			
3º			
4º			
2º CICLO			
5º			
6º			
3º CICLO			
7º			
8º			
9º			
SECUNDÁRIO			
10º			
11º			
12º			

ANO LECTIVO DE 1997/98

12º ANO

TURMA _____

QUESTIONÁRIO

(Levantamento dos Dados de Estrutura)

Solicita-se que assinalem a alínea que mais se adapta ao seu caso.

1. Idade no início do ano lectivo
2. Sexo
 - 2.1. Masculino
 - 2.2. Feminino
3. Local de residência no Concelho de Tomar (Freguesias)
 - 3.1. Além da Ribeira
 - 3.2. Alviobeira
 - 3.3. Asseiceira
 - 3.4. Beselga
 - 3.5. Carregueiros
 - 3.6. Casais
 - 3.7. Junceira
 - 3.8. Madalena
 - 3.9. Olalhas
 - 3.10. Paialvo

- 3.11. Pedreira
 - 3.12. Sabacheira
 - 3.13. Serra
 - 3.14. Santa Maria dos Olivais
 - 3.15. S. João Baptista
 - 3.16. S. Pedro
4. Fora do Concelho de Tomar
5. Para não participar no Desporto Escolar, tem tendência para encontrar desculpas
- 5.1. Não gosta
 - 5.2. Mal-estar
 - 5.3. Doenças
 - 5.4. Não pode
 - 5.5. Tem falta de jeito
 - 5.6. Outra
6. Se não participa no Desporto Escolar, a responsabilidade é motivada por:
- 6.1. Excessiva carga horária semanal
 - 6.2. Não tem manhã livre
 - 6.3. Não tem tarde livre
 - 6.4. Às horas que tem vagas, não se desenrola nenhuma actividade
 - 6.5. Oferta de actividades sem interesse
 - 6.6. Devido a lesão
 - 6.7. Falta de vontade
 - 6.8. Nas horas disponíveis não tem transporte
 - 6.9. Por não gostar
 - 6.10. Outra

Obrigado

TEMÁTICA PARA DESENVOLVIMENTO AOS PROFESSORES

Retrato do Desporto Escolar

Se quisermos fazer um retrato do *Desporto Escolar*, teremos de referir os seus aspectos positivos e negativos.

Pede-se por isso, que em teu entender faças, em pequena composição, esse mesmo retrato, sendo a sua descrição livre.

Apela-se sobretudo que transmitas os aspectos da tua vivência neste domínio educativo no interior das escolas onde tens sido professor.

Obrigado pela colaboração

**TEMÁTICA PARA DESENVOLVIMENTO AO COORDENADOR
DO DESPORTO ESCOLAR DO CENTRO DE ÁREA
EDUCATIVA DA LEZÍRIA E MÉDIO TEJO**

Se quisermos fazer um retrato do *Desporto Escolar*, teremos de referir os seus aspectos positivos e negativos.

Pede-se por isso, que em seu entender faça, em pequena composição, esse mesmo retrato, sendo a sua descrição livre.

Apela-se sobretudo que transmita os aspectos da sua vivência neste domínio educativo no interior das escolas onde foi professor, ou na experiência de Coordenador do Desporto Escolar no C.A.E.L.M.T..

Obrigado pela colaboração

**TEMÁTICA PARA DESENVOLVIMENTO AO DIRECTOR
DO GABINETE COORDENADOR DO DESPORTO ESCOLAR**

Se quisermos fazer um retrato do *Desporto Escolar*, teremos de referir os seus aspectos positivos e negativos.

Pede-se por isso, que em seu entender faça, em pequena composição, esse mesmo retrato, sendo a sua descrição livre.

Apela-se sobretudo que transmita os aspectos da sua vivência neste domínio educativo no interior das escolas onde foi professor, ou na experiência de Director do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar.

Obrigado pela colaboração

Editorial de “A Bola Especial” (3 de Maio de 1998)

Educação em Movimento

O Desporto Escolar tem sido, nos últimos anos, um tema de grande interesse e discussão na comunidade educativa e também no movimento desportivo. Não sendo clara que exista uma correlação entre o número e a qualidade dos praticantes do Desporto Escolar com os resultados obtidos no Desporto Federado, a verdade é que num processo de desenvolvimento desportivo harmónico e coerente deve existir uma forte ligação entre os sistemas educativo e desportivo, em termos de estratégias e de gestão de recursos.

Uma base ampla de praticantes e de quadros competitivos regulares e com qualidade é, seguramente, uma forma adequada para a formação desportiva de jovens muito dos quais com condições para progredir na via do rendimento desportivo.

Em Portugal, um pouco por todo o Mundo, é cada vez mais evidente que a Escola deve assumir um papel essencial no processo de formação desportiva, tendo em conta que todos os jovens a frequentarem até à adolescência onde têm aulas curriculares de Educação Física e a possibilidade de participarem em actividades no âmbito dos Programas do Desporto Escolar.

Por outro lado, para muitos alunos nem sempre é fácil a entrada nos clubes desportivos federados, considerando que podem não existir na zona da residência ou, existindo, frequentemente são dispendiosos e/ou muito selectivos do ponto de vista das qualidades físicas e das competências técnicas dos praticantes ou, normalmente oferecem um estreito leque de opções em termos das práticas desportivas.

Apesar dos esforços de muitos docentes e escolas, podemos considerar que não há em Portugal uma tradição desportiva escolar.

Todavia, pensamos que existem, neste momento, condições políticas e institucionais para o Desporto Escolar se afirmar como um projecto de trabalho credível, regular e sistemático, envolvendo cada vez mais a comunidade educativa, de tal modo que é desejável uma crescente articulação de recursos e projectos de trabalho das escolas com as autarquias locais e com o próprio movimento desportivo.

Anexo nº 17

Decreto-Lei nº 26:611, de 19 de Maio de 1936

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Secretaria Geral

Decreto-lei n.º 26:611

Com fundamento na lei n.º 1:941, de 11 de Abril de 1936;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aprovado, para todos os efeitos, o regimento da Junta Nacional da Educação, que faz parte integrante deste decreto-lei e vai assinado pelo Ministro da Educação Nacional.

Art. 2.º Este decreto-lei entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 19 de Maio de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Armindo Rodrigues Monteiro — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

Regimento da Junta Nacional da Educação

(J. N. E.)

TÍTULO I

Fins gerais

Artigo 1.º A Junta Nacional da Educação (J. N. E.), instituída pela lei n.º 1:941, de 11 de Abril de 1936, é um órgão técnico e consultivo que funciona junto do Ministro da Educação Nacional e tem por fim o estudo dos problemas relativos à formação do carácter, ao ensino e à cultura do cidadão português, a par do desenvolvimento integral da sua capacidade física.

Art. 2.º O Conselho Permanente da Acção Educativa (C. P. A. E.), instituído pela mesma lei n.º 1:941, é um órgão executivo que tem por fim assegurar, através da hierarquia, a unidade e continuidade da acção do Ministério da Educação Nacional, e pertence-lhe também uma função de consulta.

TÍTULO II

Organização

Art. 3.º A J. N. E. é nomeada pelo Ministro, para um período normal de três anos, e a escolha deve recair em individualidades ou instituições que hajam dado provas de capacidade em qualquer dos problemas que interessam à educação nacional.

§ 1.º O Ministro da Educação Nacional escolherá para presidente da J. N. E. uma individualidade que haja dado relevante prova de interesse pela educação da juventude.

§ 2.º As nomeações para as vacaturas que ocorrerem durante o triénio entendem-se válidas até ao termo deste.

§ 3.º A J. N. E. pode ser renovada, no todo ou em parte, em qualquer momento.

Art. 4.º A J. N. E. é constituída pelas seguintes secções:

- 1.º Educação moral e física;
- 2.º Ensino primário;
- 3.º Ensino secundário;
- 4.º Ensino superior;
- 5.º Ensino técnico;
- 6.º Belas artes;
- 7.º Alta cultura.

§ 1.º A 1.ª secção é dividida nas seguintes sub-secções:

- 1.ª Educação moral e cívica;
- 2.ª Educação física e pre-militar.

§ 2.º A 5.ª secção é dividida nas seguintes sub-secções:

- 1.ª Ensino técnico profissional;
- 2.ª Ensino técnico médio;
- 3.ª Ensino técnico superior;
- 4.ª Ensino artístico.

§ 3.º A 6.ª secção é dividida nas seguintes sub-secções:

- 1.ª Artes plásticas, museus e monumentos;
- 2.ª Antiguidades, excavações e numismática;
- 3.ª Música, arte cénica e canto coral;
- 4.ª Literatura, bibliotecas e arquivos.

§ 4.º A 7.ª secção é dividida nas seguintes sub-secções:

- 1.ª Investigação científica;
- 2.ª Relações culturais.

Anexo nº 18

Decreto-Lei nº 150/86, de 18 de Junho

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Decreto-Lei n.º 150/86

de 18 de Junho

Considerando que importa garantir à juventude portuguesa, designadamente à que se encontra em idade escolar, oportunidade de práticas desportivas mais consentâneas com as suas necessidades e legítimas aspirações;

Considerando ainda que ao Estado compete, em colaboração com as famílias, as escolas e as associações desportivas e de recreio em geral, fomentar e apoiar as organizações juvenis na prossecução daquele objectivo;

Reconhecendo-se que é uma constante da juventude o desejo de renovação e participação activa e responsável em todo o seu processo de formação global;

Considerando, finalmente, a integração da Direcção-Geral dos Desportos no Ministério da Educação e Cultura:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Os Serviços de Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar, criados pelo Decreto-Lei n.º 554/77, de 31 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197/79, de 29 de Junho, são extintos, competindo às Direcções-Gerais do Ensino Básico, do Ensino Secundário e do Ensino Particular e Cooperativo assegurar as competências e funções que lhes estavam atribuídas em matéria de educação física curricular e à Direcção-Geral dos Desportos a coordenação e o apoio das actividades desportivas não curriculares.

Art. 2.º No âmbito das funções que por diploma lhe são atribuídas, a Direcção-Geral dos Desportos promoverá a participação dos jovens, designadamente apoiando o livre associativismo juvenil.

Art. 3.º — 1 — O pessoal afecto aos Serviços de Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar transita automaticamente, com a entrada em vigor do presente diploma, para a Direcção-Geral dos Desportos, no mesmo regime em que se encontra.

2 — O referido pessoal será afecto aos serviços centrais ou periféricos da Direcção-Geral dos Desportos, nos termos e com as funções a definir por despacho do director-geral dos Desportos.

3 — Findo o prazo do destacamento ou requisição do referido pessoal, o director-geral dos Desportos proporá superiormente a renovação do destacamento ou requisição daquele que venha a ser considerado indispensável ao funcionamento dos serviços da Direcção-Geral dos Desportos.

Art. 4.º Para efeitos do disposto no presente diploma, a Direcção-Geral dos Desportos, as Direcções-Gerais do Ensino Básico, do Ensino Secundário, do Ensino Particular e Cooperativo, dos Equipamentos Educativos e do Pessoal, o Instituto de Acção Social Escolar e outros departamentos que superintendem na área da juventude manterão entre si colaboração permanente.

Art. 5.º O inspector a que se refere o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 554/77, de 31 de Dezembro, com a redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 197/79, de 29 de Junho, passa também a depender funcionalmente do director-geral dos Desportos.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 24 de Abril de 1986. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *João de Deus Rogado Salvador Pinheiro*.

Promulgado em 25 de Maio de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 30 de Maio de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Anexo nº 19

Despacho conjunto 85/MPAT/ME/88, de 24 de Maio

MINISTÉRIOS DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO E DA EDUCAÇÃO

Despacho conjunto 85/MPAT/ME/88. — Rede Integrada de Infra-Estruturas Desportivas. — Por imperativo constitucional, cabe ao Governo a definição e prossecução de uma política de desenvolvimento desportivo que contemple e integre, de forma consequente, a acção e propostas das diversas pessoas colectivas do direito público e privado com atribuições no âmbito do desporto, tendo por objectivo final o harmonioso desenvolvimento da condição física, intelectual e moral da sociedade através de uma prática desportiva consequente a todos os níveis.

Para realizar tal política e atingir tais objectivos, mister é que se conheçam — e reconheçam — as assimetrias da estrutura desportiva portuguesa, delas partindo para um tratamento, por definição global e coordenado, de toda a temática desportiva, máxime quanto a investimentos públicos em matéria de infra-estruturas desportivas, que permita a superação e eliminação das carências e dissonâncias encontradas, o que não pode limitar-se ao simples apoio e ou participação em projectos de investimento pontualmente propostos pelas mais diversas entidades.

Dal que o Programa do Governo preveja que «no quadro da responsabilização solidária do Governo, autarquias, escolas e movimento associativo será desenvolvida uma rede integrada de equipamento desportivo através de recomendações para implantação ou beneficiação de instalações e de medidas que unifiquem critérios e permitam uma melhor coordenação e gestão de recursos».

E um programa de implantação de infra-estruturas desportivas deve ser estruturado no respeito por alguns princípios nucleares.

Assim:

As infra-estruturas desportivas de base vocacionadas para a formação do praticante devem constituir o elemento básico da rede de infra-estruturas de uma comunidade;

As infra-estruturas desportivas de uma comunidade devem favorecer uma ocupação plenas, independentemente das condições climatéricas, geográficas ou sócio-urbanísticas, não devendo, portanto, obedecer a uma tipologia rígida;

As infra-estruturas construídas devem ser utilizadas segundo o princípio de que as mesmas se destinam a toda a comunidade, optimizando-se e rentabilizando-se assim a sua ocupação.

Sendo, como se disse, as infra-estruturas desportivas de base o elemento fundamental da rede que se pretende desenvolver e verificando-se que é neste âmbito que se fazem sentir as principais assimetrias e carências a nível nacional, urge actuar no sentido da sua correcção e eliminação.

E dentro desta perspectiva centrada principalmente nas infra-estruturas vocacionadas para a formação e para a prática desportiva informal, a primeira prioridade não pode deixar de recair nas designadas infra-estruturas desportivas escolares, visto tratar-se de um sector carenciado, onde é imperioso criar condições que permitam, independentemente do seu uso comunitário, uma efectiva e generalizada implantação da actividade desportiva ao nível da escola, outro objectivo traçado no Programa do Governo.

A concretização de tal política não pode, manifestamente, impen-der apenas sobre o Estado, antes exigindo a conjugação e coordena-

Anexo nº 20

Grandes Opções do Plano para 1996

- A redefinição negociada da rede escolar, através da elaboração da Carta Escolar, envolvendo o sistema público, particular e cooperativo, com a participação efectiva e a co-responsabilização do poder local, tendo em vista a criação de condições para a efectivação gradual e progressiva da escola de um só turno;
- A revisão negociada do Estatuto da Carreira dos Educadores e dos Professores, sem prejuízo da revisão imediata dos principais bloqueamentos ao desenvolvimento da carreira, nomeadamente, quanto à relevância e creditação da formação contínua;
- A garantia de um processo de formação contínua de educadores e professores, articulado com as necessidades profissionais, reforçando as condições de acreditação das acções de formação desenvolvidas pelos Centros das Associações de Escolas, em colaboração com Centros de Recursos do Ensino Superior;
- A criação de condições para um funcionamento efectivo dos serviços de psicologia e orientação escolar.

Educação pré-escolar e ensino básico

As principais linhas de acção do Governo, nestas áreas são as seguintes:

- Na educação pré-escolar, estabelecer com os restantes protagonistas envolvidos no processo, um plano concertado de alargamento da rede nacional de educação pré-escolar, coordenando a sua expansão e o seu funcionamento, com exigências de qualidade, garantindo a especial participação das autarquias locais e estimulando também o desenvolvimento de iniciativas particulares e cooperativas ao nível local, sem prejuízo da função reguladora do Estado;
- No ensino básico, prestar uma particular atenção ao 1º ciclo, base da selecção escolar, nomeadamente através da sua articulação com a educação pré-escolar e com o 2º ciclo; assegurando o efectivo cumprimento da escolaridade básica de 9 anos;
- Na formação pré-vocacional, ir-se-á garantir a consolidação e o enquadramento das iniciativas dirigidas a jovens oriundos do abandono escolar precoce, que não reúnam condições para ingressar de imediato nas vias de qualificação profissional, nomeadamente o sistema de aprendizagem, em articulação com o Ministério para a Qualificação e Emprego.

Ensino Secundário

No que respeita a este grau de Ensino, cuja expansão e qualidade de formação importa assegurar, as principais linhas de acção são:

- Garantir que qualquer das vias de orientação têm um carácter terminal, capaz de associar uma formação geral e específica adequada ao prosseguimento de estudos e à inserção na vida activa;
- Assegurar-se a efectiva articulação entre as várias vias alternativas ao nível do ensino secundário, através da criação de um órgão coordenador, com constituição tripartida (Estado, Associações Patronais e Sindicatos) e com representação dos departamentos da Administração Pública que tutelam subsistemas de educação e formação deste nível;

Assegurar aos diplomados do ensino secundário geral, que não ingressem no ensino superior, uma formação que confira qualificação profissional certificada; de acordo com o princípio de que nenhum jovem abandone o sistema de educação/formação sem uma qualificação certificada, assegurando, para a concretização deste objectivo, as necessárias articulações institucionais;

Dinamizar o Observatório de Entradas na Vida Activa, para aumentar o nível de informação sobre a identidade e as diferenças entre vias alternadas de formação.

Educação especial, educação de adultos e **desporto escolar**

Nestas áreas as principais linhas de acção do Governo são:

No sector da educação especial serão desenvolvidas acções que garantam o seu funcionamento eficaz, promovendo-se a integração sócio-educativa dos indivíduos com necessidades educativas específicas, nomeadamente dos que são portadores de deficiência, tendo sempre em conta a diversidade de situações e o necessário diálogo e concertação com os professores e com as Associações Privadas e Cooperativas que desenvolvem actividade nesta área;

Na educação de adultos, que constitui uma dimensão fundamental na democratização das oportunidades de educação e formação, serão intensificados os programas conjuntos com o Ministério para a Qualificação e Emprego que visam a formação profissional e a formação de base numa perspectiva de educação permanente, bem como a intensificação de programas e acções orientadas para a formação global dos indivíduos e para o desenvolvimento das comunidades, através, nomeadamente, da revisão do sistema de educação recorrente de adultos e da dinamização da educação extra-escolar;

Na vertente do desporto escolar prosseguir-se-á uma política de criação de espaços e de condições para a prática desportiva da população escolar, a começar no 1º ciclo, ao mesmo tempo que serão incentivados os clubes escolares onde se deverão desenvolver as actividades desportivas como actividades de complemento curricular.

Ensino Superior

Importa ampliar o esforço nacional no ensino superior de forma a responder às necessidades do país numa fase crucial do seu desenvolvimento, satisfazendo escalões de qualificação e motivação compatíveis com a construção europeia, estimulando níveis elevados de formação, e premiando a qualidade e a competitividade que o conduza a uma progressiva internacionalização e a uma presença no espaço de formação europeu. Para tal são orientações estratégicas do Governo:

A expansão da capacidade do ensino superior, bem como a diversificação das opções e a diminuição progressiva das limitações constituídas pelo «numerus clausus», constituem objectivos do Governo, importando para tal tal melhorar o acolhimento da rede pública, por forma a garantir a efectiva liberdade de escolha, esbatendo distorções existentes na procura dos cursos, — face à disponibilidade

Anexo nº 21

Decreto-Lei nº 165/96, de 5 de Setembro

Quinta-feira, 5 de Setembro de 1996

ENTRADA

Escola Secundária D. Nuno Álvares Pereira

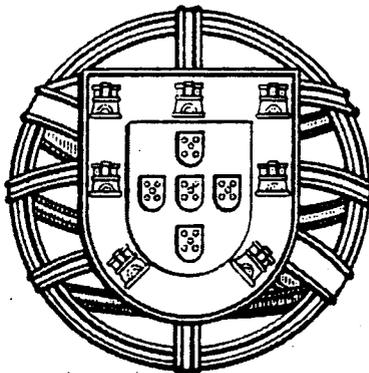
em 5 de 9 de 1996

dm

Número 206/96

I - A
S É R I E

Esta 1.ª série do Diário da República é constituída pelas partes A e B



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros

Decreto-Lei n.º 163/96:

Cria o Conselho Nacional da Família 2986

Ministério da Educação

Decreto-Lei n.º 164/96:

Adequa as Leis Orgânicas do Instituto do Desporto e do Ministério da Educação ao estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 296-A/95, de 17 de Novembro (Lei Orgânica do XIII Governo Constitucional) 2988

Decreto-Lei n.º 165/96:

Cria o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar ... 2989

Ministério do Ambiente

Decreto-Lei n.º 166/96:

Cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Litoral Centro e aprova os estatutos da sociedade a quem será atribuída a respectiva concessão 2990

Anexo nº 22

Grandes Opções do Plano Nacional para 1998

EDUCAÇÃO → Construir a Qualidade

- promoção da prática da educação física e do desporto escolar, nomeadamente através do reforço do investimento na construção de infra-estruturas desportivas cobertas nas novas escolas;
- reconhecimento e incentivo às iniciativas das escolas, nomeadamente nos domínios da disponibilização do saber, da preparação dos seus alunos para a vida activa num enquadramento de aprendizagem contínua e da inovação qualitativa do sistema educativo, através da intensificação do investimento no "Programa Nónio — Séc. XXI" e da concretização do "Programa Escola Informada" em cooperação com o Ministério da Ciência e da Tecnologia;
- criação de uma rede de bibliotecas e mediatecas escolares, em cooperação com o Ministério da Cultura, visando a estreita articulação com a Rede de Leitura Pública, instalada ao nível dos municípios;
- valorização do exercício docente, designadamente através das medidas regulamentadoras do Estatuto da Carreira Docente, da crescente adequação das ofertas de formação contínua às necessidades reais (sentidas pelos docentes ou patentes no sistema), e do lançamento das acções de formação especializada que visam a respectiva qualificação para o exercício de outras funções educativas;
- criação de projectos-piloto de formação integrada de pessoal docente e não docente, ao nível dos estabelecimentos de educação e de ensino, potenciando as dinâmicas de participação interna e de abertura da escola ao exterior, apoiando o reforço da sua identidade própria num exercício responsável e consciente do papel central da escola na educação para a cidadania dos seus alunos e no desenvolvimento da região em que se insere;
- instituição da carreira de Psicólogo Educacional como meio efectivo de consolidação da intervenção dos Serviços de Psicologia e Orientação Educativa e de valorização dos respectivos profissionais;
- aprofundamento da autonomia das universidades em todas as suas vertentes, designadamente na financeira, nos planos da gestão de pessoal, da gestão orçamental e da gestão patrimonial, a par de uma acrescida responsabilização no controlo e avaliação dos recursos e dos resultados;
- auditoria de forma sistemática ao ensino superior;
- introdução de maior rigor na criação de cursos do ensino superior, em particular nos de "banda estreita", por forma a contrariar a tendência para a especialização precoce, com as suas consequências negativas sobre a empregabilidade dos diplomados, bem como a promover a racionalização e crescente relevância dos cursos existentes;
- valorização, consolidação e reforço do ensino superior politécnico, sobretudo nas áreas tecnológicas e das artes;
- incentivo à mobilidade e promoção da oferta de formações não conferentes de grau, bem como de cursos de especialização e de formação ao longo da vida, face à importância crescente da educação permanente;
- incentivo à instalação de observatórios de entrada na vida activa, no âmbito do ensino superior, perante a necessidade acrescida de acompanhamento regular das saídas profissionais dos diplomados e de uma maior abertura do ensino superior ao meio social, ao tecido empresarial e às regiões.

Humanizar a Escola

No âmbito desta Opção de Política urge prosseguir sem abrandamento de ritmo o esforço de investimento nas infra-estruturas educativas: escolas e instituições de ensino superior, respectivos espaços de apoio científico e tecnológico, bem assim dos edifícios destinados a acção social, como sejam as cantinas e residências.

Nesta matéria revestem particular acuidade a preocupação de orientação dos investimentos determinada pela hierarquia de necessidades do sistema educativo, mas também as induzidas por investimentos intersectoriais enquadrados nos Planos de Desenvolvimento Integrado, e consequência de processos participados, dos quais seja resultado uma Carta Escolar verdadeiramente negociada com todos os parceiros, especialmente as autarquias.

Não obstante, para o ano de 1998 elege-se como medida fundamental desta Opção de Política a adopção de um novo regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, dando corpo ao desiderato expresso no Programa do Governo que entende esta matéria como uma questão de sociedade e a escola como o centro das políticas educativas e o espaço vivencial de aprendizagem da cidadania democrática. E, nessa medida, pretende, com o envolvimento responsável de todos os parceiros, respeitar o percurso de cada escola, pela afirmação de uma identidade expressa em projecto educativo e por soluções organizativas adequadas, apoiando-a num exercício progressivamente mais autónomo, materializado em contratos progressivos de autonomia.

Relevam neste processo para o ano de 1998, nomeadamente as seguintes medidas:

- incentivo ao agrupamento de escolas, visando a eficiência de uma gestão comum, nomeadamente ao nível do 1.º ciclo, com escolas do mesmo ciclo disseminadas na respectiva região, ou com estabelecimentos de educação pré-escolar e de 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;
- debate interno a cada escola visando a formulação do respectivo projecto educativo, assente na sua realidade concreta;
- escolha, pela escola, de entre as soluções que a matriz de gestão proposta permite, das opções organizativas mais adequadas à concretização do seu projecto educativo e a respectiva tradução em regulamento interno;
- celebração, entre a escola e a administração central, do primeiro "contrato de autonomia" que, identificando as condições materiais, profissionais e administrativas necessárias e concretas, permite à escola, pela adequação dos recursos e atribuições, a prestação de um serviço educativo orientado pelos princípios da responsabilidade, da equidade e da qualidade.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Enquadramento e Avaliação

Não se repetirá aqui o diagnóstico geral do desenvolvimento do sistema científico e tecnológico português exposto nas Grandes Opções do Plano para 1997. Uma versão detalhada e actualizada desse diagnóstico e das opções de médio prazo que enformam a política científica e tecnológica portuguesa pode encontrar-se em documento